PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS FUNDAMENTAIS E DEMOCRACIA MESTRADO E DOUTORADO

FLÁVIA BALDUINO BRAZZALE

O PROJETO DE VIDA ESTENDIDO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: UM DIÁLOGO COM MACHADO DE ASSIS

CURITIBA
2024

FLÁVIA BALDUINO BRAZZALE

O PROJETO DE VIDA ESTENDIDO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: UM DIÁLOGO COM MACHADO DE ASSIS

Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação do Programa de Doutorado do Centro Universitário Autônomo do Brasil – UniBrasil como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Direitos Fundamentais e Democracia.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Ricardo Schier
Coorientadora: Profa. Dra. Maria de Fátima Freire de Sá

CURITIBA
2024

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (UniBrasil), com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Brazzale, Flávia Balduino

O projeto de vida estendido da pessoa com deficiência intelectual: um diálogo com Machado de Assis. / Frávia Balduino Brazzale. -- Curitiba, 2024.

227 f.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Ricardo Schier

Tese (Doutorado) – UniBrasil, 2024.

1. Pessoa com deficiência. 2. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. 3. Direitos Fundamentais. 4. Autonomia Relacional I. Schier, Paulo Ricardo, orient. II. Título.

ATA DE DEFESA PÚBLICA DE TESE DE DOUTORADO

Aos 30 dias do mês de janeiro de 2024, às 09h, formato híbrido, Campus Unibrasil Curitiba, Bloco do Auditório Cordeiro Clève, PPGD, Sala 03 e via Plataforma Teams, foi realizada Defesa Pública de Tese da Doutoranda **FLÁVIA BALDUINO BRAZZALE**, no Programa de Pós-Graduação em Direito do Centro Universitário Autônomo do Brasil - UniBrasil, Área de Concentração Direitos Fundamentais e Democracia, Linha de Pesquisa: Constituição e Condições Materiais da Democracia, com o trabalho intitulado: "***O PROJETO DE VIDA ESTENDIDO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: UM DIÁLOGO COM MACHADO DE ASSIS.***" orientado pelo PROFESSOR DR. PAULO RICARDO SCHIER. A Banca Examinadora foi constituída pelos PROFESSORES DOUTORES: ROSALICE FIDALGO PINHEIRO, ITAMAR LUÍS GELAIN, RITA DE CÁSSIA CORRÊA DE VASCONCELOS, BRUNO MENESES LORENZETTO (MEMBROS), MARIA DE FÁTIMA FREIRE DE SÁ (COORIENTADORA) E PAULO RICARDO SCHIER (PRESIDENTE).

Resultado final atribuído a candidata (Art. 105 – Regimento Interno do Programa de Pós-Graduação em Direito do UniBrasil):

( ) Reprovada
( ) Aprovada
(X) Aprovada com láurea

Aprovação com exigências (Arts.105 e 106– Regimento Interno do PPGD UniBrasil):

_____

_____

_____

Eu, PROF. DR. PAULO RICARDO SCHIER, Presidente da Banca e Orientador do Projeto, lavrei a presente Ata que segue assinada por mim e pelos demais membros da Banca Examinadora.

PROF. DR. PAULO RICARDO SCHIER
(PRESIDENTE - PPGD UNIBRASIL)

PROFA. DRA. MARIA DE FÁTIMA FREIRE DE SÁ
(COORIENTADORA - PPGD PUC MG)

PROFA. DRA. ROSALICE FIDALGO PINHEIRO
(MEMBRO - PPGD UFPR)

ITAMAR LUIS GELAIN
PROF. DR. ITAMAR LUÍS GELAIN
(MEMBRO – CATÓLICA SC)

RITA DE CASSIA CORREA DE VASCONCELOS
Assinado de forma digital por RITA DE CASSIA CORREA DE VASCONCELOS
Dados: 2024.02.06 15:44:51 -03'00'

PROFA. DRA. RITA DE CÁSSIA CORRÊA DE VASCONCELOS
(MEMBRO- PPGD UNIBRASIL)

PROF. DR. BRUNO MENESES LORENZETTO
(MEMBRO- PPGD UNIBRASIL)

TERMO DE APROVAÇÃO

FLÁVIA BALDUINO BRAZZALE

O PROJETO DE VIDA ESTENDIDO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: UM DIÁLOGO COM MACHADO DE ASSIS

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora no Curso de Pós-graduação em Direitos Fundamentais e Democracia do Programa de Doutorado do Centro Universitário Autônomo do Brasil – UniBrasil pela seguinte banca examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Paulo Ricardo Schier

Programa de Pós-Gradução em Direito do Centro Universitário Autônomo do Brasil – UniBrasil

Coorientadora:Profa. Dra. Maria de Fátima Freire de Sá

Programa de Pós-Gradução em Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Componentes: Prof. Dra. Rosalice Fidalgo Pinheiro

Programa de Pós-Gradução em Direito da Universidade Federal do Paraná

Prof. Dr. Itamar Luís Gelain

Programa de Pós-Gradução em Direito da Pontifícia Universidade Católica de Santa Catarina

Prof. Dra. Rita de Cássia Côrrea de Vasconcelos

Programa de Pós-Gradução em Direito do Centro Universitário Autônomo do Brasil – UniBrasil

Prof. Dr. Bruno Meneses Lorenzetto

Programa de Pós-Gradução em Direito do Centro Universitário Autônomo do Brasil – UniBrasil

Curitiba, 30 de janeiro de 2024.

AGRADECIMENTOS

Em minha fé, a vida se faz e se constitui todos os dias por aquilo que acreditamos e elegemos para ser a nossa razão de força, ideal, persistência e coragem. Sobre tudo isso, vejo a presença de Deus a quem devo registrar nessa escrita o primeiro reconhecimento durante todo percurso de minha vida. Ao longo desse doutorado encontrei sua presença nas pessoas que me acompanharam; nos amigos que conquistei; nos professores que compartilharam tanto conhecimento; na compreensão e inspiração durante os estudos; na solidão da escrita e na força que todos os dias continua a me sustentar para honrar uma trajetória que já está em seus planos.

Ao Centro Universitário Autônomo do Brasil (Unibrasil) e ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Fundamentais e Democracia, expresso o meu agradecimento e orgulho em ter constituído a minha formação acadêmica. Na mesma instituição em que me formei Mestra, fiz a escolha de trilhar o percurso do doutorado diante do comprisso e diferencial que carregam com o ensino. Aos professores que tive nessa trajetória, quissera eu conseguir expressar em frases a importância que possuem. Certamente seria uma tarefa inglória. Por isso, a minha maior responsabilidade com esse trabalho está no dever de demonstrar para todos que o lerem, o bom cumprimento de uma tarefa que como aluna posso entregar por que foram vocês os meus professores.

Agradeço aos meus orientadores. Ao professor Paulo Ricardo Schier, por ter me acolhido com tamanha gentileza, confiança e competência que só poderiam ter vindo com a sua incomparável presença. Para se tornar um professor, deveria ser obrigatório que todos fossem em primeiro lugar, alunos do Professor Schier. À minha coorientadora professora Maria de Fátima Freire de Sá, cuja generosidade com seus alunos somente se iguala ao seu brilhantismo acadêmico. Obrigada professora por ter continuado desde o mestrado acreditando no potencial de minha pesquisa e se fazendo presente de forma incondicional. À professora Rosalice Fidalgo Pinheiro, a quem sempre dedicarei meus maiores reconhecimentos e agradecimentos. Obrigada professora, você me inspirou o tema e trouxe todo o conhecimento para esse percurso. Levo a admiração e a amizade que nasceram pela academia para minha vida. À professora Jussara Maria Leal de Meirelles, com quem tive o privilégio de ser sua coorientanda no mestrado e contar com suas contribuições na qualificação dessa

tese. Obrigada professora, sua presença marcou a minha trajetória como exemplo e inspiração.

Ao professor Itamar Luís Gelain, na alegria dos encontros proporcionados pela docência, expresso meu agradecimento diante da contribuição dedicada em igual grandeza à filosofia. A professora Rita de Cássia Côrrea de Vasconcelos, expresso minha admiração pela competência e carisma que marcam os verdadeiros mestres. Ao professor Marco Antonio Lima Berberi, que se fez presente na qualificação, expresso meu agradecimento pelos ensinamentos, apoio, encorajamento que sempre me lembrarão o privilégio de ter sido sua aluna.

Ao professor Bruno Meneses Lorenzetto, dirijo um duplo agradecimento. Obrigada professor pelo conhecimento partilhado e dedicação inestimável a frente do melhor para o PPGD. Em sua pessoa posso estender o agradecimento e carinho que sempre levarei pelos professores desse colegiado e pelas colaboradoras Maria Luisa Castelã e Ana Maria Annoni Binotto.

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES pela imprescindível bolsa de estudos que propiciaram a presente pesquisa.

Ao Centro Universitário Católica de Santa Catarina, expresso meu agradecimento pelo imenso apoio e incentivo na presença das Professoras Caroline D. Barbosa Castilho, Helena Schiessl Cardoso e Luciene Dal Ri. Obrigada pelo crescimento conjunto proporcionado nessa pesquisa e no caminho da docência.

Aos imprescindíveis amigos que o PPGD proporcionou, manifesto meu carinho que sempre se fará reconhecedor da importância que passaram a ter em minha vida. Franciele Morbini, Clayton Gomes de Medeiros, Joyce Finato Pires, Tais Martins, Luiz Henrique Santos da Cruz, Andrei Meneses Lorenzetto, José Roberto Della Tonia Trautwein, Edgard Fernando Barbosa, Luiz Carlos Guieseler, Daniele Michalowski Cosechen, Michele Cerqueira Leite, Bruna Hanthorne e Cláudia Cruz. Vocês foram as companhias mais valiosas com quem poderia ter dividido os desafios desse caminho.

As amigas que um dia a vida nos permitiu o presente de nos escolhermos como irmãs, Ana Carolina Lopes Olsen e Anna Luisa Walter de Santana. Vocês fazem parte dessa conquista porque sou abençoada com a presença inspiradora e insubstituível de vocês em todos os momentos. Ao meu querido amigo Eliezer Bonan, cuja amizade tão valiosa sempre significou razão de força e incentivo para essa trajetória.

A minha amada amiga Tânia Harada, sua presença e encorajamento foram essenciais em todo percurso e representam a força e competência que nutre com o exemplo de profissional que carrega. Ao presente de amiga Letícia Fontana Lucas, presença de afeto que jamais sairá do meu lado! Obrigada querida amiga, você sempre trouxe a leveza e certeza necessária para o percurso.

Aos meus compadres Fabricia Brianezzi e Marcus Kiyoto, obrigada pela presença de fé e carinho que sempre fizeram a diferença. A minha afilhada Maria Luiza, partilho da mesma certeza recebida em sua trajetória universitária que se iniciará.

Aos meus pais, verdadeiros e maiores merecedores de toda conquista e aos quais sempre dedicarei a minha existência por amor e, em agradecimento por tudo que significam em minha vida. A certeza de vocês de que jamais haverá limites intransponíveis quando se tem fé e persistência é o que me constituti todos os dias. Ao meu irmão Fausto, minha irmã Fabiane, Renato, Kauana e Kauê, obrigada pelo amor revelado em todos os momentos.

Aos meus sogros Antônio Eugênio Brazzale e Maria José Wachi Brazzale, por terem me acolhido como filha e pelo apoio incondicional.

Ao meu marido, Daniel Wachi Brazzale, que foi testado sobremaneira em todas os momentos da realização desse sonho. Obrigada por tê-lo sonhado junto comigo e, acima de tudo, ter sido a coragem e fortaleza nos momentos que já não haviam mais forças.

As palavras existentes jamais conseguirão expressar o tamanho que possuem.

SUMÁRIO

RESUMO ..... **X**

ABSTRACT ..... **XI**

RESUMEN ..... **XII**

INTRODUÇÃO **13**

1. A REVISÃO CRÍTICA DA BIOGRAFIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA **23**

1.1 DA LITERATURA PARA O DIREITO: UM CONTRIBUTO A BIOGRAFIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA A PARTIR DA CRÔNICA “O ALIENISTA” DE MACHADO DE ASSIS *23*

1.1.1 O Modelo da Prescindência *29*

1.1.2 O Modelo Médico ou Reabilitador *36*

1.1.3 O Modelo Social *51*

1.2 A “BIOGRAFIA DO HOMEM”: UM CONTEXTO EXCLUDENTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA 55

1.3 O PRINCÍPIO DO PATERNALISMO E O REGIME DAS INCAPACIDADES 74

2. A AUTONOMIA RELACIONAL: A CHAVE DE LEITURA DO PROJETO DE VIDA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA **91**

2.1 O PROJETO DE VIDA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA A PARTIR DO CONTO “TEORIA DO MEDALHÃO” DE MACHADO DE ASSIS: UM PROJETO INAUTÊNTICO? 91

2.2 FUNDAMENTOS DO PRINCÍPIO DA AUTONOMIA: DA AUTONOMIA INDIVIDUAL À AUTONOMIA RELACIONAL 103

2.3 A AUTONOMIA RELACIONAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E O MOVIMENTO DE VIDA INDEPENDENTE: SEU ACOLHIMENTO NOS TEXTOS LEGISLATIVOS 120

3. A AFIRMAÇÃO DO PROJETO DE VIDA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL **131**

3.1 A FILOSOFIA EXISTENCIALISTA: O PONTO DE PARTIDA DO PROJETO DE VIDA 131

3.2 PROJETO DE VIDA: UMA LIÇÃO DE CARLOS FERNÁNDEZ SESSAREGO 148

3.3 O PROJETO DE VIDA ESTENDIDO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL A PARTIR DO CONTO “O ESPELHO” DE MACHADO DE ASSIS 163

3.3.1 “O Espelho" do Projeto de Vida da Pessoa com Deficiência Intelectual: um Direito Humano Fundamental *163*

3.3.2 O Projeto de Vida Estendido da Pessoa com Deficiência Intelectual e a Autonomia Relacional *180*

CONSIDERAÇÕES FINAIS **195**

REFERÊNCIAS **200**

RESUMO

A tese tem por tema o projeto de vida da pessoa com deficiência. Partindo das lições de Carlos Fernandez Sessarego, verifica-se que o projeto de vida é autêntico, uma vez que se constitui pelo exercício personalíssimo da liberdade ontológica da pessoa humana. Entretanto, a pessoa com deficiência, por depender de um mecanismo de substituição de vontade para exercício de seus direitos, estabelecido pelo sistema codificado moderno, no estilo “biografia do homem" acaba por constituir um projeto inautêntico. Indaga-se, então, como atribuir autenticidade à condução da vida futura, notadamente, da pessoa com deficiência intelectual. O arcabouço normativo inaugurado pela convenção de Nova York e a Lei Brasileira de inclusão, inspirados pelo movimento de vida independente, substituiram o princípio do paternalismo pelo princípio da autonomia, ao inaugurar um sistema de apoio, em lugar da substituição de vontade. Nesse contexto, a tese tem por objetivo demonstrar que para a condução do projeto de vida pela pessoa com deficiência intelectual, essa autonomia deve ser relacional, com amparo na concepção hegeliana de reconhecimento do outro e da coexistência comunitária. Defende -se, então, a figura do projeto de vida estendido, que, uma vez informado pelo princípio da autonomia relacional, contempla como seu elemento fundamental o mecanismo de apoio por parte da comunidade, representada por um assistente pessoal, que estabelece uma relação de confiança com a pessoa com deficiência. Para tanto, o trabalho seguiu o método de abordagem dedutivo, e o procedimento de pesquisa interdisciplinar, que relaciona Direito e Literatura, dividindo-se em três partes: o primeiro demonstra como o sistema codificado moderno, ancorado no princípio do paternalismo, resulta em um projeto de vida inautêntico. O segundo percorre o caminho que se estende da autonomia individual à autonomia relacional e seu acolhimento pelos textos legislativos. O terceiro apresenta o projeto de vida estendido como uma proposta de projeto de vida da pessoa com deficiência intelectual, buscando um projeto que se faça autêntico.

Palavras-Chave: Pessoa com Deficiência Intelectual; Projeto de Vida; Direitos Fundamentais.

ABSTRACT

The theme of the thesis is the life project of people with disabilities. Based on the lessons of Carlos Fernandez Sessarego, it appears that the life project is authentic, since it is constituted by the very personal exercise of the ontological freedom of the human person. However, the person with a disability, as they depend on a will replacement mechanism to exercise their rights, established by the modern codified system, in the “biography of man" style, ends up constituting an inauthentic project. The question is, then, how to attribute authenticity to the conduct of future life, notably, of people with intellectual disabilities. The normative framework inaugurated by the New York convention and the Brazilian Inclusion Law, inspired by the independent life movement, replaced the principle of paternalism with the principle of autonomy, by inaugurating a support system, instead of replacing will. In this context, the thesis aims to demonstrate that for people with intellectual disabilities to carry out their life project, this autonomy must be relational, supported by the Hegelian conception of recognition of the other and community coexistence. The figure of the extended life project is then defended, which, once informed by the principle of relational autonomy, considers as its fundamental element the support mechanism on the part of the community, represented by a personal assistant, which establishes a relationship of trust with the person with a disability. To this end, the work followed the deductive approach method, and the interdisciplinary research procedure, which relates Law and Literature, dividing itself into three parts: the first demonstrates how the modern codified system, anchored in the principle of paternalism, results in a inauthentic life project. The second follows the path that extends from individual autonomy to relational autonomy and its acceptance by legislative texts. The third presents the extended life project as a proposal for a life project for people with intellectual disabilities, seeking a project that is authentic.

Keywords: Person with Intellectual Disability; Life Project; Fundamental rights.

RESUMEN

El tema de la tesis es el proyecto de vida de las personas con discapacidad. A partir de las enseñanzas de Carlos Fernández Sessarego, parece que el proyecto de vida es auténtico, ya que está constituido por el ejercicio personalísimo de la libertad ontológica de la persona humana. Sin embargo, la persona con discapacidad, al depender de un mecanismo sustitutivo de la voluntad para ejercer sus derechos, establecido por el moderno sistema codificado, al estilo "biografía del hombre", termina constituyendo un proyecto no auténtico. La cuestión es, entonces, cómo atribuir autenticidad a la conducta de vida futura, en particular, de las personas con discapacidad intelectual: el marco normativo inaugurado por la convención de Nueva York y la Ley de Inclusión brasileña, inspirada en el movimiento por la vida independiente, reemplazó el principio de paternalismo por el principio de autonomía, al inaugurar un sistema de apoyo, en lugar de sustituir la voluntad. En este contexto, la tesis pretende demostrar que para que las personas con discapacidad intelectual puedan llevar a cabo su proyecto de vida, esta autonomía debe ser relacional, sustentada en la concepción hegeliana del reconocimiento de la otros y la convivencia comunitaria, defendiéndose luego la figura del proyecto de vida extendida, que, una vez informado por el principio de autonomía relacional, considera como elemento fundamental el mecanismo de apoyo por parte de la comunidad, representada por un asistente personal, que establece una relación de confianza con la persona con discapacidad. Para ello, el trabajo siguió el método de enfoque deductivo y el procedimiento de investigación interdisciplinario, que relaciona Derecho y Literatura, dividiéndose en tres partes: la primera demuestra cómo el moderno sistema codificado, anclado en el principio del paternalismo, resulta en una no auténtica Proyecto de vida. El segundo sigue el camino que va de la autonomía individual a la autonomía relacional y su aceptación por los textos legislativos. El tercero presenta el proyecto de vida ampliada como una propuesta de proyecto de vida para personas con discapacidad intelectual, buscando un proyecto que sea auténtico.

Palabras clave: Persona con Discapacidad Intelectual; Proyecto de vida; Derechos fundamentales.

INTRODUÇÃO

Viver atrela-se ao contínuo impulso de um projetar proveniente da liberdade do ser. À medida que essa afirmação encontra variações condicionadas à concepção de pessoa e do contexto jurídico-filosófico que se permite abordar, o Direito também enseja transformações em torno de sua finalidade e objeto de tutela[1].

Enquanto no contexto da Antiguidade as pessoas com deficiência integraram a condição dos indivíduos *"sem-projeto"*[2], pois, sequer estavam percebidas em sua existência como ser humano, a Modernidade configurou-as como sendo aquelas *"fora-de-projeto"*[3]. Propriamente, somavam-se aos excluídos das sociedades industrializadas, aqueles cujas imposições do momento, por inaptidão de ordem pessoal ou patrimonial, não possuíam perspectivas de terem o que projetar para o futuro.

A luz do individualismo moderno que estampava a fictícia condição do "homem fechado em si mesmo"[4] e a serviço do seu patrimônio, prevaleceu a percepção abstrata do ser humano que o fez divergir entre a utópica espécie do sujeito virtual *versus* a do sujeito real, pessoa gente, conforme Jussara Meirelles[5].

O mencionado sujeito virtual foi o que de fato possuiu reconhecimento pelo sistema jurídico para instituição dos projetos condizentes à liberdade moderna no gozo da independência privada e da busca de interesses particulares, isto é, de relações jurídicas com conteúdo patrimonial[6].

---

[1] BERBERI, Marco Antonio Lima. **Os princípios na teoria do direito.** Rio de Janeiro: Renovar, 2003, p. 24.
[2] BOUTINET, Jean-Pierre. **Antropologia do projeto.** 5. ed. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artmed, 2002, p. 24.
[3] BOUTINET, Jean-Pierre. **Antropologia do projeto**. 5. ed. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artmed, 2002, p. 24.
[4] FACHIN, Luiz Edson. **Estatuto jurídico do patrimônio mínimo.** 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2006, p. 46.
[5] MEIRELLES, Jussara. O ser e o ter na codificação civil brasileira: do sujeito virtual à clausura patrimonial. *In*: FACHIN, Luiz Edson (Coord.). **Repensando fundamentos do direito civil brasileiro contemporâneo.** Rio de Janeiro: Renovar, 2000, p. 87-113, p. 91.
[6] CONSTANT, Benjamin. **A liberdade dos antigos comparada à dos modernos.** Tradução de Emerson Garcia. Coleção Clássicos do Direito – v. 03. São Paulo: Atlas, 2015, p. 100.

Alheios a essa configuração e dentre os sujeitos reais[7], inseriram-se as pessoas com deficiência intelectual “a partir da aferição, casuística, da falta ou redução do discernimento para a prática de atos da vida civil, ou mesmo a incompletude do desenvolvimento mental”[8], como os indivíduos “*fora-de-projeto*”[9].

Sob a égide de um sistema clássico do direito civil brasileiro, essencialmente patrimonialista, para pessoa com deficiência foi atribuída o modo de uma “biografia humana”[10] que relegou-a a um não lugar ou à exclusão. Eis que ter ou não discernimento era imprescindível para figurar no polo de relações jurídicas. Tal fato também se tornou razão condicionante para tutela e exercício dos direitos existenciais. Assim é que as pessoas com deficiência intelectual, uma vez que restassem interditadas, tinham diante do reconhecimento da incapacidade absoluta ou relativa, o banimento sobre qualquer forma autônoma de ingerência ou expressão de vontade sobre a própria vida[11].

A necessidade de superação dessa “visão patrimonialista do ser humano”[12], tradicionalmente delegada pela ciência jurídica e fundamentada pela dogmática à propriedade como direito absoluto e inviolável, constituiu a base para implementação da Teoria do Projeto de Vida na perspectiva humanista-personalista apresentada por Carlos Fernández Sessarego[13].

---

[7] MEIRELLES, Jussara. O ser e o ter na codificação civil brasileira: do sujeito virtual à clausura patrimonial. *In*: FACHIN, Luiz Edson (Coord.). **Repensando fundamentos do direito civil brasileiro contemporâneo.** Rio de Janeiro: Renovar, 2000, p. 87-113, p. 91.

[8] SÁ, Maria de Fátima Freire de; MOUREIRA, Diogo Luna; Autonomia privada e vulnerabilidade: o direito civil e a diversidade democrática. *In*: LIMA, Taisa Maria Macena de; SÁ, Maria de Fátima Freire de; MOUREIRA, Diogo Luna (Orgs.). **Autonomia e vulnerabilidade.** Belo Horizonte: Arraes, 2017, p. 01-09, p. 08.

[9] BOUTINET, Jean-Pierre**. Antropologia do projeto.** 5. ed. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artmed, 2002, p. 24.

[10] CARVALHO, Orlando de. **Para uma teoria da relação jurídica civil**: a teoria geral da relação jurídica **–** seu sentido e limites. 2. ed. Coimbra: Centelha, 1981, p. 32.

[11] LIMA, Taisa Maria Macena de; SÁ, Maria de Fátima Freire de. Estatuto da pessoa com deficiência e questões médicas. *In*: LIMA, Taisa Maria Macena de; SÁ, Maria de Fátima Freire de; MOUREIRA, Diogo Luna (Orgs.). **Autonomia e vulnerabilidade**. Belo Horizonte: Arraes, 2017, p. 118-140, p. 119.

[12] SESSAREGO, Carlos Fernández. Deslinde conceptual entre "daño a la persona", "daño al proyecto de vida" y "daño moral". **Foro Jurídico**, n. 02, p. 15-51, 2003, p. 17.

[13] O jurista peruano Carlos Fernández Sessarego, falecido aos 93 anos de idade em 28 de julho de 2019, tornou-se internacionalmente referenciado a partir do paradigma personalista que buscou estabelecer à ciência do direito, sobretudo, com a apresentação das teorias *“tridimensional del derecho”* e do *“daño al proyecto de vida”*. Foi *“Profesor Emérito de la Facultad de Derecho de la Pontificia Universidad Católica del Perú. Ha sido docente en las principales facultades de Derecho del país como del extranjero, entre las que destacan las de la Universidad de Siena, Universidad de Nápoles, Universidad Autónoma de Madrid y Universidad de Buenos Aires. Doctor en Derecho por la Universidad Nacional de San Marcos con la tesis ‘Derecho de*

Anuindo à compreensão da filosofia existencialista, despontada na primeira metade do século XX, Carlos Fernández Sessarego fundamentou-se ao entendimento de que o ser humano não pode ser reconhecido pelo Direito sob a mesma objetividade atribuída às coisas[14].

Ao lado de outros seres vivos, também racionais, o que outorga singularidade e dignidade ao ser humano reside à condição de sua liberdade[15]. É sobre a proteção e garantia da liberdade humana que o Direito deve eleger a sua finalidade *"el Derecho ha sido creado por el ser humano para proteger, precisamente, lo que para él es lo más valioso, es decir, su ser libertad, sustento y posibilitador de su vida"*[16].

É essa liberdade que permite ao ser humano eleger quais as suas razões ou motivações para o existir, isto é, conceber o seu projeto de vida. Conforme Carlos Fernández Sessarego *"El ejercicio de esta libertad le permite proyectar su vida de acuerdo a sus propias decisiones, cumplir con una determinada vocación, realizarse como persona, alcanzar su destino personal, colmar sus expectativas y aspiraciones existenciales"*[17].

A liberdade que faz do ser humano "um contínuo e permanente ser projetante ou projetivo"[18], é que torna o projeto de vida de determinado indivíduo singular e único, divergente de todas as demais pessoas. Cada projeto

---

las Personas', la misma que fuera publicada en 1962 por la misma casa de estudios bajo el título de 'La noción jurídica de persona'. Destacan, entre sus principales investigaciones, la Teoría Tridimensional del Derecho, la Noción Jurídica de la Persona, Abuso del Derecho, Derecho a la Identidad y la creación de los conceptos de daño a la persona y proyecto de vida. Entre las principales culturas jurídicas que se han visto claramente influenciadas por sus aportes destacan la argentina, la francesa, la italiana y, desde luego, la peruana". SESSAREGO, Carlos Fernández. El derecho y la libertad como proyecto. **IUS ET VERITAS**, v. 24, n. 52, p. 114-133, fev. 2016. Em complementação sobre a vida de Carlos Fernández Sessarego, indica-se a leitura de: ESPINOZA, Juan Espinoza. Tributo al maestro: recordando a Carlos Fernández Sessarego. **THEMIS – Revista de Derecho**, n. 75, p. 11-13, abr. 2019.

[14] SESSAREGO, Carlos Fernández. **Derecho y persona**. Disponível em: https://bit.ly/3Wbcwyf. Acesso em: 23 jan. 2023, p. 28.

[15] SESSAREGO, Carlos Fernández. Apuntes para una distinción entre el daño al "proyecto de vida" y el daño "psiquico". **THEMIS – Revista de Derecho**, n. 32, p. 161-164, nov. 1995, p. 161.

[16] Tradução livre: "O Direito foi criado pelo ser humano para proteger, justamente, o que ele tem de mais valioso, ou seja, sua liberdade, sustento e facilitador de sua vida" (SESSAREGO, Carlos Fernández. Reflexiones sobre el objeto de estudio y la finalidad del derecho. **THEMIS – Revista de Derecho**, n. 60, p. 285-293, nov. 2011, p. 292 e p. 161).

[17] Tradução livre: "O exercício desta liberdade permite-lhe planear a sua vida de acordo com as suas próprias decisões, cumprir uma determinada vocação, realizar-se como pessoa, alcançar o seu destino pessoal, cumprir as suas expectativas e aspirações existenciais" (SESSAREGO, Carlos Fernández. Reflexiones sobre el objeto de estudio y la finalidad del derecho. **THEMIS – Revista de Derecho**, n. 60, p. 285-293, nov. 2011, p. 292).

[18] SESSAREGO, Carlos Fernández. É possível proteger, juridicamente, o projeto de vida. **Rev. Electronica Direito Sociedade**, v. 05, p. 41-57, 2017, p. 08.

representa o “conjunto de ideias, de aspirações, de expectativas”[19] próprias daquele o titulariza. Nesse sentido, para constituição do que possa ser elegível como um autêntico projeto de vida, considera-se que a liberdade também representa a autonomia individual exercível por determinada pessoa de acordo com suas vocações.

Assim é que, essa liberdade que se faz sentida, mas, não pode ser definida, segundo Carlos Fernández Sessarego, tal qual uma coisa ou um objeto, pode ser percebida sobre os seguintes atributos: “capacidade de avaliar, de tomar decisões, preferir ou eleger, por si mesmo, um comportamento, ato ou conduta qualquer, sem limitação alguma, dentre a infinita gama de possibilidades, opções ou oportunidades oferecidas [...]”[20].

Como consequência, a liberdade que impulsiona o ser humano a projetar-se sobre aquilo que deseja para o seu âmbito profissional, familiar ou existencial, é o que o faz adquirir sua própria biografia, não sobre uma condição maciça e imodificável, mas, em constante processo de constituição sobre aquilo que se elege para si como projeto de vida. Diante disso e emprestando a expressão de Carlos Fernandez Sessarego, questiona-se se a pessoa com deficiência, uma vez submetida ao mecanismo de substituição da vontade, não estaria sujeita à constituição de um “projeto inautêntico”[21] de vida.

Com a ratificação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD)[22] e pela entrada em vigor Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, denominada “Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência” (Estatuto da Pessoa com Deficiência – EPD), institui-se o reconhecimento das pessoas com deficiência como *“novos sujeitos de direito”*[23] detentores do

---

[19] SESSAREGO, Carlos Fernández. É possível proteger, juridicamente, o projeto de vida. **Rev. Electronica Direito Sociedade**, v. 05, p. 41-57, 2017, p. 08.
[20] SESSAREGO, Carlos Fernández. É possível proteger, juridicamente, o projeto de vida. **Rev. Electronica Direito Sociedade**, v. 05, p. 41-57, 2017, p. 42.
[21] SESSAREGO, Carlos Fernández. É possível proteger, juridicamente, o projeto de vida. **Rev. Electronica Direito Sociedade**, v. 05, p. 41-57, 2017, p. 52.
[22] A Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, assinada em Nova York (EUA), em 30 de março de 2007, ingressou no ordenamento jurídico brasileiro com *status* de norma constitucional mediante aprovação pelo Decreto Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008 segundo o quórum qualificado previsto no § 3º do art.5º da Constituição Federal, sequencialmente, foi promulgada em âmbito nacional pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.
[23] ROSENVALD, Nelson. O modelo social de direitos humanos e a Convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência: o fundamento primordial da Lei nº 13.146.2015. *In*: MENEZES, Joyceane Bezerra de (Org.). **Direito das pessoas com deficiência psíquica e intelectual nas**

reconhecimento da capacidade civil plena para exercício inclusive de seus direitos existenciais, os quais, ainda que sob curatela, não poderão ser desempenhados pelo curador.

A instituição desse microssistema de proteção trouxe o reconhecimento da deficiência desatrelada do viés patológico passível de normalização ou como causa proveniente de responsabilização pessoal. A partir das novas disposições, institui-se em sede de ordem constitucional o modelo social da deficiência e com ele, o direito de que todas as pessoas com deficiência estejam asseguradas em torno da liberdade de escolha sobre a vida que se quer levar a partir da remoção das barreiras existentes em sociedade[24].

Nessa toada, elegendo a pessoa com deficiência intelectual como paradigma de análise da presente tese, questiona-se fundamentado a teoria de Carlos Fernandez Sessarego: pode ser reconhecido à pessoa com deficiência intelectual autenticidade na constituição e desenvolvimento de um Projeto de Vida como mecanismo construtor de sua biografia existencial? Uma vez delineada essa resposta, indaga-se: Qual a forma de sua implementação ou, condução?

Considerando que dentre as pessoas com deficiência intelectual, estão aquelas que não têm qualquer discernimento ou autodeterminação, em razão de uma questão de ordem mental mais grave, cabe-lhes cogitar um projeto de vida estendido a uma construção existencial personalista.

Cumpre observar que, embora a nomenclatura “pessoa com deficiência intelectual” tenha sido acolhida em âmbito internacional em supressão ao uso da terminologia “pessoa com deficiência mental” conforme a Declaração de Montreal (2004), ficou a cargo dos países signatários da Convenção regulamentarem em âmbito interno a melhor diferenciação entre os termos, bem como, a possível abrangência dos transtornos psicossociais.

Como o âmbito brasileiro ainda padece de referida regulamentação (desde a ratificação da Convenção em 2008), reforça-se o acolhimento na

---

relações privadas: Convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência e Lei Brasileira de Inclusão. Rio de Janeiro: Processo, 2016, p. 91-110, p. 108.

[24] BERBERI, Marco Antonio Lima; BRAZZALE, Flávia Balduino. A inacessibilidade virtual como forma de discriminação da pessoa com deficiência. *In*: NOGUEIRA, Humberto; ALVITES, Elena; SCHIER, Paulo; SARLET, Ingo W. (Orgs.). **Anais da VIII Jornada da Rede Interamericana de Direitos Fundamentais e Democracia.** v. I. Porto Alegre: Editora Fundação Fênix, 2021, p. 167-190, p. 169.

presente tese da referenciação eleita em âmbito internacional, podendo assim, ser considerado o emprego da denominação deficiência intelectual para denominações antes existentes como: deficiência mental; doente mental; retardo mental; retardamento mental; criança ou pessoa excepcional[25].

Valendo-se da expressão de Paulo Ricardo Schier, é possível atribuir ao projeto de vida sua "nota de fundamentalidade"[26] à medida que sua concepção e concretização inter-relacionam-se a própria tutela essencial do ser humano. Isso torna defensável que o próprio projeto de vida deva assumir a condição de ser protegido juridicamente a partir da cláusula de abertura dos direitos fundamentais[27], prevista no artigo 5º, § 2º da Constituição[28], razão pela qual, o presente estudo vincula-se a linha de pesquisa deste programa de doutorado em Direito, atinente à Constituição e Condições Materiais da Democracia.

Quanto ao procedimento metodológico que será aplicado a presente tese, o trabalho segue o método de abordagem dedutivo, e o procedimento de pesquisa interdisciplinar, que relaciona Direito e Literatura. Eis que há na literatura uma rica narrativa da condição humana, à luz de elementos de outras ciências, que permitem ao Direito encontrar respostas para questões contemporâneas[29].

O *Law and Literature*, movimento despontado na Europa e Estados Unidos no início do século XX e que foi evidenciado no Brasil a partir de 1930 com as investigações jurídicas realizada por Aloysio de Carvalho Filho nas obras

---

[25] SASSAKI, Romeu Kazumi. **Terminologia sobre deficiência na era da inclusão**. Disponível em: https://encurtador.com.br/bcj39. Acesso em: 12 jan. 2024.

[26] SCHIER, Paulo Ricardo. Novos desafios da filtragem constitucional no momento do neoconstitucionalismo. **A&C – Revista de Direito Administrativo e Constitucional**, Belo Horizonte, a. 05, n. 20, p. 145-165, abr./jun. 2005, p. 159.

[27] SCHIER, Paulo Ricardo; BRAZZALE, Flávia Balduino; MORBINI, Francieli Korquievicz. Para além da acessibilidade: o direito de acesso amplo como direito fundamental à pessoa com deficiência. *In*: LORENZETTO, Andrei Meneses; MORBINI, Francieli Korquievicz (Orgs.). **Direitos fundamentais em debate**. Florianópolis: Emais, 2022, p. 21-42, p. 26.

[28] Nos termos do artigo 5º, § 2º da Constituição: "Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte". BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.

[29] BARBOSA-FOHRMANN, Ana Paula; ARAÚJO, Luana Adriano; CARDOSO SILVA, Gustavo. Direito, literatura e deficiência em Flannery O'Connor. **Revista Jurídica – FURB**, [*S.l.*], v. 23, n. 51, p. 01-30, dez. 2019, p. 03.

de Machado de Assis, implementou-se com objetivo de desenvolver o Direito como hipótese de humanização do jurista atento para reflexão e ação[30].

Compreender o Direito extraído do tradicional "círculo fechado da dogmática de raiz positivista"[31], constituiu a grande contribuição que o direito, percebido a partir do escrito literário, poderia atingir. Trata-se da inversão à percepção analítica e formalista do positivismo jurídico que a "teoria do direito contado"[32], referenciada por François Ost, deseja estabelecer por meio de uma "dialética reconstrutiva"[33] entre direito e literatura. Assim é que a aproximação da Literatura ao Direito busca conferir para esse trabalho uma feição interdisciplinar, oferecendo visões diversas acerca da existência humana, o que não resulta em mera combinação de elementos, mas na tensão e rearticulação das matérias que possibilitam novos objetos e significados de estudo[34].

É nesta perspectiva, que o trabalho elege como personagem a pessoa com deficiência intelectual, e busca na literatura a narrativa para contribuição sobre o reconhecimento do seu projeto de vida, ou, por sua vez, o modo pelo qual lhe foram tolhidos desse direito consubstanciando-se verdadeiro exercício de analogia entre a realidade e a ficção.

Considerando-se as diversas correntes que empreendem o estudo interdisciplinar entre Direito e Literatura apontadas por François Ost[35], o presente trabalho utiliza-se da corrente "direito *na* literatura"[36], investigando as

---

[30] TRINDADE, André Karam; BERNSTS, Luísa Giuliani. O estudo do "direito e literatura" no Brasil: surgimento, evolução e expansão. **ANAMORPHOSIS – Revista Internacional de Direito e Literatura**, Porto Alegre, v. 03, n. 01, p. 225-257, 2017, p. 230.

[31] BARBOSA-FOHRMANN, Ana Paula; ARAÚJO, Luana Adriano; CARDOSO SILVA, Gustavo. Direito, literatura e deficiência em Flannery O'Connor. **Revista Jurídica – FURB**, [*S.l.*], v. 23, n. 51, p. 01-30, dez. 2019, p. 04.

[32] OST, François. **Contar a lei**: as fontes do imaginário jurídico. Tradução de Paulo Neves. Rio Grande do Sul: Editora Unisinos, 2007, p. 46.

[33] OST, François. **Contar a lei**: as fontes do imaginário jurídico. Tradução de Paulo Neves. Rio Grande do Sul: Editora Unisinos, 2007, p. 48.

[34] BARBOSA-FOHRMANN, Ana Paula; ARAÚJO, Luana Adriano; CARDOSO SILVA, Gustavo. Direito, literatura e deficiência em Flannery O'Connor. **Revista Jurídica – FURB**, [*S.l.*], v. 23, n. 51, p. 01-30, dez. 2019, p. 04.

[35] François Ost aponta três correntes destinadas a aplicação do estudo empreendido sob o nome geral de "direito e literatura", são elas: "[...] direito da literatura, que estuda a maneira como a lei e a jurisprudência tratam os fenômenos de escrita literária, distingue-se o direito como literatura, que aborda o discurso jurídico com os métodos da análise literária [...], e por fim o direito na literatura, [...] que se debruça sobre a maneira como a literatura trata questões de justiça e de poder subjacentes à ordem jurídica". OST, François. **Contar a lei**: as fontes do imaginário jurídico. Tradução de Paulo Neves. Rio Grande do Sul: Editora Unisinos, 2007, p. 48.

[36] OST, François. **Contar a lei**: as fontes do imaginário jurídico. Tradução de Paulo Neves. Rio Grande do Sul: Editora Unisinos, 2007, p. 48.

representações literárias da justiça e do direito, de tal modo a abarcar suas instituições, procedimentos e atores. Eis que é nesta percepção que se destaca o "papel da literatura para a compreensão da realidade"[37], atentando-se para as distintas representações da natureza humana. Para realização desse contraponto entre as fontes que serão abrangidas ao longo da tese, justifica-se ao leitor a utilização do ítalico como forma de destaque às inserções literárias.

Ao invés de proceder à pesquisa empírica, realizando entrevistas ou coleta de dados estatísticos, optou-se por buscar nas narrativas literárias subsídios sobre o que é necessário para que a pessoa com deficiência desenvolva seu projeto de vida. Estima-se que é imprescindível descartar a autonomia de contornos individualistas, fundamentados na filosofia kantiana, para enunciar uma autonomia relacional, segundo a qual a pessoa com deficiência poderá exercer seus direitos com o apoio da família, da sociedade e do Estado. Para tanto, buscar-se-á na filosofia hegeliana os fundamentos de uma liberdade que não pode ser exercida de modo isolado, mas inserida na sociedade.

Seguido essas diretivas, o plano de trabalho foi dividido em três capítulos.

Utilizando-se da crônica "O Alienista", de Machado de Assis, o primeiro capítulo apresenta os principais modelos definidores da deficiência (prescindência, médico e social). O diálogo com esta representação literária evidencia uma concepção excludente da pessoa com deficiência que se projeta para o campo jurídico. Torna-se possível uma *revisão crítica da biografia da pessoa com deficiência,* encontrada nos textos legais.

Sob o termo "Biografia do Homem", de Orlando de Carvalho, retrata-se o percurso de vida e morte do sujeito de direito, correspondente ao homem burguês, para quem, a liberdade existencial sempre esteve ofuscada pela prevalência das liberdades patrimoniais. Demonstra-se o caminhar histórico do reconhecimento da pessoa com deficiência como sujeito de direito, no qual as codificações civis modernas disciplinaram a pessoa como mero elemento configurador de relações jurídica e não como valor. Deste modo, a pessoa com

[37] KARAM, Henriete. Questões teóricas e metodológicas do direito na literatura: um percurso analítico-interpretativo a partir do conto Suje-se gordo!, de Machado de Assis. **Revista Direito GV**, v. 13, p. 827-865, 2017, p. 834-835.

deficiência foi entendida à luz do modelo médico como um inconveniente a ser controlado pelo Direito.

O capítulo finaliza com a regulamentação jurídica dos direitos da pessoa com deficiência pelo direito civil codificado à luz do Princípio do Paternalismo. Esse fato enunciou o regime das incapacidades fundamentado no modelo médico de deficiência, o que esvaziou esses indivíduos de seus direitos existenciais.

O segundo capítulo tem por objetivo apresentar o problema da tese, recorrendo-se novamente ao diálogo entre o Direito e a Literatura, por meio da narrativa do conto “Teoria do Medalhão”, de Machado de Assis, do qual se extrai o embate entre um jovem e seu pai na condução do projeto de vida deste último. Transpondo-se o conto para as pessoas com deficiência, depara-se com uma concepção paternalista que, tomando por empréstimo a expressão de Carlos Fernandez Sessarego, idealiza um “projeto inautêntico”, isto é, constituído em discordância da vontade dessas pessoas e sob a prevalência dos interesses eleitos pelos curadores que as representam. Esse desenvolvimento caminhará em prol do reconhecimento do projeto de vida como um direito humano-fundamental.

Esse indagar deposita na *autonomia relacional, a chave de leitura do projeto de vida da pessoa com deficiência.* A tese desce aos fundamentos desse princípio, discorrendo sobre a insuficiência de sua matriz kantiana, que lhe conferiu um caráter individualista, para evidenciar que no “processo dialético de reconhecimento”, enunciada por Hegel[38], “a pessoa não nasce pessoa, mas se torna pessoa, com o outro, contra o outro e através do outro”[39]. Eis as bases para o reconhecimento de uma pluralidade existencial para “as mais variadas formas de manifestações de vida”[40], explanado por Maria de Fátima Freire de Sá e Diogo Luna Moureira.

---

[38] CHÂTELET, François. **Uma história da razão**: entrevistas com Émile Noël. Tradução de Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, p.136.

[39] MOUREIRA, Diogo Luna. **Pessoas e autonomia privada**: dimensões reflexivas da racionalidade e dimensões operacionais da pessoa a partir da teoria do direito privado. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011, p. 96.

[40] SÁ, Maria de Fátima Freire de; MOUREIRA, Diogo Luna. **Autonomia para morrer**: eutanásia, suicídio assistido, diretivas antecipadas de vontade e cuidados paliativos. 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2015, p. 32.

O capítulo termina por evidenciar que a concepção de autonomia, acima exposta, inspirou a Convenção dos Direitos das Pessoas com a Deficiência (CDPD) e a Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, denominada “Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência”. Eis que o ideário do movimento de vida independente, institucionalizado com a CDPD, atrela-se a nova perspectiva da autonomia relacional que não pode ser compatibilizada com os preceitos derivados do Código Civil de matriz individualista.

No terceiro capítulo a tese, ora proposta, revela-se na *afirmação do projeto de vida da pessoa com deficiência*. A filosofia existencialista será aproximada para demonstrar a fundamentação que serve de base interpretativa ao projeto de vida da pessoa com deficiência intelectual. Toma-se lição no arcabouço teórico de Carlos Fernandez Sessarego, para explicar em que consiste o projeto de vida, seus elementos formadores, sua forma de reconhecimento e sua essencialidade para o ser humano.

Chega-se, então, ao reconhecimento do direito ao projeto de vida da pessoa com deficiência, que uma vez qualificado como um direito humano fundamental, irá pressupor a interpretação no exercício de uma autonomia relacional e não em sua concepção individualista como a que restou instrumentalizada pelo direito civil codificado.

Com um tom de originalidade, a partir do conto “O Espelho” de Machado de Assis, propõe-se que o projeto de vida da pessoa com deficiência intelectual deva se constituir sob o fundamento da autonomia relacional. Sob a acepção “estendido”, pretende-se a construção de um projeto de vida o mais autêntico possível da pessoa com deficiência intelectual, cujos direitos existenciais possam ser afirmados em uma perspectiva autônoma, porém, relacional.

1. A REVISÃO CRÍTICA DA BIOGRAFIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

1.1 DA LITERATURA PARA O DIREITO: UM CONTRIBUTO A BIOGRAFIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA A PARTIR DA CRÔNICA “O ALIENISTA” DE MACHADO DE ASSIS

Mediante a corroboração do contexto literário e âmbito temporal da fonte “O Alienista”, debruça-se sobre as diferentes identidades sociais interpostas às pessoas com deficiência, compreendendo as desvantagens que já sofreram e obrigações que se impõem, é o que se propõe no presente item.

Joaquim Maria Machado de Assis (1839–1908†), pode ser referenciado pelo retrato crítico que suas obras conseguiram carregar em torno de uma sociedade conservadora dos “saberes dominantes”[41] e dos modos de opressão que mereciam ser contestados. O autor vivenciou a condição de ser pessoa com deficiência e, de forma conjunta, o preconceito social que lhe fez adotar um comportamento tímido e discreto. Machado de Assis foi caracterizado pela gagueza, epilepsia[42] e nos últimos anos de vida, desenvolveu um severo comprometimento da visão[43].

Com essa consideração, suas manifestações literárias revelaram o contexto social e as angústias que o próprio Machado de Assis confessou ter

---

[41] GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes. **Direito e literatura:** Machado de Assis, O alienista e a Revolta dos canjicas. Disponível em: https://bit.ly/41bAJXa. Acesso em: 05 out. 2022, p. 02.

[42] Em carta endereçada para Magalhães de Azeredo em 20 de maio de 1897, Machado de Assis retrata sobre a epilepsia: “A minha doença seria antes cansaço que outra coisa. Estou e continuo muito fatigado, e ultimamente por isto ou por aquilo, tenho algumas dores nevrálgicas na cabeça, mas vão passando” (ASSIS, Machado de. **Correspondência de Machado de Assis** – tomo III – 1890-1900. Organização de Sergio Paulo Rouanet, Irene Moutinho e Sílvia Eleutério. Rio de Janeiro: ABL, 2011, p. 230-231).

[43] Machado de Assis “diz que estava quase cego quando compôs Memórias Póstumas de Brás Cubas, e que ditou a Carolina meia-dúzia de capítulos”. (ASSIS, Machado de. **Correspondência de Machado de Assis** – tomo III – 1890-1900. Organização de Sergio Paulo Rouanet, Irene Moutinho e Sílvia Eleutério. Rio de Janeiro: ABL, 2011, p. IX). Em carta endereçada para Magalhães de Azeredo em 02 de abril de 1895, Machado de Assis escreve “já fui doente exemplar, quando padeci de uma retinite e me proibiram ler. Estive assim longas semanas. Era minha mulher que me lia tudo. Para o fim serviu-me de secretária. As Memórias Póstumas de Brás Cubas foram começadas por esse tempo; ditei-lhe creio que meia dúzia de capítulos.” (ASSIS, Machado de. **Correspondência de Machado de Assis** – tomo III – 1890-1900. Organização de Sergio Paulo Rouanet, Irene Moutinho e Sílvia Eleutério. Rio de Janeiro: ABL, 2011, p. 72-73).

pessoalmente sofrido. Suas dores foram descritas nas cartas endereçadas ao seu considerado “querido amigo Mário de Alencar”[44] no ano de 1908:

> *O mal-estar de espírito a que se refere não se corrige por vontade, nem há conselho que o remova, creio; mas, se um enfermo pode mostrar a outro o espelho do seu próprio mal conseguirá alguma coisa. Também eu tenho desses estados de alma e cá os venço como posso, [...] A arte é o remédio e o melhor deles. [...]. Eu vou emagrecendo e o trabalho neste trimestre adicional cresce e cansa. Estive com o Miguel Couto naquele dia, ouviu-me e receitou-me um remédio novo, que não existe aqui, nem no Werneck, nem no Silva Araújo, nem no Rangel. Ficou de entender-se com o Werneck, para mandar buscá-lo; depois disse-me que era melhor ver se o preparavam aqui mesmo, e eu continuo a tomar os que me dera antes. (Rio de Janeiro, 23 fevereiro de 1908)[45].*
>
> *É preciso sacudir esses nervos despóticos, que fazem da gente o que querem. [...] Eu cá vou andando com os meus tédios. Agora sinto-me um pouco melhor, a despeito de algo que me aconteceu hoje mesmo. O que faço é não me mostrar a todos tal qual ando: muitos me acharão alegre e ainda bem (Rio de Janeiro, 20 abr. 1908)[46].*
>
> *Hoje acordei um pouco melhor e vou agüentando o dia. O médico estando aqui agora reduziu isto a termos técnicos. Oxalá venha assim a noite e amanhã não desminta o dia de hoje. [...] Adeus, meu querido Mário; Não digo mais por não poder cansar a cabeça e a vista. Até breve (Rio de Janeiro, 12 jul. 1908)[47].*

Registrado no livro de suas *Memórias Póstumas (1880-1881)*, o delírio de Brás Cubas foi redigido no período em que a epilepsia de Machado de Assis estava asseverada pela senilidade e isso, provocava-lhe incontroláveis estados de confusão mental. Tratava-se da ocorrência dos chamados “estados oniróides”[48] e sem os quais, conforme José Leme Lopes, “seria impossível compor o conjunto de sinais e sintomas, que é substrato do capítulo famoso”[49].

---

[44] ASSIS, Machado de. **Correspondência de Machado de Assis**. Disponível em: https://bit.ly/41dHk3i. Acesso em: 08 nov. 2022.
[45] ASSIS, Machado de. **Correspondência de Machado de Assis**. Disponível em: https://bit.ly/41dHk3i. Acesso em: 08 nov. 2022.
[46] ASSIS, Machado de. **Correspondência de Machado de Assis**. Disponível em: https://bit.ly/41dHk3i. Acesso em: 08 nov. 2022.
[47] ASSIS, Machado de. **Correspondência de Machado de Assis**. Disponível em: https://bit.ly/41dHk3i. Acesso em: 08 nov. 2022.
[48] LOPES, José Leme. **Machado de Assis e a epilepsia**. Disponível em: https://bit.ly/3KGmBy6. Acesso em: 12 nov. 2022, p. 45. Em complementação, Isaias Paim define como Delírio Oniróide “uma síndrome observada no curso de doenças febris, intoxicações crônicas e enfermidades cerebrais orgânicas. Em sua fase de pleno desenvolvimento, caracteriza-se por esses sintomas fundamentais: obnubilação da consciência, desorientação e alucinações. [...]” (PAIM, Isaías. **Curso de psicopatologia**. 11. ed. São Paulo: EPU, 1993, p. 203).
[49] LOPES, José Leme. **Machado de Assis e a epilepsia**. Disponível em: https://bit.ly/3KGmBy6. Acesso em: 12 nov. 2022, p. 45.

Nessa fase realista ou do amadurecimento de Machado de Assis[50], o diálogo literário buscou aproximar-se da concreta percepção humana apontando suas fragilidades e tecendo críticas sociais pertinentes, razão pela qual, a questão da loucura tornou-se uma nítida preocupação que ainda veio a ser abordada pelo autor em *Quincas Borba (1886-1891)* e, no principal expoente de "estupenda apoteose à antipsiquiatria"[51] leia-se, modelo médico de deficiência, que foi *O Alienista (1881-1882).*

Por tudo isso, a aplicação da corrente nomeada por François Ost como "direito *na* literatura"[52], mostrou-se especialmente contributiva para esse item de desenvolvimento. Por dedicar-se a investigação de toda "temática concernente ao universo jurídico que se faz presente em textos literários"[53], essa vertente tornou-se conhecida por seu valor crítico e reflexivo como sendo a mais importante no âmbito acadêmico, de acordo com Henriete Karam.

A aproximação do campo da literatura e do Direito, refletiu-se a partir do movimento estadunidense *Law and Literature* no início do século XX. No Brasil, referencia-se como precursor Aloysio de Carvalho Filho que publicou na década de 50 "O processo penal e Capitu" e "Machado de Assis e o problema penal", em início das muitas análises jurídicas que seriam propiciadas pelas obras machadianas[54].

Como a literatura "contribui diretamente para a formulação e a elucidação das principais questões relativas à justiça, à lei e ao poder"[55], François Ost

---

[50] Na divisão da literatura Machadiana, consagra-se duas principais fases. Na primeira fase do romantismo, incluem-se os seguintes clássicos: Ressureição (1872), A mão e a luva (1874), Helena (1876), Iaiá Garcia (1878). Na segunda fase do realismo, incluem-se: Memórias Póstumas de Brás Cubas (1881), Quincas Borba (1891), Dom Casmurro (1899), Esaú e Jacó (1904), Memorial de Aires (1908) (FARACO, Carlos. Um mundo que se mostra por dentro e se esconde por fora. *In*: ASSIS, Machado de. **O alienista**. 35. ed. São Paulo: Ática, 2011, p. 74).

[51] LOPES, José Leme. **Machado de Assis e a epilepsia**. Disponível em: https://bit.ly/3KGmBy6. Acesso em: 12 nov. 2022, p. 46.

[52] OST, François. **Contar a lei**: as fontes do imaginário jurídico. Tradução de Paulo Neves. Rio Grande do Sul: Editora Unisinos, 2007, p. 55.

[53] KARAM, Henriete. Questões teóricas e metodológicas do direito na literatura: um percurso analítico-interpretativo a partir do conto Suje-se gordo!, de Machado de Assis. **Revista Direito GV**, v. 13, n. 3, p. 827-865, 2017, p. 834.

[54] TRINDADE, André Karam; BERNSTS, Luísa Giuliani. O estudo do "direito e literatura" no Brasil: surgimento, evolução e expansão. **ANAMORPHOSIS – Revista Internacional de Direito e Literatura**, Porto Alegre, v. 03, n. 01, p. 225-257, 2017, p. 230.

[55] OST, François. **Contar a lei**: as fontes do imaginário jurídico. Tradução de Paulo Neves. Rio Grande do Sul: Editora Unisinos, 2007, p. 55.

conclui que existem “tesouros de saberes nas narrativas de ficção – uma mina com a qual as ciências sociais contemporâneas fariam bem em se preocupar”[56].

Concordante a essa descoberta, permitir extrair a representação viva em torno da deficiência e atuação do Direito a partir da realidade impregnada na crônica *“O Alienista”*, passa a ser o instigante mecanismo de compreensão e diferenciador dessa pesquisa jurídica acadêmica.

O realismo consistente na obra machadiana é condizente com o período sobre o qual desvendar a forma de tratamento, ou, pode-se dizer, encontrar os mecanismos médicos e institucionalizáveis para domesticação e controle dos indivíduos considerados desprovidos do uso da razão, atendia à primeira ordem de conveniência social e aos ideários envoltos com a nova corrente da medicina que despontava na Europa entre o século XVIII para o Século XIX, sob a denominação de *Alienismo.*

Escrito no ano de 1881, as crônicas da vila de Itaguaí foram pela primeira vez publicadas de modo fragmentado ao longo dos meses de outubro de 1881 a março de 1882 em onze edições da revista carioca *A Estação: Jornal Illustrado para a Familia*[57]. Destinada às senhoras leitoras de ilibada conduta para época, logo após a primeira seção de modas, bordados, chapéus, costuras e utilidades domésticas, as páginas finais da seção “Litteratura”[58] dividiram espaço com “O Alienista”.

A crônica abre as portas nos idos de 1800 da denominada Casa Verde, a qual, localizada na vila de Itaguaí teve como idealizador, combatente e último paciente que buscava naquele prédio de loucos a sua própria cura, o estudioso médico Dr. Simão Bacamarte[59].

Local para o qual deveriam ser levados todos aqueles merecedores de tratamento da *“saúde da alma”*[60], pouco importando o que de fato isso

---

[56] OST, François. **Contar a lei**: as fontes do imaginário jurídico. Tradução de Paulo Neves. Rio Grande do Sul: Editora Unisinos, 2007, p. 14.
[57] ASSIS, Machado. **O Alienista.** A Estação: Jornal Illustrado para a Familia. Ano 1881, Edição 19. Disponível em: https://bit.ly/3olG67G. Acesso em: 29 jul. 2022. Para leitura complementar sobre o perfil da Revista “A Estação”, indica-se o artigo científico de CRESTANI, Jailson Luís. O perfil editorial da revista A Estação: Jornal ilustrado para a família. Revista da Anpoll, [*S. l.*], v. 01, n. 25, p. 323-353, 2008.
[58] ASSIS, Machado. **O Alienista.** A Estação: Jornal Illustrado para a Familia. Ano 1881, Edição 19. Disponível em: https://bit.ly/3olG67G. Acesso em: 29 jul. 2022.
[59] ASSIS, Machado de. **O alienista**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014.
[60] ASSIS, Machado de. **O alienista**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014, p. 21.

representaria, era no julgamento raso e sumário que o alienista sacramentava a reclusão de seus pacientes, dentre muitos, incluíram-se: o pródigo, os dementes, a namoradeira, os curiosos da vida alheia, os mentecaptos, os cultores de enigmas, os fabricantes de charadas, os perfeitamente desequilibrados, incluindo-se, um advogado, cujo "*conjunto de qualidades morais e mentais"*[61] representava uma ameaça se ficasse fora da Casa Verde.

Ainda, deve ser lembrado que entre outras tantas figuras públicas que se tornaram pacientes do Dr. Simão Bacamarte, encontrava-se sua própria esposa, D. Evarista da Costa e Mascarenhas. Diante de sua indecisão entre usar um colar de granada ou outro de safira para compor a vestimenta de um baile, D. Evarista foi diagnosticada pelo marido com demência e rapidamente direcionada para uma das galerias da Casa[62].

Já ao final como saldo resultante dos estudos vivenciados e, em período próximo a sua morte, Dr. Simão Bacamarte chegou à conclusão de que *"os cérebros bem organizados que ele acabava de curar, eram tão desequilibrados como os outros"*[63]*,* isto lhe fez reconhecer que reunia em si mesmo a "teoria e prática"[64] de suas pesquisas.

Por tal razão, trancafiou-se solitariamente à Casa Verde e assim permaneceu voluntariamente internado nos seus últimos dezessete meses de vida. Entretanto, mesmo após sua morte, continuou sendo o assunto mais falado na boca do povo daquele pequeno vilarejo. A única diferença é que agora as pessoas perguntavam se de fato, o verdadeiro louco que um dia existiu em Itaguaí teria sido, somente, o próprio alienista[65].

Diante das incompreensões a serem respondidas sobre o outro, o cronista retrata as fragilidades na percepção da diferença, nas formas de tutela e no reconhecimento da pluralidade existente em sociedade. A respectiva obra de ficção da literatura clássica brasileira, ainda revela sua atualidade em torno do

---

[61] ASSIS, Machado de. **O alienista**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014, p. 80.
[62] ASSIS, Machado de. **O alienista**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014, p. 72.
[63] ASSIS, Machado de. **O alienista**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014, p. 86.
[64] ASSIS, Machado de. **O alienista**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014, p. 87.
[65] ASSIS, Machado de. **O alienista**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014. p. 88.

reconhecimento social da pessoa com deficiência e em diferentes períodos da história.

Como apresenta Lilia Ferreira Lobo, os invisíveis da história sempre existiram representados por toda forma de consideração sobre incapacidade ou invalidade humana. São correspondentes aos que possuíram "existências infames: sem notoriedade [...]"[66] e que hoje, mesmo não podendo serem considerados minoritários sob a ordem de importância quantitativa, a exemplo das pessoas com deficiência[67], ainda permanecem confrontando com a existência de um ambiente não inclusivo.

A trajetória que coloca a conceituação da deficiência como processo em evolução[68], representa a existência de um ponto de partida marcado pela irrelevância social e desprezo sobre o valor humano que fazem perdurar a constante necessidade de reafirmação sobre os direitos desses sujeitos.

Na compreensão de serem doentes passíveis de normalização, o alienismo direcionou sua aplicação aos problemas considerados da *"patologia cerebral"*[69]. Sendo a loucura considerada uma doença proveniente de causas humanas (e não mais atrelada ao campo espiritual e metafísico), seria devido que o paciente diagnosticado como alienado mental sofresse intervenções físicas e psíquicas por médicos específicos e em lugares apropriados para tal destinação.

No Brasil, o interesse por essa forma de atuação médica sobre a loucura, adveio com a chegada da Família Real no ano de 1808. Emilio Figueira descreve que a partir desse marco o atendimento à questão da "saúde" no Brasil passou por consideráveis mudanças.

---

[66] LOBO, Lilia Ferreira. **Os infames da história:** pobres, escravos e deficientes no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015, p. 13.

[67] No Brasil o número de pessoas com deficiência é de 45.606.048, o que corresponde a 23,6% da população. Disponível em: https://bit.ly/42euja7. Acesso em: 01 jan. 2023. No ano de 2018, o IBGE fez uma releitura desses dados classificando de acordo com a NT IBGE 01/2018 a quantia de 12,7 milhões de brasileiros enquadram-se em incapacidade total ou com muitas dificuldades para desempenho das mesmas atividades levantadas pelo Censo 2010. (BRASIL. **Câmara dos Deputados**. CPD. Arquivos. Disponível em: https://bit.ly/3KIkcTk. Acesso em: 01 jan. 2023).

[68] Nos termos do preâmbulo da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, consta: "Os Estados Partes da presente Convenção, [...] e) Reconhecendo que a deficiência é um conceito em evolução e que a deficiência resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras devidas às atitudes [...]" (**ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU**. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Disponível em: https://bit.ly/3okf2p0. Acesso em: 18 out. 2022).

[69] ASSIS, Machado de. **O alienista**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014, p. 20.

Como recebemos uma “Corte de dez mil pessoas, com exigências e costumes que a estrutura colonial não podia suportar, D. João VI tratou de equipar o Rio de Janeiro com as instituições necessárias [...]”[70], tudo para comodidades da vida burguesa lusitana, dentre as quais, incluía a busca por “medidas eficientes de controle social” aos que padecessem desse mal da mente[71].

Não por acaso, o protagonista desenhado por Machado de Assis sob a referência de *Dr. Simão Bacamarte* era regresso de Portugal para ao Brasil quando, aos trinta e quatro anos de idade o rei não conseguiu convencê-lo *“que ficasse em Coimbra, regendo a universidade, ou em Lisboa, expedindo os negócios da monarquia. – A ciência, disse ele a Sua Majestade, é o meu emprego único; Itaguaí é o meu universo”*[72].

Mesmo sendo considerado o maior dos médicos do Brasil, de Portugal e das Espanhas, a escolha que Simão Bacamarte fez para estudo e prática da medicina em Itaguaí, direcionou-se ao *“recanto psíquico”*[73]. Isto, porque, em suas justificativas *“não havia na colônia, e ainda no reino, uma só autoridade em semelhante matéria, mal explorada, ou quase inexplorada”*[74].

Investido de semelhante autoridade científica, as ações médicas, propostas pelo alienista de Machado de Assis, geraram impacto sobre a pequena Itaguaí. Eis que esta cidade tinha como costume e por pecado, não se importar com os dementes: *“Assim é que cada louco furioso era trancado em uma acolva, na própria casa, e não curado, mas descurado, até que a morte o vinha defraudar do benefício da vida; os mansos andavam à solta pela rua”*[75].

1.1.1 O Modelo da Prescindência

---

[70] FIGUEIRA, Emílio. **Caminhando em silêncio**: uma introdução à trajetória das pessoas com deficiência na história do Brasil. São Paulo: Giz Editora, 2008, p. 85.
[71] FIGUEIRA, Emílio. **Caminhando em silêncio**: uma introdução à trajetória das pessoas com deficiência na história do Brasil. São Paulo: Giz Editora, 2008, p. 85.
[72] ASSIS, Machado de. **O alienista**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014, p. 19.
[73] ASSIS, Machado de. **O alienista**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014, p. 20.
[74] ASSIS, Machado de. **O alienista**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014, p. 20.
[75] ASSIS, Machado de. **O alienista**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014, p. 21.

O modo de tratar os doentes mentais em “O Alienista” ecoa na realidade brasileira descrita por Paulo Amarante nos tempos do império brasileiro. Até que os considerados “loucos” passaram a ser diagnosticados como doentes mentais (entre os idos de 1830 e 1852) e a medicina começasse a reivindicar um espaço social próprio para essa forma de reclusão e tratamento dessas causas, constatou-se em fase precedente que esses indivíduos habitavam por todas as partes: “ora nas ruas, entregues à sorte, ora nas prisões e casas de correção, ora em asilos de mendigos, ora ainda nos porões das Santas Casas de Misericórdia. Em enfermarias e hospitais era muito raro encontrar um louco submetido a tratamento”[76].

A acima descrita atuação de repúdio e desprezo realizada por parte da sociedade e Estado às pessoas com deficiência (também objeto de referenciação no contexto do “O Alienista”), retratam a passagem da deficiência pelo primeiro modelo de identificação que foi o *modelo da prescindência*, na subespécie da *marginalização.*

O modelo da prescindência, designado por Heloisa Helena Barboza e Vitor de Azevedo Almeida Junior como “modelo moral”[77] ou por Flávia Piovesan como a “fase da intolerância”[78], remete ao período histórico de maior exclusão das pessoas com deficiência.

Seja por medo ou descrédito, a resposta social que perdurou na Antiguidade e Idade Média aos indivíduos considerados loucos ou anormais, permearam condutas entre a prática eugênica e outras formas de omissões e atrocidades que levaram em igual medida ao resultado morte desses indivíduos[79].

---

[76] AMARANTE, Paulo Duarte de Carvalho. Asilos, alienados e alienistas: pequena história da psiquiatria no Brasil. *In*: AMARANTE, Paulo Duarte de Carvalho (Org.). **Psiquiatria social e reforma psiquiátrica**. 3. reimpr. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2008, p. 74.

[77] BARBOZA, Heloisa Helena; ALMEIDA JUNIOR, Vitor de Azevedo. Reconhecimento e inclusão das pessoas com deficiência. **Revista Brasileira de Direito Civil**, [*S. l.*], v. 13, n. 03, p. 17-38, 2018, p. 24.

[78] PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 278.

[79] PALACIOS, Agustina. The social model in the international convention on the rights of persons with disabilities. **The Age of Human Rights Journal**, v. 04, p. 91-110, jun. 2015, p. 92-93.

No contexto da Antiguidade (século VIII a.C., à queda do Império Romano do Ocidente, no século V d.C., precisamente no ano 476)[80], a condição de "humanização deficiente"[81] atribuível a determinados indivíduos, relegava-os a mais ampla execração social por aproximá-los a condição da animalidade ou da mácula do pecado.

Eduardo Tomasevicius Filho descreve que a criança malformada *(monstrum)* era percebida nesse período como sendo criação proveniente de relações sexuais com animais *(coitus cum bestia)* e os indivíduos com deficiência mental estigmatizados como *"furiosi" ou "mentecapti (demens)"*[82].

A inconveniência existencial dessas pessoas enquanto fardo monstruoso, somada à condição de não serem contributivas para sua comunidade, era suficiente para determinar que não permanecessem vivas por meio de práticas eugênicas ou pela rejeição imediata das crianças nascidas com qualquer anomalia por meio do infanticídio[83].

Nesse período da Antiguidade, em que a concepção em torno da importância social do ser humano predominava sob a dimensão de seu contributo a serviço da pólis, desfavoravelmente contrapunham-se os indivíduos com deficiência.

---

[80] COSTA, Ailton Barcelos da; PICHARILLO, Alessandra Daniele Messali; PAULINO, Vanessa Cristina. O processo histórico de inserção social da pessoa cega: da Antiguidade à Idade Média. **Revista Educação Especial**, v. 31, n. 62, p. 539-550, 2018, p. 541.

[81] HESPANHA, António Manuel. **Imbecillitas**: as bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de antigo regime. São Paulo: Annablume, 2008, p. 42.

[82] TOMASEVICIUS FILHO, Eduardo. Direitos da personalidade no Estatuto da Pessoa com Deficiência. *In*: CORREIA, Atalá; CAPUCHO, Fábio Jun (Orgs.). **Direitos da personalidade**: a contribuição de Silmara J. A. Chinellato. Barueri: Manole, 2019, p. 142-152, p. 147.

[83] O repúdio e revolta demonstrado pela deusa Hera ao arremessar no abismo o filho que acabara de nascer por possuir uma cabeça enorme e membros frágeis, reflete por meio da mitologia grega qual tenha sido o entendimento da sociedade e "condição histórica do povo grego" para àquele contexto. Filho de Zeus e Hera, a criança que ao ser arremessada caiu no mar e passou a ser criada pelas ninfas marinhas Tétis e Eurínome, tornou-se Hefesto o deus do fogo, dos metais e da metalurgia pela especial habilidade com o manuseio desses elementos. Somando a condição de sua deformidade natural, Hefesto também se tornou coxo pela queda provocada por sua mãe, a qual, como forma de compensação concedeu para ser sua esposa, a mais bela entre todas as deusas um dia nascida numa concha de madrepérola, Afrodite. A aversão causada pela disformidade de Hefestos também acometeu Afrodite que, por ter aceito o casamento em troca das jóias mais bonitas que receberia em todo Olímpio, logo se rendeu pela beleza e virilidade de Ares, o deus da guerra. A escolha de Afrodite pela força e beleza de outro deus também representou naquela compreensão a seletividade socialmente sobreposta pelo o que fosse a percepção de viabilidade humana. BITTAR, Eduardo C. B.; ALMEIDA, Guilherme Assis D. **Curso de Filosofia do Direito**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2022, p. 60. POUZADOUX, Claude. **Contos e lendas da mitologia grega**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 30-31 (PALACIOS, Agustina. **El modelo social de discapacidad**: orígenes, caracterización y plasmación en la Convención Internacional sobre los Derechos de las Personas con Discapacidad. Madrid: Ediciones Cinca, 2008, p. 39).

Por essa matriz de interpretação, ter condições ideais para estar a serviço do Estado (percebendo *status* na comunidade), ou, ser algo passível de aproveitamento aos interesses dos outros (como foram os escravos em situações de conflitos ou trabalho)[84], não permitia a inclusão daqueles cujos corpos ou condição psíquica não tivessem esta correspondência, eram os que deveriam ser exterminados, renunciados ou prescindidos socialmente[85]. Foi o que perdurou na Antiguidade e se faz referenciado na subespécie "eugenésica" do modelo da prescindência.

Sequencialmente, na Idade Média (Século V ao Século XV[86], correspondente entre 476 d. C., até a conquista da cidade de Constantinopla no ano de 1453)[87] ou no período médio *(medium aevum)*, perpetuou-se a incompreensão em torno da pessoa com deficiência e principalmente, sobre qual deveria ser o seu tratamento social.

Diante da ainda questionável antecedência maligna da deficiência (outrora justificadora para as práticas eugênicas e inquisitivas) ou, como causa existente sob a permissão divina (ideia que o cristianismo também passava a incutir), tornou-se predominante no contexto do medievo a segunda subespécie do modelo da prescindência, qual seja: a da *"marginalização".*

Nesse período da Idade Média, com o advento do cristianismo, a percepção em torno de uma razão transcendental sobre a regência de princípios

---

[84] CARVALHO-FREITAS, Maria Nivalda; MARQUES, Antônio Luiz. A diversidade através da história: a inserção no trabalho de pessoas com deficiência. **Organizações & Sociedade**, v. 14, n. 41, p. 59-78, 2007, p. 65.

[85] No retrato da obra *A República* idealizada por Platão, a correspondência sobre a imposição de formas perfeitas pode ser auferida como sendo permissiva para exclusão de qualquer anormalidade: "A mim não me parece ser o corpo, por perfeito que seja, que, pela sua excelência, torne a alma boa, mas, pelo contrário*, a alma boa, pela sua excelência, permite ao corpo ser o melhor possível".* Dentro da função social imposta ao ser humano como dever, constatou Platão que "em todas as cidades bem governadas incumbe a cada um uma tarefa, que é forçoso realizar, e *a ninguém é dado vagar para passar a vida doente, a tratar-se*", aos inválidos ou anormais, concluiu Paul Tannery sobre o pensamento do filósofo: "não serão dados cuidados: serão simplesmente abandonados" (PLATÃO. **A República**. Tradução de Maria Helena da Rocha Pereira. 7. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, s/a, p. 137-142. TANNERY, Paul. Platão: vida, obra, doutrina. *In*: **Platão**. Diálogos. Mênon. Banquete. Fedro. Clássicos de Bolso. Tradução de Jorge Paleikat. Ediouro, s/a, p. 20).

[86] GROSSI, Paolo. **A ordem jurídica medieval**. Tradução de Denise Rossato Agostinetti. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014, p. 30.

[87] COSTA, Ailton Barcelos da; PICHARILLO, Alessandra Daniele Messali; PAULINO, Vanessa Cristina. O processo histórico de inserção social da pessoa cega: da Antiguidade à Idade Média. **Revista Educação Especial**, v. 31, n. 62, p. 539-550, 2018, p. 541.

morais predispostos na Bíblia, fizeram promover o que Michel Viley denominou como sendo uma espécie de "conversão"[88] sobre a origem da humanidade.

A compreensão nascida com o *"homo religiosus"* sobre a qual todos os seres humanos eram provenientes à imagem e semelhança de um só Deus, os colocavam sob idêntica origem e condição de todos serem possuidores de alma[89] que não mais autorizava o extermínio das pessoas com deficiência como predominante na Antiguidade[90].

Tratava-se do início da percepção humana atribuída por Tércio Sampaio Ferraz ao cristianismo[91] e fundamentada aos principais expoentes da filosofia cristã que foram Santo Agostinho (por ter desenvolvido a noção de interioridade) e São Tomás de Aquino (cujo início da percepção sobre os direitos do indivíduo é atribuída ao filósofo escolástico)[92].

No campo das pessoas com deficiência, o pensamento de São Tomás de Aquino representado pelo conjunto de suas doutrinas teológicas e filosóficas (tomismo)[93], também passaram a incutir que as misérias sobre o corpo humano não deveriam corresponder a questões de possessão diabólica, monstruosidade, bruxarias ou superstições permissivas à morte[94].

Reconhecendo ser causa de uma diversidade de formas naturais, o pecado que se sobrepunha àqueles indivíduos com anomalias era correspondente ao pecado original o qual, em alguma medida, também seria incidente a todos os demais seres humanos: "[...] segundo a diversidade da

---

[88] VILLEY, Michel. **A formação do pensamento jurídico moderno**. Tradução de Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 95.

[89] Santo Agostinho em sua obra Confissões afirma que "Servem-me um corpo e uma alma; o primeiro é exterior, a outra interior. (..) O homem interior conheceu esta verdade pelo ministério do homem exterior. Ora, eu, homem interior **–** alma **–**, eu conheci-a também pelos sentidos do corpo". AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. Tradução de J. Oliveira Santos e A. Ambrósio de Pina. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
AGOSTINHO, Santo. **De magistro**. Tradução de Ângelo Ricci. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
AGOSTINHO, Santo. **Os pensadores**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1980, p. 165.

[90] ARANHA, Maria Salete Fábio. Integração social do deficiente: análise conceitual e metodológica. **Temas Psicol.**, Ribeirão Preto, v. 03, n. 02, p. 63-70, ago. 1995, p. 65.

[91] FERRAZ JUNIOR, Tercio Sampaio. **Introdução ao estudo do direito**: técnica, decisão, dominação. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2019, p. 31.

[92] VILLEY, Michel. **A formação do pensamento jurídico moderno**. Tradução de Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 165.

[93] CASTILHO, Ricardo dos S. **Filosofia geral e jurídica**. São Paulo: Editora Saraiva, 2021, p. 34.

[94] ALMEIDA, Juliano Ribeiro. A pessoa humana como lugar teológico a partir de suas deficiências. **Revista Eletrônica Espaço Teológico**, São Paulo, v. 08, n. 14, p. 105-127, jul./dez. 2014, p. 109.

compleição natural, os corpos de uns ficam sujeitos a maiores misérias; os de outros, a menores, embora o pecado original afete igualmente a todos"[95].

Para compreensão da deficiência nesse contexto, é importante observar a percepção que se institui em torno da prática de condutas caridosas. Na *Suma Teológica*[96] de São Tomás de Aquino, a percepção quanto ao dever de caridade no conduzir da vida é apontada como razão suprema de todas as demais virtudes, de modo que, o homem não poderia se afastar do principal fim inerente à existência de sua alma. Em São Tomás de Aquino "A caridade é comparada ao fundamento e à raiz, por dela se sustentarem e nutrirem todas as outras virtudes [...]"[97].

O viés da caridade direcionado em favor das pessoas consideradas anormais e que deveria ser observado por aqueles que fossem tementes a Deus, passou então a ser enraizado e ainda hoje, perpetua-se como sendo uma obrigação moral e religiosa.

Neste ponto, inclusive as razões que levaram o alienista Dr. Simão Bacamarte a empreender-se no trato da loucura, não deixaram de ser retratadas desprovidas do ingrediente da caridade. Em conversa com o boticário Crispim Soares, o médico revelou como sendo o próprio mistério de seu coração: *"– A caridade, Sr. Soares, entra decerto no meu procedimento, mas entra como tempero, como sal das coisas, que é assim que interpreto o dito de S. Paulo aos coríntios: "Se eu conhecer quanto se pode saber, e não tiver caridade, não sou nada [...]"*[98].

Assim, cabe o reconhecimento sobre o qual a fase do cristianismo responsabilizou-se pelo início da modificação do "*status* do deficiente de coisa

---

[95] "Artigo 5 – Se a morte e as outras misérias do corpo são efeitos do pecado" (**PERMANÊNCIA**. Santo Tomás de Aquino. Disponível em: https://bit.ly/3og66Ba. Acesso em: 24 abr. 2022).

[96] "A Suma de Teologia de Tomás de Aquino pretende, segundo a declaração de seu próprio autor realizada no prólogo, expor a doutrina cristã de acordo com a ordem da disciplina. [...] Para cumprir tal propósito Tomás de Aquino adota um plano tripartido que tratará sucessivamente de Deus, do movimento da criatura racional para Deus e do Cristo, que enquanto homem, é para nós o caminho para dirigirmo-nos para Deus" (DE AQUINO, Tomás. **Suma de Teologia**. Tradução de e Introdução de Carlos Arthur Ribeiro do Nascimento. Uberlândia: Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 2016, p. 09-10).

[97] "IIa IIae parte. Artigo 8 – Se a caridade é a forma das virtudes" (**PERMANÊNCIA**. Santo Tomás de Aquino. Disponível em: https://bit.ly/41e2Gh0. Acesso em: 24 abr. 2022).

[98] ASSIS, Machado de. **O alienista**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014. p. 24.

para pessoa"[99] e em obediência aos novos preceitos, o que deveria ser destinado a esses indivíduos era a mínima compaixão da sociedade e Estado[100].

Tratou-se do início da delegação do dever de cuidado das pessoas com deficiência exclusivamente em face de suas famílias e da igreja[101] levando-os a consequencial ocorrência da marginalização. Por isso, Isaias Pessotti considera que a atitude medieval face à deficiência mental esteve constantemente pautada na ambivalência entre o binômio "caridade-castigo"[102].

Como resultado, embora não estivessem mais autorizadas as práticas eugênicas, os considerados anormais terminaram mantidos entre muros dos conventos (garantindo apenas o confinamento daquele incômodo social sem qualquer intervenção profissional), trancafiado em suas casas, ou, renegados a margem do abandono público que os submetiam a existência de piedade alheia[103], tal qual, no contexto da obra de Machado de Assis, encontravam-se os *"loucos mansos"* perambulando pela vila de Itaguaí antes do surgimento da Casa Verde.

---

[99] CARVALHO-FREITAS, Maria Nivalda; MARQUES, Antônio Luiz. A diversidade através da história: a inserção no trabalho de pessoas com deficiência. **Organizações & Sociedade**, v. 14, n. 41, p. 59-78, 2007, p. 68

[100] CARVALHO-FREITAS, Maria Nivalda; MARQUES, Antônio Luiz. A diversidade através da história: a inserção no trabalho de pessoas com deficiência. **Organizações & Sociedade**, v. 14, n. 41, p. 59-78, 2007, p. 68

[101] ARANHA, Maria Salete Fábio. Integração social do deficiente: análise conceitual e metodológica. **Temas Psicol.**, Ribeirão Preto, v. 03, n. 02, p. 63-70, ago. 1995, p. 65.

[102] PESSOTTI, Isaias. **Deficiência mental**: da superstição à ciência. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1984, p. 06-07.

[103] Na "História da Loucura" retratada por Michael Foucault, a figura que representa a exclusão das pessoas com deficiência especialmente durante a metade do século XV, pode ser remetida a denominada "Nau dos Loucos". Correspondendo a prática que foi frequentemente realizada na Europa, a nau dos loucos consistiu em embarcações cujo objeto era o de conferir destinação qualquer ao carregamento de pessoas insanas de determinada cidade. E assim, afirmou Foucault que "confiar o louco aos marinheiros é com certeza evitar que ele ficasse vagando indefinidamente entre os muros da cidade, é ter a certeza de que ele irá para longe, é torná-lo prisioneiro de sua própria partida", embarcações "altamente simbólicas" cuja razão do navegar, para Foucault, deveria ser compreendida para além do sentido de utilidade social ou da segurança dos cidadãos. De outro modo, nas cidades que não se tinha o costume de despachar ao mar as pessoas com deficiência ou que em grande medida pudesse corresponder aos seus portos de destino (a exemplo da cidade de Nuremberg), Michael Foucault retrata sobre a existência de estabelecimentos em que as pessoas com deficiência, longe de ser tratadas, eram desmedidamente jogadas em uma prisão. Foucault cita o caso do Châtelet de Melun ou da famosa Torre dos Loucos de Caen; são as inúmeras Narrtürmer da Alemanha, tal como as portas de Lübeck ou o Jungpfer de Hamburgo (FOUCAULT, Michel. **História da loucura**. Tradução de José Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Editora Perspectiva, s/a, p. 16).
FOUCAULT, Michel. **História da loucura**. Tradução de José Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Editora Perspectiva, s/a, p. 15-16.

1.1.2 O Modelo Médico ou Reabilitador

No predomínio da idade Moderna, as questões do corpo e da alma foram tomadas como objetos de campos diferentes que também levaram a deficiência para outros “domínios de definição”[104].

No caso, pode-se afirmar que o viés espiritual passou a ser substituído pela concretude sobreposta às explicações do humano, isto é, da razão e, subsequentemente, pelo caráter da ciência atrelado ao desenvolvimento da medicina e de sua busca pela normalização das imperfeições.

A partir da racionalização despontada com o Renascimento (século XV a XVI), Reforma Protestante (século XVI) e Revolução Científica (século XVII), a divindade suprema e regência inabalável da Igreja passou a ser contestada em favor da centralização do homem.

Com a negação sobre a necessidade da intervenção eclesiástica e hierárquica para conexão do homem a Deus, Norberto Bobbio evidencia que houve no contexto do renascimento o período de emancipação da consciência do indivíduo para o querer de sua própria razão. Diante da rejeição à visão teocêntrica e tradicionalista, a razão encontrou “em si mesma seu ponto de partida, eliminando pela dúvida metódica e pelo espírito crítico todo dogma e toda crença, confiante apenas nos novos métodos empírico-analíticos da ciência”[105].

Esta “progressiva dissecação espiritual”[106] que então marcou o nascimento da ciência para Paolo Rossi, também fundamentou a resistência veemente oferecida pela Igreja diante de sua crescente perda de poder imposta pela autossuficiência científica. Conforme Cláudia Alquati Bisol *et al.,* o discurso positivista da ciência fez com que a deficiência perdesse seu cunho caritativo e

---

[104] FRANÇA, Tiago Henrique. A normalidade: uma breve introdução à história social da deficiência. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, [*S. l.*], v. 06, n. 11, p. 105-123, 2015, p. 110.
[105] BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 11. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 695.
[106] ROSSI, Paolo. **A ciência e a filosofia dos modernos**: aspectos da revolução científica. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora UNESP, 1992, p. 20.

religioso para ser considerada uma doença ou anormalidade passível de controle médico[107].

Não por acaso, o retrato desta oposição entre religião e ciência também se fizeram presente na obra de Machado de Assis.

O vigário do vilarejo era padre Lopes, sua presença na crônica representa a figura social de confiança e respeito que, embora tenha aceito com grande hesitação a proposta de confinamento dos loucos, o fez declarando suas objeções e descrença.

Dizia padre Lopes que *"isso de estudar sempre, sempre, não é bom, vira o juízo"*[108] e, mesmo confessando não imaginar a existência de tantos doidos no mundo, declarou sobre a teoria proposta de Bacamarte *"[...] que não chegava a entendê-la, que era uma obra absurda, e, se não era absurda, era de tal modo colossal que não merecia princípio de execução"*[109].

O motivo sobre a existência de loucos em Itaguaí era induvidoso para padre Lopes, tratava-se da vontade divina. Tal qual o retratado pela Bíblia sobre a punição que um dia levou à confusão das línguas dos homens na torre de Babel, não haveria mais o que se explicar[110].

Mas, a ciência não se convence por palavras. Logo, a resiliência de Simão Bacamarte que o fazia um fiel combatente da visão crítica, levou-o a concluir que embora pudesse haver alguma explicação divina para o fenômeno da loucura, isso não seria isso suficiente, *"[...] não é impossível que haja também alguma razão humana, e puramente científica, e disto trato [...]"*[111].

Essa foi a causa, cuja associação de seus primorosos estudos somados à "observação, experiência dos fatos e um método próprio"[112] levá-lo-iam a um

---

[107] BISOL, Cláudia Alquati; PEGORINI, Nicole Naji; VALENTINI, Carla Beatris. Pensar a deficiência a partir dos modelos médico, social e pós-social. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 24, n. 01, p. 87-100, 2017, p. 93.
[108] ASSIS, Machado de. **O alienista**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014, p. 21.
[109] ASSIS, Machado de. **O alienista**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014, p. 36.
[110] ASSIS, Machado de. **O alienista**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014, p. 25.
[111] ASSIS, Machado de. **O alienista**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014, p. 25.
[112] SOARES, Orlando. **Filosofia geral e filosofia do direito**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998, p. 06.

conjunto de conhecimento que permitiria classificar os casos e descobrir um *"remédio universal"*[113] para tal patologia.

O reconhecimento da deficiência mental ou da "loucura" assumiu no âmago da modernidade duas principais formas de atribuição à condição humana que podem ser referenciadas como sendo: ontológica e antropológica[114].

Inicialmente, na percepção ontológica e prevalecente no século XVII, a loucura resumiu-se a ser o elemento caracterizador do ser humano incapaz de conduzir-se sob os padrões comportamentais predispostos à ordem familiar, burguesa e cristã próprias da época[115].

Seriam aqueles que dotados da "desrazão" ou "alienação" deveriam ser somados as demais classes de excluídos ("desempregados, pobres, libertinos, jovens que perturbam suas famílias, adultos dissipadores, vagabundos, condenados do direito comum, mendigos")[116] e sumariamente recolhidos a alguma das casas de internamento ou correção, a exemplo do Hospital Geral na França (1656) e da *Zuchthäusern* na Alemanha (1620)[117]. Em comum entre esses lugares estava a ausência de associação da loucura à doença, seu modo de confinamento como mecanismo de limpeza social e a "eliminação espontânea dos "a-sociais"[118].

Referidos estabelecimentos não detinham qualquer destinação de tratamento médico da alienação e configuraram, em nome da razão monárquica e burguesa, "uma estrutura semijurídica, uma espécie de entidade administrativa

---

[113] ASSIS, Machado de. **O alienista**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014, p. 24.

[114] Michel Foucault referencia como Idade Clássica o período compreendido aos séculos XVII e XVIII. FOUCAULT, Michel. **Os anormais**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 72.

[115] FONSECA, Márcio Alves da. **Michel Foucault e o direito**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 19.

[116] FONSECA, Márcio Alves da. **Michel Foucault e o direito**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 19.

[117] FOUCAULT, Michel. **História da loucura**. Tradução de José Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Editora Perspectiva, s/a, p. 56-61.

[118] FOUCAULT, Michel. **História da loucura**. Tradução de José Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Editora Perspectiva, s/a, p. 90. Em complementação cita-se Guido Arturo Palomba: "Como resultado prático, só existe a loucura porque existe a razão, e quem não a possui, o louco, precisa ser isolado dos normais. Assim, no Velho Mundo foram fundadas as famosas Casas de Internamento. Sucede que o desprovido de razão, embora não fosse visto como um possuído pelo demônio, não era, entretanto, entendido como um doente, mas como devasso, decaído, gente que não presta para nada, motivo pelo qual acabava trancafiado nessas casas, junto com prostitutas, doentes venéreos e criminosos comuns. O louco passa de endemoninhado para degenerado" (PALOMBA, Guido Arturo. **Decadência da psiquiatria ocidental**. Belo Horizonte: Del Rey, 2021, p. 10).

que, ao lado dos poderes já constituídos, e além dos tribunais, decide, julga e executa”[119].

A internação representou nesse período para Michel Foucault a condição de ser uma criação institucional “[...] o momento em que a loucura é percebida no horizonte social da pobreza, da incapacidade para o trabalho, da impossibilidade de integrar-se no grupo; o momento em que começa a inserir-se no texto dos problemas da cidade”[120].

A partir do final do século XVIII e início do século XIX, implementou-se a compreensão antropológica da loucura, sobretudo, permeada pelos padrões científicos e “biologização do pensamento”[121] nascida com o Iluminismo.

Nesse período, a diferenciação proposta sobre a causa de reconhecimento da loucura “deixa de expressar o não ser da Razão (experiência ontológica)”[122] e passa a estar atrelada a condição pessoalíssima do “desarranjo de funções mentais”[123] ou da “alteração das faculdades humanas”[124] que deveriam ser diagnosticadas, tratadas e curadas diante da existência de condição patológica passível de intervenção médica. A dissociação da loucura como fator de inadequação social para o despertar do interesses em torno do indivíduo “louco”, passaram a identificá-lo na condição de doente mental[125].

É nesse contexto que se fez a definição dada por Machado de Assis ao objeto de estudo do alienista Simão Bacamarte em torno de causa e para fins específicos que iram *“mudar a face da terra”*[126].

Consoante a percepção antropológica da deficiência, também vivenciada à época de escrita da crônica (século XIX), Simão Bacamarte afirmou que sua ideia de estudo corresponderia a uma constante experiência científica

---

[119] FOUCAULT, Michel. **História da loucura**. Tradução de José Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Editora Perspectiva, s/a, p. 57.
[120] FOUCAULT, Michel. **História da loucura**. Tradução de José Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Editora Perspectiva, s/a, p. 89.
[121] STIKER, Henri-Jacques. **A history of disability**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2019, p. 105. *E-book*.
[122] FONSECA, Márcio Alves da. **Michel Foucault e o direito**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 19.
[123] FONSECA, Márcio Alves da. **Michel Foucault e o direito**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 19.
[124] FONSECA, Márcio Alves da. **Michel Foucault e o direito**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 19.
[125] FONSECA, Márcio Alves da. **Michel Foucault e o direito**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 19.
[126] ASSIS, Machado de. **O alienista**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014, p. 34.

direcionada à vasta superfície dos cérebros que fossem caracterizados pela insânia ou loucura[127]. *"A loucura, objeto dos meus estudos, era até agora uma ilha perdida no oceano da razão; começo a suspeitar que é um continente*[128]*. [...] A razão é o perfeito equilíbrio de todas as faculdades; fora daí insânia, insânia e só insânia"*[129]*.*

O desempenho de seu estudo identificável como o *"mais racional sistema terapêutico"*[130] seria, portanto, direcionado somente aos que padecessem do *"perfeito equilíbrio das faculdades mentais"*[131], em local apropriado para tais intervenções *"Casa Verde foi o nome dado ao asilo"*[132] e ministradas pelo privilegiado detentor da sabedoria científica não confiada a *"leigos, nem a rebeldes"*[133], e sim, exclusivamente àquele que em Itaguaí assemelhava-se à Hipócrates (médico mais famoso da Antiguidade e considerado pai da Medicina entre os séculos V e IV a.C)[134].

Referenciada compreensão da deficiência como problema de ordem natural ou biológica sujeita a tratamentos médicos de cura e normalização sobre determinado corpo considerado atípico (inclusive, para restituição da razão ao alienado, tal qual almejava Simão Bacamarte), integra-se ao segundo modelo de definição denominado como *modelo médico da deficiência, modelo reabilitador, modelo individual*[135] *ou modelo da tragédia pessoal*[136]*.*

---

[127] ASSIS, Machado de. **O alienista**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014, p. 34.
[128] ASSIS, Machado de. **O alienista**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014, p. 34.
[129] ASSIS, Machado de. **O alienista**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014, p. 36.
[130] ASSIS, Machado de. **O alienista**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014, p. 82.
[131] ASSIS, Machado de. **O alienista**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014, p. 82.
[132] ASSIS, Machado de. **O alienista**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014, p. 23.
[133] ASSIS, Machado de. **O alienista**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014, p. 55.
[134] ASSIS, Machado de. **O alienista**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014, p. 46.
[135] MARTINS, Bruno Sena; FONTES, Fernando; HESPANHA, Pedro; BERG, Aleksandra. A emancipação dos estudos da deficiência. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, [*S.l.*], v. 98, p. 45-64, 2012, p. 47.
[136] GAUDENZI, Paula; ORTEGA, Francisco. Problematizando o conceito de deficiência a partir das noções de autonomia e normalidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, [*S.l.*], v. 21, n. 10, p. 3061-3070, out. 2016, p. 3063.

A caracterização desse modelo pautou a percepção da pessoa com deficiência no contexto da modernidade enquanto detentora de problemas dimensionados exclusivamente como sendo de ordem patológica física ou mental que a tornava inadequada aos padrões socialmente eleitos ("*standard,* de pessoa")[137] e que, por isso, ensejavam respostas de cunho médico favorecedoras do "processo de reabilitação do indivíduo, centrado na erradicação da patologia que, enfim, permitiria "normalizar" o paciente, reajustando as funções corporais e mentais ao padrão dominante"[138].

Para o desempenho desse processo tornou-se prioritário alimentar o seu funcionamento com a segregação entre os indivíduos considerados normais ou patológicos; doentes ou saudáveis, ou ainda, de forma mais contemporânea, os ditos *com* deficiência e aqueles considerados *sem* problemas.

Georges Canguilhem discorre que essa seletividade entre os grupos de indivíduos "aparentemente tão diferentes e aos quais a experiência humana atribui valores opostos"[139], tornou-se uma espécie de dogma cientificamente garantido "pela autoridade que os biólogos e médicos lhe reconheciam"[140].

A centralização absoluta em torno desse julgamento científico, rendeu primordialmente para o campo médico duplicidade de poderes no trato da doença mental, pois, se por um lado seria este o detentor da "regularidade que permite medir o louco"[141], por outro, também era ele quem possuía "o saber que permite devolver o louco à sua verdade"[142].

---

[137] FERRAZ, Carolina Valença; LEITE, Glauber Salomão. A proteção jurídica da pessoa com deficiência como uma questão de direitos humanos. *In*: FERRAZ, Carolina Valença; LEITE, Glauber Salomão (Orgs.). **Direito à diversidade**. São Paulo: Atlas, 2015, p. 93-162, p. 95.
[138] FERRAZ, Carolina Valença; LEITE, Glauber Salomão. A proteção jurídica da pessoa com deficiência como uma questão de direitos humanos. *In*: FERRAZ, Carolina Valença; LEITE, Glauber Salomão (Orgs.). **Direito à diversidade**. São Paulo: Atlas, 2015, p. 93-162, p. 94-95.
[139] CANGUILHEM, Georges. **O normal e o patológico**. Tradução de Maria Thereza Redig de Carvalho Barrocas. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009, p. 12.
[140] CANGUILHEM, Georges. **O normal e o patológico**. Tradução de Maria Thereza Redig de Carvalho Barrocas. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009, p. 12.
[141] MACHADO, Roberto; LOUREIRO, Angela; LUZ, Rogerio; MURICY, Katia. **Danação da norma**: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978, p. 413.
[142] MACHADO, Roberto; LOUREIRO, Angela; LUZ, Rogerio; MURICY, Katia. **Danação da norma**: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978, p. 413.

Nesse modelo, sacramentou-se o que Maria Salete Fábio Aranha discorreu como "Paradigma da Institucionalização da Deficiência"[143], isto é, o doente mental também passou a ser reconhecido em sua diferença a partir das características do local ou estabelecimento que ao tratá-lo iria permitir normalizá-lo ou curá-lo, conforme Robert Castel[144].

Em consonância retratou Machado de Assis a compreensão de Simão Bacamarte sobre a qual o desempenho da ocupação mais digna de um médico, consistente no tratamento dos alienados, deveria ser feito em local apropriado a tal fim.

Edificado na mais bela rua de Itaguaí e após o cerimonial de inauguração que renderam sete dias de festas públicas, contemplava-se na chamada rua "Nova" o temível e único manicômio daquele vilarejo[145]. Sua arquitetura lhe tornava inconfundível diante do destaque das cinquentas janelas verdes por lado, um pátio no centro, e numerosos cubículos para os hóspedes, dentre os quais, para atendimento da alta quantidade dos *"deserdados do espírito"*[146] foi preciso anexar, após quatro meses de funcionamento, uma galeria com mais trinta e sete cubículos que garantissem *"a ideia de meter os loucos na mesma casa"*[147], até que, em tempos finais de seu funcionamento, encontravam-se confinados e classificados naquele estabelecimento, quatro quintos da população, muito embora, *"o alienista dizia que só eram admitidos os casos patológicos"*[148].

Correspondente ao período de criação da fictícia Casa Verde, o século XIX é referenciado por Isaias Pessotti como o "século dos manicômios"[149]. "Em nenhum outro século o número de hospitais destinados a alienados foi tão grande; em nenhum outro a terapêutica da loucura foi tão vinculada à internação;

---

[143] ARANHA, Maria Salete Fábio. Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. **Revista do Ministério Público do Trabalho**, Brasília, a. XI, n. 21, p. 160-173, 2001, p. 166.
[144] CASTEL, Robert. **A ordem psiquiátrica**: a idade de ouro do alienismo. 2. ed. Tradução de Maria Tereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1991, p. 08.
[145] ASSIS, Machado de. **O alienista**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014, p. 22.
[146] ASSIS, Machado de. **O alienista**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014, p. 24.
[147] ASSIS, Machado de. **O alienista**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014, p. 21.
[148] ASSIS, Machado de. **O alienista**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014, p. 44.
[149] PESSOTTI, Isaias. **O século dos manicômios**. São Paulo: Editora 34, 1996, p. 09.

em nenhum outro século o número de internações atingiu proporções tão grandes das populações. Mais ainda, em nenhum outro século a variedade de diagnósticos de loucura, para justificar a internação, foi tão ampla”[150].

Essa correspondência relaciona-se com as consequências do período de ascensão do alienismo promovida pelo médico francês Philippe Pinel (1745-1826). “Podemos dizer que o alienismo começa com o ato simbólico e mítico de Pinel libertando os acorrentados ou com a publicação em 1800 de seu *Tratado médico-filosófico sobre alienação mental ou mania*”[151].

A partir de seus estudos desenvolvidos no *Asylum de Bicêtre* (em 1793) e no *Hôpital universitaire la Pitié-Salpêtrière* (em 1794), Pinel sobrepôs à essencialidade dos manicômios para desempenho do tratamento moral dos doentes mentais na finalidade de garantir a modificação de seus comportamentos. Para isso, sua prescrição constituía em começar pelo “ordenamento do espaço hospitalar”[152] a partir da criação de uma metódica classificação dos insanos que fosse apta a fragmentar, em alas hospitalares previamente designadas, o agrupamento de cada espécie de enfermidade e seu isolamento[153].

Na descrição de Philippe Pinel, “esse tipo de instituição moral de insano, própria para assegurar a restauração da razão”[154], deveria ser conduzida pelo perene “espírito de ordem a determinar as divisões da alienação do

---

[150] PESSOTTI, Isaias. **O século dos manicômios**. São Paulo: Editora 34, 1996, p. 09.

[151] DUNKER, Christian Ingo Lenz. **Mal-estar, sofrimento e sintoma**: uma psicopatologia do Brasil entre muros. São Paulo: Boitempo, 2015, p. 238. Sobre atuação de Philippe Pinel, “[...] em 25 de agosto de 1793, assume as suas funções no hospício, tornando o local uma casa de tratamento, não mais um depósito pétreo de horror e de temor. Introduziu a função médica, esculapiana, ao libertar os loucos de suas correntes, em junho de 1797, e fincou as primeiras bases estruturadas do ensino da Psiquiatria no mundo ocidental. [...] O primeiro a ser libertado por PINEL foi um capitão inglês, tido como louco furioso, que estava acorrentado em Bicêtre havia 40 anos. O segundo, Chavingé, o bêbado com delírio de grandeza; o quinto, um eclesiástico, delirante agudo, místico, que tinha sido expulso da Igreja por se julgar o próprio Cristo, e estava acorrentado, desde a sua entrada, em 1782. Foram libertados 12 alienados, no primeiro lote. Depois, ao todo, 80" (PALOMBA, Guido Arturo. **Decadência da psiquiatria ocidental**. Belo Horizonte: Del Rey, 2021, p. 12).

[152] CASTEL, Robert. **A ordem psiquiátrica**: a idade de ouro do alienismo. 2. ed. Tradução de Maria Tereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1991, p. 60.

[153] SÁ, Maria de Fátima Freire de; MOUREIRA, Diogo Luna. **A capacidade dos incapazes**: saúde mental e uma releitura da teoria das incapacidades no direito privado. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011, p. 61.

[154] Tradução livre de: “*Cette sorte d'institution morale des aliénés, propre à assurer le rétablissement de la raison [...]”* (PINEL, Philippe. **Traité médico-philosophique sur l'aliénation mentale ou La Manie**. Disponível em: https://bit.ly/41BYzLv. Acesso em: 11 set. 2022, p. 05).

entendimento e suas distintas espécies, fundadas em numerosas e mais bem verificadas observações”[155]:

> Nosso objetivo é restaurar os loucos, pois estes devem ser divididos em grupos distintos e isolados a fim de impedir os convalescentes de uma comunicação nociva, e por assim dizer, contagiosa pelo espetáculo de atos de delírio e extravagância[156]. [...] É mais fácil distribuir os insanos nos hospícios em espécies distintas, do que construir um edifício distribuído de acordo com essa divisão capaz de cumprir plenamente seus propósitos. [...] O médico fará então um recenseamento geral dos loucos, tirará de cada um deles os avisos mais completos que as circunstâncias permitirem, distribui-los-á em várias reuniões isoladas, e os colocará nos lugares mais susceptíveis de contrabalançar as suas ilusões, não menos do que contribuir para a facilidade e precisão da vigilância. Será em local aprazível e em local próprio para o cultivo de hortaliças, que será colocada a melancolia sombria; os maníacos em fúria ou em estado de extravagância, serão confinados no lugar mais remoto do hospital, em lugar silencioso e escuro para concentrar ali seus gritos e seu tumulto, bem como para poupá-los de todas as impressões dos sentidos calculados para excitá-los [...][157].

A função que se estabeleceu aos hospitais psiquiátricos do século XIX foi resumida por Michel Foucault a essa dupla atribuição do “lugar de diagnóstico e classificação”[158] e cujo exercício realizava-se dentro daquele “retângulo botânico em que as espécies de doença são repartidas em dois pátios cuja disposição

---

[155] Tradução livre de: *“[…]j'ai été ensuite conduit par une suite de cet esprit d'ordre, à déterminer les divisions de l'aliénation de l'entendement en ses espèces distinctes, fondées sur des observations nombreuses et les mieux constatées”* (PINEL, Philippe. **Traité médico-philosophique sur l'aliénation mentale ou La Manie**. Disponível em: https://bit.ly/41BYzLv. Acesso em: 11 set. 2022, p. 05).

[156] Tradução livre de: *“[...], et concourir à rétablir les aliénés, puisque ces derniers doivent être divisés en groupes distincts et isolés, pour éviter aux convalescens une communication nuisible, et pour ainsi dire contagieuse, par le spectacle des actes de délire et d'extravagance”* (PINEL, Philippe. **Traité médico-philosophique sur l'aliénation mentale ou La Manie**. Disponível em: https://bit.ly/41BYzLv. Acesso em: 11 set. 2022, p. 06).

[157] Tradução livre de: *“Il est plus facile de diviser les aliénés des hospices en espèces distinctes, que de construire un édifice distribué suivant cette division et propre à remplir pleinement sa destination primitive. [...] Le médecin fera alors un récensement général des aliénés, prendra sur chacun d'eux les notices les plus complettes que les circonstances pourront le permettre, les distribuera ensuite en divers rassemblemens isolés (Section IV), et les fera placer dans les lieux les plus propres à contre-balancer leurs illusions, non moins qu'à concourir à la facilité et à l'exactitude de la surveillance. Ce sera dans un site agréable et dans un lieu propre à la culture des végétaux, que seront placés les sombres mélancoliques; les maniaques en fu reur ou dans un état d'extravagance, seront confinés dans l'endroit le plus reculé de l'hos pice, dans un local silencieux et sombre pour concentrer là leurs cris et leur tumultueux vacarme, ainsi que pour leur épargner toutes les impressions des sens propres à les exciter”* (PINEL, Philippe. **Traité médico-philosophique sur l'aliénation mentale ou La Manie**. Disponível em: https://bit.ly/41BYzLv. Acesso em: 11 set. 2022, p. 178-179).

[158] FOUCAULT, Michel. **O poder psiquiátrico**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. 461.

lembra uma vasta horta; mas também espaço fechado para um enfrentamento, [...], campo institucional onde o que está em causa é vitória e submissão”[159].

A descrita “episteme racionalista”[160] que marcou a condição classificatória e a realização da observação presente na ciência das doenças mentais, também se fizeram criticamente retratadas em seus formatos e consequências na obra de Machado de Assis.

Constata-se que Simão Bacamarte após desvencilhar das obrigações administrativas da Casa Verde, dedicou-se ao seu ofício procedendo a uma vasta classificação dos enfermos:

> *Dividiu-os primeiramente em duas classes principais: os furiosos e os mansos; daí passou às subclasses, monomanias, delírios, alucinações diversas. Isto feito, começou um estudo aturado e contínuo; analisava os hábitos de cada louco, as horas de acesso, as aversões, as simpatias, as palavras, os gestos, as tendências; [...] Ao mesmo tempo estudava o melhor regime, as substancias medicamentosas, os meios curativos e os meios paliativos* [161]*.*

O retrato dessa ascensão do poderio médico que permitia criar as classificações e eleger a categorização sobreposta para cada doente, não terminou apenas “para conhecê-los, mas também para determiná-los e controlá-los”[162].

Michel Foucault constatou que o método da observação que restou traduzido pela “vigilância e julgamento”[163] da autoridade médica, tornou-se preceito essencial no século XIX dentro desses estabelecimentos e terminou por impor sua verdade ao preço da desconsideração sobre a individualidade e inconstâncias inerentes à condição humana:

> A análise, a investigação, o controle psiquiátrico vão tender a se deslocar do que pensa o doente para o que ele faz, do que ele é capaz de compreender para o que ele é capaz de cometer, do que ele pode

---

[159] FOUCAULT, Michel. **O poder psiquiátrico**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. 461.
[160] GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes. **Direito e literatura:** Machado de Assis, O alienista e a Revolta dos canjicas. Disponível em: https://bit.ly/41bAJXa. Acesso em: 05 out. 2022, p. 06.
[161] ASSIS, Machado de. **O alienista**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014, p. 27.
[162] ANDRADE, Maria Vanesse; LIMA, Aluísio Ferreira de; SANTOS, Maria Elisalene Alves dos. A razão e a loucura na literatura: um estudo sobre o alienista, de Machado de Assis. **Revista Psicologia e Saúde**, Campo Grande, v. 06, n. 01, p. 37-47, jun. 2014, p. 44.
[163] FOUCAULT, Michel. **História da loucura**. Tradução de José Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Editora Perspectiva, s/a, p. 531.

> conscientemente querer para o que poderia acontecer de involuntário em seu comportamento. Com isso, vocês estão vendo que vai se produzir toda uma inversão de importância[164].

Evidenciado por essa percepção, Machado de Assis teceu suas críticas em torno das prejudiciais consequências que a explicação científica poderia implementar no trato das diferenças "por meio da categorização indiscriminada de pessoas"[165]. Para isso, demonstrou a objeção que Simão Bacamarte passou a assumir em Itaguaí:

"– Abaixo a Casa Verde!"[166]*. "– A Casa Verde é um cárcere privado, disse um médico sem clínica"*[167]*.*

Em Itaguaí o terror estava implementado enquanto perdurasse o funcionamento daquele manicômio. "*– Bastilha da razão humana!"*[168]*,* bradavam os munícipes diante da forma de enclausuramento aplicável pelo alienista tal qual remetia-se a dita prisão francesa denominada *Bastilha de Saint-Antoine*.

Bacamarte, cuja acepção da palavra também denomina por objeto uma "arma de fogo de cano curto e largo, reforçada na coronha"[169], não hesitava em sua pontaria condenatória de coerção à Casa Verde.

> *Tudo era loucura. [...] Ele respeitava as namoradas e não poupava as namoradeiras, dizendo que as primeiras cediam a um impulso natural, e as segundas a um vício. Se um homem era avaro ou pródigo ia do mesmo para a Casa Verde; daí a alegação de que não havia regra para a completa sanidade mental*[170]*.*

O clamor ecoou sob a manifestação pública que ficou conhecida como a Revolta dos Canjicas em referência a liderança realizada pelo barbeiro Porfírio

---

[164] FOUCAULT, Michel. **Os anormais**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 179.
[165] ANDRADE, Maria Vanesse; LIMA, Aluísio Ferreira de; SANTOS, Maria Elisalene Alves dos. A razão e a loucura na literatura: um estudo sobre o alienista, de Machado de Assis. **Revista Psicologia e Saúde**, Campo Grande, v. 06, n. 01, p. 37-47, jun. 2014, p. 44.
[166] ASSIS, Machado de. **O alienista**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014, p. 55.
[167] ASSIS, Machado de. **O alienista**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014, p. 44.
[168] ASSIS, Machado de. **O alienista**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014, p. 52.
[169] FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio**: o dicionário da língua portuguesa. 8. ed. Curitiba: Positivo, 2010, p. 86.
[170] ASSIS, Machado de. **O alienista**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014, p. 71.

Caetano das Neves, mais conhecido por seu apelido como canjica. O objetivo era acabar com aquela prisão e com o seu realizador:

"– Morra o Dr. Bacamarte! Morra o tirano! Uivaram fora trezentas vozes. Era a rebelião que desembocava na rua Nova"[171]*.*

Erving Goffman identificou a partir da realização de pesquisa empírica desenvolvida no *Hospital St. Elizabeths* (Washington, D.C) entre 1955 e 1956, que o papel de custódia dos manicômios assemelhava-se ao papel de custódia de outras instituições totais, como exemplo as prisões[172].

Na característica de serem fortalezas construídas para administração de vidas julgadas semelhantes entre si, mas, desviantes dos padrões sociais, o paciente que nesses locais permanecera passou, invariavelmente, pelo processo de mortificação do próprio eu que exigia o bom funcionamento do modelo médico[173].

Como afirmado por Bruno Sena Martins *et al*., "as respostas informadas por esta abordagem sempre se basearam na ideia de que as decisões sobre a vida das pessoas com deficiência deveriam estar a cargo dos profissionais, as vanguardas do saber"[174]. Importa que na hierarquia da relação terapêutica o alienado não dispunha da razão que lhe possibilitasse emanar qualquer vontade passível de ser considerada, ao contrário, o indivíduo resumia-se na própria doença a ser combatida naquele ambiente:

> Quaisquer que sejam as condições sociais do paciente, e qualquer que seja o caráter específico de sua "perturbação", ele pode ser tratado nesse ambiente como alguém cujo problema pode ser enfrentado, ainda que não tratado, pela aplicação de uma única interpretação psiquiátrica técnica. O fato de um paciente diferir de outro quanto a sexo, idade, grupo racial, estado conjugal, religião ou classe social é apenas um item a ser levado em consideração, a ser, por assim dizer, "neutralizado" [...]. Assim como qualquer pessoa do sistema social pode ter um apêndice inflamado, também qualquer pessoa pode manifestar um dos síndromes psiquiátricos básicos[175].

---

[171] ASSIS, Machado de. **O alienista**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014, p. 53.
[172] GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974, p. 287.
[173] GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974, p. 24.
[174] MARTINS, Bruno Sena; FONTES, Fernando; HESPANHA, Pedro; BERG, Aleksandra. A emancipação dos estudos da deficiência. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, [*S.l.*], v. 98, p. 45-64, 2012, p. 47.
[175] GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974, p. 285.

O poder institucionalizante conferido aos manicômios, projetava em sua rotina de horários e obrigações a nova ordem que deveria ser por todos os doentes observadas e tolhia de seu contexto qualquer espaço para projeções de futuro ou de prevalência da subjetividade daquele que ali configurasse enquanto internado[176]. Dito por Franco Basaglia "se a doença mental, em sua própria origem é a perda da individualidade e da liberdade, no manicômio o doente não encontra outra coisa senão o espaço onde se verá definitivamente perdido, transformado em objeto pela doença e pelo ritmo do internamento"[177].

Como resultado a atuação do modelo médico de deficiência no tratamento da doença mental evidenciou a objetificação de seu paciente ao condicionar o sucesso do tratamento a fatores como: banimento do doente a qualquer interferência do mundo exterior (sob dever do indispensável "isolamento terapêutico"), obediência inquestionável das regras eleitas para existência naquele estabelecimento manicomial e reverência ao poder e racionalidade médica[178].

No desempenho desse "mandato médico" denominado por Erving Goffman, as instituições de reclusão "atuam a partir de uma definição de quase todos os direitos e deveres dos internados. Alguém estará numa posição que lhe permite dizer o que o internado consegue obter e tudo que deve ser privado, e essa pessoa é, oficialmente, o psiquiatra"[179]. Nisso, a medicina terminou por triunfar em sua atuação prática com intervenções físicas que almejavam regularizar o funcionamento do cérebro descompassado, e cada vez mais, Isaias Pessotti afirmou que: "[...] a demorada observação do comportamento dos pacientes foi substituída pelo exame clínico. E, em vez de buscar correlações entre a história pessoal e a conduta anormal, passou-se a procurar, através da

---

[176] BASAGLIA, Franco. **Escritos selecionados em saúde mental e reforma psiquiátrica**. Tradução de Joana Angélica d'Ávila Melo. Rio de Janeiro: Garamond, 2005, p. 25.
[177] BASAGLIA, Franco. **Escritos selecionados em saúde mental e reforma psiquiátrica**. Tradução de Joana Angélica d'Ávila Melo. Rio de Janeiro: Garamond, 2005, p. 24.
[178] CASTEL, Robert. **A ordem psiquiátrica**: a idade de ouro do alienismo. 2. ed. Tradução de Maria Tereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1991, p. 62-64.
[179] GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974, p. 291.

anatomia patológica, correlações entre os sintomas e as presumidas alterações no tecido cerebral”[180].

A herança proveniente da imperatividade e do objetivismo presentes nessa compreensão médica implicaram no prevalecimento do conceito fechado de deficiência por meio da incidência das listas internacionais de classificação. Dentre essas, cita-se o primeiro documento expedido pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e publicado em 1989, que foi a *International Classification of impairments, disabilities, and handicaps: a manual of classification relating to the consequences of disease (ICIDH)*[181], traduzido como Classificação Internacional de deficiências, incapacidades e desvantagens: um manual de classificação das consequências das doenças (CIDID)[182] e como “primeiro manual de transtornos mentais focado na aplicação clínica”[183], cita-se o *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*, traduzido como Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) publicado pela Associação Psiquiátrica Americana (APA) em 1953[184].

A centralidade presente nessas classificações médicas circunscreve a regra principal sobre a existência de um corpo humano com lesões a serem remediadas e nisto está o problema da deficiência ser compreendida como questão de ordem exclusivamente individual e condenatória à configuração de incapacidades pessoais e desvantagens sociais[185].

À medida que a respectiva categorização das deficiências se justificava em conferir tratamentos especializados, David Braddock pondera que “o desenvolvimento de interpretações cada vez mais medicalizadas da deficiência durante os séculos XIX e XX, contribuiu para aumentar a segregação e

---

[180] PESSOTTI, Isaias. Sobre a teoria da loucura no século XX. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 14, n. 02, p. 113-123, dez. 2006, p. 113.
[181] **WORLD HEALTH ORGANIZATION**. International Classification of Impairments, disabilities, and handicaps. Disponível em: https://bit.ly/3KIF3pA. Acesso em: 30 dez. 2016.
[182] BRASIL. **Ministério da Saúde**. Manual de legislação em saúde da pessoa com deficiência. 2. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2006, p. 10.
[183] ARAÚJO, Álvaro Cabral; LOTUFO NETO, Francisco. A nova classificação Americana para os Transtornos Mentais: o DSM-5. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, São Paulo , v. 16, n. 1, p. 67-82, abr. 2014.
[184] O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais está em sua 5ª edição, publicada em março de 2022. **AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION**. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.
[185] DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007, p. 45.

estigmatização das pessoas com deficiência”[186] e “reforçou as noções dos limites entre normalidade e aberração na sociedade ocidental”[187].

No Brasil a institucionalização de rol taxativo aos quesitos médicos deveriam servir para determinação da deficiência diante do não preenchimento do padrão considerado normal para o ser humano. Nos termos do artigo 3º do Decreto nº 914/1993 (regulamentador da Lei 7.853/1989) e artigo 3º, inciso I do Decreto nº 3.298/1999:

> Para os efeitos deste Decreto, considera-se:
> I – deficiência – toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade*, dentro do padrão considerado normal para o ser humano;*
> II – deficiência permanente – aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos; (Artigo 3º, Decreto nº 3.298/1999, destaque nosso)[188].

O enquadramento na condição da deficiência “limitava a conferência sobre as alterações de saúde (física ou mental do indivíduo)”[189] que favorecida pela segurança interpretativa dentro do objetivismo ofertado, poderia “resultar na desconsideração de situações que merecessem a proteção legal, mas, por não atenderem os parâmetros preceituados, estariam desamparadas”[190], ou ainda, tachar de forma conclusiva e imutável essa categorização.

Na condição de ser um problema individualizado e de atribuição da seara médica, a condição da pessoa com deficiência permaneceu orientada “por uma ótica assistencialista”[191] perante as obrigações do Estado e da sociedade com esse grupo social.

---

[186] ALBRECHT, Gary L.; SEELMAN, Katherine D.; BURY, Michael. An institutional history of disability. *In:* ALBRECHT, Gary L.; SEELMAN, Katherine D.; BURY, Michael (Orgs.). **Handbook of disability studies**. Thousand Oaks: Sage Publications, p. 11-68, 2001, p. 11.
[187] ALBRECHT, Gary L.; SEELMAN, Katherine D.; BURY, Michael. An institutional history of disability. *In:* ALBRECHT, Gary L.; SEELMAN, Katherine D.; BURY, Michael (Orgs.). **Handbook of disability studies**. Thousand Oaks: Sage Publications, p. 11-68, 2001, p. 13.
[188] BRASIL. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.
[189] BRAZZALE, Flávia Balduino. **A pessoa com deficiência e a ruptura no regime das incapacidades**. Belo Horizonte: Arraes, 2018, p. 89.
[190] BRAZZALE, Flávia Balduino. **A pessoa com deficiência e a ruptura no regime das incapacidades**. Belo Horizonte: Arraes, 2018, p. 89.
[191] PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 278.

Esse modelo objetivou a prevalência de uma sociedade integradora, a qual compreende que reconhecer *a existência* das pessoas com deficiência, atribuindo-lhe a responsabilidade de estabelecer "esforços próprios para se adaptar ao meio social"[192], mesmo que no bojo de uma sociedade concebida em torno dos padrões estabelecidos pela julgada maioria dos normais, já seria suficientemente coerente[193].

As premissas dessa perspectiva integradora decorrente do modelo médico, não desconsideravam que a pessoa com deficiência pudesse inserir-se ao contexto social, mas, tampouco impunham a existência de igualdade de condições e respeito a diferença como uma obrigatoriedade para essa acolhida. Já que a pessoa com deficiência foi precipuamente considerada como aquela desviada de *"un supuesto estándar de normalidad"*[194]*,* a sociedade moderna terminou por sacramentar o denominado "passaporte da integração"[195] traduzido por Agustina Palácios como "o meio de ocultamento da diferença"[196].

1.1.3 O Modelo Social

Em Itaguaí, a irresponsabilidade social sobre a pessoa com deficiência como questão não obrigacional a cargo do poder público, tal qual orientava à época, também foi retratada. A crônica confessa que naquele vilarejo tudo já estava tributado e mesmo assim, não havia nenhum valor para custeio de ideias como a almejada pela dita "*empresa do médico"*[197]*.*

---

[192] BARBOSA-FOHRMANN, Ana Paula. Os modelos médico e social de deficiência a partir dos significados de segregação e inclusão nos discursos de Michel Foucault e de Martha Nussbaum. **REI – Revista Estudos Institucionais**, [*S. l.*], v. 02, n. 02, p. 736-755, 2017, p. 738.

[193] Nesse sentido, por exemplo, enquadrou-se o reconhecimento do direito à educação para todas as crianças com deficiência, porém, a ser exercível em escolas separadas dos estudantes sem deficiência.

[194] PALACIOS, Agustina; BARIFFI, Francisco. **La discapacidad como una cuestión de derechos humanos**: una aproximación a la Convención Internacional sobre los Derechos de las Personas con Discapacidad. Madrid: Ediciones Cinca, 2007, p. 18.

[195] PALACIOS, Agustina; BARIFFI, Francisco. **La discapacidad como una cuestión de derechos humanos**: una aproximación a la Convención Internacional sobre los Derechos de las Personas con Discapacidad. Madrid: Ediciones Cinca, 2007, p. 18.

[196] PALACIOS, Agustina; BARIFFI, Francisco. **La discapacidad como una cuestión de derechos humanos**: una aproximación a la Convención Internacional sobre los Derechos de las Personas con Discapacidad. Madrid: Ediciones Cinca, 2007, p. 18.

[197] ASSIS, Machado de. **O alienista**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014, p. 22.

Foi somente após Simão Bacamarte ter defendido aos vereadores sua proposta com grande eloquência, que a câmara encontrou solução para concessão de estipêndio em prol das despesas da Casa Verde sob a única e talvez, última forma ainda não pensada para fins de tributação que inclusive valia-se do momento da morte:

> *Depois de longos estudos, assentou-se em permitir o uso de dois penachos nos cavalos dos enterros. Quem quisesse emplumar os cavalos de um coche mortuário pagaria dois tostões à câmara, repetindo-se tantas vezes esta quantia quantas fossem as horas decorridas entre a do falecimento e a da última benção na sepultura. O escrivão perdeu-se nos cálculos aritméticos do rendimento possível da nova taxa [...]*[198].

Já que não era uma obrigação social custear a sobrevivência dos “loucos” nem tampouco reconhecê-los como incluídos à comunidade, a classe dos alienados configurava uma questão de problema individual daquele que a integrava. Por isso, retomando a história da crônica, tornar os sepultamentos o mais breve possível para pagamento mínimo dos tributos incidentes sobre os penachos dos cavalos à frente do coche mortuário, com certeza deve ter sido a ordem dada por muitos itaguaienses.

Ao final, mesmo sendo Simão Bacamarte o representante da sabedoria científica, que lhe permitiu ser empossado da licença para construção do manicômio, seus experimentos mostram-se falhos e controversos na entrega de uma definição objetiva da “loucura” e do modo de tratamento (sob o viés científico e social) dos pressupostos alienados.

As suposições decorreram ao longo da crônica demonstrando também às pessoas com deficiência “a condição humana, vítima de perene insegurança, fragilizada por direitos indefinidos”[199].

Daquele que poderia ser identificado como alienado diante de seu comportamento social considerado atípico quando comparável à maioria, posteriormente, também dotado da desrazão que lhe permitiria ser classificado entre tipos específicos, chega Simão Bacamarte a conclusão sobre o equívoco de tais teorias que o levaram a afirmar uma última suposição.

---

[198] ASSIS, Machado de. **O alienista**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014, p. 22.
[199] GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes; FUGA, Bruno. **O alienista & O cemitério dos vivos**. Londrina: Thoth, 2021.

A condição de “mentecapto” ou alienado, então deveria pressupor as características do perfeito equilíbrio mental e moral, dentre elas *“a sagacidade, a paciência, a perseverança, a tolerância, a veracidade, o vigor moral, a lealdade”*[200]*,* todas que, por ser o único detentor levaram-no ao estudo de si mesmo trancafiando-se naquela casa de orates.

Sobre o sucesso dessa mais nova teoria de Simão Bacamarte? A cura de sua doença? Nada. Os cronistas contam que a morte chegou para o alienista *“no mesmo estado que entrou, sem ter podido alcançar nada”*[201]*.*

“No fundo, Itaguaí é o mundo e todos são loucos – ou ajuizados, conforme o ponto de vista. Descrença, ou lucidez? Descrença pela lucidez”[202]. A conclusão apresentada por Lucia Miguel-Pereira é a de que a percepção da loucura alheia sempre esteve relacionada em Itaguaí a uma ordem variável e determinada pelo seu próprio observador, portanto, subjetivamente modificável. Para Machado de Assis, elementos irracionais jamais se compatibilizariam dentro de um sistema lógico[203].

Em Machado de Assis, a palavra *alienado*, para além de sua significação psíquica, também representou sobretudo a usurpação do meio que aquele indivíduo com deficiência habitava, da sociedade que esteve impedido de compartilhar, dos relacionamentos que lhe foram banidos e, principalmente, da vontade tolhida e desconsiderada sobre qualquer forma de sua legítima manifestação.

O Alienista antecipou-se em traduzir para o seu tempo as barreiras de opressão constituídas pelo meio social que fizeram superar a percepção da deficiência como causa exclusiva de limitações individuais e intervenções médicas.

Este anúncio da compreensão da deficiência como questão de ordem relacional e social, preteritamente circunscrito ao pensamento de Machado de Assis, passou a ser consolidado a partir dos movimentos sociais de combate a

---

[200] ASSIS, Machado de. **O alienista**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014, p. 86.
[201] ASSIS, Machado de. **O alienista**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014, p. 87.
[202] MIGUEL-PEREIRA, Lúcia. **Machado de Assis**: estudo crítico e biográfico. 5ª série, v. 73. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936, p. 261-262.
[203] MIGUEL-PEREIRA, Lúcia. **Machado de Assis**: estudo crítico e biográfico. 5ª série, v. 73. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936, p. 261-262.

opressão das pessoas com deficiência que vieram a se despontar nos anos de 1960 e 1970 em países como Reino Unido e Estados Unidos[204].

A deficiência passou a ser questionada em sua formação sobre os fatores que, uma vez existentes na sociedade, impediriam o acolhimento da diversidade humana e a constituição de espaço apto ao desenvolvimento de todas as diferentes potencialidades.

A compreensão da deficiência atrelada a uma "questão pública, e não mais somente restrita à esfera privada e dos cuidados familiares"[205], fez constituir o terceiro modelo de deficiência denominado como *Modelo Social da Deficiência*, *Modelo de Direitos Humanos da Deficiência*[206] ou *Modelo de Barreiras Sociais*.

A instituição dessa nova fase concretizou-se internacionalmente por meio da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada em âmbito nacional pelo Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008), conforme o procedimento do § 3º do artigo 5º da Constituição Federal de 1988, e subsequente promulgação (Decreto 6.949, de 25 de agosto de 2009), vinculando-se "o mesmo valor que as normas constitucionais formais no Brasil"[207].

A prevalência do modelo social passou a pressupor que ocorra em primeiro plano a identificação das *barreiras* ofertadas pelo meio ambiente e de forma subsequente, a responsabilização do Estado e sociedade por sua remoção para que não comprometam a formação e uma sociedade inclusiva[208].

Em resumo, a percepção da deficiência restou atribuída para além da ordem pessoal de natureza física, mental, intelectual ou sensorial (dimensão

---

[204] MEDEIROS, Marcelo; DINIZ, Debora. Envelhecimento e deficiência. *In*: CAMARANO, Ana Amélia (Org.). **Os novos idosos brasileiros**: muito além dos 60? Rio de Janeiro: IPEA, 2004, p. 107-120, p. 108.

[205] SANTOS, Wederson Rufino dos. Pessoas com deficiência: nossa maior minoria. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, [*S.l.*], v. 18, n. 03, p. 501-519, 2008, p. 506.

[206] ROSENVALD, Nelson. O modelo social de direitos humanos e a Convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência: o fundamento primordial da Lei nº 13.146.2015. *In*: MENEZES, Joyceane Bezerra de (Org.). **Direito das pessoas com deficiência psíquica e intelectual nas relações privadas**: Convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência e Lei Brasileira de Inclusão. Rio de Janeiro: Processo, 2016, p. 91-110, p. 100.

[207] MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **Curso de Direitos Humanos**. São Paulo: Método, 2014, p. 199.

[208] PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 278-279.

biológica)[209], mas, primordialmente, passa a exigir que sejam combatidos os entraves impostos pelo em torno socialmente habitável e impeditivos para o desempenho dos atos comuns da vida daquele indivíduo (dimensão artificial).

Do contrário, uma vez prevalecente qualquer espécie de barreira e, sendo esta instransponível por parte daquele indivíduo que possua impedimentos permanentes, caberá atribuir-lhe o reconhecimento da deficiência.

Como explica Débora Diniz, este modelo social emprega uma separação entre lesão e deficiência. Enquanto a lesão condiz com particularidades de ordem biológica dos indivíduos, a deficiência se transmuta para o campo sociológico isto é, ocorre a "retirada da deficiência do campo da natureza e sua transferência para a sociedade"[210].

Consoante à crítica realizada por Machado de Assis, ressalva se faz ao próprio sujeito considerado como *alienado.* Ainda que assumisse diferentes rostos em Itaguaí, sua condição prevaleceu igualmente retratada como alguém que foi retirado da condução de sua própria vida pelo domínio imposto pelo saber, pela ciência e até mesmo, pela lei.

Com a institucionalização do modelo social, a Convenção buscou promover inequívoca emancipação desse grupo enaltecendo-o "como parte da diversidade humana e da humanidade"[211] e predispondo dentre seus princípios e obrigações gerais o dever de adoção de todas as medidas cabíveis para construção do seu projeto de vida.

Vida que venha a ser construída por vontade própria, sem escolhas que já nasçam predeterminadas pelas barreiras socialmente impostas. Isto inclui as pessoas com deficiência intelectual, cujo refletir sobre o *modus* de implementação no campo do Direito, pautará essa pesquisa.

1.2 A "BIOGRAFIA DO HOMEM": UM CONTEXTO EXCLUDENTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

---

[209] Comité Español de Representantes de Personas con Discapacidad – CERMI. **Derechos humanos y discapacidad**: Informe España 2014 – Colección Convención ONU, n. 12. Madrid: Editorial Cinca, 2015, p. 11.
[210] DINIZ, Debora. Modelo social da deficiência: a crítica feminista. **Série Anis**, Brasília, v. 28, p. 01-10, 2003, p. 02.
[211] Artigo 3º. **ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU**. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Disponível em: https://bit.ly/3okf2p0. Acesso em: 18 out. 2022.

Obediente a um “modelo antropocêntrico nítido”[212] esse é o retrato sobre o qual define Orlando de Carvalho que foram aperfeiçoadas as codificações modernas. Na representação da “biografia do homem”[213] ou da “história do homem em ação”[214], as codificações oitocentistas estruturaram-se sob a narração do nascimento, vida e morte de um protagonista que passou a ser refletida, inclusive pela estruturação dos livros dos Códigos Civis, sempre em torno do viés patrimonial: “1º livro sobre as pessoas [...], 2º livro dos bens e as diferentes modificações da propriedade e a um 3º livro sobre as diferentes maneiras por que se adquire a propriedade”[215].

Essa história concebe o homem que irá nascer, tornar-se capaz, adquirir a maioridade, casar-se, exercer seu poder paternal, contratar, ser proprietário, testar, e finalmente, quando a morte chegar, *ter* o que deixar para quem lhe possa ser sucedido. Esses momentos marcaram para o direito civil a perspectiva normativa e patrimonialista fundamentada pelas ondas das codificações introduzidas especialmente no século XIX.

A primeira grande onda de codificação do direito privado, assim nomeada por Franz Wieacker, se faz em referência aos códigos da Europa continental que tiveram suas bases estruturadas no encontro dos ideários políticos derivados pelo iluminismo com a crença do direito natural delineada sob o viés racionalista (jusracionalismo). Nesse contexto, inserem-se o Código Civil da Prússia de 1794, o Código Civil da Áustria de 1812 e como principal expoente, o Código Civil da França de 1804 (*Code civil des Français – Code civil)*.

Posteriormente, ao final do século XIX, a segunda onda que simbolizou o processo de codificação moderna se fez sob o ideário de implementação de um sistema científico neutro e conceitual do direito privado com a representação do Código Civil Alemão (*Bürgerliches Gesetzbuch – BGB)*[216], publicado em 18 de agosto de 1896 e posto em vigor em 1 de janeiro de 1900.

---

[212] CARVALHO, Orlando de. **Para uma teoria da relação jurídica civil**: a teoria geral da relação jurídica **–** seu sentido e limites. 2. ed. Coimbra: Centelha, 1981, p. 33.
[213] CARVALHO, Orlando de. **Para uma teoria da relação jurídica civil**: a teoria geral da relação jurídica **–** seu sentido e limites. 2. ed. Coimbra: Centelha, 1981, p. 32.
[214] CARVALHO, Orlando de. **Para uma teoria da relação jurídica civil**: a teoria geral da relação jurídica **–** seu sentido e limites. 2. ed. Coimbra: Centelha, 1981, p. 32.
[215] CARVALHO, Orlando de. **Para uma teoria da relação jurídica civil**: a teoria geral da relação jurídica **–** seu sentido e limites. 2. ed. Coimbra: Centelha, 1981, p. 33.
[216] “O BGB influenciou o Código Civil Suíço, que entrou em vigor em 1912. [...] Os códigos civis da Turquia, do Japão e do Brasil (Clóvis Bevilacqua, 1916) também foram influenciados pelo

A começar com os códigos jusracionalistas, citados na *primeira onda codificadora*, pode-se afirmar que eles revelaram o modelo de formação do Estado moderno como sendo muito mais concretizador de um projeto político, do que propriamente jurídico. Porém, ao passo que o código prussiano e o austríaco decorreram da ordem emanada por reis absolutistas (respectivamente por iniciativa do Imperador Frederico, o Grande e da Rainha Maria Teresa)[217], o *Code civil des Français de 1804 (Code civil)*[218] nasceu compreendido à luz das benesses conquistadas com a Grande Revolução de 1789, ou seja, como obra do clamor francês que buscava uma forma inovadora de regulamentação da sociedade.

Conforme Norberto Bobbio, a ocorrência de uma Revolução somente pode ser atribuída quando consegue-se romper com a existência de um passado governamental a ponto de consolidar "profundas mudanças nas relações políticas, no ordenamento jurídico constitucional e na esfera sócio-econômica"[219]. Nisso, reside a condição de ser o *Code civil* referenciado como símbolo dessa transformação, diante do qual, coroaram-se as conquistas emancipadoras do absolutismo francês que fizeram propagar para outras civilizações o lema "Um estado, um Código"[220].

Desenvolvido por uma comissão de juristas nomeada por Napoleão em 1800[221], dentre os quais estavam advogados ou magistrados Fr. Trochet, J.

BGB alemão" (ASHTON, Peter Walter. A história da elaboração do BGB alemão. **Revista da Faculdade de Direito da UFRGS**, n. 31, p. 223-228, 2013, p. 227).

[217] WIEACKER, Franz. **História do Direito Privado Moderno**. 2. ed. Tradução de A. M. Hespanha. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1967, p. 372 e 381.

[218] Esclarece Franz Wieacker que "A partir de 1803, foram sendo aprovadas pelo legislador as diferentes secções da compilação e publicadas, primeiro isoladamente, e finalmente promulgadas em conjunto em 20-3-1804 como *Code Civil des Français* (de novo publicado em 1807, como *Code Napoléon;* em 1814, de novo como *Code Civil;* em 1852-1870 novamente 'como *Code Napoléon)* (WIEACKER, Franz. **História do Direito Privado Moderno**. 2. ed. Tradução de A. M. Hespanha. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1967, p. 388).

[219] BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 11. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 1124.

[220] CAENEGEM, Raoul C. van. **Uma introdução histórica ao direito privado**. Tradução de Carlos Eduardo Lima Machado. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 175. GRINBERG, Keila. **Código Civil e cidadania**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008, p. 24.

[221] CAENEGEM, Raoul C. van. **Uma introdução histórica ao direito privado**. Tradução de Carlos Eduardo Lima Machado. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 06. A existência do *Code civil* sempre envaideceu Napoleão levando-o a afirmar no seu exílio em Santa Helena, em 1815, "A minha verdadeira glória não é ter vencido 40 batalhas. Waterloo apagara a recordação de tantas vitórias; o que nada apagará e viverá eternamente é o meu Código Civil" (PROENÇA, José Gonçalves. **Bicentenário do Code Civil des Français**. Disponível em: https://bit.ly/429SjLE. Acesso em: 10 dezembro 2022).

Portalis, F. Bigot-Préameneu e J. De Malevill, a redação do *Code civil* foi apresentada em resposta a "solicitude do herói que a nação estabeleceu como seu primeiro magistrado"[222] e como sendo o principal ganho para uma civilização, conforme afirmação de J. Portalis em seu *Discours préliminaire* em 1801 do projeto do *Code civil*: "Boas leis civis são o maior bem que os homens podem dar e receber; elas são a fonte da moral, o paládio da propriedade e a garantia de toda a paz pública e privada"[223].

Porém, ainda que se possa afirmar que o *Code civil* foi fruto da atuação política e determinante de um idealizador, "o tempo histórico revela os marcos jurídicos de cada época"[224] e assim, longe de ser a "obra de uma déspota iluminado"[225] ou "resultado do absolutismo esclarecido"[226], o presente Código fincou suas bases sob os anseios daquela burguesia revolucionária que postulava o reconhecimento, conforme Jesús Antonio de La Torre Rangel *"[...] de los "derechos naturales del individuo": libertad, seguridad y propriedad dentro de un régimen de igualdad ante la ley"*[227].

Importa ressaltar que a compreensão que se fez na modernidade sobre o direito natural, difere-se da predisposta na Antiguidade greco-romana (como direito derivado da Natureza e pertencente ao campo das ideias)[228], bem como, da vinculação a teoria teológica que lhe foi atribuído na Idade Média (enquanto direito derivado de Deus pelos mandamentos cristãos).

---

[222] Tradução livre de: *"Aussi, la rédaction du Code civil a d'abord fixé la sollicitude du héros que la nation a établi son premier magistrat, qui anime tout par son génie, et qui croi-ra toujours avoir à travailler pour sa gloire, tant qu'il lui restera quel-que chose à faire pour notre bonheur"* (PORTALIS, Jean-Étienne-Marie. **Discours préliminaire du premier projet de Code civil (1801)**. Disponível em: https://bit.ly/3UH41dA. Acesso em: 17 dez. 2022, p. 13).

[223] Tradução livre de: *"De bonnes lois civiles sont le plus grand bien que les hommes puissent donner et recevoir; elles sont la source des moeurs, la palla-dium de la propriété, et la garantie de toute paix publique et particulië-re"* (PORTALIS, Jean-Étienne-Marie. **Discours préliminaire du premier projet de Code civil (1801)**. Disponível em: https://bit.ly/3UH41dA. Acesso em: 17 dez. 2022, p. 13).

[224] FACHIN, Luiz Edson. **Estatuto jurídico do patrimônio mínimo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2006, p. 28.

[225] FACCHINI NETO, Eugênio. Code civil francês: gênese e difusão de um modelo. **Revista de informação legislativa**, v. 50, n. 198, p. 57-86, abr./jun. 2013, p. 68.

[226] WIEACKER, Franz. **História do Direito Privado Moderno**. 2. ed. Tradução de A. M. Hespanha. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1967 p. 386.

[227] RANGEL, Jesús Antonio de la Torre. **Del pensamiento jurídico contemporáneo**: aportaciones críticas. México: Miguel Angel Porrua, 1992, p. 50.

[228] "Historicamente a primeira referência a esse direito encontramos na literatura grega, em Antígona, de Sófocles, [...] encenada, mais ou menos, em 441 a.C." (GUSMÃO, Paulo Dourado de. **Introdução ao estudo do direito**. 27. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000, p. 56).

No contexto de concepção do *Code Civil*, esclarece Franz Wiacker, o direito natural predominava sob reflexos do iluminismo (século XVIII), em sua "crença jusracionalista"[229], diante do qual, encontrava-se "um corpo de princípios básicos dos quais o direito positivo deveria ser diretamente derivado: era um direito natural aplicado"[230].

A bandeira hasteada pela classe burguesa, buscava assim esse direito novo, um direito pautado no plano de seus grandes princípios[231], e que fossem racionalmente implementados com a certeza e completude que não se faziam prevalecentes diante do pluralismo jurídico herdado da sociedade feudal *(ancien régime),* nem tampouco, pairando sobre o sistema de privilégios da nobreza e do clero. "Agora acreditava-se na necessidade de liberdade em relação ao passado, de modo a assegurar um futuro melhor. A fé no progresso substituía a fé na tradição"[232].

Àquela antiga compreensão de pertencimento a clãs que se opunham reciprocamente, restou substituída de modo que "uma massa de homens existe agora sob diferentes nomes, sob diversos modos de organização social, mas essencialmente homogênea"[233] e, nesse contexto, a modernidade também sobrepôs uma nova compreensão do que fosse considerado sinônimo de liberdade.

No âmago da Antiguidade não restava estabelecido qualquer reconhecimento do homem como pessoa ou sujeito de direitos, ao contrário, os deveres e poderes atribuídos a seus cidadãos perante o espaço público é o que de fato sacramentava sua importância e ordem de prioridade social[234]. A

---

[229] WIEACKER, Franz. **História do Direito Privado Moderno**. 2. ed. Tradução de A. M. Hespanha. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1967 p. 386.
[230] CAENEGEM, Raoul C. van. **Uma introdução histórica ao direito privado**. Tradução de Carlos Eduardo Lima Machado. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 164.
[231] Conforme Manuel Hespanha o plano dos grandes princípios define que "o novo direito estabelece a liberdade, a propriedade e a igualdade perante a lei como valores fundamentais" (HESPANHA, Antonio Manuel. **A cultura jurídica europeia**: síntese de um milênio. Coimbra: Almedina, 2012, p. 370). Em complementação, Jesús Antonio de la Torre: *"Los principios, pues, que han de regular la actividad humana son: igualdad, libertad, propiedad y seguridad y propiedad dentro de un régimen de igualdad ante la ley"* (RANGEL, Jesús Antonio de la Torre. **Del pensamiento jurídico contemporáneo**: aportaciones críticas. México: Miguel Angel Porrua, 1992, p. 50).
[232] CAENEGEM, Raoul C. van. **Uma introdução histórica ao direito privado**. Tradução de Carlos Eduardo Lima Machado. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 163.
[233] CONSTANT, Benjamin. **A liberdade dos antigos comparada à dos modernos**. Tradução de Emerson Garcia. Coleção Clássicos do Direito – v. 03. São Paulo: Atlas, 2015, p. 81.
[234] REALE, Miguel. **Horizontes do direito e da história**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1999, p. 30.

liberdade participativa era propriamente identificadora nas comunidades organizadas como *polis,* dentro das quais, a forma hierárquica "baseada em prestígio"[235] era a prevalente para determinação de "quem era quem"[236] naquele contexto.

Em resumo, ao que define Benjamin Constant "a submissão da existência individual ao corpo coletivo"[237] era sinônimo satisfatório de liberdade para os antigos:

> Como cidadão, ele decide sobre a paz e a guerra; como particular, permanece limitado, observado, reprimido em todos seus movimentos; como porção do corpo coletivo, ele interroga, destitui, condena, despoja, exija, atinge mortalmente seus magistrados ou seus superiores; como sujeito ao corpo coletivo, ele pode, por sua vez, ser privado de sua posição, despojado de suas honrarias, banido, condenado, pela vontade arbitrária do todo ao qual pertence[238].

Portanto, a condição de ser pessoa no período da Antiguidade se contrapôs a correlação de existência do ser humano. Somente atribuir-se-ia o reconhecimento como pessoa aos que estivessem relacionados ao desempenho de papéis sociais, isto por sua vez, condenou as pessoas com deficiência ao processo de banimento descrito no modelo da prescindência (item 1.1.1).

Na Modernidade, o impulso pela obtenção de novas conquistas decorrentes da liberdade e circulação econômica ou, em resumo, a ânsia sobre as benesses materiais do progresso, evidenciaram a insuficiência na antiga compreensão de uma sociedade estática que não individualizava a vida privada de seus integrantes.

Pode-se afirmar que a noção de liberdade econômica que restou consubstanciada é a que veio tornar-se o valor estruturante de toda sociedade moderna e terminou por também atingir o sistema jurídico[239].

---

[235] FERRAZ JUNIOR, Tercio Sampaio. **Introdução ao estudo do direito**: técnica, decisão, dominação. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2019, p. 31.
[236] FERRAZ JUNIOR, Tercio Sampaio. **Introdução ao estudo do direito**: técnica, decisão, dominação. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2019, p. 31.
[237] CONSTANT, Benjamin. **A liberdade dos antigos comparada à dos modernos**. Tradução de Emerson Garcia. Coleção Clássicos do Direito – v. 03. São Paulo: Atlas, 2015, p. 79.
[238] BENÍTEZ, Francisco Carpintero. "Persona", "derecho natural" y nuestra tradición jurisprudencial. *In*: **Anuario Mexicano de Historia del Derecho VI**, a. 04, n. 06. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1994, p. 59.
[239] BRAZZALE, Flávia Balduino. **A pessoa com deficiência e a ruptura no regime das incapacidades**. Belo Horizonte: Arraes, 2018, p. 19.

É dentre os modernos que se evidenciou a transposição da liberdade do público para o privado e suas consequências, ao que Pablo Scotto afirma *"La libertad tenia que ver con lo publico, ahora tiene que ver con lo privado. Tenia que ver con el gobierno, ahora tiene que ver con el bienestar individual. Tenia que ver con la igualdad, ahora tiene que ver con el aislamiento"*[240].

No âmago desta concepção liberal-individualista, a ordem de reverência sobre o antigo predomínio do Estado em face do indivíduo passou a ser invertida. Agora, com o Estado Liberal de Direito, primeiro é o Estado que deveria se curvar ao indivíduo, reconhecendo-lhe direitos e permitindo o seu crescimento na forma desejável e, mais importante, sem qualquer outro modo de interferência que não estivesse restritivamente, limitada ao cumprimento do preceito legal[241].

Própria a todo ser humano, a liberdade passou a ser centralizada à condição do indivíduo gerir a si mesmo e aos seus interesses patrimoniais, conforme afirmado por Régine Pernoud, "a burguesia nascera, e como representava uma força inteiramente nova, teve que criar o seu lugar nesse mundo"[242].

O burguês estava retratado naquele sujeito que dentro da sociedade estamental não poderia ser assumido à classe dos servos ou da realeza, era propriamente, segundo Juan Ramón Capella *"comerciantes sobre todo, y ciertos atersanos ricos, o incluso industriales (tejedores y tintoreros, por ejemplo) pre-industriales (por decirlo de algún modo), y también clérigos e intelectuales"*[243].

Era essa a burguesia que precisava sacramentar o seu espaço mediante a instituição de nova ordem que pudesse lhe garantir a livre circulação econômica de forma totalmente desprovida de qualquer interferência de ordem religiosa ou comunitária. Assim, perpetuou-se nesse contexto o objetivo da

---

[240] Tradução livre: "A liberdade tinha a ver com o público, agora tem a ver com o privado. Tinha a ver com o governo, agora tem a ver com o bem-estar individual. "Tinha a ver com igualdade, agora tem a ver com isolamento" (SCOTTO, Paulo. Lo civil en el Código napoleónico y la libertad de los modernos. **Cuadernos Electrónicos de Filosofía del Derecho**, n. 43, p. 285-304, dez. 2020, p. 301).

[241] BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 31.

[242] PERNOUD, Régine. **As origens da burguesia**. Tradução de F.S. 2. ed. Coleção Saber. Publicações Europa-América, 1969, p. 21.

[243] Tradução livre: "[…] comerciantes sobretudo, e certos artesãos ricos, ou mesmo industriais (tecelões e tintureiros, por exemplo) pré-industriais (por assim dizer), e também clérigos e intelectuais" (CAPELLA, Juan Ramón. **Fruta prohibida**: una aproximación histórico-teorética al estudio del derecho y del estado. Madrid: Trotta, 1997, p. 99).

concretização dos interesses privados[244] por meio de garantias institucionais que poderiam ser atingidas mediante a compreensão do direito como sistema materializável[245].

Essa ideologia que impulsionou a Revolução Francesa, conferindo, no dizer de Enzo Roppo a "passagem a uma forma superior de sociedade"[246], concretizou-se no campo do Direito pela nova forma de ordenamento social assentada no *monismo jurídico.*

Isso significou que o direito privado deveria ser pautado na existência de um único diploma aplicável à generalidade dos sujeitos garantidos pela construção sistemática e autônoma dos preceitos jurídicos nascidos com a "teoria da codificação"[247].

A codificação atingiria o objetivo da completude e, sob a pretensão de ser o Direito um sistema fechado e autossuficiente, seria possível apresentar respostas para todos os conflitos que lhe fossem apresentados. Os costumes assumiram um caráter secundário e a lei passou a reinar sob a coroa do positivismo científico em sua condição inquestionável de ser a principal fonte do direito.

"As leis são, ou deveriam ser apenas, leis reduzidas a regras positivas, a preceitos particulares [...]"[248] sob esta compreensão, J. Portalis apresentou o projeto do *Code Civil* destacando sua essencialidade e o caráter de permanência que conferiria àquela legislação o "direito de envelhecer"[249] na regência da sociedade francesa.

---

[244] CONSTANT, Benjamin. **A liberdade dos antigos comparada à dos modernos**. Tradução de Emerson Garcia. Coleção Clássicos do Direito – v. 03. São Paulo: Atlas, 2015, p. 86.
[245] AMARAL, Francisco. **Direito civil**: introdução. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2017, p. 213.
[246] ROPPO, Enzo. **O contrato**. Tradução de Ana Coimbra e M. Januário C. Gomes. Coimbra: Almedina, 1988, p. 37.
[247] "A teoria surgiu, portanto, na época em que o racionalismo jurídico atingiu sua fase mais elevada e foi tomado como um parâmetro, um padrão que haveria de servir de modelo para todos os povos ocidentais". (DELGADO, Mário L. **Codificação, descodificação, recodificação do direito civil brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 56).
[248] Tradução livre de: *"Les lois sont ou ne doivent être que le droit réduit en règles positives, en préceptes particuliers"* (PORTALIS, Jean-Étienne-Marie. **Discours préliminaire du premier projet de Code civil (1801)**. Disponível em: https://bit.ly/3UH41dA. Acesso em: 17 dez. 2022, p. 24).
[249] *"L'essentiel est d'imprimer aux institutions nouvelles, ce caractère de permanence et de stabilité qui puisse leur garantir le droit de devenir anciennes"* (PORTALIS, Jean-Étienne-Marie. **Discours préliminaire du premier projet de Code civil (1801)**. Disponível em: https://bit.ly/3UH41dA. Acesso em: 17 dez. 2022, p. 29).

O *Code civil* restou tratado como uma "uma obra de compromisso"[250], segundo a qual, seu iminente defensável Jacques Bouveresse definiu-a como sendo capaz de concretizar a vontade de todo um povo em "*dar a cada um lugar, uma identidade, um futuro dentro da nação*"[251].

Diante desse compromisso, a primeira pergunta que já se abre é se tal resultado far-se-ia possível ou teria sido almejado incluindo a pessoa com deficiência. Diante do viés personalista, especificadamente, burguês, individualista e liberal estabelecido pelo *Code civil*, a resposta se faz eminentemente negativa.

Consonante ao dito por Michelle Perrot, esse foi o "código dos direitos do homem"[252]. A nova ordem jurídica atendia aos valores da burguesia, com isso, a conveniência em igualar todos perante a lei (conforme previsto no artigo 8º do *Code civil* "Todo francês gozará dos direitos civis")[253], ao mesmo passo que ascendeu a lógica capitalista derrubando a hierarquia feudal, por outro lado, impôs a mais completa e proposital desconsideração daqueles que não correspondessem aos interesses econômicos[254]. Corroborado por Orlando de Carvalho, "o código dos fortes desconhecia os interesses dos débeis"[255].

A regulamentação da vida privada, delimitada sob a ordem patrimonial na civilística francesa, instituia-se resumidamente em prol do "bom pai de família" e

---

[250] BOUVERESSE, Jacques. La consolidation napoléonienne (1799-1814). *In*: BOUVERESSE, Jacques. **Histoire des institutions de la vie politique et de la société française de 1789 à 1945**. Mont-Saint-Aignan: Presses universitaires de Rouen et du Havre, 2012.

[251] *"Mais la transaction napoléonienne est bien plus qu'un recueil de règles de droit: calqué sur l'exigence d'une sociologie, on oserait presque dire d'une anthropologie, il concrétise la volonté de tout un peuple, et synthétise toute une histoire: celle de cet immense groupe central des Français qui, écartant le privilège et récusant l'exclusion prétend, par des moyens que les circonstances imposeront, donc variables, réconcilier les hommes, et donner à chacun une place, une identité, un avenir au sein de la nation."* (BOUVERESSE, Jacques. La consolidation napoléonienne (1799-1814). *In*: BOUVERESSE, Jacques. **Histoire des institutions de la vie politique et de la société française de 1789 à 1945**. Mont-Saint-Aignan: Presses universitaires de Rouen et du Havre, 2012).

[252] PERROT, Michelle. Figuras e papéis: a figura do pai. *In*: PERROT, Michelle (Org.). **História da vida privada 4**: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. Tradução de Denise Bottman, partes 1 e 2; Bernardo Joffily, partes 3 e 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 121-186, p. 121**).**

[253] Artigo 8. Código Civil Francês. Tradução de George Spence (cf. três obras: Cushing's Anonymous: A dictionary of revealed authorship; Dictionary of anonymous and pseudonymous English literature, da autoria de Samuel Halkett e John Laing; e, Dictionary of National Biography). Disponível em: https://bit.ly/41C6isG. Acesso em: 12 jan. 2023.

[254] PINHEIRO, Rosalice Fidalgo. **Princípio da boa-fé nos contratos**: o percurso teórico e sua recepção no direito brasileiro. Curitiba: Juruá, 2015, p. 105.

[255] CARVALHO, Orlando de. **Para uma teoria da relação jurídica civil**: a teoria geral da relação jurídica **–** seu sentido e limites. 2. ed. Coimbra: Centelha, 1981, p. 71.

esse, significando o homem proprietário capaz de concentrar patrimônio em transmissão aos seus herdeiros[256].

A reverência ao gênero masculino delegava ao homem burguês (pai e marido) absoluta dominação que fazia curvar ao seu mando os tidos como inferiores, em especial, a esposa e os filhos sem predileção "loucos, dementes e imbecis"[257]. Esses, não detinham qualquer espaço de reconhecimento ou prevalência inclusive sob o âmbito legal.

Na previsão do *Code civil* "o marido tem a gestão de todos os bens pessoais da esposa" (artigo 1428)[258], é ele quem "sozinho administra a propriedade da comunidade. Ele pode vendê-la, aliená-la e penhorá-la sem a concordância de sua esposa" (artigo 1421)[259].

Para o caso daquele familiar que encontrasse em estado habitual de idiotice ou loucura (artigo 489 do *Code civil*)[260], o destino legalmente previsto seria o de conduzir-lhe a interdição judicial e, a qualquer tempo, interná-lo como solução de remoção ao contexto familiar e social. Também por isso, a reclusão das mulheres ditas loucas aumentou de "maneira vertiginosa no século XIX: de

---

[256] Conforme Michelle Perrot, "o desejo de possuir patrimônio é forte. Ele se concentra, em primeiro lugar, nos bens imóveis, primeiro objeto de desejo, signo indispensável de distinção para os burgueses" e já na metade do segundo império francês (1861), "os imóveis urbanos respondem por 18% das rendas e as propriedades agrícolas por 41%". PERROT, Michelle. Figuras e papéis: a figura do pai. (PERROT, Michelle. Figuras e papéis: a figura do pai. *In*: PERROT, Michelle (Org.). **História da vida privada 4**: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. Tradução de Denise Bottman, partes 1 e 2; Bernardo Joffily, partes 3 e 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 121-186, p. 108).

[257] PERROT, Michelle. Figuras e papéis: a figura do pai. *In*: PERROT, Michelle (Org.). **História da vida privada 4**: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. Tradução de Denise Bottman, partes 1 e 2; Bernardo Joffily, partes 3 e 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 121-186, p. 121**.**

[258] Artigo 1428. Código Civil Francês. Tradução de George Spence (cf. três obras: Cushing's Anonymous: A dictionary of revealed authorship; Dictionary of anonymous and pseudonymous English literature, da autoria de Samuel Halkett e John Laing; e, Dictionary of National Biography). Disponível em: https://bit.ly/41C6isG. Acesso em: 12 jan. 2023.

[259] Artigo 1429. Código Civil Francês. Tradução de George Spence (cf. três obras: Cushing's Anonymous: A dictionary of revealed authorship; Dictionary of anonymous and pseudonymous English literature, da autoria de Samuel Halkett e John Laing; e, Dictionary of National Biography). Disponível em: https://bit.ly/41C6isG. Acesso em: 12 jan. 2023.

[260] Artigo 489 *"An adult, who is in an habitual state of idiocy, of insanity, or madness, must be interdicted, even though such state present some lucid intervals".* Código Civil Francês. Tradução de George Spence (cf. três obras: Cushing's Anonymous: A dictionary of revealed authorship; Dictionary of anonymous and pseudonymous English literature, da autoria de Samuel Halkett e John Laing; e, Dictionary of National Biography). Disponível em: https://bit.ly/41C6isG. Acesso em: 12 jan. 2023.

9.930 mil em 1845-1849, passam para quase 20 mil em 1871. Em 80 % dos casos, os solicitantes são homens (um terço são maridos, pais ou patrões)"[261]:

> Quando a perturbação mental se acentua, pais e médicos se defrontam com um problema de dimensão completamente nova. A proximidade do louco alimenta a ansiedade do grupo. O terrível segredo compromete a honra da família, ameaça as mais bem elaboradas estratégias matrimoniais. Quando o alienado é uma criança, "guarda-lo" parece natural. [...] a presença do louco que se tornou adulto fica insuportável; na maioria das vezes, os que o cercam decidem afastá-lo, sobretudo quando se trata de uma mulher solteira, menos útil que o homem na manutenção do grupo. [...] Quando a família consegue desembaraçar-se do fardo, logo esquece o alienado[262].

Cumprir friamente com os preceitos legais sem discussão valorativa de qualquer modo de interpretação, tornou-se determinante e simultaneamente conveniente àquela sociedade mercantilista que, de fato, execrava da mensuração dos direitos de cidadania, toda uma classe de pessoas ou, conforme Orlando de Carvalho, o *"petit peuple"*[263] que eram os "deformados ou atenuados pela grande burguesia, de que se tinham convertido em instrumento"[264].

Uma vez que o direito apresentado pela lei ou *Code civil* tenha sido criado por um legislador racional e detentor da soberania, isso deveria tornar a sua aplicação irrefutável e inflexível.

Esta concepção pautada no positivismo legal perdurou na França e em países da Europa continental de 1830 a 1880, referenciada como a Escola da Exegese[265]. Imperou-se nesse contexto o que Paolo Grossi denominou por

---

[261] PERROT, Michelle. Figuras e papéis: a figura do pai. *In*: PERROT, Michelle (Org.). **História da vida privada 4**: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. Tradução de Denise Bottman, partes 1 e 2; Bernardo Joffily, partes 3 e 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 121-186, p. 123.

[262] CORBIN, Alain. Gritos e cochichos. *In*: PERROT, Michelle (Org.). **História da vida privada 4**: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. Tradução de Denise Bottman, partes 1 e 2; Bernardo Joffily, partes 3 e 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 563-611, p. 602-603).

[263] CARVALHO, Orlando de. **Teoria geral do direito civil**. 3. ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2012, p. 224.

[264] CARVALHO, Orlando de. **Teoria geral do direito civil**. 3. ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2012, p. 224.

[265] Entre os precursores da Escola da Exegese, relacionam-se: Malleville; Delvincourt; Jean Proudhon; Toullier; A. Duranton; Aubry e Rau; Demolombe; Troplong e Baudry-Lacantinerie. HATTENHAUER, Hans. **Conceptos fundamentales del derecho civil**. Barcelona: Ariel, 1987, p. 516.

"estatolatria e legolatria"[266], isto é, "o Estado como único produtor de direito; a lei como sua única fonte"[267].

Porém, contestando o esplendor legalista com o *Code civil*, a resistência (especialmente emanada por Friedrich Carl von Savigny)[268], sob a influência na criação de um Código Civil para Alemanha, firmaram as bases do surgimento da *segunda onda codificadora* representada pelo *Bürgerliches Gesetzbuch (BGB)* com aproximadamente um século de distanciamento da primeira.

O direito germânico desenvolvia-se no início do século XIX permeado pela compreensão da Escola Histórica de interpretação que não admitia o "princípio da exclusividade da lei como fonte de direito; para eles, a lei retirava a sua força do direito, e não o direito da lei"[269].

De acordo com Savigny, considerado o fundador dessa escola, o dogma do legislador racional confiado ao arbítrio do Estado suprimiria a indispensável consideração do espírito do povo *(volksgeist): "Lo que las enlaza con el todo es la convicción común del pueblo, el propio sentimiento de necesidad inherente que excluye toda idea de un nacimiento casual y arbitrário"*[270].

A própria manifestação dessa "alma da nação" *(volksgeist),* inferida "a partir de formas concretas de conduta, de relações da vida, de institutos, constituía uma unidade orgânica em que as partes se explicavam pelo todo, os particulares pelo geral"[271]*,* é o que permitiria somente a uma restrita elite cultural,

---

[266] GROSSI, Paolo. **Mitologias jurídicas da modernidade**. 2. ed. Tradução de Arno Dal Ri Júnior. Florianópolis: Boiteux, 2007, p. 130.

[267] GROSSI, Paolo. **Mitologias jurídicas da modernidade**. 2. ed. Tradução de Arno Dal Ri Júnior. Florianópolis: Boiteux, 2007, p. 130.

[268] Referencia-se o célebre debate realizado entre Savigny e Thibaut em torno da convencionalidade de criação de um Código Civil para Alemanha. "A polêmica se inicia quando Thibaut escreve, em 1814, o seu livro "A necessidade de um direito civil para a Alemanha", onde defendia a premência de se elaborar um código civil que fosse genuinamente teutônico, afastando-se, assim, a aplicação do Código Civil Francês. [...] Em posição diametralmente oposta situa-se Savigny, com a sua obra "A vocação do nosso tempo para a legislação e para a jurisprudência", onde combate a codificação e defende que a ciência do direito deve ter por base o direito romano, que considera um modelo de direito cientifico" (DELGADO, Mário L. **Codificação, descodificação, recodificação do direito civil brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 93).

[269] GILISSEN, John. **Introdução histórica ao direito**. Tradução de A. M. Hespanha e L. M. Macaísta Malheiros. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995, p. 514.

[270] Tradução livre: "O que os liga ao todo é a convicção comum do povo, o próprio sentimento de necessidade inerente que exclui qualquer ideia de nascimento casual e arbitrário" (SAVIGNY, Friedrich Carl von. **De la vocación de nuestra época para la legislación y la ciencia del Derecho.** Tradução de José Díaz García. Madrid: Universidad Carlos III de Madrid, 2015).

[271] HESPANHA, Antonio Manuel. **A cultura jurídica europeia**: síntese de um milênio. Coimbra: Almedina, 2012, p. 440.

extraírem o legítimo direito aplicável para cada momento e sociedade. Por isso, Savigny afirmou que o direito possuiria uma vida dupla: *"La existencia del Derecho es a partir de ahí más artificiosa y complicada, puesto que vive una doble vida, una como fragmento de la vida total del pueblo, del que no deja de formar parte, y otra como ciencia especial en manos de los juristas"*[272].

Os resultados obtidos com essa atuação traduziriam o que de mais permanente existisse na cultura jurídica de uma nação e isso é o que deveria "ser transcrito em códigos, como monumentos tendencialmente permanentes"[273] que ao final, confeririam a construção de "uma ciência do direito consciente dos próprios métodos e sistemática"[274].

A elaboração desse sistema jurídico não se afastou, porém, do Direito romano *(Corpus Iuris Civilis)*, o qual trazia o substrato de princípios universais contributivos a formação do direito germânico e que, por isso, foram representados sob a denominação da "ciência dos pandectas"[275] ou Escola Pandectística.

A vertente desta escola[276] buscava afastar o positivismo legalista em prevalência ao positivismo conceitual. A estrita aplicação da lei sempre de acordo com as intenções emanadas pelo legislador estadual no momento de sua formação, tal qual defendia o positivismo legalista representado pela Escola da Exegese, deveria ser substituído pela constante extração do direito provindo dos

---

[272] Tradução livre: "A existência do Direito é a partir de então mais artificial e complicada, pois vive uma vida dupla, uma como fragmento da vida total do povo, da qual ainda faz parte, e outra como ciência especial nas mãos de juristas" (SAVIGNY, Friedrich Carl von. **De la vocación de nuestra época para la legislación y la ciencia del Derecho.** Tradução de José Díaz García. Madrid: Universidad Carlos III de Madrid, 2015, p. 20).

[273] HESPANHA, Antonio Manuel. **A cultura jurídica europeia**: síntese de um milênio. Coimbra: Almedina, 2012, p. 396.

[274] MACHADO, Diego Carvalho. Do sujeito de direito à pessoa humana: reflexões sobre subjetividade jurídica, teoria do direito civil e tutela da pessoa. **Revista Jurídica Luso-Brasileira**, n. 04, a. 02, p. 415-475, 2016, p. 431.

[275] "O Corpus Iuris Civilis continha quatro partes: o Código (529 a.C), o Digesto ou Pandectas (533 a.C), e as Institutas (533 a.C), o segundo Código (534 a.C) e as Novelas". O Digesto ou Pandectas refere-se ao "Conjunto de opiniões doutrinárias e jurisprudenciais dos jurisconsultos romanos, composto de 50 Livros. Parte mais importante e pormenorizada do Corpus Iuris Civilis" (NERY, Rosa Maria de Andrade. **Introdução ao pensamento jurídico e à teoria geral do direito privado**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008. p. 164).

[276] "Principais representantes: Georg Friedrich Puchta (1798-1846, *Cursus der Institutionen*, 1841), H. Dernburg (1829-1907) e Bernhard Windscheid (1817-1892, *Lehrbuch der Pandekten*, 1862-1891). A designação de "pandectística" deve-se ao facto de esta escola voltar a valorizar o direito romano (*Pandectas*) – sobretudo na medida em que é nele que se funda a tradição de construção sistemática que marcara a cultura jurídica alemã dos dois últimos séculos e em que Savigny insistira no seu *System des heutigen römischen Rechts*" (HESPANHA, Antonio Manuel. **A cultura jurídica europeia**: síntese de um milênio. Coimbra: Almedina, 2012, p. 413).

conceitos jurídicos, genéricos e abstratos previstos no ordenamento e reinterpretados às particularidades culturais dos povos[277].

Dessa forma, tal qual para outras ciências, também seria possível e conveniente ao campo jurídico o estabelecimento de parâmetros fixos e gerais para construção de seus resultados. “Pode-se dizer que a Escola pandectística acreditava que o Direito fosse uma espécie de matemática jurídica, procurando Savigny demonstrar que era possível recorrer a conceitos científicos derivados das Pandectas para resolver problemas contemporâneos”[278]. O desenvolvimento dessa compreensão foi posteriormente aprimorado com a ideia da “pirâmide dos conceitos” trazida por Georg Friedrich Puchta na doutrina da “jurisprudência dos conceitos”[279].

Para Georg Friedrich Puchta, a construção de um sistema científico para o direito seria realizável mediante a aplicação sequencial de um processo lógico dedutivo de conceitos jurídicos[280], da seguinte forma: partindo-se de um conceito supremo (representado pelos axiomas filosóficos, prementemente embasados para Puchta no conceito kantiano de liberdade)[281] e totalmente desprovido de valores jusnaturalistas ou jusracionalistas pré-fixados, seria possível deduzir o inferior conceito das normas jurídicas e subsequentemente, alcançar o último patamar da decisão ao caso concreto[282]. “Era possível descer do conceito puro de direito até uma norma jurídica qualquer ou a direito subjetivo isolado”[283].

---

[277] HESPANHA, Antonio Manuel. **A cultura jurídica europeia**: síntese de um milênio. Coimbra: Almedina, 2012, p. 413.

[278] FACCHINI NETO, Eugênio; HAEBERLIN, Mártin P. O “estilo” jurídico alemão: breves considerações sobre alguns dos seus fatores determinantes. **Revista da Ajuris**, v. 41, n. 133, p. 245-281, 2014, p. 260.

[279] PINHEIRO, Rosalice Fidalgo. **Princípio da boa-fé nos contratos**: o percurso teórico e sua recepção no direito brasileiro. Curitiba: Juruá, 2015, p. 96-97.

[280] “Como exemplo dessa «escala conceptual» apresenta ele o conceito de servidão de passagem, que, num primeiro plano, será um direito subjectivo e, «por conseguinte, um poder sobre um objecto»; num segundo plano, um direito «sobre uma coisa» ou, como nós diríamos um direito real; depois, «um direito sobre coisa alheia, e, por conseguinte, uma sujeição parcial desta última»; noutro plano ainda, como a particular espécie desta sujeição da coisa é o uso, dir-se-á que a servidão de passagem pertence «ao género dos direitos de uso sobre coisas», e assim sucessivamente” (LARENZ, Karl. **Metodologia da ciência do direito**. Tradução de José Lamego. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, p. 24-25).

[281] LARENZ, Karl. **Metodologia da ciência do direito**. Tradução de José Lamego. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, p. 25.

[282] MACHADO, Diego Carvalho. Do sujeito de direito à pessoa humana: reflexões sobre subjetividade jurídica, teoria do direito civil e tutela da pessoa. **Revista Jurídica Luso-Brasileira**, n. 04, a. 02, p. 415-475, 2016, p. 433.

[283] MACHADO, Diego Carvalho. Do sujeito de direito à pessoa humana: reflexões sobre subjetividade jurídica, teoria do direito civil e tutela da pessoa. **Revista Jurídica Luso-Brasileira**, n. 04, a. 02, p. 415-475, 2016, p. 433.

Esse "espírito dos pandectistas"[284] foi amplamente incorporado na elaboração do BGB entre os anos de 1874 e 1896, após o *reichstag* (parlamento da Alemanha) ter concedido sua autorização para realização de um Código Civil nacional diante da fundação do Império Alemão (*Deutsches Kaiserreich)* em 1871[285]. Isto fez com que o BGB se resumisse na percepção de Orlando de Carvalho a "um estilo teórico, retraído, neutral, um estilo manualístico e desprovido de paixão, como se o direito não fosse de homens para homens"[286].

Em adequação aos ideários de formação do almejado sistema científico, que também por isso rejeitava toda interferência de valores provindos das escolas de Direito Natural, a pessoa como figura jurídica foi "elevada a um mais alto nível de abstração e generalização conceitual"[287] sob a configuração de uma relação jurídica pautada ao entendimento da teoria do direito kantiana.

Para Immanuel Kant o Direito "diz respeito apenas à relação externa e prática de uma Pessoa com outra, na medida em que elas possam ter influência uma sobre a outra, imediata ou mediatamente, por suas Ações enquanto fatos"[288], nesse contexto, a pessoa passava a ser identificada não em sua própria singularidade, mas, a partir da condição configurativa de ser apenas um dos elementos (no caso, elemento subjetivo) integrante da composição de uma relação jurídica, esta sim, dotada de essencialidade ao direito.

Para exercício da liberdade, único direito inato considerado por Kant e em virtude do qual cada homem "deve ser *seu próprio senhor por Direito [...]*"[289], a pessoa humana precisou ceder seu espaço para figura jurídica do sujeito de direito, conforme Hans Hattenhauer, *"Kant no hablaba del hombre sino del*

---

[284] CAENEGEM, Raoul C. van. **Uma introdução histórica ao direito privado**. Tradução de Carlos Eduardo Lima Machado. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 175. GRINBERG, Keila. **Código Civil e cidadania**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008, p. 221.
[285] ASHTON, Peter Walter. A história da elaboração do BGB alemão. **Revista da Faculdade de Direito da UFRGS**, n. 31, p. 223-228, 2013, p. 225.
[286] CARVALHO, Orlando de. **Para uma teoria da relação jurídica civil**: a teoria geral da relação jurídica **–** seu sentido e limites. 2. ed. Coimbra: Centelha, 1981, 1981, p. 43.
[287] MACHADO, Diego Carvalho. Do sujeito de direito à pessoa humana: reflexões sobre subjetividade jurídica, teoria do direito civil e tutela da pessoa. **Revista Jurídica Luso-Brasileira**, n. 04, a. 02, p. 415-475, 2016, p. 430.
[288] KANT, Immanuel. **A metafísica dos costumes.** Tradução de Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2003, p. 76.
[289] KANT, Immanuel. **A metafísica dos costumes.** Tradução de Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2003, p. 84.

sujeto, y se sobreentiende que, para él, sólo entraba en consideración el hombre como tal sujeto"[290]*.*

Nesse conceito de sujeito de direito espelhado por Kant, vinculou-se o desempenho da liberdade externa[291], isto é, ao dever que tem o indivíduo de ser responsável frente aos outros por suas condutas e que ao mesmo tempo, fundamenta a necessária observância de seus direitos subjetivos no bojo das relações jurídicas regularizadas pelo Estado.

Ao passo que a liberdade interna diz respeito ao campo da moral sobre os deveres estabelecidos consigo mesmo e por isso, incoercíveis e incomunicáveis ao campo do Direito[292], a liberdade externa ou jurídica é voluntariamente estabelecida para Kant "na forma de uma ordem de dependência regulamentada, isto é, num Estado Civil regulamentado por leis de Direito"[293].

Por tal razão, dentre as relações que o homem poderia firmar com o seu meio (a exemplo, com os animais ou Deus), a única que constituiria uma verdadeira relação jurídica com desempenho da liberdade externa, seria "somente entre dois seres humanos, ou seja, entre seres que se encontram numa relação de limitação recíproca"[294].

Nesta condição, o reflexo do sistema científico conceitual incorporado com a pandectística, também fizeram com que o próprio sujeito de direito fosse resumido com a neutralidade necessária e independente das "considerações valorativas, ideológicas ou político-sociais"[295] de modo a abstratamente configurá-lo na condição de polo obrigacional (passivo ou ativo). A isso, a

---

[290] Tradução livre: "Kant não estava falando do homem, mas do sujeito, e entende-se que, para ele, apenas o homem como tal sujeito era levado em consideração" (HATTENHAUER, Hans. **Conceptos fundamentales del derecho civil**. Barcelona: Ariel, 1987, p. 19).

[291] A compreensão de liberdade externa contrapõe-se ao âmbito da moralidade que diz respeito à liberdade interna. Assim, a liberdade jurídica ou liberdade externa, não corresponde à liberdade moral ou liberdade interna (BOBBIO, Norberto. **Direito e Estado no pensamento de Emanuel Kant**. Tradução de Alfredo Fait. São Paulo: Mandarim, 2000, p. 95).

[292] BOBBIO, Norberto. **Direito e Estado no pensamento de Emanuel Kant**. Tradução de Alfredo Fait. São Paulo: Mandarim, 2000, p. 96-97.

[293] KANT, Immanuel. **A metafísica dos costumes.** Tradução de Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2003, p. 154.

[294] BOBBIO, Norberto. **Direito e Estado no pensamento de Emanuel Kant**. Tradução de Alfredo Fait. São Paulo: Mandarim, 2000, p. 99.

[295] MACHADO, Diego Carvalho. Do sujeito de direito à pessoa humana: reflexões sobre subjetividade jurídica, teoria do direito civil e tutela da pessoa. **Revista Jurídica Luso-Brasileira**, n. 04, a. 02, p. 415-475, 2016, p. 436.

segunda pergunta que se abre é *a quem* tal sistematização serviu *e quem* foram os seus excluídos?

Fundamentado em Paolo Grossi, ao se analisar as concepções clássicas do direito civil, provenientes do absolutismo jurídico das codificações modernas, hão de serem considerados "outros lados mais escondidos"[296].

Alicerçado na teoria do direito kantiana, a prevalência que buscou ser garantida "coincidia com o desejo de afirmação do indivíduo – do atomístico indivíduo do liberalismo burguês"[297]. Diante do reconhecimento sobre a livre circulação econômica e segurança de exercício proporcionada com a codificação, o sujeito de direito restou assim definido no BGB como sendo o *"sujeito de direito subjetivo de propriedade"*[298]*,* desta forma, tanto sob os impulsos da pandesctística, ou, ao clamor revolucionário francês, ambas sistematizações civilísticas serviram conforme Orlando de Carvalho, aos "interesses da mesma e única classe"[299].

A verdadeira eleição de destinatário certo e determinado que teria condições para exercício da liberdade dos modernos, fizeram das codificações oitocentistas o retrato da "epopeia burguesa do direito privado"[300], um código de atendimento ao homem adulto burguês, sua família e seu patrimônio que refletiu o período identificado por Mario Alberto Pedrosa Reis Marques como sendo o do "egoísmo civilizado"[301].

Assim, embora o surgimento de uma nova codificação também trouxe consigo uma nova oportunidade de regulamentação jurídica a determinado Estado, inclusive, como forma de adequação ou correção sobre pretéritas compreensões para tutela dos desiguais, verifica-se que os dois principais paradigmas da codificação do direito civil foram o instrumento de um "Estado

---

[296] GROSSI, Paolo. Absolutismo jurídico (ou: da riqueza e da liberdade do historiador do direito). **Revista Direito FGV**, Rio de Janeiro, v. 01, n. 21, p. 191-200, jun./dez. 2005, p. 192.
[297] CARVALHO, Orlando de. **Para uma teoria da relação jurídica civil**: a teoria geral da relação jurídica **–** seu sentido e limites. 2. ed. Coimbra: Centelha, 1981, p. 46.
[298] MACHADO, Diego Carvalho. Do sujeito de direito à pessoa humana: reflexões sobre subjetividade jurídica, teoria do direito civil e tutela da pessoa. **Revista Jurídica Luso-Brasileira**, n. 04, a. 02, p. 415-475, 2016, p. 443.
[299] CARVALHO, Orlando de. **Para uma teoria da relação jurídica civil**: a teoria geral da relação jurídica **–** seu sentido e limites. 2. ed. Coimbra: Centelha, 1981, p. 43.
[300] CARVALHO, Orlando de. **Para uma teoria da relação jurídica civil**: a teoria geral da relação jurídica **–** seu sentido e limites. 2. ed. Coimbra: Centelha, 1981, p. 35.
[301] MARQUES, Mário Alberto Pedrosa Reis. Um olhar sobre a construção do "sujeito de direito". **Revista da Faculdade de Direito da UFG**, Goiânia, v. 35, n. 02, p. 20-35, 2011, p. 27.

monoclasse”[302], essencialmente, se os Códigos civis falaram a alguém “esse alguém é a burguesia [...] o Código fala ao coração dos proprietários, é sobretudo a lei tuteladora e tranquilizadora da classe dos proprietários”[303].

Nesse favorecimento, e ao final, a proposital abstratividade delegada pelo *Code civil* a percepção do ser humano, restou aprimorada com a máxima acepção formal apresentada pela codificação alemã na categoria conceitual do sujeito de direito.

A correspondente possibilidade de formação de relações jurídicas, demonstra que a condicionante *ter* para identificação da pessoa transparecia a conceituação totalmente desprovida de *valor* humano por sua estrita preocupação a configuração de relações patrimoniais[304].

Portanto, ainda que a referenciada sistemática civilista tenha se utilizado da abstratividade e generalidade para romper com o particularismo jurídico (diante da igualdade formal de submissão a um único diploma legal), por outro lado, sacramentou a total indiferença sobre a diversidade existente, isto fica claro diante das afirmações de J. Portalis na apresentação do *Code civil.* Quanto à primeira, “a lei rege a todos: considera os homens como um todo, nunca como indivíduos”[305], quanto à segunda “Certamente não é necessário atingir todos os indivíduos. A lei leva os homens em massa. Ele fala, não para cada indivíduo, mas para todo o corpo da sociedade”[306].

Tratou-se da própria redução do “sujeito a um esqueleto que isolou o indivíduo, separou-o de qualquer contexto, abstraindo das condições materiais”[307], conforme afirmado por Stefano Rodotà. A neutralidade que instituiu

---

[302] GROSSI, Paolo. **Mitologias jurídicas da modernidade**. 2. ed. Tradução de Arno Dal Ri Júnior. Florianópolis: Boiteux, 2007, p. 107.
[303] GROSSI, Paolo. **Mitologias jurídicas da modernidade**. 2. ed. Tradução de Arno Dal Ri Júnior. Florianópolis: Boiteux, 2007, p. 108.
[304] RODRIGUES, Rafael Garcia. A pessoa e o ser humano no novo Código Civil. *In*: TEPEDINO, Gustavo (Org.). **A parte geral do novo Código Civil**: estudos na perspectiva civil-constitucional. Rio de Janeiro: Renovar, 2003, p. 01-34, p. 29.
[305] Tradução livre de: *“En effet, la loi statue sur tous: elle considère les hommes en mas-se, jamais comme particuliers”* (PORTALIS, Jean-Étienne-Marie. **Discours préliminaire du premier projet de Code civil (1801)**. Disponível em: https://bit.ly/3UH41dA. Acesso em: 17 dez. 2022, p. 23).
[306] Tradução livre de: *“Il n’est certainement pas nécessaire d’atteindre chaque individu. La loi prend les homes en masse. Elle parle, non à chaque particulier, mais au corps entier de la société”* (PORTALIS, Jean-Étienne-Marie. **Discours préliminaire du premier projet de Code civil (1801)**. Disponível em: https://bit.ly/3UH41dA. Acesso em: 17 dez. 2022, p. 78).
[307] RODOTÀ, Stefano; BODIN DE MORAES, Maria Celina. A antropologia do *homo dignus*. **Civilistica.com**, v. 06, n. 02, p. 01-17, dez. 2017, p. 05.

o sistema clássico do direito civil não cedeu espaço para consideração daqueles, cujas características pessoais, pudessem ser comprometedoras a formação ou manutenção dos interesses sociais econômicos[308]. Entre estes, os denominados loucos, mentecaptos ou dementes, que em resumo seriam “as pessoas inaptas para assumir responsabilidade patrimonial”[309] por faltar-lhes o preceito fundamentador da “vontade esclarecida (ou racional)”[310] que pudessem configurá-los à condição de partícipe das relações jurídicas como sujeito de direitos.

A nova antropologia imposta pela modernidade, pressupõe como característica natural e inseparável para consideração do sujeito de direitos a junção de duas condições: o *estado da plena liberdade* (compreendido na liberdade de escolha) e o *estado da plena racionalidade* (consistente na capacidade de entendimento decorrente da razão humana)[311]. Como a soma de ambos os elementos traduzir-se-iam indispensáveis para concessão da condição de gozo e exercício dos direitos subjetivos, pois, necessariamente, estavam afastadas as pessoas com deficiência diante da incapacidade de se autodeterminarem.

E nesse contexto, como a pessoa com deficiência não restou incluída na biografia do homem em ação, ou sua exclusão seria naturalmente sobreposta (já que estes indivíduos não detinham qualquer condição de exigibilidade de direitos), ou deveriam ser submetidos a tentativas médicas de normalização (modelo médico ou reabilitador – item 1.1.2).

Caso viessem obter a normalização necessária aos padrões eleitos, seria suficiente estarem abstratamente reconhecidas pela categoria dos sujeitos de direito. Do contrário, e como regra, deveriam ser mantidas desconsideradas do meio social e da tutela jurídica, não pela pretensão idílica dos cuidados pessoais

---

[308] ROSENVALD, Nelson. Aplicação no Brasil da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência. **Revista Atualidad Juridica Iberoamericana**, Valência, n. 04, p. 123-143, jul. 2016, p. 127-128.

[309] MARTINS-COSTA, Judith. Capacidade para consentir e esterilização de mulheres tornadas incapazes pelo uso de drogas: notas para uma aproximação entre a técnica jurídica e a reflexão bioética. *In*: MARTINS-COSTA, Judith; MOLLER, Leticia Ludwig (Orgs.). **Bioética e responsabilidade.** Rio de Janeiro: Forense. 2009, p. 299-346, p. 312.

[310] HESPANHA, António Manuel. **Imbecillitas**: as bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de antigo regime. São Paulo: Annablume, 2008, p. 53.

[311] HESPANHA, António Manuel. **Imbecillitas**: as bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de antigo regime. São Paulo: Annablume, 2008, p. 53.

atribuídos à proteção paternalista, e sim, precipuamente, para não formação de riscos ao próprio mercado em assunção de dívidas e disposição patrimonial.

1.3 O PRINCÍPIO DO PATERNALISMO E O REGIME DAS INCAPACIDADES

A acepção do termo *paternalismo* tem suas raízes estruturadas na importância atribuída à instituição familiar dentro da sociedade liberal oitocentista. Na França pós-revolucionária, a família era o elo base para "felicidade individual e do bem público"[312]. Era na família de constituição programada (pelos casamentos arranjados), que se garantia a prevalência da moralidade natural, instituía-se obediência hierárquica à delegação dos papéis sociais e, relevantemente, onde se materializavam a conquista patrimonial que ensejaria o duplo atendimento à necessidade econômica e a afirmação simbólica daquele grupo[313].

Para o bom funcionamento da valiosa célula familiar, nenhuma atribuição poderia ser sobreposta ou questionada. Os filhos homens deveriam ser educados visando perpetuarem a condição de chefe que o gênero masculino os garantia; as filhas, direcionadas na obtenção de qualidades que as tornassem boas suficientes para futura conquista da condição de esposas e, finalmente, a própria mãe e mulher, deveria manter-se docilmente domesticada à soberania paterna[314]. A frente de todos os membros, somente o pai seria o único sujeito "capaz"[315].

---

[312] PERROT, Michelle. Figuras e papéis: a figura do pai. *In*: PERROT, Michelle (Org.). **História da vida privada 4**: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. Tradução de Denise Bottman, partes 1 e 2; Bernardo Joffily, partes 3 e 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 121-186, p. 97.

[313] PERROT, Michelle. Figuras e papéis: a figura do pai. *In*: PERROT, Michelle (Org.). **História da vida privada 4**: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. Tradução de Denise Bottman, partes 1 e 2; Bernardo Joffily, partes 3 e 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 121-186, p. 94.

[314] PERROT, Michelle. Figuras e papéis: a figura do pai. *In*: PERROT, Michelle (Org.). **História da vida privada 4**: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. Tradução de Denise Bottman, partes 1 e 2; Bernardo Joffily, partes 3 e 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 121-186, p. 94.

[315] Na herança do Direito Romano, o reconhecimento da capacidade vinculava-se a condição de ter um patrimônio e isso, só cabia ao *pater familias.* Conforme San Tiago Dantas: "[...] o fundamento da incapacidade não foi sempre este; nada de confundirmos a menoridade do nosso direito civil de hoje com o mesmo instituto no Direito Romano. Devem se lembrar que no Direito Romano a incapacidade tinha uma razão muito diversa, esta razão era a estrutura da família romana, onde só o pater famílias tinha um patrimônio. De maneira que o *filius familias* não tinha capacidade jurídica, pela simples razão de que ele não tinha patrimônio próprio e que ele

A posição forte, não arbitrária, é ocupada pelo pai de família, pois ele é "a expressão de uma razão superior, mais apta do que os outros a julgar o justo e o injusto"[316]. O paternalismo se imprimiu como a melhor forma de condução familiar e por consequência, para própria sociedade que nada mais representava do que a junção de diversas famílias. É pelo *bem* ou para o *benefício* familiar que todos deveriam se curvar ao pai, ele sempre saberia o que era melhor por ser o próprio "senhor logo abaixo de Deus ou segundo a razão"[317].

Em ampla concepção apresentada por João Paulo Orsini Martinelli "uma pessoa age paternalisticamente quando trata alguém como se fosse um pai ditando as regras a uma criança"[318]. É nessa configuração, diante da ocorrência do exercício de poder restritivo à liberdade ou autonomia de outrem (dimensionado como inferior, vulnerável ou incapaz e cujo consentimento para o ato deve ser prescindido), que se identificam as diferentes formas do paternalismo como justificáveis à proteção do bem-estar de quem se destinam.

Assim, a atuação paternalista que pode permear diferentes relações da vida (como no âmbito familiar, laboral, afetivo, comunitário, educacional, governamental), sempre estará constituída pela presença de dois polos que se divirjam sobre o quesito da superioridade de estar mais bem preparado para condições de fazer escolhas. Em esclarecimento, exemplifica-se com a postura de um médico que decide não descrever o sofrimento vivenciado na morte de um paciente em preservação dos familiares[319]; a destituição do poder familiar conferida pelo Estado em proteção de criança vítima de abuso; a proibição da

---

trabalhava para um *pater*" (DANTAS, San Tiago. **Programa de direito civil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001, p. 137).

316 PERROT, Michelle. Figuras e papéis: a figura do pai. *In*: PERROT, Michelle (Org.). **História da vida privada 4**: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. Tradução de Denise Bottman, partes 1 e 2; Bernardo Joffily, partes 3 e 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 121-186, p. 97.

317 PERROT, Michelle. Figuras e papéis: a figura do pai. *In*: PERROT, Michelle (Org.). **História da vida privada 4**: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. Tradução de Denise Bottman, partes 1 e 2; Bernardo Joffily, partes 3 e 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. p. 121-186, p. 94. Em complemento, João Paulo Orsini Martinelli, remete à origem anglo-saxã do termo paternalismo "definido como a prática de uma administração paternal ou como a intenção de suprir as necessidades ou regular a vida de uma nação da mesma forma como um patriarca faz com sua família" (MARTINELLI, João Paulo Orsini. **Paternalismo jurídico-penal**. São Paulo, 2010. 297 f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, p. 97).

318 MARTINELLI, João Paulo Orsini. **Paternalismo jurídico-penal**. São Paulo, 2010. 297 f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, p. 99.

319 DWORKIN, Gerald. Paternalism. *In*: ZALTA, Edward N. (Org.). **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Fall 2020 Edition. Palo Alto: Metaphysics Research Lab, Stanford University, 2020.

venda de substâncias ilícitas para saúde populacional; ou ainda, como a proibição do clássico caso de arremesso de anões[320].

Nessa relação, o sujeito paternalista é *aquele que dirige* a intervenção ocupando uma posição de superioridade em face da segurança de ser o mais bem capacitado na escolha da forma de proteção, ou, não criação de prejuízos, na vida comportamental do beneficiado.

Portanto, enquanto o paternalista pode ser correspondente a uma pessoa física capaz ou uma pessoa jurídica (a exemplo do Estado)[321], o sujeito para *quem se dirige* a conduta tendo sua liberdade restringida, será o beneficiado, o qual, poderá ser uma pessoa física determinada e vulnerável (por razões de "inconsciência no momento, falta de capacidade de discernimento, imaturidade ou qualquer outro fundamento semelhante")[322] ou ainda, presumidamente, uma pluralidade de pessoas a serem favorecidas por tal medida (a exemplo, todos os motoristas compelidos a utilização do cinto de segurança em proteção de sua integridade, ou, a população que se beneficiará pelos ambientes livres do tabagismo diante da proibição de fumantes em locais fechados).

O desempenho paternalista pode, portanto, ser empregado exclusivamente entre pessoas físicas (denominado como paternalismo geral) ou ser incidente mediante a atuação do Estado em prol de seus cidadãos, ou do

---

[320] O caso referenciado como lançamento dos anões é correspondente ao seguinte acontecimento: "Um cidadão francês, chamado Manuel Wackenheim, com um pouco mais de um metro de altura, em 1991, passou a exercer em uma cidade no interior da França uma atividade bastante distinta. Após se vestir apropriadamente, ele era lançado em direção a um colchão de ar por clientes do bar em que trabalhava, o que, em certo momento, foi proibido pelo Poder Público. [...] O caso ganhou repercussão internacional quando Wackenheim apresentou uma reclamação ao Comitê de Direitos Humanos da ONU, sustentando que a proibição violava sua dignidade humana já que o impedia de exercer uma profissão. E ainda, que a decisão afrontava sua liberdade, sua privacidade e configurava ato discriminatório contra os portadores de nanismo. Em setembro de 2002, o Comitê de Direitos Humanos da ONU confirmou a decisão do Conselho de Estado francês, reconhecendo que o lançamento do anão violaria a dignidade da pessoa humana e, portanto, deveria ser proibido" (LOPES, Sarila Hali Kloster. O direito de liberdade de trabalho e a dignidade da pessoa humana: um conflito inexistente – o caso do lançamento dos anões. **Espaço Jurídico – Journal of Law**, v. 16, n. 01, p. 173-184, 2015).

[321] HAZARIKA, Lizashree. Paternalism: its normative issues and the debate. **International Journal of Advanced Studies in Humanities and Social Science**, v. 09, n. 02, p. 111-124, jun. 2020, p. 118.

[322] MARTINELLI, João Paulo Orsini. **Paternalismo jurídico-penal**. São Paulo, 2010. 297 f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, p. 106.

bem comum. A presença do ente federativo configurará o denominado Paternalismo Estatal, do qual, deriva a espécie do Paternalismo Jurídico[323].

Carlos Alberto Rohrmann *et al.*, define o paternalismo estatal como sendo "qualquer ação praticada pelo Estado em prol dos seus indivíduos levando-se em consideração uma relação garantista"[324] que almeje proteger o indivíduo vulnerável de prejuízos considerados pelo Estado[325]. Assim, é que Macario Alemany define que *"El paternalismo estatal puede ser sencillamente caracterizado sustituyendo 'A' por 'órgano del Estado' en el enunciado 'A ejerce paternalismo sobre B'"*[326].

Nessa instrumentalização do paternalismo estatal, constitui-se a espécie do paternalismo jurídico a partir "das normas jurídicas devidamente emanadas pelo Estado através do devido processo legislativo"[327]. De início, cumpre observar que o referenciado paternalismo jurídico não pode ser reconhecido como sinônimo de paternalismo judicial. Por paternalismo judicial, também nomeado como paternalismo pretoriano, corresponde a atuação jurisdicional desempenhada por magistrado de acordo com suas convicções pessoais que se torne determinante para decisão em prol do favorecimento ou irresponsabilidade legal daquela pessoa compreendida como sendo a "mais fraca e incapaz de agir diferentemente"[328].

---

[323] ROHRMANN, Carlos Alberto; REGO, Cristiane. O paternalismo estatal e o fenômeno da juridicização da vida privada. **Revista da Faculdade de Direito Milton Campos**, Belo Horizonte, v. 27, p. 119-140, 2014, p. 127.

[324] ROHRMANN, Carlos Alberto; REGO, Cristiane. O paternalismo estatal e o fenômeno da juridicização da vida privada. **Revista da Faculdade de Direito Milton Campos**, Belo Horizonte, v. 27, p. 119-140, 2014, p. 126.

[325] ROHRMANN, Carlos Alberto; REGO, Cristiane. O paternalismo estatal e o fenômeno da juridicização da vida privada. **Revista da Faculdade de Direito Milton Campos**, Belo Horizonte, v. 27, p. 119-140, 2014, p. 126.

[326] Tradução livre: "O paternalismo estatal pode ser simplesmente caracterizado pela substituição de 'A' por 'órgão do Estado' na afirmação 'A exerce paternalismo sobre B'" (GARCÍA, Macario Alemany. **El concepto y la justificación del paternalismo**. Alicante, 2005. 531 f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito da Universidade de Alicante, p. 457).

[327] ROHRMANN, Carlos Alberto; REGO, Cristiane. O paternalismo estatal e o fenômeno da juridicização da vida privada. **Revista da Faculdade de Direito Milton Campos**, Belo Horizonte, v. 27, p. 119-140, 2014, p. 127. Em complementação, observa-se que para Miguel A. Ramiro Avilés, o paternalismo jurídico abrange a atuação do Estado também mediante a realização de políticas públicas, nesses termos: *"Así, el paternalismo jurídico se desarrolla a través de normas jurídicas y políticas públicas que prohíben, hacen obligatorio, promueven o aconsejan la realización u omisión de un comportamiento, que no daña a terceras personas, por el bien o para evitar el daño de la persona cuya libertad se interfiere"* (AVILÉS, Miguel Ángel Ramiro. A vueltas con el paternalismo jurídico. **Derechos y Libertades: Revista de Filosofía del Derecho y Derechos Humanos**, n. 15, p. 211-256, jun. 2006, p. 224).

[328] MARTINELLI, João Paulo Orsini. **Paternalismo jurídico-penal**. São Paulo, 2010. 297 f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, p. 120.

Já o paternalismo jurídico, concordante à compreensão de Macario Alemany García, restará configurado quando o Estado, exclusivamente por meio das normas jurídicas, exercer seu *"poder jurídico"* sobre sujeito com a finalidade de evitar que esse "*lleve a cabo acciones u omisiones que le dañan a sí mismo y/o le suponen un incremento del riesgo de daño y/o la pérdida de un beneficio (siendo estos daños y beneficios de tipo físico, psíquico o económico)"*[329]*.*

O poder jurídico referenciado para esta configuração é correspondente ao *"ejercicio de una competencia jurídica"*[330], isto é, a condição de ser o Estado competente inclusive para modificar a situação jurídica de um sujeito e independentemente de sua concordância. Nesses casos, estariam inclusos *"los casos en los que se declara incompetente a una persona, se la sujeta a la tutela de otra o se establece que no tiene derecho a realizar ciertos actos"*[331]*.* Por exemplo, a anterior sujeição à condição de incapacidade civil absoluta ou relativa discriminadas em rol taxativo (artigo 3º e 4º do código civil) e a condição de estar curatelado ou tutelado.

Ainda que a rigor, qualquer sujeito possa vir a sofrer restrições em sua liberdade mediante atuação do Estado ou de qualquer outra pessoa, considera-se a legitimidade de um comportamento paternalista, fundamentado em João Paulo Orsini Martineli, a partir da verificação "primeiramente, da condição da pessoa e, em segundo plano, do risco criado por um comportamento"[332].

Nessa explicação, toda pessoa que caracterize a condição de ser vulnerável para tomada de decisões, estará sofrendo o risco do prejuízo causado por sua incapacidade de autodeterminação ou ainda, diante da constituição de relações jurídicas desequilibradas, isto é, daquelas que tragam vantagens

---

[329] Tradução livre: "[…] realiza ações ou omissões que prejudicam a si mesmo e/ou implicam um risco aumentado de dano e/ou perda de um benefício (sendo esses danos e benefícios físicos, mentais ou econômicos)" (GARCÍA, Macario Alemany. **El concepto y la justificación del paternalismo**. Alicante, 2005. 531 f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito da Universidade de Alicante, p. 472).

[330] GARCÍA, Macario Alemany. **El concepto y la justificación del paternalismo**. Alicante, 2005. 531 f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito da Universidade de Alicante, p. 453.

[331] Tradução livre: "[…] casos em que uma pessoa é declarada incompetente, sujeita à tutela de outra, ou fica estabelecido que ela não tem o direito de praticar determinados atos" (GARCÍA, Macario Alemany. **El concepto y la justificación del paternalismo**. Alicante, 2005. 531 f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito da Universidade de Alicante, p. 454).

[332] MARTINELLI, João Paulo Orsini. **Paternalismo jurídico-penal**. São Paulo, 2010. 297 f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, p. 205.

indevidas para uma das partes em razão do aproveitamento da fragilidade emanada pela outra.

É esta "posição de mais fraco"[333] que determinados sujeitos podem assumir pelas mais variadas formas, que os tornarão dependentes, na condução do seu existir, da norma paternalista.

Sumariamente, esses serão os considerados por Miguel A. Ramiro Avilés como os *"destinatários naturales"*[334] das normas jurídicas paternalistas. Nesses encontram-se *"las personas que por alguna razón objetiva siempre van a ser consideradas como incompetentes básicos para realizar ciertos actos porque su proceso de formación de la voluntad no existe o es deficiente"*[335], considerando entre os incluidos *"los menores de edad, los incapacitados legalmente, las personas con discapacidad psíquica"*[336].

A consequência, em especial para o caso, ao grupo das pessoas com deficiência, é que existe uma normalidade, ou, consensualismo social que ao fim sempre os perpetuam vinculáveis ao paternalismo, sobretudo, em intervenções que possam ser reconhecidas aplicáveis ao denominado paternalismo puro (direto) e ao paternalismo moderado *(soft)*, que se fazem presentes na teoria das incapacidades.

O paternalismo puro é aquele que têm por base um só sentido de direcionamento da restrição e medida protetiva[337]. Nesse, a mesma categoria de pessoas que deverá sofrer as restrições impostas, será a que será beneficiada diante da proteção conferida a seus possíveis comportamentos prejudiciais. A exemplo, pode-se remeter a restrição imposta aos incapazes para realização de

---

[333] MARTINELLI, João Paulo Orsini. **Paternalismo jurídico-penal**. São Paulo, 2010. 297 f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, p. 206.

[334] AVILÉS, Miguel Ángel Ramiro. A vueltas con el paternalismo jurídico. **Derechos y Libertades: Revista de Filosofía del Derecho y Derechos Humanos**, n. 15, p. 211-256, jun. 2006, p. 229.

[335] Tradução livre: "[…] pessoas que por alguma razão objetiva serão sempre consideradas incompetentes básicas para praticar determinados atos porque seu processo de formação de vontade não existe ou é deficiente" (AVILÉS, Miguel Ángel Ramiro. A vueltas con el paternalismo jurídico. **Derechos y Libertades: Revista de Filosofía del Derecho y Derechos Humanos**, n. 15, p. 211-256, jun. 2006, p. 229).

[336] Tradução livre: "[…] menores, incapazes legais, pessoas com deficiência mental" (AVILÉS, Miguel Ángel Ramiro. A vueltas con el paternalismo jurídico. **Derechos y Libertades: Revista de Filosofía del Derecho y Derechos Humanos**, n. 15, p. 211-256, jun. 2006, p. 229).

[337] DWORKIN, Gerald. Paternalism. *In*: ZALTA, Edward N. (Org.). **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Fall 2020 Edition. Palo Alto: Metaphysics Research Lab, Stanford University, 2020 e MARTINELLI, João Paulo Orsini. **Paternalismo jurídico-penal**. São Paulo, 2010. 297 f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, p. 116.

negócios jurídicos condicionados à devida representação ou assistência, sob pena de invalidação dos seus atos.

Por sua vez, o paternalismo moderado é o que se implementará a partir da consideração sobre a capacidade da pessoa a ser atingida em sua liberdade. Para esse, sempre que determinada pessoa não puder pautar sua conduta com "voluntariedade e com conhecimento de causa"[338], isto é, sendo ou estando incapaz de autodeterminar-se, o paternalismo estará justificado e deverá ser empregado como modo de compensação da vulnerabilidade apresentada. Como exemplo, o mesmo bem patrimonial que seja considerado disponível e por isso, livremente alienado por sujeito capaz; quando estiver em propriedade de um sujeito incapaz, ainda que permaneça tendo sua natureza de disponibilidade, poderá, de fato, nunca vir a ser alienado frente a interferência das medidas paternalistas.

O principal problema que se revela está no estabelecimento de uma automática presunção dos sujeitos que sempre são transformados em objetos de incidência do paternalismo.

Na constatação de Miguel A. Ramiro Avilés, fazem parte dessa categoria todos aqueles que não podem exercer a sua autonomía por não poderem tomar decisões, por serem "*incapaces de prever las consecuencias de sus acciones; están a merced de sus impulsos o no son capaces de limitar sus deseos; tienen poca experiencia como para conocer sus necesidades reales"*[339]*.* Por outro lado, aqueles que julgarem estar indevidamente incluídos à referida proteção e imposição das consequências restritivas, caberá o exercício de provas que os excluam[340].

Diante desta consideração de inaptidão pessoal, prevalentemente foram os desprovidos da capacidade de exercício que restaram sujeitos a intervenções

---

[338] DWORKIN, Gerald. Paternalism. *In*: ZALTA, Edward N. (Org.). **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Fall 2020 Edition. Palo Alto: Metaphysics Research Lab, Stanford University, 2020.

[339] Tradução livre: "[…] porque são incapazes de prever as consequências dos seus actos; estão à mercê dos seus impulsos ou são incapazes de limitar os seus desejos; "Eles têm pouca experiência para conhecer suas reais necessidades" (AVILÉS, Miguel Ángel Ramiro. A vueltas con el paternalismo jurídico. **Derechos y Libertades: Revista de Filosofía del Derecho y Derechos Humanos**, n. 15, p. 211-256, jun. 2006, p. 230).

[340] AVILÉS, Miguel Ángel Ramiro. A vueltas con el paternalismo jurídico. **Derechos y Libertades: Revista de Filosofía del Derecho y Derechos Humanos**, n. 15, p. 211-256, jun. 2006, p. 230.

paternalistas e distanciados como inconvenientes à participação nas relações sociais[341].

A mesma solução que para sociedade respondia ao problema de controle do incapaz, sob o nome de *Regime das Incapacidades*, era a que também lhe desconsiderava em qualquer manifestação de vontade ou exercício da autonomia sob o nome de proteção ou paternalismo. Fundamentando-se em Maria de Fátima Freire de Sá *et al.:*

> É inconteste que o Direito Civil, ao instituir o regime das incapacidades, pretendeu proteger os indivíduos que padecessem de qualquer limitação ao exercício da sua autonomia. A clássica teoria das incapacidades foi construída sob a égide do individualismo e do patrimonialismo, cujo propósito, inegável, era a proteção do patrimônio do incapaz[342].

A mentalidade sobre a qual moldaram-se as normas civilistas brasileiras no projeto de Clóvis Beviláqua, não se distanciaram dos princípios liberalistas que ao buscarem ascensão econômica, terminaram por favorecer primordialmente as classes superiores da sociedade.

Orlando Gomes afirma que a "mentalidade dominante conservava-se fiel ao individualismo jurídico, mais consentâneo, então, com o grau de desenvolvimento das forças produtivas do país"[343]. Nesse contexto, a formação do regime das incapacidades no Código Civil de 1916, refletiu os ensinamentos liderados no direito germânico por Friedrich Karl von Savigny, em resposta à seguinte questão: *"¿Quién puede ser sujeito de una relación jurídica?"*[344].

De acordo com Savigny, *"las relaciones jurídicas suponen una persona determinada, ya frente á outra igualmente determinada"*[345] que estarão devidamente estabelecidas a partir do elemento condicionante da capacidade. A

---

[341] ROSENVALD, Nelson. **A necessária revisão da teoria das incapacidades**. Disponível em: https://bit.ly/3nrSH9j. Acesso em: 01 jan. 2023, p. 226.
[342] SÁ, Maria de Fátima Freire de; MOUREIRA, Diogo Luna. **A capacidade dos incapazes**: saúde mental e uma releitura da teoria das incapacidades no direito privado. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011, p. 131.
[343] GOMES, Orlando. **Raízes históricas e sociológicas do Código Civil brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. 33.
[344] Tradução livre: "Quem pode ser sujeito de uma relação jurídica?" (SAVIGNY, Friedrich Karl von. **Sistema del derecho romano actual**. Disponível em: https://bit.ly/3UYMtKp. Acesso em: 23 jan. 2023, p. 304).
[345] Tradução livre: "As relações jurídicas pressupõem uma pessoa específica, face a outra igualmente determinada" (SAVIGNY, Friedrich Karl von. **Sistema del derecho romano actual**. Disponível em: https://bit.ly/3L55LKD. Acesso em: 24 jan. 2023, p. 305).

compreensão de capacidade foi desenvolvida firmando a objetividade sobre a percepção formal ou técnico-jurídica do sujeito considerado adequado para o estabelecimento de relações mediante o atendimento de dupla categorização: a capacidade de direito (capacidade de gozo) e a capacidade de exercício (capacidade de agir ou capacidade de fato).

A capacidade de direito atrela-se ao conteúdo da própria personalidade e assim permanece insuprimível para todo ser humano. *"Todo individuo, y solo el individuo, tiene capacidad de derecho"*[346]*.* Configura-se inerente à condição de *ser* titular de direitos e destinatário de deveres jurídicos, conforme Karl Larenz, resume-se a *"capacidade de una persona para ser sujeto de relaciones jurídicas"*[347]*.*

A capacidade de exercício, intitulada na doutrina alemã como capacidade negocial, refere-se por Karl Larenz, *"la capacidad de uma persona, reconocida por el ordenamiento jurídico, de celebrar negócios jurídicos, esto es, actos dirigidos a producir efectos jurídicos para esa misma persona o para otra por aquélla representada"*[348]*.* A condição de poder pessoalmente atuar nos atos da vida civil, adquirindo, modificando ou extinguindo relações jurídicas, revela-se restritiva para os considerados pelo direito positivo como incapazes.

Ao entendimento de Savigny, os considerados alienados mentais possuiam a capacidade de direito como qualquer outro homem, porém, a capacidade de exercer esse direito estaria *"en suspenso"*[349]*.*

A condição da alienação mental que poderia ocorrer diante de manifestações exteriores variadas (a exemplo da demência acompanhadas ou não de acessos violentos -reconhecida pelos romanos aos "*furiossus et demens"*), bem como, de qualquer outro estado semelhante em que o sujeito

---

[346] Tradução livre: "Cada indivíduo, e apenas o indivíduo, tem capacidade para ter direitos" (SAVIGNY, Friedrich Karl von. **Sistema del derecho romano actual**. Disponível em: https://bit.ly/3L55LKD. Acesso em: 24 jan. 2023, p. 305).

[347] Tradução livre: "[…] capacidade de uma pessoa ser sujeito de relações jurídicas" (LARENZ, Karl. **Derecho civil**: parte general. Madrid: Editoriales de Derecho Reunidas, 1978, p. 103).

[348] Tradução livre: "[…] a capacidade de uma pessoa, reconhecida pelo ordenamento jurídico, para celebrar negócios jurídicos, isto é, atos destinados a produzir efeitos jurídicos para essa mesma pessoa ou para outra pessoa representada" (LARENZ, Karl. **Derecho civil**: parte general. Madrid: Editoriales de Derecho Reunidas, 1978, p. 120).

[349] SAVIGNY, Friedrich Karl von. **Sistema del derecho romano actual**. Disponível em: https://bit.ly/3A2IAKJ. Acesso em: 24 jan. 2023, p. 193.

estivesse privado de sua razão, não alteraria as consequências jurídicas que deveriam ser aplicadas[350].

Para Savigny a alienação mental trazia consigo um impedimento natural aos atos livres e, por tal razão, tudo que fosse emanado nessa condição, apenas teria aparência de ato, mas, não deveria produzir nenhum efeito jurídico[351].

Com isso, o fundamento que também foi estabelecido sobre a condição da incapacidade para o moderno direito civil brasileiro, foi o psicológico[352]. Conforme San Tiago Dantas "a imaturidade de espírito, a circunstância do homem, enquanto jovem, incivilizado, ou doente, não poder usar da sua vontade em pé de igualdade com os outros indivíduos"[353], tudo isso, embasou a taxatividade sobre a condição da incapacidade absoluta e relativa no direito brasileiro.

No Código Civil de 1916, a pessoa com deficiência intelectual assumiu a condição de ser compreendida dentro da estigmatizante categorização dos "loucos de todo o gênero"[354] e por isso, incapaz de modo absoluto para os atos da vida civil.

Embora a capacidade de direito se encontrasse atribuída a todo ser humano diante da afirmação sobre a qual "Todo homem é capaz de direitos e obrigações na ordem civil"[355], o indivíduo de maior preocupação centrava-se na pessoa enquanto agente econômico. Por isso, importava acima de tudo ter o patrimônio e concentrar as condições pessoais que permitissem geri-lo.

---

[350] SAVIGNY, Friedrich Karl von. **Sistema del derecho romano actual**. Disponível em: https://bit.ly/3A2IAKJ. Acesso em: 24 jan. 2023, p. 193.

[351] Tradução livre: "Tudo o que deles emana tem apenas aparência de ato e não produz qualquer efeito jurídico" (SAVIGNY, Friedrich Karl von. **Sistema del derecho romano actual**. Disponível em: https://bit.ly/3A2IAKJ. Acesso em: 24 jan. 2023, p. 193).

[352] DANTAS, San Tiago. **Programa de direito civil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001, p. 138.

[353] DANTAS, San Tiago. **Programa de direito civil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001, p. 138.

[354] Na afirmação de San Tiago Dantas, "[...] a verdade é que "loucos de todo gênero" diz muito bem o que o legislador quis dizer. Podem os médicos discutir o que seja um louco, mas os leigos sabem bem o que é um louco, um desassiado, um homem foro do seu juízo perfeito, fora de condições de deliberar e, depois na hora de se ouvir os profissionais, nos casos limítrofes, eles decidirão segundo esse critério, se o homem está ou não privado da sua razão, se a sua vontade é ou não capaz de se manifestar com plena consciência sobre os negócios que lhe forem propostos" (DANTAS, San Tiago. **Programa de direito civil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001, p. 140).

[355] BRASIL. **Lei 3.071 de 1º de janeiro de 1916**. Código Civil Brasileiro.

Nessa ordem de prioridades, a capacidade de exercício somente poderia ser reconhecida àquele que cumulasse "duas faculdades"[356], como esclarece Maria de Fátima Freire de Sá *et al.:* "a consciência e a vontade do sujeito em ação"[357].

Na hipótese do desprovimento dessa capacidade de expressão, caberia ser delegado a qualquer gênero de louco, sua representação por intermédio do encargo da curatela. Referido múnus público[358] deveria ser constituído após processo de interdição, especialmente, tratando-se do tipo *loucura furiosa* que legitimava, "por sua ameaça à segurança e ao bem estar dos outros"[359], que o Ministério Público viesse diretamente a requerê-la[360].

Com o Código Civil de 2002, a condição da pessoa com deficiência intelectual perdurou sendo convenientemente classificada em prol da segurança jurídica das relações econômicas, mas, agora, a partir do novo critério resumido por Jussara Meireles pela "cláusula genérica da falta de discernimento"[361].

A anterior condição, referente a inaptidão para comunicação da vontade, determinável ao estabelecimento da incapacidade pelo Código Civil de 1916, passou a ser configurada no Código de 2002 sobre o parâmetro da existência de condições pessoais para compreensão da realidade e tomada de decisões[362].

---

356 SÁ, Maria de Fátima Freire de; MOUREIRA, Diogo Luna. **A capacidade dos incapazes**: saúde mental e uma releitura da teoria das incapacidades no direito privado. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011, p. 99.

357 SÁ, Maria de Fátima Freire de; MOUREIRA, Diogo Luna. **A capacidade dos incapazes**: saúde mental e uma releitura da teoria das incapacidades no direito privado. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011, p. 99.

358 Nas palavras de San Tiago Dantas "Note-se que, quanto à condição de louco, obriga-se a sociedade a vir em socorro do incapaz, e a dar-lhe um representante" (DANTAS, San Tiago. **Programa de direito civil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001, p. 141).

359 SÁ, Maria de Fátima Freire de; MOUREIRA, Diogo Luna. **A capacidade dos incapazes**: saúde mental e uma releitura da teoria das incapacidades no direito privado. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011, p. 144.

360 Nesses termos, previa o Código Civil de 1916 no artigo 448: "O Ministério Público só promoverá a interdicção. I – No caso de loucura furiosa. II – Se não existir, ou não promover a interdição alguma das pessoas designadas no artigo antecedente, ns. I e II. III. Se, existindo forem menores, ou incapazes". (BRASIL. **Lei 3.071 de 1º de janeiro de 1916**. Código Civil Brasileiro).

361 MEIRELLES, Jussara. O transtorno bipolar de humor e o ambiente socioeconômico que o propicia: uma leitura do regime das incapacidades. *In*: TEPEDINO, Gustavo; FACHIN, Luiz Edson (Orgs.). **Diálogos sobre direito civil** – v. II. Rio de Janeiro: Renovar, 2000, p. 599-618, p. 603.

362 FIUZA, César; NOGUEIRA, Roberto Henrique Pôrto. Regime jurídico das incapacidades e tutela da vulnerabilidade. *In*: LIMA, Taisa Maria Macena de; SÁ, Maria de Fátima Freire de; MOUREIRA, Diogo Luna (Orgs.). **Autonomia e vulnerabilidade**. Belo Horizonte: Arraes, 2017, p. 10-22, p. 14.

A depender do grau de comprometimento do discernimento, reconhecido ao sujeito pelo processo de interdição, caberia confirmar a sua distribuição entre duas possíveis classes de incapacidade: a dos absolutamente ou relativamente incapazes, em respectivo, a classe dos que *nada* poderiam ou a classe dos que *quase nada* poderiam[363].

Para classe dos que nada pudessem discernir para prática dos atos jurídicos, sobrepunha-se o reconhecimento da incapacidade absoluta retirando-lhes qualquer modo possível à própria regência ou a de seus bens, tudo sob pena de nulidade absoluta e conforme sujeição à representatividade de um curador (aos incapazes maiores de idade). “Nessa categoria seria possível incluir todas as deficiências mentais, como as síndromes de Down, de Alzheimer e outras formas de demência, além das pessoas em coma, dentre outras”[364].

Aos considerados com discernimento reduzido ou sem desenvolvimento mental completo, caberia o reconhecimento de sua expressão de vontade mediante devida assistência de sujeito capaz para não se ensejarem a anulação de seus atos. Na redação pleonástica definida por César Fiuza e Roberto Nogueira, entre os ébrios habituais, toxicômanos, deficientes metais e excepcionais, estavam todos reunidos a única só categoria dos que possuíssem redução no discernimento, “fosse qual fosse a causa”[365].

---

[363] ERBELE, Simone. **A capacidade entre o fato e o direito**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor. 2006, p. 153.

[364] FIUZA, César; NOGUEIRA, Roberto Henrique Pôrto. Regime jurídico das incapacidades e tutela da vulnerabilidade. *In*: LIMA, Taisa Maria Macena de; SÁ, Maria de Fátima Freire de; MOUREIRA, Diogo Luna (Orgs.). **Autonomia e vulnerabilidade**. Belo Horizonte: Arraes, 2017, p. 10-22, p. 14. A título de maior especificação, Maria Helena Diniz apresenta amplo rol de causas que poderiam ser reconhecidas como determinantes para incapacidade absoluta: “a) portadores de enfermidades físico-psíquicas que impedem o discernimento como: demência ou fraqueza mental senil {RJ, 190:98); demência afásica; degeneração; psicastenia; psicose tóxica; psicose autotóxica (depressão, uremia etc.); psicose infectuosa (delírio pós-infeccioso etc.); paranóia; demência arteriosclerótica; demência sifilítica; mal de Parkinson senil, apresentando tremores, sensíveis sinais de depressão evolutiva, rigidez muscular, instabilidade emocional e demência progressiva; doença neurológica degenerativa progressiva etc.; b) deficiência mental ou anomalia psíquica, incluindo alienados mentais, psicopatas mentecaptos, maníacos, imbecis, dementes e loucos furiosos, ou não. O termo loucos abrange toda espécie de desequilíbrio mental, ainda que seja interrompido por intervalos de lucidez e desde que haja um processo de interdição” (DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro**: teoria geral do direito civil. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 143).

[365] FIUZA, César; NOGUEIRA, Roberto Henrique Pôrto. Regime jurídico das incapacidades e tutela da vulnerabilidade. *In*: LIMA, Taisa Maria Macena de; SÁ, Maria de Fátima Freire de; MOUREIRA, Diogo Luna (Orgs.). **Autonomia e vulnerabilidade**. Belo Horizonte: Arraes, 2017, p. 10-22, p. 15.

Ao final, concluiu-se que o Código Civil de 2002, apesar de adotar uma nomenclatura mais apurada, "não alterou o regime preconceituoso, paternalista e excludente, tal como traçado no Código Civil de 1916"[366].

Acordante com o entendimento de Ana Carolina Brochado Teixeira e Iara Souza, o problema se infere porque a gênese que transportou o regime das incapacidades entre as codificações, sempre estiveram voltadas para o viés patrimonialista. Em resumo, a proteção dos incapazes coadunava-se para prática de negócios jurídicos "de modo a evitar que dilapidassem o patrimônio próprio, além de resguardar terceiros que com eles contratassem"[367].

Propriamente, infere-se o acometimento paternalista do regime das incapacidades por fundamentar-se a presunção de que a pessoa com deficiência seria desprovida da capacidade intrínseca e do interesse em gerenciar responsabilidades[368].

Conforme explica James I. Charlton, como o paternalismo começa com a noção de superioridade, é uma obrigação "assumir o controle dos inferiores"[369], e esses, poderão ser facilmente percebidos por carregarem consigo a dupla condição que mais influenciam nas atitudes paternalistas: vergonha e pena.

> A vergonha ocorre em relação aos outros. Ou seja, as pessoas com deficiência ou seus familiares ou amigos sentem vergonha quando se relacionam com a deficiência na frente de outras pessoas ou na sociedade. [...] As pessoas com deficiência são, antes de tudo, sujeitos de pena. A vida das pessoas com deficiência é (considerada) menor, porque seus corpos e mentes são considerados menores. Ter pena é realmente olhar para eles e sentir-se mal por eles. A pena é uma emoção que está enraizada na visão. Não leva em consideração nenhum outro fator[370].

---

366 SCHETTINI, Beatriz. A incapacidade civil e a necessidade de seu redimensionamento através de novas formas de comunicação e novas possibilidades hermenêuticas: uma abordagem à luz do filme "O escafandro e a borboleta". *In*: LIMA, Taisa Maria Macena de; SÁ, Maria de Fátima Freire de; MOUREIRA, Diogo Luna (Orgs.). **Autonomia e vulnerabilidade**. Belo Horizonte: Arraes, 2017, p. 158-163, p. 160.

367 TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado; SOUZA, Iara Antunes de. Algumas reflexões sobre a limitação da curatela às questões patrimoniais no estatuto da pessoa com deficiência. *In*: LIMA, Taisa Maria Macena de; SÁ, Maria de Fátima Freire de; MOUREIRA, Diogo Luna (Orgs.). **Autonomia e vulnerabilidade**. Belo Horizonte: Arraes, 2017, p. 154-167, p. 157.

368 CHARLTON, James I. **Culture(s) and belief systems, nothing about us without us**: disability, oppression and empowerment. California: University of California Press, 1998, p. 51-68.

369 CHARLTON, James I. **Culture(s) and belief systems, nothing about us without us**: disability, oppression and empowerment. California: University of California Press, 1998, p. 51-68.

370 Tradução livre de: *"Shame takes place in relation to others. That is, people with disabilities or their family members or friends feel shame when they themselves relate to disability in front of others, or in society. [...] People with disabilities are primarily* subjects *of pity. The lives of people*

Após a ratificação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência em âmbito nacional, foi com a entrada em vigor da Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, denominada Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), que se implementou a ruptura ao regime das incapacidades no direito civil brasileiro.

Na concretização dos preceitos convencionados, a nova interpretação apresentada pela Lei nº 13.146/2015, restringiu à condição dos absolutamente incapazes aos menores de 16 anos. Aos relativamente incapazes, inseriram-se: (i) os maiores de 16 (dezesseis) e menores de 18 (dezoito) anos; (ii) os ébrios habituais; viciados em tóxico e os pródigos; (iii) os que por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade[371].

A condição da pessoa com deficiência intelectual em grau de comprometimento parcial ou total de seu discernimento, isto é, com impossibilidade à autodeterminação consciente, passou a estar acobertada sob o amparo da assistência provinda pela incapacidade relativa[372].

Assim, em compreensão, uma pessoa com síndrome de Down leve ou outra com síndrome de Alzheimer avançado, configuradoras como exceção à regra de ordem pública sobre a presunção de capacidade plena, estarão sujeitas a uma única hipótese de enquadramento e dos efeitos decorrentes da categoria da incapacidade relativa.

Diante do engessamento à condição da incapacidade civil relativa e para que isto não resultasse na definição de César Fiuza e Roberto Nogueira em um "mostrengo legal"[373], diferentes soluções foram apresentadas em âmbito

---

with disabilities are (considered) less, because their bodies and minds are (considered) less. To pity is to actually look at and feel bad for them. Pity is an emotion that is rooted in sight. It does not take any other factors into account" (CHARLTON, James I. **Culture(s) and belief systems, nothing about us without us**: disability, oppression and empowerment. California: University of California Press, 1998, p. 51-68).

[371] Art. 3º e 4º. BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil.

[372] FIUZA, César; NOGUEIRA, Roberto Henrique Pôrto. Regime jurídico das incapacidades e tutela da vulnerabilidade. *In*: LIMA, Taisa Maria Macena de; SÁ, Maria de Fátima Freire de; MOUREIRA, Diogo Luna (Orgs.). **Autonomia e vulnerabilidade**. Belo Horizonte: Arraes, 2017, p. 10-22, p. 18.

[373] FIUZA, César; NOGUEIRA, Roberto Henrique Pôrto. Regime jurídico das incapacidades e tutela da vulnerabilidade. *In*: LIMA, Taisa Maria Macena de; SÁ, Maria de Fátima Freire de; MOUREIRA, Diogo Luna (Orgs.). **Autonomia e vulnerabilidade**. Belo Horizonte: Arraes, 2017, p. 10-22, p. 19.

doutrinário relacionada às questões de vida da pessoa com deficiência com alto déficit de entendimento.

Atalá Correia defendeu sobre a necessidade de uma "hibridização"[374], mesclagem entre os efeitos dos institutos da assistência e representação para aqueles indivíduos que sequer consigam refletir sobre seus interesses[375].

Nelson Rosenvald aproximou-se desse entendimento acima retratado para afirmar que a incapacidade relativa deverá contibuar sendo materializada alternativamente pelas técnicas de representação e assistência[376].

César Fiuza e Roberto Nogueira, afirmam que permanecerá ao magistrado o dever de entregar a solução com o encargo adaptativo na modulação dos efeitos da interdição, sempre baseados ao parâmetro fixo da "proporcionalidade na definição da incapacidade"[377] que obrigatoriamente deverá direcionar-se por força constitucional ao mínimo de intervenções paternalistas.

Em assimilação de compreensões, trata-se do que Pietro Perlingieri afirmou sobre a necessidade de "individuar diferentes estatutos de proteção da pessoa"[378] ou, em resumo, graduar em medidas individualizadas e jamais coincidentes entre uma pessoa e outra, a incapacidade de cada sujeito que se apresenta.

> A declaração judicial de interdição, ao determinar a extensão e os limites da incapacidade, o regime de tutela e de proteção, poderá, por exemplo, reconhecer tanto uma idoneidade para realizar os atos da pequena e quotidiana administração, ou pelo menos alguns deles, quanto uma idoneidade para a realização de atos de natureza existencial. Isto naturalmente não exclui a intervenção *a posteriori* do juiz, isto é, depois da realização do fato; essa intervenção tende a verificar, caso a caso, a capacidade intelectiva e volitiva. Investigação, esta, que deverá ser coordenada com a graduação da incapacidade acertada e declarada *a priori*[379].

---

374 CORREIA, Atalá. Estatuto da pessoa com deficiência traz inovações e dúvidas. **Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil**, v. 17, n. 99, p. 22-26, jan./fev. 2016.
375 CORREIA, Atalá. Estatuto da pessoa com deficiência traz inovações e dúvidas. **Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil**, v. 17, n. 99, p. 22-26, jan./fev. 2016.
376 ROSENVALD, Nelson. **Curatela**. Material disponibilizado pelo autor. No prelo.
377 FIUZA, César; NOGUEIRA, Roberto Henrique Pôrto. Regime jurídico das incapacidades e tutela da vulnerabilidade. *In*: LIMA, Taisa Maria Macena de; SÁ, Maria de Fátima Freire de; MOUREIRA, Diogo Luna (Orgs.). **Autonomia e vulnerabilidade**. Belo Horizonte: Arraes, 2017, p. 10-22, p. 21.
378 PERLINGIERI, Pietro. **Perfis do direito civil**: introdução ao direito civil constitucional. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2002, p. 166.
379 PERLINGIERI, Pietro. **Perfis do direito civil**: introdução ao direito civil constitucional. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2002, p. 166.

Ainda, integram os doutrinadores que admitem como passível a incidência da incapacidade relativa à pessoa com grave impedimento para expressão de vontade: Flávio Tartuce[380], Maria Helena Diniz[381], Heloisa Helena Barboza e Vitor Almeida[382].

Em outra perspectiva, Joyceane Bezerra de Menezes e Ana Carolina Brochado de Teixeira[383] entendem que a partir do reconhecimento normativo sobre a igualdade de condições às pessoas com deficiência[384], não se faz mais cabível associar a deficiência à qualquer incapacidade legal, mesmo que seja na condição relativa. Nesta hipótese, não há que se falar em substituição ou representatividade do incapaz, mas, sim, na concessão de apoio para pessoa com capacidade restringida[385]. Também, integram-se como defensáveis pelo afastamento total da condição de incapaz da pessoa com deficiência, Pablo Stolze[386] e Paulo Lôbo[387].

Em que pese o não consenso doutrinário sobre o enquadramento legal da incapacidade civil da pessoa com deficiência intelectual, pode-se afirmar que o claro e induvidoso propósito da Lei nº 13.146/2015 está direcionado para

---

[380] TARTUCE, Flávio. O estatuto da pessoa com deficiência e a capacidade testamentária ativa. *In*: MENEZES, Joyceane Bezerra de. (Org.). **Direito das pessoas com deficiência psíquica e intelectual nas relações privadas**: Convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência e Lei Brasileira de Inclusão. Rio de Janeiro: Processo, 2016, p. 463-492, p. 472.

[381] DINIZ, Maria Helena. A nova teoria das incapacidades. **Revista Thesis Juris**, v. 05, n. 02, p. 263-288, maio/ago. 2016, p. 269.

[382] BARBOZA, Heloisa Helena; ALMEIDA, Vitor. A capacidade civil à luz do Estatuto da Pessoa com Deficiência. *In*: MENEZES, Joyceane Bezerra de. (Org.). **Direito das pessoas com deficiência psíquica e intelectual nas relações privadas**: Convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência e Lei Brasileira de Inclusão. Rio de Janeiro: Processo, 2016, p. 249-274, p. 264.

[383] MENEZES, Joyceane Bezerra de; TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado. Desvendando o conteúdo da capacidade civil a partir do Estatuto da Pessoa com Deficiência. **Revista Pensar**, Fortaleza, v. 21, n. 02, p. 568-599, maio/ago. 2016, p. 588.

[384] Nos termos do artigo 84 da Lei n. 13.146 de 2015: “Art. 84. A pessoa com deficiência tem assegurado o direito ao exercício de sua capacidade legal em igualdade de condições com as demais pessoas” e artigo 12, item 2, da Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência: “Os Estados Partes reconhecerão que as pessoas com deficiência gozam de capacidade legal em igualdade de condições com as demais pessoas em todos os aspectos da vida”.

[385] MENEZES, Joyceane Bezerra de; TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado. Desvendando o conteúdo da capacidade civil a partir do Estatuto da Pessoa com Deficiência. **Revista Pensar**, Fortaleza, v. 21, n. 02, p. 568-599, maio/ago. 2016, p. 594.

[386] STOLZ, Pablo. Deficiência não é causa de incapacidade relativa: a brecha autofágica. **Revista UNIFACS**, n. 195, p. 01-07, 2016.

[387] LÔBO, Paulo. **Com avanços legais, pessoas com deficiência mental não são mais incapazes**. Disponível em: https://bit.ly/3A63qJ1. Acesso em: 04 fev. 2023.

concretização dos deveres anexos e princípios voluntariamente anuídos com a Convenção.

Portanto, a emancipação da pessoa com deficiência aos preceitos paternalistas que sumariamente poderiam sacramentar a condição de absoluta incapacidade aos indivíduos com deficiência intelectual, merece a louvável referenciação. Implementou-se o início do processo de desestruturação dos padrões mecanizados pelo direito clássico, os quais, submetiam a singular percepção de uma pessoa à condição de serem *tipos* passíveis de enquadramento e sujeições.

Nesse sentido, a hipótese de tutela da pessoa com deficiência que se desenha com a Convenção parece não se enquadrar ou conseguir ser adaptável ao que já estava posto pelo Direito Civil clássico. Cabe lembrar que a modulação padrão que se atrelou por herança do regime das incapacidades, trouxe consigo os resquícios empreendidos para condições ideais à configuração das relações jurídicas e onde o interesse salutar findava-se a ordem patrimonial.

Assim, em especial sobre as questões do projeto de vida da pessoa com deficiência intelectual, há que se voltar para construção de um outro pensar em torno do qual a presente pesquisa buscará contribuir.

Para isso, o ponto de partida escolhido para abrir o próximo item (2.1) será o do conto “Teoria do Medalhão”[388] escrito por Machado de Assis em 1881 e publicado na Gazeta de Notícias e no livro Papéis Avulsos. A contribuição machadiana dará início ao refletir sobre a determinação paternalista que pode ser realizada sobre o projeto de vida alheio.

[388] ASSIS, Machado de. Teoria do medalhão: diálogo. *In*: ASSIS, Machado de. **Contos Escolhidos**. 4. ed. São Paulo: Martin Claret, 2012, p. 37-47.

2. A AUTONOMIA RELACIONAL: A CHAVE DE LEITURA DO PROJETO DE VIDA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

2.1 O PROJETO DE VIDA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA A PARTIR DO CONTO "TEORIA DO MEDALHÃO" DE MACHADO DE ASSIS: UM PROJETO INAUTÊNTICO?

A conversa entre Janjão e seu pai, contada por Machado de Assis no conto *"Teoria do Medalhão: Diálogo"*[389]*,* teve a duração exata de uma hora. Mais precisamente, iniciou-se às onze horas (após, o último convidado deixar o jantar de comemoração dos vinte e um anos de Janjão) e foi até à meia-noite, quando o pai chegou a concluir que *"guardadas as proporções, a conversa desta noite vale O príncipe de Machiavelli"*[390].

A importância desse diálogo estava em transpor para Janjão o projeto de vida que era do seu pai, como confessou: *"Ser medalhão foi o sonho de minha mocidade; faltaram-me, porém, as instruções de um pai, e acabo, como vês, sem outra consolação e relevo moral, além das esperanças que desposito em ti"*[391].

Estabelecer as obrigações para que Janjão fizesse-se *"grande e ilustre, ou pelo menos notável, [...] acima da obscuridade comum"* é o que lhe garantiria não um ofício propriamente dito, mas, sim, *status* social. Para isso, bastaria cumprir as instruções do seu pai. A arte de ser um bom medalhão pressupunha ao menos seis regras.

De início, *"uma vez entrado na carreira, deves pôr todo o cuidado nas ideias que houveres de nutrir para uso alheio e próprio. O melhor será não as ter absolutamente; [...]"*[392]. Nada de originalidade, seria sempre melhor abafá-las e resistir até a morte à qualquer ideia própria que pudesse surgir no curso da vida e com o amadurecer da idade.

Também, ao falar, deveria dizer sempre as mesmas coisas e da forma que as demais pessoas quisessem ouvir, afinal, esse ofício tratava de uma *"arte*

---

[389] ASSIS, Machado de. Teoria do medalhão: diálogo. *In*: ASSIS, Machado de. **Contos Escolhidos**. 4. ed. São Paulo: Martin Claret, 2012, p. 37-47.
[390] ASSIS, Machado de. Teoria do medalhão: diálogo. *In*: ASSIS, Machado de. **Contos Escolhidos**. 4. ed. São Paulo: Martin Claret, 2012, p. 47.
[391] ASSIS, Machado de. Teoria do medalhão: diálogo. *In*: ASSIS, Machado de. **Contos Escolhidos**. 4. ed. São Paulo: Martin Claret, 2012, p. 38.
[392] ASSIS, Machado de. Teoria do medalhão: diálogo. *In*: ASSIS, Machado de. **Contos Escolhidos**. 4. ed. São Paulo: Martin Claret, 2012, 2012, p. 39.

difícil de pensar o pensado"[393]. Mas, não haveria problemas nisso, o pai de Janjão afirmou que *"75% desses estimáveis cavalheiros repertir-te-ão as mesmas opiniões, e uma tal monotonia é grandemente saudável"*[394].

Sequencialmente, jamais deveria obrigar as outras pessoas a qualquer esforço inútil que impusesse a necessidade de algum raciocínio. Melhor de tudo, disse o pai *"são as frases feitas, as locuções convencionais, as fórmulas consagradas pelos anos, incrustadas na memória individual e pública"*[395].

Inclusive, também seria necessário que o medalhão não se contrapusesse ou argumentasse a tudo aquilo que tivesse sido afirmado por outros. *"[...] o método de interrogar os próprios mestres e oficiais da ciência, nos seus livros, estudos e memórias, além de tedioso e cansativo, traz o perigo de inocular ideias novas, e é radicalmente falso"*[396].

Ainda, para bem desenvolver esse ofício, seria imprescindível e muito importante afastar-se da filosofia. *"Entendamo-nos: no papel e na língua alguma, na realidade nada. "Filosofia da história", por exemplo, é uma locução que deves empregar com frequência, mas proíbo-te que chegues a outras conclusões que não sejam as já achadas por outros"*[397].

Por fim, também foi recomendado ao verdadeiro medalhão qual deveria ser a sua postura quando confrontasse com uma situação de ineficácia do Direito.

Diante da hipótese em que, feita uma lei, se essa lei não viesse a produzir efeitos fazendo prevalecer o mal, certamente existiriam aqueles que iriam se revoltar dando ensejo a um *"inquérito pedantesco"*[398] de argumentações e reinvindicações. Em resumo, apresentariam:

> *[...] uma coleta fastidiosa de documentos e observações, análise das causas prováveis, causas certas, causas possíveis, um estudo infinito*

---

[393] ASSIS, Machado de. Teoria do medalhão: diálogo. *In*: ASSIS, Machado de. **Contos Escolhidos**. 4. ed. São Paulo: Martin Claret, 2012, p. 42.
[394] ASSIS, Machado de. Teoria do medalhão: diálogo. *In*: ASSIS, Machado de. **Contos Escolhidos**. 4. ed. São Paulo: Martin Claret, 2012, p. 40-41.
[395] ASSIS, Machado de. Teoria do medalhão: diálogo. *In*: ASSIS, Machado de. **Contos Escolhidos**. 4. ed. São Paulo: Martin Claret, 2012, p. 42.
[396] ASSIS, Machado de. Teoria do medalhão: diálogo. *In*: ASSIS, Machado de. **Contos Escolhidos**. 4. ed. São Paulo: Martin Claret, 2012, p. 43.
[397] ASSIS, Machado de. Teoria do medalhão: diálogo. *In*: ASSIS, Machado de. **Contos Escolhidos**. 4. ed. São Paulo: Martin Claret, 2012, p. 46.
[398] ASSIS, Machado de. Teoria do medalhão: diálogo. *In*: ASSIS, Machado de. **Contos Escolhidos**. 4. ed. São Paulo: Martin Claret, 2012, p. 42.

> *das aptidões do sujeito reformado, da natureza do mal, da manipulação do remédio, das circunstâncias da aplicação; da matéria, enfim, para todo um andaime de palavras, conceitos e desvarios*[399].

Frente a essas ocorrências, Janjão precisaria ser bastante simples e direto poupando a todos desse *"imenso aranzel"*[400], com a seguinte frase:

"'Antes das leis, reformemos os costumes!' E esta frase sintética, transparente, límpida, tirada ao pecúlio comum, resolve mais depressa o problema, entra pelos espíritos com um jorro súbito de sol"[401].

Tudo assim se faria resolvido! Não fomentando arguições e responsabilizações, o medalhão continuaria contribuindo para que nada ao seu redor se altere.

Foi assim que diante do completar da maioridade de Janjão, começava para ele *a "fase de ornamento indispensável, de figura obrigada, de rótulo"*[402] e, de acordo com percepção de seu pai, havia para o rapaz grandes chances de sucesso, conforme sua fala: *" – Tu, meu filho, se me não engano, pareces dotado da perfeita inópia mental, conveniente ao uso deste nobre ofício"*[403].

No conto retratado, ser um medalhão consistia em viver um projeto inautêntico, propriamente, um projeto de vida moldado pelo outro e obediente a um determinado padrão. E, acima de tudo, no fim, o preço pela desconsideração e desprezo da essência constitutiva de Janjão, gerava a ele um só resultado bem descrito no estilo do realismo machadiano: ser um sujeito *"formulado, rotulado, encaixotado"*[404].

No empréstimo do termo utilizado por Carlos Fernández Sessarego, os projetos *"inautênticos" ou "alternativos"*, correspondem àqueles nos quais a pessoa submetida a vivenciá-los poderia não ter implementado ou desejado para si, se tivesse condições de manifestar sua livre decisão. Propriamente, o projeto

---

[399] ASSIS, Machado de. Teoria do medalhão: diálogo. *In*: ASSIS, Machado de. **Contos Escolhidos**. 4. ed. São Paulo: Martin Claret, 2012, p. 42.
[400] ASSIS, Machado de. Teoria do medalhão: diálogo. *In*: ASSIS, Machado de. **Contos Escolhidos**. 4. ed. São Paulo: Martin Claret, 2012, p. 42.
[401] ASSIS, Machado de. Teoria do medalhão: diálogo. *In*: ASSIS, Machado de. **Contos Escolhidos**. 4. ed. São Paulo: Martin Claret, 2012, p. 42.
[402] ASSIS, Machado de. Teoria do medalhão: diálogo. *In*: ASSIS, Machado de. **Contos Escolhidos**. 4. ed. São Paulo: Martin Claret, 2012, p. 45.
[403] ASSIS, Machado de. Teoria do medalhão: diálogo. *In*: ASSIS, Machado de. **Contos Escolhidos**. 4. ed. São Paulo: Martin Claret, 2012, p. 39.
[404] ASSIS, Machado de. Teoria do medalhão: diálogo. *In*: ASSIS, Machado de. **Contos Escolhidos**. 4. ed. São Paulo: Martin Claret, 2012, p. 46.

de vida inautêntico carece de sua validação pela ausência de autoria pessoal daquele que o titulariza.

Esses projetos conflitam com o reconhecimento da existência e aplicabilidade de um projeto de vida autêntico. Na definição de Carlos Fernández Sessarego, todo projeto de vida resume-se àquilo que cada ser humano conscientemente elege para si como razão de vida futura:

> *El 'proyecto de vida', como se ha señalado, es lo que el ser humano, cada ser humano, ha decidido 'ser' y 'hacer' 'en' su vida, 'con' su vida, de acuerdo a una personal escala de valores. Es aquello por lo cual considera valioso vivir, aquello que justifica su tránsito existencial*[405].

Conforme demonstrado pela Teoria das Incapacidades, no campo do ordenamento civil brasileiro a realização dos atos da vida privada de forma livre e direita por um indivíduo, que lhe permitiriam a formação de um projeto de vida autêntico, está condicionada a soma de dois requisitos: ser titular de direitos e deveres (capacidade de direito ou fato) e a possibilidade de desempenho por si próprio dos atos atribuídos a esfera privada (capacidade de exercício), em resumo, ser detentor da capacidade civil plena.

Uma vez preenchida referida condição de ser sujeito capaz, isto é, ter possibilidade de discernir sobre suas escolhas e responder diretamente por suas consequências, também se estende favoravelmente a esses indivíduos a chance de projetarem seu futuro de acordo com seus desejos.

Sob o âmbito normativo individualista, seriam esses os reais detentores da legitimidade necessária para constituição de um autêntico projeto de vida, posto que, são os que conseguiriam identificar por si mesmos as razões que impulsionam seu existir e a forma de implementá-las. Contrapondo-se a esses sujeitos, encontram-se aqueles que possam estar impossibilitados de "identificar, com nitidez, qual a sua vocação, o que desejam fazer com suas vidas"[406] e, entre

---

[405] Tradução livre: "O 'projeto de vida', como foi dito, é onde o humano, cada ser humano, decidiu 'ser' e 'hacer' 'em' sua vida, 'com' sua vida, para adquirir uma personalidade pessoal escala de valores. Isto é o que se considera válido para a vida, algo que justifica o seu trânsito existencial" (SESSAREGO, Carlos Fernández. **Breves apuntes sobre el proyecto de vida y su protección jurídica**. Disponível em: https://snip.ly/d7b9dj. Acesso em: 15 fev. 2023).

[406] SESSAREGO, Carlos Fernández. **Breves apuntes sobre el proyecto de vida y su protección jurídica**. Disponível em: https://snip.ly/d7b9dj. Acesso em: 15 fev. 2023, p. 52.

os quais, Carlos Fernández Sessarego relaciona os “seres desorientados, imaturos, irresponsáveis ou perturbados psiquicamente”[407].

São os sujeitos condicionados a viverem suas vidas sob a criação e imposição de um projeto não original, mas, idealizado por outros. Dentre esses e, a depender das situações particulares, poderiam ser incluídas as pessoas com deficiência intelectual. Esse é o caso da menina Ashely[408] que passa a se expor.

Diagnosticada logo após o nascimento em 1997 com a doença “encefalopatia estática”, a norte-americana Ashely teve seu desenvolvimento limitado à condição de um bebê de três meses. Aos 06 anos de idade e sem possibilidade médica de melhora, possuía privação na capacidade física e mental que lhe impediam de locomover-se, sentar-se, falar, alimentar-se ou realizar quaisquer outros atos da vida cotidiana[409]. No ano de 2004, seus pais traçaram em concordância com o comitê de ética médica do hospital um “plano de duas frentes”[410]: primeiro, Ashely foi submetida a uma histerectomia, consistente em cirurgia para remoção de seu útero e seios, sequencialmente, recebeu a aplicação de altas doses de estrogênio para controle da puberdade.

Este fato se tornou publicamente conhecido no ano de 2006, conjuntamente com as justificativas dos pais de Ashely sobre as razões da esterilização imposta à filha unicamente por vontade, deliberação e intervenção de terceiros: “Segundo seus pais e médicos, essas intervenções eram necessárias para a qualidade de vida futura de Ashely”[411] reduzindo os desconfortos causados pela menstruação e garantindo o cuidado em âmbito doméstico. “[...] Seus pais temiam que, sem o tratamento, Ashley se tornasse muito pesada para eles a levantarem com segurança [...]”[412].

---

[407] SESSAREGO, Carlos Fernández. **Breves apuntes sobre el proyecto de vida y su protección jurídica**. Disponível em: https://snip.ly/d7b9dj. Acesso em: 15 fev. 2023, p. 52.

[408] TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado; PENALVA, Luciana Dadalto. Autoridade parental, incapacidade e melhor interesse da criança: uma reflexão sobre o caso Ashely. **Revista de Informação Legislativa**, v. 45, n. 180, p. 293-304, 2008.

[409] TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado; PENALVA, Luciana Dadalto. Autoridade parental, incapacidade e melhor interesse da criança: uma reflexão sobre o caso Ashely. **Revista de Informação Legislativa**, v. 45, n. 180, p. 293-304, 2008, p. 137.

[410] KAFER, Alison. **Feminist queer crip**. Indiana: Indiana University Press, 2013, p. 47.

[411] *“According to her parents and doctors, these interventions were necessary for Ashley’s future quality of life: they would reduce her pain and discomfort (by removing the possibility of her menstruating or eveloping breasts) and would enable her parents to continue caring for her at home (by keeping her small enough to turn and lift easily)”* (KAFER, Alison. **Feminist queer crip**. Indiana: Indiana University Press, 2013, p. 47).

[412] *“Her parents worried that, without the Treatment, Ashley would become too cumbersome for them to lift safely, and, as a result, her participation in social and recreational activities would*

Na condição exposta, o corpo de Ashely carregava para seus pais a presunção de ser incompatível com o estabelecimento de qualquer projeto autêntico de vida futura. Por isso, a intervenção realizada naquele corpo presente de uma menina de 06 anos representava a maneira de compatibilizar para seus pais a condição de sua "infância cognitiva permanente"[413].

Na projeção de um modelo de vida condicionado a realizações de atividades pessoais, profissionais e sociais de forma independente e autossuficiente para um indivíduo adulto e considerado sem deficiência, não haveria espaço para Ashely[414]. Para Alison Kafer, o futuro de uma pessoa com profundo comprometimento intelectual passa a ser "totalmente privatizado"[415], isto é, determinado pelas escolhas provenientes de *outrem* que se relaciona à sua esfera privada familiar ou de seus curadores.

Sob esse viés paternalista que instruiu a formação do Direito Privado brasileiro, a justificativa de proteção ao sujeito incapaz (ou seja, desprovido de discernimento), é o que autorizava o processo de interdição como sendo a melhor medida.

Consistente em uma ação judicial "destinada a disciplinar o modo como se dará a prática de atos jurídicos por parte de quem não tem capacidade legal para tanto"[416], a interdição poderia ser fixada de forma total ou parcial a depender do grau de incapacidade (absoluto ou relativo) reconhecido ao interditando. No caso, em se tratando das pessoas com deficiência intelectual, Eugênia Augusta Gonzaga observa o predomínio das interdições totais que determinavam o afastamento do incapaz em todos os atos da vida civil, sob pena de nulidade[417].

Nesse formato, o interditado passava a estar condenado a viver uma existência de substituições. Ao passo que os direitos patrimoniais somente poderiam ser exercidos pela representação do curador, os direitos existenciais compreendidos a "bens jurídicos fundamentais, como a vida, a saúde, o corpo e

---

decrease dramatically" (KAFER, Alison. **Feminist queer crip**. Indiana: Indiana University Press, 2013, p. 47).

413 KAFER, Alison. **Feminist queer crip**. Indiana: Indiana University Press, 2013, p. 53.

414 KAFER, Alison. **Feminist queer crip**. Indiana: Indiana University Press, 2013, p. 54.

415 KAFER, Alison. **Feminist queer crip**. Indiana: Indiana University Press, 2013, p. 60.

416 GONZAGA, Eugênia Augusta. Artigo 12: Reconhecimento igual perante a lei. *In*: FERREIRA, Laíssa da Costa (Coord.). **Novos comentários à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. 3. ed. Brasília: SNPD – SDH-PR, 2014, p. 85-89, p. 87.

417 GONZAGA, Eugênia Augusta. Artigo 12: Reconhecimento igual perante a lei. *In*: FERREIRA, Laíssa da Costa (Coord.). **Novos comentários à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. 3. ed. Brasília: SNPD – SDH-PR, 2014, p. 85-89, p. 88.

a integridade físico-psíquica”[418] que não pudessem ser exercidos pelo representante, tornavam-se suprimidos desses sujeitos diante da desconsideração de sua vontade.

Assim é que Ana Carolina Brochado Teixeira e Luciana Dadalto Penalva consideram que a atitude dos pais de Ashely, caso fosse praticada no Brasil, deveria ser declarada como ilícita diante da violação frontal dos direitos da personalidade e da dignidade da pessoa humana que o individualismo de seus curadores impôs a menina[419].

Taisa Maria Macena de Lima e Maria de Fátima Freire de Sá ponderam sobre a proibição da medida realizada pelos pais de Ashely no contexto brasileiro sem que houvesse a necessária intervenção judicial, sob pena de crime[420]. Entretanto, anuem que a atitude realizada pelos pais de Ashely esteve amparada da atribuição legal direcionada aos cuidadores no “exercício de um múnus”[421] inclusive proveniente da autoridade parental.

A questão que se coloca é que o excesso de proteção ou controle delegado pelo ordenamento jurídico ao curador do incapaz aniquilava qualquer menção ou consideração sobre a existência de um projeto de vida desejado pela própria pessoa interditada. Mesmo porque, conforme considerado por Rafael

---

[418] MEIRELLES, Ana Thereza Meireles; SÁ, Maria de Fátima Freire de; VERDIVAL, Rafael; LAGE, Caio. A compreensão das dimensões da vulnerabilidade humana nas situações jurídicas existenciais. **Revista da Faculdade Mineira de Direito**, v. 25, n. 49, p. 113-133, 2022, p. 115.

[419] TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado; PENALVA, Luciana Dadalto. Autoridade parental, incapacidade e melhor interesse da criança: uma reflexão sobre o caso Ashely. **Revista de Informação Legislativa**, v. 45, n. 180, p. 293-304, 2008, p. 301.

[420] Observam Taisa Maria Macena de Lima e Maria de Fátima Freire de Sá: “A decisão permaneceu no âmbito da autonomia familiar e do assessoramento médico. No Brasil, isso não poderia ocorrer. A Lei n. 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que regula o planejamento familiar dispõe, no parágrafo 4º do artigo 10 que “A esterilização cirúrgica como método contraceptivo somente será executada através de laqueadura tubária, vasectomia ou de outro método cientificamente aceito, sendo vedada através da histerectomia e ooforectomia”. E, o parágrafo 6º do mesmo artigo determina que a esterilização cirúrgica em pessoas absolutamente incapazes somente poderá ocorrer mediante autorização judicial. O descumprimento dessas diretrizes legais configura crime, punido com pena privativa de liberdade e multa (artigo 15), cuja pena é agravada quando o ato for praticado sem autorização judicial em pessoa absolutamente incapaz” (LIMA, Taisa Maria M. de; SÁ, Maria de Fátima Freire de. Menoridade e deficiência: limites da atuação dos cuidadores e os direitos da personalidade da criança e do adolescente. *In*: MENEZES, Joyceane Bezerra de (Org.). **Direito da pessoa com deficiência psíquica e intelectual nas relações privadas** – A Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e Lei Brasileira de Inclusão. Rio de Janeiro: Processo, 2016, p. 593-601, p. 596).

[421] LIMA, Taisa Maria M. de; SÁ, Maria de Fátima Freire de. Menoridade e deficiência: limites da atuação dos cuidadores e os direitos da personalidade da criança e do adolescente. *In*: MENEZES, Joyceane Bezerra de (Org.). **Direito da pessoa com deficiência psíquica e intelectual nas relações privadas** – A Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e Lei Brasileira de Inclusão. Rio de Janeiro: Processo, 2016, p. 593-601, p. 600.

Garcia Rodrigues, à medida que as decisões sobre o desenvolvimento da personalidade estavam a cargo de terceiros, esses indivíduos estavam suprimidos de sua própria subjetividade[422].

Assim é que Jussara Maria Leal de Meirelles considera que o caráter protetivo atribuído a interdição poderia revelar-se punitivo "àqueles cujo silêncio e afastamento seriam interessantes ao sistema estabelecido"[423]. Evidencia-se, então, um paternalismo forte que, no contexto do regime das incapacidades, esvaziava o projeto de vida da pessoa com deficiência de seu caráter personalíssimo.

Assim é que, especificamente para o Brasil, no período de *vacatio legis* da Lei nº 13.146/2015, foram tecidas pelo Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, orientação para que o país derrogasse todas as disposições legais que perpetuassem o sistema de tomada de decisão substitutiva em estabelecimento do apoio necessário que privilegie a *"autonomía, la voluntad y las preferencias de las personas con discapacidad"*[424].

O fundamento que substancia a recomendação pelo Comitê, compreende de forma inicial a divergência existente entre capacidade jurídica e capacidade mental. Assim, cumpre esclarecer. Enquanto a capacidade jurídica é judicialmente reconhecida e tutelada pela norma, legitimando-se à condição de ser titular de direitos (capacidade de direito) e ao desempenho dos atos da vida civil, sobretudo, a capacidade de exercício como "expediente para viabilizar a segurança no tráfico jurídico, centrado em direitos patrimoniais"[425]; infere-se a capacidade mental a partir de uma consideração multidimensional que permitirá

---

[422] RODRIGUES, Rafael Garcia. A pessoa e o ser humano no novo Código Civil. *In*: TEPEDINO, Gustavo (Org.). **A parte geral do novo Código Civil**: estudos na perspectiva civil-constitucional. Rio de Janeiro: Renovar, 2003, p. 01-34, p. 26.

[423] MEIRELLES, Jussara. O transtorno bipolar de humor e o ambiente socioeconômico que o propicia: uma leitura do regime das incapacidades. *In*: TEPEDINO, Gustavo; FACHIN, Luiz Edson (Orgs.). **Diálogos sobre direito civil** – v. II. Rio de Janeiro: Renovar, 2000, p. 599-618, p. 603.

[424] Tradução: "[..] apoio à tomada de decisões que privilegie a autonomia, a vontade e as preferências das pessoas com deficiência, em plena conformidade com o artigo 12 da Convenção" (**ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU**. Comité sobre los Derechos de las Personas con Discapacidad: observaciones finales sobre el informe inicial del Brasil, igual reconocimiento como persona ante la ley (art. 12). Disponível em: https://bit.ly/3LacGlW. Acesso em: 28 jan. 2023).

[425] RIBEIRO, Gustavo Pereira Leite. As pessoas com deficiência mental e o consentimento informado nas intervenções médicas. *In*: MENEZES, Joyceane Bezerra de. (Org.). **Direito das pessoas com deficiência psíquica e intelectual nas relações privadas**: Convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência e Lei Brasileira de Inclusão. Rio de Janeiro: Processo, 2016, p. 733-762, p. 747.

extrair, respeitando a diversidade humana e variações causadas pelo meio, à capacidade real e singular dos indivíduos para tomada de diferentes decisões[426].

Em conformidade com o Comitê "*La capacidad mental se refiere a la aptitud de una persona para adoptar decisiones, que naturalmente varía de una persona a otra y puede ser diferente para una persona determinada en función de muchos factores, entre ellos factores ambientales y sociales"*[427]*.* Isto, por sua vez, torna o reconhecimento da capacidade mental mutável e não adstrito a preceitos objetivos que sejam previamente justificadores para restrição da capacidade jurídica às pessoas com deficiência, sejam esses: critérios baseados na condição da pessoa (simplesmente em função de um diagnóstico), no resultado de suas condutas ou sobre critérios funcionais que atribuem à ordem da deficiência, causa de inaptidão para escolhas de vida[428].

Conforme Tirso Ventura Faci *et al.,* é imprescindível que sempre se reavalie cada situação em concreto de acordo com a decisão e suas particulares consequências, isto porque, *"La capacidad o incapacidad mental se define para un momento determinado y una tarea específica. No implica necesariamente un estado permanente y puede cambiar con el tempo"*[429]. Mesmo a condição diagnosticada sobre a existência de uma doença mental, não pode implicar em perene e sumária presunção de incapacidade [430]*.*

---

[426] HERAZO, Edwin. Aspectos bioéticos de la evaluación de la capacidad mental en psiquiatria. **Revista Colombiana de Psiquiatría**, v. 40, p. 152-163, mar. 2011.

[427] Tradução livre: "A capacidade mental refere-se à capacidade de uma pessoa tomar decisões, que naturalmente varia de pessoa para pessoa e pode ser diferente para uma determinada pessoa dependendo de muitos fatores, incluindo fatores ambientais e sociais". **ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU**. Comité sobre los Derechos de las Personas con Discapacidad. *Artículo 12: Igual reconocimiento como persona ante la ley*. Disponível em: https://bit.ly/2VvrXAt. Acesso em: 29 jan. 2023.

[428] **ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU**. Comité sobre los Derechos de las Personas con Discapacidad. *Artículo 12: Igual reconocimiento como persona ante la ley*. Disponível em: https://bit.ly/2VvrXAt. Acesso em: 29 jan. 2023.

[429] Tradução livre: "A capacidade ou incapacidade mental é definida para um momento específico e para uma tarefa específica. Não implica necessariamente um estado permanente e pode mudar com o tempo". FACI, Tirso Ventura; COSTA, Mercedes Navío; MARRODÁN, Ignacio Álvarez; PÉREZ, Beatriz Baón. **Eidon: Revista de la Fundación de Ciencias de la Salud**, n. 41, p. 12-27, 2014, p. 17.

[430] Em complementação "*El diagnóstico de enfermedad mental o cerebral puede aumentar el riesgo de que un paciente sea declarado incapaz de hecho o de derecho pero no implica su presunción. Esto es consecuente con el imperativo ético de que la autonomía no se debe negar al paciente por el mero hecho de estar enfermo".* FACI, Tirso Ventura; COSTA, Mercedes Navío; MARRODÁN, Ignacio Álvarez; PÉREZ, Beatriz Baón. **Eidon: Revista de la Fundación de Ciencias de la Salud**, n. 41, p. 12-27, 2014, p. 17.

Para o Comitê, os regimes baseados na substituição de decisões da pessoa com deficiência intelectual, fazem com que a atribuição da incapacidade se traduza na imposição de condição discriminatória que se distancia da percepção concreta e das potencialidades daquele indivíduo sob o paternalismo que os encobrem fundamentado na melhor proteção de seus interesses.

Nessa aproximação, com o advento da Lei nº 13.146/2015 e do acolhimento do modelo social de inclusão, buscou-se emancipar a pessoa com deficiência de toda interferência que pudesse tolher a percepção de sua individualidade enquanto pessoa detentora de sua própria vontade e escolha de vida.

Com isso, as barreiras institucionais, correspondentes aos entraves dotados de amparo legal, que pudessem excluir os direitos das pessoas com deficiência passaram a ser revistas[431]. Dentre essas, além das alterações já descritas sobre o regime das incapacidades (item 1.3), foram impostas mudanças substanciais ao instituto da curatela reconfigurando-o a um novo modelo jurídico reconhecido como “curatela qualificada”[432], “curatela sob medida”[433] ou “curatela aberta a demanda do curatelado”[434].

Diante das derrogações impostas ao Código Civil, a Lei nº 13.146/2015 impôs o estabelecimento de limites ao desempenho da curatela fixando-a como uma medida extraordinária e limitada ao exercício de atos patrimoniais, razão pela qual, a atuação do curador não poderá mais abranger os atos existenciais da vida do curatelado[435].

---

[431] MENEZES, Joyceane Bezerra de. A capacidade dos incapazes: o diálogo entre a convenção da ONU sobre os direitos das pessoas com deficiência e o Código Civil Brasileiro. *In*: RUZYK, Carlos Eduardo Pianovski; SOUZA, Eduardo Nunes de; MENEZES, Joyceane Bezerra; EHRHARDT JUNIOR, Marcos (Orgs.). **Direito civil constitucional**: a ressignificação da função dos institutos fundamentais do direito civil contemporâneo e suas consequências. Florianópolis: Conceito Editorial, 2014, p. 51-74, p. 59.

[432] ROSENVALD, Nelson. **Curatela**. Material disponibilizado pelo autor. No prelo.

[433] ABREU, Célia Barbosa. A curatela sob medida: notas interdisciplinares sobre o estatuto da pessoa com deficiência e o novo CPC. *In*: MENEZES, Joyceane Bezerra de (Org.). **Direito da pessoa com deficiência psíquica e intelectual nas relações privadas** – A Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e Lei Brasileira de Inclusão. Rio de Janeiro: Processo, 2016, p. 545-568, p. 545.

[434] MENEZES, Joyceane Bezerra de. O direito protetivo no Brasil após a Convenção sobre a Proteção da Pessoa com Deficiência: impactos do novo CPC e do Estatuto da Pessoa com Deficiência. **Civilistica.com**, a. 04, n. 01, p. 01-27, 2015, p. 17.

[435] MEIRELLES, Jussara Maria Leal de. Diretivas antecipadas de vontade por pessoa com deficiência. *In*: MENEZES, Joyceane Bezerra de (Org.). **Direito da pessoa com deficiência psíquica e intelectual nas relações privadas** – A Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e Lei Brasileira de Inclusão. Rio de Janeiro: Processo, 2016, p. 713-731, p. 720.

Por isso, nos termos legais, o desempenho da curatela proíbe qualquer forma de intervenção sobre “o direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto”[436] da pessoa curatelada, por sua vez, direitos condizentes e relacionados à constituição de um projeto de vida.

Isso evidencia a preocupação da Lei nº 13.146/2015 em torno da não incidência do paternalismo forte que presidia o clássico regime do Direito Civil e levava a formação de um projeto de vida propositadamente inautêntico as pessoas com deficiência intelectual.

Nesse ponto, cabe tecer crítica ao “atropelamento legislativo” [437] incidente sobre o instituto da curatela entre a Lei nº 13.146/2015 e a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, que dispôs o Código de Processo Civil de 2015, com entrada em vigor em 16 de março de 2016, após 01 ano de *vacatio legis.*

Ocorreu que, o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), após *vacatio legis* de 180 dias, iniciou sua vigência em 03 de janeiro de 2016, trazendo em seu bojo alterações a curatela em adequação ao respectivo modelo social disposto pela Convenção que determinaram a alteração dos artigos 1.768 a 1.773 do Código Civil.

Conforme Ana Paula Vasconcelos e Jussara Meirelles, a percepção da pessoa curatelada em sua individualidade e, cujo objetivo maior estava em “promover e assegurar a autonomia e dignidade da pessoa com deficiência”[438], foram as razões fundamentadoras de toda modificação apresentada pelo Estatudo ao diploma civilista.

Ocorre que, o Estatuto desconsiderou que já existia o trâmite anterior da *vacatio legis* do Código de Processo Civil determinando a revogação dos mesmos artigos do Código Civil. Diante desse conflito, em curto espaço de tempo, o diploma civilista perdeu novamente com a falta de regulamentação sobre importantes questões, por exemplo, da autocuratela.

---

[436] Art. 85, § 1º, Lei n. 13.146/2015. BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
[437] TARTUCE, Flávio. O Estatuto da Pessoa com Deficiência e a capacidade testamentária ativa. **RJLB**, a. 02, n. 06, p. 521-561, 2016.
[438] VASCONCELOS, Ana Paula; MEIRELLES, Jussara. A disciplina processual da curatela: uma análise a partir da autonomia e da dignidade da pessoa com deficiência. **Revista de Direito Brasileira**, Florianópolis, v. 30, n. 11, p. 443-460, set. 2022, p. 450.

Diante do prevalecimento das normas instituídas pelo Código de Processo Civil, as quais, não se encontram “em total conformidade com as disposições do EPD e com as diretrizes da CDPD que o inspirou”[439], uma maior demanda deverá ser sanada pela jurisprudência toda vez que os preceitos legais do microssistema de proteção da pessoa com deficiência e do Código de Processo Civil colidirem.

Nessa atribuição, o próprio termo “interdição” que ainda se perpetua dentro do regime processual civil, precisará ser constantemente confrontado para que o seu emprego também não termine na prática, fazendo prevalecer a antiga perspectiva paternalista herança das codificações civis modernas e de cunho eminentemente patrimonial [440].

Como esclarece Jussara Maria Leal de Meirelles, a objetividade atribuída sobre as decisões patrimoniais sempre se distanciarão do significado que deve carregar a condição de discernimento para o exercício de direitos existenciais, isto porque, nessas relações “[...] não se está tratando do que é correto ou incorreto, justo ou injusto, melhor ou pior para o ‘ter’ das pessoas, mas sim, sobre o ‘ser’”[441]. É nesse sentido que “não se pode considerar protegida uma pessoa que tem os seus direitos de existir, viver, amar e se desenvolver anulados”[442] ao que fundamenta, Rita Vasconcelos *et al.*

Porém, a solução apresentada pela Lei nº 13.146/2015 pressupondo que todas as pessoas com deficiência deverão ser reconhecidas como autoras de seu destino[443] diante da capacidade civil plena[444], trazem a dúvida se mesmo

---

[439] VASCONCELOS, Ana Paula; MEIRELLES, Jussara. A disciplina processual da curatela: uma análise a partir da autonomia e da dignidade da pessoa com deficiência. **Revista de Direito Brasileira**, Florianópolis, v. 30, n. 11, p. 443-460, set. 2022, p. 450.

[440] PINHEIRO, Rosalice Fidalgo; ROLLWAGEN, Aletya Dahana. Capacidade e processo: os reflexos processuais do Estatuto da Pessoa com Deficiência e a ação de estabelecimento de curatela. **Revista da AJURIS - QUALIS A2**, Porto Alegre, v. 47, n. 148, p. 281-310, 2020, p. 299.

[441] MEIRELLES, Jussara Maria Leal de. Diretivas antecipadas de vontade por pessoa com deficiência. *In*: MENEZES, Joyceane Bezerra de (Org.). **Direito da pessoa com deficiência psíquica e intelectual nas relações privadas** – A Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e Lei Brasileira de Inclusão. Rio de Janeiro: Processo, 2016, p. 713-731, p. 715.

[442] VASCONCELOS, Rita; VASCONCELOS, Ana Paula; VASCONCELOS, Maria Teresa. O exercício dos direitos e das liberdades fundamentais pela pessoa com deficiência. *In*: GUNTHER, Luiz Eduardo; FISCHER, Octavio Campos (Coords.). **Constitucionalismo e direitos fundamentais.** Curitiba: Instituto Memória, 2019, p. 299-312, p. 303.

[443] LIMA, Taisa Maria Macena de; SÁ, Maria de Fátima Freire de. Estatuto da pessoa com deficiência e questões médicas. *In*: LIMA, Taisa Maria Macena de; SÁ, Maria de Fátima Freire de; MOUREIRA, Diogo Luna (Orgs.). **Autonomia e vulnerabilidade**. Belo Horizonte: Arraes, 2017, p. 118-140, p. 118.

[444] Nos termos do artigo 84 da Lei nº 13.146/15: “A pessoa com deficiência tem assegurado o direito ao exercício de sua capacidade legal em igualdade de condições com as demais pessoas”

aquela pessoa com uma deficiência intelectual grave e sem condições reais de autogoverno, também não continuaria estando suprimida em seu projeto de vida ao que define Carlos Fernández Sessarego.

Diante desse contraponto entre comprometimento e negação que podem se sobrepor ao desenvolvimento do projeto de vida da pessoa com deficiência intelectual, por vezes, fundamentado a um paternalismo desmedido ou em uma possível autonomia irreal, é que levam o refletir do presente estudo.

2.2 FUNDAMENTOS DO PRINCÍPIO DA AUTONOMIA: DA AUTONOMIA INDIVIDUAL À AUTONOMIA RELACIONAL

A palavra autonomia refere-se em sentido amplo à regência de uma determinada realidade por sua própria lei[445]. Nessa acepção, denota-se no contexto histórico a ocorrência de um "processo de autonomização"[446] que se implementou a partir do rompimento das explicações míticas de mundo até chegar-se a compreensão racional advinda com a percepção humana[447].

Libertada do que pudesse ser compreendido a fatores naturais ou teológicos, a pessoa humana passou a reconhecer que somente sua própria vontade é o que deveria determiná-la, justamente, porque, a certeza necessária para o seu agir derivava exclusiva e obrigatoriamente de sua racionalidade.

Com destaque, foi na modernidade por meio da associação dos ideários iluministas representados pelo pensamento de Immanuel Kant (1724-1804), que a concepção da autonomia se caracterizou de forma liberal e individualista[448].

(BRASIL. **Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

445 MORA, Jose Ferrater. **Diccionario de Filosofía**. Tomo I. Buenos Aires: Sudamericana, [194_], p. 234.

446 SEGRE, Marco; SILVA, Franklin Leopoldo e; SCHRAMM, Fermin R. O contexto histórico, semântico e filosófico do princípio de autonomia. **Bioética**, Brasília, v. 06, n. 01, p. 15-23, 1998, p. 16.

447 SEGRE, Marco; SILVA, Franklin Leopoldo e; SCHRAMM, Fermin R. O contexto histórico, semântico e filosófico do princípio de autonomia. **Bioética**, Brasília, v. 06, n. 01, p. 15-23, 1998, p. 16.

448 Conforme Fermin Roland Schramm "é somente a partir do humanismo individualista da Idade Moderna, que culmina na *Aufklärung* (Iluminismo) do século XVIII, que o conceito de autonomia se aplica ao indivíduo. [...] A primeira formulação sistemática do conceito de autonomia, aplicado ao indivíduo, deve-se a Kant, para quem o sujeito moral em questão é a pessoa, isto é, o indivíduo racional e livre" (SCHRAMM, Fermin Roland. A autonomia difícil. **Bioética**, Brasília, v. 06, n. 01, p. 27-37, 1998, p. 27).

Conforme Franklin Leopoldo e Silva, a suficiência que antes permeava o homem em simplesmente conseguir compreender o mundo, nesse contexto passou a ser representada pelo anseio em conseguir "dominá-lo e submetê-lo às finalidades humanas, por via do desempenho de uma razão subjetiva e independente"[449].

O lema do projeto moderno almejava a emancipação da condição humana desatrelada de qualquer impedimento externo e, na formação do *self* ("eu pessoal")[450] referenciado por Charles Taylor, a construção da identidade humana passou a estar restritivamente atribuída "pelos propósitos e capacidades que descobrimos dentro de nós mesmos"[451].

Enquanto na Antiguidade o termo autonomia "(do grego *autós*, 'si mesmo', e *nómos*, 'lei')"[452] assumiu uma conotação política representativa da liberdade da pólis grega não submetida à regência legal de outra comunidade[453], o pensamento kantiano foi o responsável pela inauguração da "deontologia moderna da pessoa"[454] a partir da nova significação da autonomia atribuída a esfera pessoal do ser humano[455].

Diante da liberdade individual atribuída por Benjamin Constant como sendo a verdadeira liberdade moderna[456], os indivíduos deveriam se desprender dos laços sociais e dos papéis tradicionais proporcionados pelo contexto social, para desenvolverem seus objetivos pessoalmente escolhidos. Isso significava

---

[449] SEGRE, Marco; SILVA, Franklin Leopoldo e; SCHRAMM, Fermin R. O contexto histórico, semântico e filosófico do princípio de autonomia. **Bioética**, Brasília, v. 06, n. 01, p. 15-23, 1998, p. 16.

[450] SEGRE, Marco; SILVA, Franklin Leopoldo e; SCHRAMM, Fermin R. O contexto histórico, semântico e filosófico do princípio de autonomia. **Bioética**, Brasília, v. 06, n. 01, p. 15-23, 1998, p. 16.

[451] TAYLOR, Charles. **As fontes do self**: a construção da identidade moderna. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Loyola, 2013, p. 389.

[452] VENTURA, Mirian; SCHRAMM, Fermin Roland. Limites e possibilidades do exercício da autonomia nas práticas terapêuticas de modificação corporal e alteração da identidade sexual. **Physis – Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 01, p. 65-93, 2009, p. 73.

[453] SANCHO, Jesús Conill. La invención de la autonomía. **Revista de la Fundación de Ciencias de la Salud**, Madrid, v. 01, n. 39, p. 02-12, jun. 2013, p. 04.

[454] LUDWIG, Marcos de Campos. O direito ao livre desenvolvimento da personalidade na Alemanha e possibilidade de sua aplicação no direito privado brasileiro. *In*: MARTINS-COSTA, Judith (Org.). **A reconstrução do direito privado**: reflexos dos princípios, diretrizes e direitos fundamentais constitucionais no direito privado. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002, p. 265-305, p. 274.

[455] JUNGES, Márcia. Kant e a moralidade como resultado de nossa autonomia. Tradução de Luís Marcos Sander. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos On-line**, São Leopoldo, a. XIII, n. 417, p. 06-09, 2013, p. 08.

[456] CONSTANT, Benjamin. **A liberdade dos antigos comparada à dos modernos**. Tradução de Emerson Garcia. Coleção Clássicos do Direito – v. 03. São Paulo: Atlas, 2015, p. 96.

que, quanto menos restrições fossem impostas à atuação individual, maior seria a capacidade de agir de acordo com suas próprias preferências. Ademais, os indivíduos realizariam sua autonomia quanto maior fosse a independência em relação aos demais, eis que quaisquer restrições reduziriam seu campo de autonomia.

Assim, com o kantianismo, a compreensão de autonomia passou a estar atrelada essencialmente a liberdade do indivíduo no sentido atribuível à possibilidade de poder determinar-se racionalmente. Conforme Jesus Conil Sancho, o princípio estruturante dessa filosofia foi o da *"autolegislación mediante la razón"*[457], de forma que, o agir autônomo do indivíduo pudesse representar agir de tal modo que se estabelecesse como uma lei universal. Por outras palavras, *"Autonomía equivale a libertad"*[458].

Em sua filosofia, Kant formula o imperativo categórico, do qual resulta o conceito de autonomia: devemos agir como um legislador universal, pois devemos agir segundo as leis que nossa própria razão nos dá. "Age segundo a máxima[459] que possa simultaneamente fazer-se a si mesma lei universal"[460]: é a ética formal, que afasta qualquer fundamentação heterônoma, dependente de uma vontade superior ou de elementos externos à própria razão. Para Kant "a vontade é a capacidade de se usar a razão para decidir"[461] e isso diferencia-se das ações pautadas em desejos ou instintos que refletem o impulso do agir irracional, fora da moralidade ou do dever.

Na visão kantiana, autonomia e heteronomia se contrapõem e, entre elas, a autonomia sempre terá prevalência. A heteronomia se apresenta como

---

[457] Tradução livre: "autolegislação através da razão" (SANCHO, Jesús Conill. La invención de la autonomía. **Revista de la Fundación de Ciencias de la Salud**, Madrid, v. 01, n. 39, p. 02-12, jun. 2013, p. 05).

[458] Tradução livre: "Autonomia é igual a liberdade" (SANCHO, Jesús Conill. La invención de la autonomía. **Revista de la Fundación de Ciencias de la Salud**, Madrid, v. 01, n. 39, p. 02-12, jun. 2013, p. 03).

[459] "Apenas para recordar, máximas são princípios subjetivos da vontade, do querer. São regras que o indivíduo impõe a si mesmo" (BARBOSA-FOHRMANN, Ana Paula. Boa vontade e beneficência para pessoas com deficiência mental extrema? Revisitando a teoria moral de Kant. **Revista de Bioética y Derecho**, Barcelona, n. 35, p. 108-120, 2015, p. 112).

[460] KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Lisboa: Edições 70, 2009, p. 85.

[461] BARBOSA-FOHRMANN, Ana Paula; KIEFER, Sandra Filomena Wagner. A aplicabilidade da teoria moral e da doutrina do direito de Kant para a inclusão de alunos com deficiência em escolas privadas. **Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito**, São Leopoldo, v. 09, p. 276-294, 2017, p. 280.

princípio inautêntico de moralidade sempre que a vontade (razão prática)[462] que impulsionar as condutas do ser humano estiver contaminada por inclinações, sentimentos, ou, conforme Kant, por outros motores *(elater animi)*[463] desconsideradores do fato de que o único "motor da vontade humana (e de todo o ser racional criado) não pode ser outro senão a lei moral"[464].

Assim é que, enquanto o autonomia moral para Kant resultará no cumprimento do imperativo categórico (ou imperativo moral) o qual diz que "devo agir desta ou daquela maneira, mesmo que não quisesse outra coisa"[465], a heteronomia se opõe mediante o imperativo hipotético o qual, diz que "devo fazer alguma coisa porque quero qualquer outra coisa"[466]. Conforme exemplo apresentando por Kant sobre a felicidade alheia, essa deve ser propiciada "não como se eu tivesse qualquer interesse na sua existência (quer por inclinação imediata, quer, indirectamente, por qualquer satisfação obtida pela razão), mas somente porque a máxima que exclua essa felicidade não pode estar incluída num só e mesmo querer como lei universal"[467].

O princípio da autonomia kantiano (princípio da autonomia da vontade pura[468] ou princípio supremo da moralidade)[469], fundamenta-se a ética autônoma que transforma o homem em legislador de si mesmo. Sua ética não é concebida a partir do cotidiano e da história, mas de uma razão prática que se baseia na vontade livre[470]. É o conceito de liberdade kantiana e deste modo, não se reconhecem outros vínculos à liberdade humana, senão aqueles que o próprio indivíduo estabelece como legislador de si mesmo.

---

[462] KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Lisboa: Edições 70, 2009, p. 92.
[463] Conforme Kant, entende-se por motor *(elater anim)* "o movimento subjetivo determinante da vontade de um ser" (KANT, Emanuel. **Crítica da razão prática.** Tradução de Afonso Bertagnoli. São Paulo: Brasil Editora, 2004, p. 147).
[464] KANT, Emanuel. **Crítica da razão prática.** Tradução de Afonso Bertagnoli. São Paulo: Brasil Editora, 2004, p. 147.
[465] KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Lisboa: Edições 70, 2009, p. 91.
[466] KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Lisboa: Edições 70, 2009, p. 91.
[467] KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Lisboa: Edições 70, 2009, p. 92.
[468] SANCHO, Jesús Conill. La invención de la autonomía. **Revista de la Fundación de Ciencias de la Salud**, Madrid, v. 01, n. 39, p. 02-12, jun. 2013, p. 05.
[469] KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Lisboa: Edições 70, 2009, p. 90.
[470] Conforme Kant: "[...] vontade livre e vontade submetida a leis morais são uma e a mesma coisa" (KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Lisboa: Edições 70, 2009, p. 100).

Jerome B. Schneewind conclui que autonomia e liberdade são indissociáveis para Kant. “A autonomia e a liberdade estão essencialmente vinculadas na concepção de Kant. Ser autônomo é ser livre no sentido moralmente relevante, e a liberdade moral se expressa ou se torna evidente na ação autônoma”[471]. Isso também expressa o afastamento da interferência do cristianismo sobre o pensamento kantiano, para quem, o homem assume a posição de ser a própria divindade na determinação de sua vida[472].

Na determinação da ação humana, cujo ponto de partida deverá ser impulsionado mediante uma escolha livre e racional do indivíduo, o fim pretendido também sempre se faz preestabelecido para Kant na centralidade do próprio indivíduo que jamais poderá se valer de outro ser humano como meio para suas concretizações.

Essa é a “fórmula da humanidade”[473] constituída por Kant, que estabelece um único limite interposto em face da condição suprema da liberdade humana: “Age de tal maneira que uses a humanidade, tanto na tua pessoa como na pessoa de qualquer outro, sempre e simultaneamente como fim e nunca simplesmente como meio”[474], e nesse reino dos fins, o ser humano configura-se não dotado de preço e substituições, mas, sim, de dignidade[475].

Conforme Diogo Luna Moreira, a filosofia kantiana esteve na constância de uma contemplação ativa do sujeito reconhecendo-lhe um único direito inato que foi a liberdade[476]. “Agora afirmo eu: A todo o ser racional que tem uma vontade temos que atribuir-lhe necessariamente também a ideia da liberdade, sob a qual ele unicamente pode agir”[477].

---

[471] JUNGES, Márcia. Kant e a moralidade como resultado de nossa autonomia. Tradução de Luís Marcos Sander. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos On-line**, São Leopoldo, a. XIII, n. 417, p. 06-09, 2013, p. 07.

[472] BARBOSA-FOHRMANN, Ana Paula; KIEFER, Sandra Filomena Wagner. A aplicabilidade da teoria moral e da doutrina do direito de Kant para a inclusão de alunos com deficiência em escolas privadas. **Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito**, São Leopoldo, v. 09, p. 276-294, 2017, p. 280.

[473] GALVÃO, Pedro. Introdução. *In*: KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Lisboa: Edições 70, 2009, p. XV.

[474] KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Lisboa: Edições 70, 2009, p. 73.

[475] KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Lisboa: Edições 70, 2009, p. 72.

[476] MOUREIRA, Diogo Luna. **Pessoas e autonomia privada**: dimensões reflexivas da racionalidade e dimensões operacionais da pessoa a partir da teoria do direito privado. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011, p. 71.

[477] KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Lisboa: Edições 70, 2009, p. 102.

Referida liberdade pode ser concebida no sentido positivo ou negativo. A liberdade positiva designa propriamente a autonomia da vontade, enquanto capacidade de autodeterminação do sujeito por suas próprias regras, como fim em si mesmo. Trata-se da liberdade denominada por Axel Honneth como "liberdade reflexiva"[478], sobre a qual, considera-se livre aquele sujeito que ao conseguir relacionar-se consigo mesmo pode ser guiado por suas próprias intenções[479].

Por sua vez, na conotação negativa, a liberdade indica a possibilidade da vontade "produzir efeitos no mundo sem ser determinada por causas estranhas"[480], isto é, sem condicionamentos externos. Adequada aos interesses patrimoniais que se faziam prevalecentes no contexto de matriz liberal, essa acepção negativa da liberdade oportunamente se sobrepôs à época em prol da livre circulação econômica sem interferência do Estado e em desconsideração da pessoa humana dotada de valor e vulnerabilidades.

Cabe aqui a ponderação realizada por Ana Paula Barbosa-Fohrmann e Sandra Kiefer sobre a qual "Kant apresenta o homem (ser racional, pessoa) como ele deveria ser, e não como ele é"[481], nesse ponto, chama-se atenção que o sujeito idealizado plenamente capaz para fazer uso da razão em suas decisões, poderá não abranger determinadas pessoas com deficiência[482].

Em seus escritos, Kant realizou no ano de 1764 um único texto que aborda de forma exclusiva a questão da pessoa com deficiência, intitulado como *"Ensaio sobre as doenças da cabeça"*[483] e que foi posteriormente publicado em

---

[478] HONNETH, Axel. **O direito da liberdade.** Tradução Saulo Krieger. São Paulo: Martins Fontes, 2015, p. 58.
[479] HONNETH, Axel. **O direito da liberdade.** Tradução Saulo Krieger. São Paulo: Martins Fontes, 2015, p. 58.
[480] GALVÃO, Pedro. Introdução. *In*: KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Lisboa: Edições 70, 2009, p. LI.
[481] BARBOSA-FOHRMANN, Ana Paula; KIEFER, Sandra Filomena Wagner. A aplicabilidade da teoria moral e da doutrina do direito de Kant para a inclusão de alunos com deficiência em escolas privadas. **Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito**, São Leopoldo, v. 09, p. 276-294, 2017, p. 278.
[482] BARBOSA-FOHRMANN, Ana Paula; KIEFER, Sandra Filomena Wagner. A aplicabilidade da teoria moral e da doutrina do direito de Kant para a inclusão de alunos com deficiência em escolas privadas. **Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito**, São Leopoldo, v. 09, p. 276-294, 2017, p. 288.
[483] O incentivo para escrita desse Ensaio é retratado pelo seguinte episódio: "Pouco antes de Kant escrever o *Ensaio*, apareceu no final de 1763 nos arredores de Königsberg um polaco chamado Jan Pawlikowicz Zdomorzyrskich Komarnicki um homem de aspecto esfarrapado e com a atitude de um fanático religioso, que foi designado *profeta das cabras*, pois era com versículos bíblicos que respondia a qualquer solicitação que lhe fosse dirigida. O homem que se deslocava com um rebanho de ovelhas e cabras acompanhado pelo filho, tinha sofrido uma grave

1798 em formato de livro com a denominação *"Antropologia de um ponto de vista pragmático"*[484]. Nesse desenvolvimento Kant apresenta uma taxonomia da loucura como uma espécie de patologia da razão ou "de desorganização do funcionamento do mecanismo da razão"[485].

Para Kant, "as deficiências da cabeça perturbada"[486] comportam três principais divisões entre os níveis de desarranjo (*Verrückung*); delírio (*Wahnsinn*) e insânia (*Wahnwitz*)[487], de forma que entre todos eles a razão existente revela-se em sua forma invertida (*Verkehrtheit*) que substitui a compreensão da realidade pela fantasia. Para esses indivíduos de "mentes invertidas"[488], Kant demonstra como forma de tratamento a condição de pessoas a serem controladas: "[...] a contradição não os melhora, só os excita, e é indispensável que se tenha no trato com eles uma atitude impassível e benevolente, como se não se desse conta, de que há alguma coisa errada no seu entendimento"[489].

Assim, conclui-se que enquanto nos modelos de definição da deficiência a condição corporal é a que se sobrepunha para prescindir ou medicamentalizar o indivíduo, no viés liberal kantiano essa diferenciação relacionava-se ao "âmbito da moral" de modo que, àquele que tivesse comprometimentos em conseguir determinar por si mesmo os deveres para o seu agir, estaria afastado da humanidade e da "igualdade com os demais"[490].

Em paralelo a supremacia da vontade e a concepção de autossuficiência para formação da vida humana, os ideários liberalistas também se basearam no

---

doença de estômago, estado a que sobreveio uma crise de perturbações alucinatórias" (KANT, Immanuel. Ensaio sobre as doenças da cabeça de 1764. Tradução de Pedro Miguel Panarra. **Revista Filosófica de Coimbra**, Coimbra, n. 37, p. 201-224, 2010).

[484] PANARRA, Pedro Miguel. Introdução. *In*: KANT, Immanuel. Ensaio sobre as doenças da cabeça de 1764. Tradução de Pedro Miguel Panarra. **Revista Filosófica de Coimbra**, Coimbra, n. 37, p. 201-224, 2010, p. 201.

[485] PEREZ, Daniel Omar. A loucura como questão semântica: uma interpretação kantiana. **TRANS/FORM/AÇÃO: Revista de Filosofia da Unesp**, São Paulo, v. 32, n. 01, p. 95-117, 2009, p. 98.

[486] KANT, Immanuel. Ensaio sobre as doenças da cabeça de 1764. Tradução de Pedro Miguel Panarra. **Revista Filosófica de Coimbra**, Coimbra, n. 37, p. 201-224, 2010, p. 216.

[487] KANT, Immanuel. Ensaio sobre as doenças da cabeça de 1764. Tradução de Pedro Miguel Panarra. **Revista Filosófica de Coimbra**, Coimbra, n. 37, p. 201-224, 2010, p. 217.

[488] KANT, Immanuel. Ensaio sobre as doenças da cabeça de 1764. Tradução de Pedro Miguel Panarra. **Revista Filosófica de Coimbra**, Coimbra, n. 37, p. 201-224, 2010, p. 217.

[489] KANT, Immanuel. Ensaio sobre as doenças da cabeça de 1764. Tradução de Pedro Miguel Panarra. **Revista Filosófica de Coimbra**, Coimbra, n. 37, p. 201-224, 2010, p. 222.

[490] BARBOSA-FOHRMANN, Ana Paula; KIEFER, Sandra Filomena Wagner. A aplicabilidade da teoria moral e da doutrina do direito de Kant para a inclusão de alunos com deficiência em escolas privadas. **Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito**, São Leopoldo, v. 09, p. 276-294, 2017, p. 288.

princípio da causalidade de matriz kantiana que ignorava qualquer determinação por força da natureza ou da interferência coletiva[491].

O problema dessa concepção absoluta da autonomia, mediante a prevalência do querer puramente individual, está no que Edmund D. Pellegrino identificou como *"un culto de privatismo moral"*[492] que reduziram o ser humano à uma espécie de "átomo moral" falsamente desobrigado da responsabilidade em comunidade que também impunha exigências e limites ao exercício dos direitos singulares.

Assim, como afirma Cristina Monero Atienza, se fez necessário reinterpretar o entendimento sobre autonomia predominantemente enraizado na perspectiva individual moderna que ao primar pela independência do ser humano invariavelmente terminou por colocar à margem social àqueles que não atingissem esse ideário, como no caso, poderiam ser identificadas as pessoas com deficiência intelectual que se mostrassem impossibilitadas sob o viés da autodeterminação. *"La autonomía no debe ser identificada con el concepto liberal de libertad. La autonomía es un término inseparable del contexto y la construcción social, y como tal viene a enriquecer esse concepto de libertad clássico"*[493].

Visando a reconfiguração da concepção de autonomia kantiana de forma a contemplar o possível reconhecimento e futuro atendimento do projeto de vida da pessoa com deficiência intelectual, coloca-se em contribuição o viés apresentado pelo pensamento comunitarista que busca demonstrar a insuficiência da conotação monológica entre liberdade e autonomia quando

---

[491] Em complementação: "Como o conceito de uma causalidade traz consigo o de leis segundo as quais, por meio de uma coisa a que chamamos causa, tem de ser posta outra coisa que se chama efeito, assim liberdade, se bem que não seja uma propriedade da vontade segundo leis naturais, não é por isso desprovida de lei, mas tem antes de ser uma causalidade segundo leis imutáveis, ainda que de uma espécie particular; pois de outro modo uma vontade livre seria um absurdo" (KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Lisboa: Edições 70, 2009, p. 100).

[492] PELLEGRINO, Edmund D. La relación entre la autonomía y la integridad en la ética médica. **Boletín de la Oficina Sanitaria Panamericana, Washington**, n. 527, v. 108, maio/jun. 1990, p. 379-390, p. 383.

[493] Tradução livre: "A autonomia não deve ser identificada com o conceito liberal de liberdade. Autonomia é um termo inseparável do contexto e da construção social e, como tal, enriquece este conceito clássico de liberdade" (ATIENZA, Cristina Monereo. Reflexiones actuales sobre libertad y autonomía: la convergencia de capacidad, reciprocidad y relación. **Derechos y Libertades**, Madrid, n. 39, a. II, p. 177-203, jun. 2018, p. 185).

dissociada do sentido de “liberdade social”[494] e da condição relacional, que isto implica, fundamentando-se em Axel Honneth e Silvina Álvarez.

A contraposição da perspectiva liberal de autonomia como atributo de exercício solitário e autossuficiente do indivíduo idealmente racional, passou a ser contestada diante da incongruência sobreposta com a realidade. Aplicada em um sistema predominantemente patriarcal, a condição de ser sujeito autônomo passou adjetivar restritivamente o indivíduo masculino, proprietário e burguês.

Esse cenário de exclusão e prevalecimentos, amplamente antagônico à liberdade e independência que deveriam ser provenientes a todos os indivíduos a partir do reconhecimento de sua autonomia, rendeu críticas e discussões que possibilitaram a formação do sentido relacional atribuído à autonomia. Nessa empreitada, destacou-se como fonte precursora o movimento feminista[495] e a corrente filosófica comunitarista, que se fará representada nesse estudo pelo pensamento de Axel Honneth, a partir da contextualização da filosofia de Georg Wilhelm Friederich Hegel (1770-1831).

Conforme Cristina Monero Atienza *“Friedrich Hegel es el primer filósofo de la Modernidad que desarrolla la idea de um horizonte de significación comunitária como condición necessária de la libertad individual”*[496]*.* Hegel contesta a percepção atomista da pessoa humana advinda da filosofia kantiana e evidencia que a subjetividade do indivíduo se faz a partir de um processo construtivo e necessariamente relacional com o contexto social que compartilha. Conforme esclarece Axel Honneth, a tarefa assumida por Hegel esteve em abstrair da autonomia individual a condição incutida pelo viés kantiano enquanto

---

[494] HONNETH, Axel. **O direito da liberdade.** Tradução Saulo Krieger. São Paulo: Martins Fontes, 2015, p. 81.

[495] Pela presente pesquisa estar voltada para corrente comunitarista como título de embasamento científico, esclarece-se que não haverá o desenvolvimento sobre a compreensão da autonomia relacional proposta pelo movimento feminista. Entretanto, em contribuição à futuras pesquisas com essa outra abrangência, indica-se: *“Entre las concepciones feministas sustanciales fuertes, está por ejemplo, Marina Oshana, Natalie Stoljar o Jennifer Nedelsky”*. ATIENZA, Cristina Monereo. Reflexiones actuales sobre libertad y autonomía: la convergencia de capacidad, reciprocidad y relación. **Derechos y Libertades**, Madrid, n. 39, a. II, p. 177-203, jun. 2018, p. 198.

[496] Tradução livre: “Friedrich Hegel é o primeiro filósofo da Modernidade a desenvolver a ideia de um horizonte de significado comunitário como condição necessária da liberdade individual” (ATIENZA, Cristina Monereo. Reflexiones actuales sobre libertad y autonomía: la convergencia de capacidad, reciprocidad y relación. **Derechos y Libertades**, Madrid, n. 39, a. II, p. 177-203, jun. 2018, p. 194).

"mera exigência do dever-ser"[497], para Hegel, a existência *(Dasein)*, deveria ser compreendida diante do "conjunto dos pressupostos sociais ou institucionais externos que a 'vontade livre' necessita para a sua realização"[498].

De modo desfavorável, pontua Axel Honneth que as concepções individualistas sempre foram mais apropriadas para aqueles que não necessitassem "dos benefícios da cooperação social ou de outras formas de amparo"[499], isto, porque, a percepção social atribuída naquele contexto restaram por incutir que cada indivíduo conseguiria obter a felicidade que fosse própria ao seu querer, desde que, concentrassem somente em si e para si os esforços necessários.

Na afirmação kantiana, "assegurar cada qual a sua própria felicidade é um dever"[500] e para tal fim, isolar-se dos outros repelindo qualquer forma de interferência passou a ser assumido como determinante para tal alcance. Nesse viés liberalista, autonomia e isolamento conjugaram-se convenientemente[501]. Diante dessa consideração, Honneth busca se afastar do construtivismo kantiano para acolher no pensamento hegeliano os elementos necessários para se pensar o processo de constituição e reconhecimento do indivíduo em sociedade[502].

Ao tratar da sociedade civil, Hegel afirmou que a pessoa concreta representada por seu "conjunto de carências"[503] constitui-se como princípio fundamentador de toda sociedade civil indissociada do princípio da universalidade sobre o qual, a existência e o bem-estar individual, devem estar interligados sobre a mesma condição para todos.

---

[497] HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. Tradução de Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003, p. 29.
[498] HONNETH, Axel. **Sofrimento de indeterminação**: uma reatualização da filosofia do direito de Hegel. Tradução de Rúrion Soares de Melo. São Paulo: Esfera Pública, 2007, p. 63.
[499] HONNETH, Axel; ANDERSON, Joel. Autonomia, vulnerabilidade, reconhecimento e justiça. **Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade**, São Paulo, n. 17, p. 81-112, 2011, p. 84.
[500] KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Lisboa: Edições 70, 2009, p. 29.
[501] HONNETH, Axel; ANDERSON, Joel. Autonomia, vulnerabilidade, reconhecimento e justiça. **Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade**, São Paulo, n. 17, p. 81-112, 2011, p. 83.
[502] HONNETH, Axel. **Sofrimento de indeterminação**: uma reatualização da filosofia do direito de Hegel. Tradução de Rúrion Soares de Melo. São Paulo: Esfera Pública, 2007, p. 43.
[503] HEGEL, Georg Wilhelm Friederich. **Princípios da filosofia do direito.** Tradução de Orlando Vitorino. São Paulo: Martins Fontes, 1997, p. 167.

A percepção hegeliana explanou o invariável “sistema de dependências recíprocas”[504] demonstrando que “a pessoa particular está, por essência, em relação com a análoga particularidade de outrem, de tal modo que cada uma se afirma e satisfaz por meio da outra”[505]. Ser independente não determina isolar-se dos outros, mas, conforme Silvina Àlvarez, está em assumir um posicionamento considerando a inafastável interferência decorrente da rede de relações envolta ao indivíduo[506].

O entendimento hegeliano, permitiu evidenciar que o problema sobreposto com a perpetuação da pretensiosa herança liberal relacionada a autossuficiência humana, terminou por ignorar a inafastável condição de coexistência e interdependência entre todos os indivíduos, os quais, jamais poderão se igualar diante das características que os definem e das demandas que reclamam. Para Axel Honneth isso fez com que a sociedade contemporânea fosse chamada a responsabilização enquanto partícipe do desenvolvimento e manutenção da autonomia de todos que a compõe[507].

Nesse entender, não há mais espaço para o *eu cartesiano* referenciado por Itamar Luís Gelain, o qual, pautado em sua forma de introspecção, não permitiria que se particularizarem as manifestações do outro: “O *eu* cartesiano atribui experiências privadas ou predicados mentais a si mesmo, de tal maneira que compromete a atribuição de predicados mentais a terceiros. Nesse caso, a “única experiência que você pode ter na verdade, é a sua própria”[508]. Conforme Annette Baier, não há forma de condução nesse mundo pautada exclusivamente na intimidade de uma única criatura diante do seu criador, mesmo a “pessoa cartesiana” deriva de uma comunidade humana[509].

---

[504] HEGEL, Georg Wilhelm Friederich. **Princípios da filosofia do direito.** Tradução de Orlando Vitorino. São Paulo: Martins Fontes, 1997, p. 168.
[505] BAIER, Annette. **Postures of the mind**: essays on mind and morals. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1985, p. 84.
[506] ÁLVAREZ, Silvina. La autonomía personal y la autonomía relacional. **Revista Análisis Filosófico**, Buenos Aires, v. XXXV, n. 01, p. 13-26, maio 2015, p. 18.
[507] HONNETH, Axel; ANDERSON, Joel. Autonomia, vulnerabilidade, reconhecimento e justiça. **Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade**, São Paulo, n. 17, p. 81-112, 2011, p. 83.
[508] GELAIN, Itamar Luís. **Peter F. Strawson:** metafísica e ceticismo. Londrina: Thoth, 2022, p. 97.
[509] BAIER, Annette. **Postures of the mind**: essays on mind and morals. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1985, p. 79-80.

No momento que segundo Axel Honneth deixamos de ver, identificar o outro perdendo a capacidade de "compreender as manifestações comportamentais das outras pessoas diretamente como exigências por uma reação de nossa parte"[510], todos os demais, para além do ser em si mesmo, passam a ser reificados, assumidos "meramente como objetos insensíveis"[511]. A reificação ou coisificação dos seres humanos decorre sempre que o outro estiver limitado como algo a ser observado, ou, quando o próprio contexto social estiver constituído no viés da não reciprocidade[512], em se tratando das pessoas com deficiência, pode-se falar sobre a existência de uma sociedade capacitista.

Como forma de "dinâmica da vida humana"[513] no contexto de relações intersubjetivas, Hegel fundamentou a essencialidade do processo de reconhecimento social dialético. Referenciado por Diogo Luna Moreira, essa dialética "não implica em subserviência de um "eu" perante o outro [...], posto ser isto dominação"[514], mas, sim, "quando o 'eu' se reconhece primeiramente, e na relação com o outro, o 'não-eu' se afirma"[515]. Em complementação, conjuntamente com Maria de Fátima Freire de Sá, esse referido processo dialético de convivência é o que sempre permitirá "que os indivíduos possam se reconhecer e serem reconhecidos como integrantes de uma determinada sociabilidade"[516], compreendendo-se livres, autônomos e individualizados[517].

---

[510] HONNETH, Axel. **Reificação**: um estudo de teoria do reconhecimento. Traduzido por Rúrion Melo. São Paulo: Unesp, 2018, p. 87.
[511] HONNETH, Axel. **Reificação**: um estudo de teoria do reconhecimento. Traduzido por Rúrion Melo. São Paulo: Unesp, 2018, p. 87.
[512] HONNETH, Axel. **Reificação**: um estudo de teoria do reconhecimento. Traduzido por Rúrion Melo. São Paulo: Unesp, 2018, p. 16.
[513] MOUREIRA, Diogo Luna. **Pessoas e autonomia privada**: dimensões reflexivas da racionalidade e dimensões operacionais da pessoa a partir da teoria do direito privado. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011, p. 77.
[514] MOUREIRA, Diogo Luna. **Pessoas e autonomia privada**: dimensões reflexivas da racionalidade e dimensões operacionais da pessoa a partir da teoria do direito privado. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011, p. 77.
[515] MOUREIRA, Diogo Luna. **Pessoas e autonomia privada**: dimensões reflexivas da racionalidade e dimensões operacionais da pessoa a partir da teoria do direito privado. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011, p. 77.
[516] SÁ, Maria de Fátima Freire de; MOUREIRA, Diogo Luna; Autonomia privada e vulnerabilidade: o direito civil e a diversidade democrática. *In*: LIMA, Taisa Maria Macena de; SÁ, Maria de Fátima Freire de; MOUREIRA, Diogo Luna (Orgs.). **Autonomia e vulnerabilidade**. Belo Horizonte: Arraes, 2017, p. 01-09, p. 07.
[517] SÁ, Maria de Fátima Freire de; MOUREIRA, Diogo Luna; Autonomia privada e vulnerabilidade: o direito civil e a diversidade democrática. *In*: LIMA, Taisa Maria Macena de; SÁ, Maria de Fátima Freire de; MOUREIRA, Diogo Luna (Orgs.). **Autonomia e vulnerabilidade**. Belo Horizonte: Arraes, 2017, p. 01-09, p. 07.

Esse “processo dialético de convivência”[518] entre sujeitos que pressupõe tornar possível o reconhecimento do outro, pode assim ser pensado a partir do próprio sentido lógico estabelecido em uma comunicação, conforme referenciado por Itamar Luís Gelain, ao tratar do pensamento de Peter F. Strawson: “Em outras palavras, a identificação é pensada a partir do ponto de vista da comunicação. [...] uma comunicação interpessoal, por isso a pressuposição de um falante e de um ouvinte”[519], quando ambos se colocam diante de si percebendo e buscando compreender um ao outro, é que se estabelece um diálogo de aproximação em que “o falante, faz uma referência identificadora, e a outra, o ouvinte, identifica ou não o particular ao qual o falante fez referência”[520].

Axel Honneth então descreve a partir da dialética de Hegel, que as dimensões para o reconhecimento do outro que foram percebidas de forma complementar para constituição da autonomia, são correspondentes aos aspectos afetivo, jurídico e solidário[521]. Isso significa que entre o reconhecimento do outro como agente participativo que lhe possibilite desenvolver a autoconfiança em seus projetos e a proteção jurídica que lhe confira segurança para concretização, Honneth ainda aborda sobre a “esfera da estima social, onde os projetos de auto-realização pessoal podem ser objeto de respeito solidário numa comunidade de valores”[522]. Esses fatores serão sequencialmente detalhados e analisados.

Por tudo isso, a delimitada condição da racionalidade kantiana (como elemento subjetivo a ser desempenhado pelo sujeito sobre suas preferências e determinações), somada a independência do indivíduo (no sentido de não precisar de outros para exercer suas escolhas), mostraram-se de modo não fidedigno à composição da autonomia que precisou ser reconsiderada a partir do

---

[518] SÁ, Maria de Fátima Freire de; MOUREIRA, Diogo Luna; Autonomia privada e vulnerabilidade: o direito civil e a diversidade democrática. *In*: LIMA, Taisa Maria Macena de; SÁ, Maria de Fátima Freire de; MOUREIRA, Diogo Luna (Orgs.). **Autonomia e vulnerabilidade**. Belo Horizonte: Arraes, 2017, p. 01-09, p. 07.

[519] GELAIN, Itamar Luís. **Peter F. Strawson:** metafísica e ceticismo. Londrina: Thoth, 2022, p. 88.

[520] GELAIN, Itamar Luís. **Peter F. Strawson:** metafísica e ceticismo. Londrina: Thoth, 2022, p. 88.

[521] HONNETH, Axel. **Sofrimento de indeterminação**: uma reatualização da filosofia do direito de Hegel. Tradução de Rúrion Soares de Melo. São Paulo: Esfera Pública, 2007, p. 15.

[522] HONNETH, Axel. **Sofrimento de indeterminação**: uma reatualização da filosofia do direito de Hegel. Tradução de Rúrion Soares de Melo. São Paulo: Esfera Pública, 2007, p. 15.

ambiente externo existente, o qual, reconheceu-se que invariavelmente irá interferir no modo individual de determinações e imporá obrigações coletivas.

Ao assumir essas considerações, a autonomia tem sido identificada por diferentes nomenclaturas dentre as quais: autonomia social; autonomia intersubjetiva; "autonomia relacional" conforme Silvina Alvarez[523], ou, "autonomia baseada no reconhecimento"[524] denominada por Axel Honneth e conceituando-a na condição de ser correspondente a "uma capacidade que existe somente no contexto das relações sociais que a asseguram e somente em conjunção com o sentido interno do que significa ser autônomo"[525].

Na reinterpretação que obrigatoriamente se impôs, a autonomia passou a ser compreendida "como um conjunto adquirido de capacidades para conduzir a própria vida"[526] a partir da existência de meios socialmente favoráveis. Esse é o fundamento que serve de embasamento e consegue demonstrar a relevância sobre a compreensão da autonomia desprovida da ontologia individualista.

Propriamente, não se trata de uma nova conceituação de autonomia, mas, de uma evidenciação responsabilizadora também dos elementos externos que sempre a constituíram e dos fatores que interligaram todos os sujeitos. Conclui-se que para esse entendimento, a autonomia enquanto capacidade para condução e singularização da própria vida, passa a ser constituída não mais de forma individual, ou seja, somente em primeira pessoa, mas, sim, por meio de um *"diálogo interpersonal y social"*[527] que deve contribuir na formação dos fatores para tomada de decisão.

Nessa significação, a autonomia relacional consegue apresentar-se de modo divergente da clássica concepção liberal pela soma desta específica

---

[523] ÁLVAREZ, Silvina. La autonomía personal y la autonomía relacional. **Revista Análisis Filosófico**, Buenos Aires, v. XXXV, n. 01, p. 13-26, maio 2015, p. 13.
[524] HONNETH, Axel; ANDERSON, Joel. Autonomia, vulnerabilidade, reconhecimento e justiça. **Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade**, São Paulo, n. 17, p. 81-112, 2011, p. 85.
[525] HONNETH, Axel; ANDERSON, Joel. Autonomia, vulnerabilidade, reconhecimento e justiça. **Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade**, São Paulo, n. 17, p. 81-112, 2011, p. 82.
[526] HONNETH, Axel; ANDERSON, Joel. Autonomia, vulnerabilidade, reconhecimento e justiça. **Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade**, São Paulo, n. 17, p. 81-112, 2011, p. 86.
[527] LÓPEZ, Álvaro Fernando Benavides. **Modelos de capacidad jurídica**: una reflexión necesaria a la luz del art. 12 de la Convención Internacional sobre los derechos de las personas con discapacidad. Getafe, 2013. 430 f. Tese (Doutorado em Direito) – Universidad Carlos III de Madrid.

condição que Silvina Alvarez denominou como *"opciones relacionales"*[528] e Axel Honneth atribuiu presente a três fatores de autoconcepções (ou "autorrelações práticas")[529] que obrigatoriamente se implementam de forma mútua, pois, à medida que reconheço o outro ele também me reconhece. São eles: autoconfiança; autorrespeito e autoestima.

O primeiro fator relacionado por Axel Honneth está inserido na "esfera dos afetos"[530] é representado pela autoconfiança ou autoconfiança básica *(self-confidence)*[531]. A autoconfiança corresponde as capacidades que se desenvolvem no contexto íntimo e social das relações familiares, de amizade ou de relacionamentos, sua presença importa para autonomia no sentido da formação de convicções básicas para percepção das escolhas pessoais e compreensão dos sentimentos que serão determinantes na vida futura.

"Pessoas são essencialmente segundas pessoas, que crescem com outras pessoas"[532]. Nessa definição Annette Baier busca demonstrar que todo indivíduo constrói a sua autonomia a partir do que foi adquirido por aqueles que estiveram consigo, sobretudo, no período de sua inteira dependência do outro para existir.

A infância e a juventude é esse tempo principal que Annette Baier aponta em que passamos da heteronomia para a autonomia, assim é que, "a mente é primeiro escravizada pelos sentidos e por ensinamentos autoritários"[533], para depois, "começar a desenvolver alguma liberdade desses falsos mestres, para testar os seus próprios poderes"[534].

---

[528] ÁLVAREZ, Silvina. La autonomía personal y la autonomía relacional. **Revista Análisis Filosófico**, Buenos Aires, v. XXXV, n. 01, p. 13-26, maio 2015, p. 20.
[529] HONNETH, Axel; ANDERSON, Joel. Autonomia, vulnerabilidade, reconhecimento e justiça. **Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade**, São Paulo, n. 17, p. 81-112, 2011, p. 88.
[530] ALBORNOZ, Suzana Guerra. As esferas do reconhecimento: uma introdução a Axel Honneth. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 14, n. 01, p. 127-143, jun. 2011, p. 136.
[531] HONNETH, Axel; ANDERSON, Joel. Autonomia, vulnerabilidade, reconhecimento e justiça. **Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade**, São Paulo, n. 17, p. 81-112, 2011, p. 92.
[532] BAIER, Annette. **Postures of the mind**: essays on mind and morals. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1985, p. 84.
[533] BAIER, Annette. **Postures of the mind**: essays on mind and morals. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1985, p. 84.
[534] BAIER, Annette. **Postures of the mind**: essays on mind and morals. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1985, p. 84.

Hegel também atribui que a exigência que uma criança possui em ser educada já é decorrente do próprio sentimento sobre o qual não permanecerá sendo o que é, trata-se da "tendência para pertencer ao mundo das pessoas adultas, que ela adivinha superior, o desejo de ser grande"[535]. Concorda Axel Honneth que são nesses relacionamentos mais íntimos que constitui uma esfera de "auto-realização individual"[536] essencial para autonomia, razão pela qual, não se trata de uma conquista individual e sim coletiva entre os partícipes daquele ambiente.

O segundo fator que está relacionado à "esfera do direito"[537], corresponde ao autorrespeito. Esse elemento implica na "visão de si mesmo como a fonte legítima de razões para agir"[538], detentora de direitos que devem ser assegurados em âmbito institucional e na medida das vulnerabilidades existentes. Por consequência, o respectivo reconhecimento jurídico evidenciado por Honneth, diante da dialética hegeliana, também importará no reconhecimento dos deveres obrigacionais existentes em face do outro.

Trata-se do reconhecimento da posição social do ser humano como "co-legisladores legítimos"[539] sobre os quais toda forma de "subordinação, marginalização e exclusão"[540] deve ser remediada pelo Direito como forma de resguardo ao exercício de sua autonomia para condução da própria vida. Nessa concepção relacional, o resguardo sobre direitos individuais busca substituir a percepção tipicamente liberal de não intervenção (liberdade negativa) para o autorrespeito mútuo[541].

---

[535] BAIER, Annette. **Postures of the mind**: essays on mind and morals. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1985, p. 160.
[536] HONNETH, Axel. **Sofrimento de indeterminação**: uma reatualização da filosofia do direito de Hegel. Tradução de Rúrion Soares de Melo. São Paulo: Esfera Pública, 2007, p. 128.
[537] ALBORNOZ, Suzana Guerra. As esferas do reconhecimento: uma introdução a Axel Honneth. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 14, n. 01, p. 127-143, jun. 2011, p. 137.
[538] HONNETH, Axel; ANDERSON, Joel. Autonomia, vulnerabilidade, reconhecimento e justiça. **Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade**, São Paulo, n. 17, p. 81-112, 2011, p. 90.
[539] HONNETH, Axel; ANDERSON, Joel. Autonomia, vulnerabilidade, reconhecimento e justiça. **Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade**, São Paulo, n. 17, p. 81-112, 2011, p. 91.
[540] HONNETH, Axel; ANDERSON, Joel. Autonomia, vulnerabilidade, reconhecimento e justiça. **Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade**, São Paulo, n. 17, p. 81-112, 2011, p. 91.
[541] HONNETH, Axel; ANDERSON, Joel. Autonomia, vulnerabilidade, reconhecimento e justiça. **Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade**, São Paulo, n. 17, p. 81-112, 2011, p. 91.

O terceiro e último fator apontado por Axel Honneth pertencente a "esfera da estima social"[542], diz respeito a condição da autoestima. Esse elemento relaciona-se com a autocompreensão cultural de uma sociedade sobre a qual, os valores estabelecidos como regentes, passam a ditar o lugar que cada indivíduo deve ocupar na vida comunitária como lhe sendo próprio[543]. Essa forma avaliativa que termina por estabelecer o posicionamento social do outro, no mais das vezes, quando moldada a partir de uma orientação sobre conveniências e padronizações artificialmente constituídas, leva a formação de estereótipos comprometedores da autonomia individual.

Conforme Axel Honneth, essa modelagem dos indivíduos pelos "campos semântico e simbólico"[544] próprios às "concepções modernas cartesianas"[545], podem ser determinantes para formação dos padrões de denigração que resultam em cenários de exclusão, discriminação ou marginalização sempre que estiverem associados a percepções negativas de determinado grupo ou indivíduo. De forma consequencial, isso poderá vulnerabilizar a autonomia desses sujeitos, considerando que "os sentimentos de vergonha e de ausência de valor resultantes ameaçam a percepção de que as próprias realizações possuem algum sentido"[546].

O objetivo pretendido por Axel Honneth com a forma de reconhecimento sobre a estima social, busca superar referido contexto de hierarquizações arbitradas a partir da configuração de um tipo ideal de capacidade ou habilidade pessoal.

Diante da consideração que os três elementos representados pela autoconfiança, autorespeito e autoestima são vitais e dinâmicos entre si para constituição da autonomia, verifica-se que todo processo de tomada de decisões

---

[542] ALBORNOZ, Suzana Guerra. As esferas do reconhecimento: uma introdução a Axel Honneth. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 14, n. 01, p. 127-143, jun. 2011, p. 139.
[543] HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. Tradução de Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003, p. 200.
[544] HONNETH, Axel; ANDERSON, Joel. Autonomia, vulnerabilidade, reconhecimento e justiça. **Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade**, São Paulo, n. 17, p. 81-112, 2011, p. 97.
[545] HONNETH, Axel; ANDERSON, Joel. Autonomia, vulnerabilidade, reconhecimento e justiça. **Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade**, São Paulo, n. 17, p. 81-112, 2011, p. 97.
[546] HONNETH, Axel; ANDERSON, Joel. Autonomia, vulnerabilidade, reconhecimento e justiça. **Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade**, São Paulo, n. 17, p. 81-112, 2011, p. 88.

construído para autorrealização sobre a vida que se quer levar, jamais poderá ser assumido como um processo exclusivamente individual.

E nesse contexto do que Honneth reconheceu como sendo uma "teoria filosófica das consciências"[547], a vontade livre no sentido hegeliano[548] deve ser reconhecida e possibilitada em sua realização para todas as pessoas mediante essa constante interação e garantia que devem ser eivadas por essa tripla dimensão (social, estatal e afetiva).

Expostos os fundamentos do princípio da autonomia, nota-se a insuficiência de uma percepção individualista, ancorada em sua definição kantiana, segundo a qual o homem projeta sua vida a partir de si mesmo. Já a filosofia hegeliana e comunitária representam contribuições à construção de uma autonomia relacional, que considere as relações interpessoais e sociais como necessárias à condução de um projeto de vida.

A seguir, pretende-se mostrar como essa concepção de autonomia inspira e sustenta a regulamentação dos direitos da pessoa com deficiência no cenário legislativo.

2.3 A AUTONOMIA RELACIONAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E O MOVIMENTO DE VIDA INDEPENDENTE: SEU ACOLHIMENTO NOS TEXTOS LEGISLATIVOS

A instituição do universo legislativo da pessoa com deficiência, representado em âmbito nacional com a ratificação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) e pela entrada em vigor da Lei nº

---

[547] HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. Tradução de Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003, p. 62.

[548] Denilson Luis Werle e Rúrion Soares Melo, apontam que o conceito de vontade livre na filosofia hegeliana se formou definitivamente em sua terceira interpretação, as quais serão relacionadas: "À primeira interpretação [...] é caracterizada segundo a capacidade dos homens de se distanciarem de todas as inclinações sensíveis, tais como carências, desejos e impulsos, em um processo de abstração que deixaria intacta somente a pureza da liberdade. À segunda interpretação [...] atribui uma determinação "optativa" da vontade livre. Nesse caso, a autodeterminação individual é concebida como a capacidade de escolha ou o poder de tomar decisão e optar entre conteúdos dados. Já a terceira interpretação da vontade livre, segundo Hegel, consistirá na unidade das outras duas formas incompletas de liberdade. [...] a ideia de vontade livre vai incluir uma intensa reelaboração dos impulsos humanos que se passa intersubjetivamente na comunidade social" (HONNETH, Axel. **Sofrimento de indeterminação**: uma reatualização da filosofia do direito de Hegel. Tradução de Rúrion Soares de Melo. São Paulo: Esfera Pública, 2007, p. 37-38).

13.146/2015, responsabilizou-se pelo reconhecimento de *"novos sujeitos de direito"*[549] que devem obter, em todos os atos de sua vida, igualdade de condições com as demais pessoas.

A nova configuração da pessoa com deficiência albergada a partir do paradigma do modelo social, implementou a devida compreensão da deficiência dissociada da condição patológica e do pesar condenatório que prevalentemente se sobrepôs em âmbito legal e comunitário a esses indivíduos. Pensar a deficiência, enquanto questão formada no contexto da sociedade, importa em assumir que a ocorrência da não inclusão e a ausência de reconhecimento desses sujeitos é uma responsabilidade coletiva.

Nessa constatação, o grupo social das pessoas com deficiência contempla hoje um conjunto de normas e princípios destinados a garantia e respeito às diferenças, primordialmente, em objetivo a "plena realização da pessoa"[550], sentido pelo qual, os Estados convenentes, reconheceram também em sede de preâmbulo[551] o princípio geral do "respeito pela dignidade inerente, a autonomia individual, inclusive a liberdade de fazer as próprias escolhas, e a independência das pessoas"[552] com deficiência.

Tais direitos, previstos sob o formato de um microssistema jurídico de proteção da pessoa com deficiência, são indissociáveis e interdependentes, de forma que, garantir o projeto de vida das pessoas com deficiência implica em necessariamente observar os preceitos que estão convencionados em seu próprio campo legislativo e vice e versa.

Confirma-se que a superação da centralidade monossistêmica (anteriormente atribuída com a aplicação exclusiva do Código Civil em face das

---

[549] ROSENVALD, Nelson. O modelo social de direitos humanos e a Convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência: o fundamento primordial da Lei nº 13.146.2015. *In*: MENEZES, Joyceane Bezerra de (Org.). **Direito das pessoas com deficiência psíquica e intelectual nas relações privadas**: Convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência e Lei Brasileira de Inclusão. Rio de Janeiro: Processo, 2016, p. 91-110, p. 108.

[550] MARQUES, Claudia Lima; MIRAGEM, Bruno. **O novo direito privado e a proteção dos vulneráveis**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014, p. 127.

[551] Preâmbulo CDPD, alínea "n". BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: https://t.ly/I64yH. Acesso em: 06 mar. 2023.

[552] Artigo 3. Princípios Gerais. BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: https://t.ly/I64yH. Acesso em: 06 mar. 2023.

pessoas com deficiências), se fez necessário em atendimento à dimensão normativa e axiológica do Direito considerada por Gustavo Tepedino[553].

Enquanto em âmbito normativo a visão genérica da pessoa humana mostrava-se insuficiente para tutela da vulnerabilidade do indivíduo com deficiência, também, no aspecto axiológico, revelava-se a necessidade de maior aproximação da realidade enfrentada pelas pessoas com deficiência ao suporte fático da norma[554].

Assim é que a instituição dos denominados microssistemas (referenciados por Natalino Irti)[555], contestou o antigo símbolo de estabilidade atribuível a uma só norma geral e abstrata para evidenciar a necessária aplicação de um conjunto específico de normas constituído em prol de destinatários certos e à medida da vulnerabilidade existente.

Por isso, pode-se afirmar que o microssistema de proteção da pessoa com deficiência inaugura não apenas uma nova identificação em face das pessoas com deficiência, mas, alberga consigo o dever de implementação de uma realidade socialmente inclusiva e pessoalmente emancipadora desses indivíduos.

Instituído nos termos do artigo 1º da Convenção e ratificado no artigo 2º da Lei 13.146/15, as pessoas com deficiência devem ser consideradas como sendo “aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas *barreiras*, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”[556].

---

553 TEPEDINO, Gustavo. **O Código Civil, os chamados microssistemas e Constituição**: premissas para uma reforma legislativa. Disponível em: https://t.ly/rH7rs. Acesso em: 10 mar. 2023, p. 01.

554 Fundamentado em Virgílio Afonso da Silva, o suporte fático abstrato constitui-se “ [...] por aqueles fatos ou atos do mundo que são descritos por determinada norma e para cuja realização ou ocorrência se prevê determinada consequência jurídica”, enquanto o suporte fático concreto “é a ocorrência concreta, no mundo da vida, dos fatos ou atos que a norma jurídica, em abstrato, jurisdicizou” (SILVA, Virgílio Afonso da. **Direitos fundamentais**: conteúdo essencial, restrições e eficácia. São Paulo: Malheiros, 2009, p. 67).

555 IRTI, Natalino. Decodificazione. *In*: **Digesto dele discipline privatistiche** – Sezione Civile. Milano: UTET Giuridica, 2018, p. 144.

556 Artigo 1º, CDPD. BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: https://t.ly/I64yH. Acesso em: 06 mar. 2023.

O propositalmente destaque realizado acima na palavra “barreiras” representa a centralidade na identificação atual da deficiência. A compreensão social mostra a deficiência como uma condição que se molda não por atributos pessoais ou de ordem médica, mas, pela necessidade de reconhecimento dos entraves manifestados no ambiente exterior que se implementam, predominantemente, por ações ou omissões sociais e/ou governamentais[557].

Para elucidação, referidas barreiras podem ser percebidas a partir da classificação tripartida proposta por Joyceane Bezerra de Menezes *et al.,* dentre as barreiras de atitude, as barreiras do meio e as barreiras institucionais[558].

As barreiras atitudinais estão representadas nos julgamentos preconceituosos ou discriminatórios que inferem na pessoa com deficiência condição de incapacidade para exercício de direitos, expressão de vontade, condução de vida independente, entre demais apreciações discriminatórias[559].

As barreiras do meio correspondem aos entraves constituídos por inacessibilidades de ordem física ou estrutural, dentre as quais também se encontram as urbanísticas, arquitetônicas, de comunicação e informação.

Sobre as barreiras institucionais, essas são reconhecidas dentre aquelas impostas por preceitos legais, mas, que ensejam a supressão de direitos às pessoas com deficiência, cite-se como exemplo a condição da incapacidade absoluta e do instituto da interdição civil que estavam albergados na codificação civilista anteriormente a respectiva Lei nº 13.146/2015, Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Transpor essas barreiras passou a ser questão de ordem constitucional imposta a todos e em favor das pessoas com deficiência. Mesmo porque, a forma de incorporação da Convenção pelo Brasil com *status* de equivalência à Emenda

---

[557] PINHEIRO, Rosalice Fidalgo; BRAZZALE, Flávia Balduino. A crise da Covid-19 e a pessoa com deficiência no Brasil: uma relativização do modelo social de direitos humanos e o necessário diálogo de proteção. *In*: GELAIN, Itamar Luís (Org.) **Pensamento em movimento**: direito e filosofia – v. V. São Paulo: Dialética, 2023, p. 245-263, p. 249.

[558] MENEZES, Joyceane Bezerra de; MENEZES, Herika Janaynna Bezerra de; MENEZES, Abraão Bezerra de. A abordagem da deficiência em face da expansão dos direitos humanos. **Revista Direitos e Garantias Fundamentais**, Vitória, v. 17, n. 02, p. 551-572, jul./dez. 2016, p. 564.

[559] DIAS, Adriana. Por uma genealogia do capacitismo: da eugenia estatal à narrativa capacitista social. **Anais do I Simpósio Internacional de Estudos sobre a Deficiência**, São Paulo, p. 01-14, jun. 2013, p. 02.

Constitucional (artigo 5º, §3º da Constituição Federal)[560], exterioriza a importância dada pelo País à questão. Demonstra-se para Flávia Piovesan a presença de "consciência ética contemporânea" [561] que passa a ser compartilhada no Estado Brasileiro por meio do estabelecimento de parâmetros que deverão ser, irredutivelmente, observados em atendimento das pessoas com deficiência.

Nesse empenho, a Convenção estabeleceu em disposição normativa intitulada como "Vida independente e inclusão na comunidade"[562], o direito para que todas as pessoas com deficiência tenham liberdade de escolha para construção do seu projeto de vida, conjuntamente, impôs aos Estados signatários a obrigação de garantirem meios para essa concretização mediante a remoção das barreiras existentes.

Nos termos do artigo 19 "Os Estados Partes reconhecem o igual direito de todas as pessoas com deficiência de viver na comunidade, *com a mesma liberdade de escolha que as demais pessoas,* e tomarão medidas efetivas e apropriadas para facilitar às pessoas com deficiência o pleno gozo desse direito e sua plena inclusão e participação na comunidade, [...]"[563] (grifo nosso). A presente regulamentação foi respaldada pela filosofia do "Movimento de Vida Independente para as Pessoas com Deficiência" nascido nos Estados Unidos e Reino Unido a partir da década de 60. Conforme Gonzalo José Carbonell Aparici, esse Movimento pode inclusive ser considerado o antecedente imediato à instituição do modelo social[564].

Seu surgimento nos Estados Unidos é atribuído à Edward Verne Roberts, precisamente, diante de sua luta para conseguir realizar o Curso de Ciências

---

[560] Conforme artigo 5º, § 3º da Constituição Federal, todo tratado internacional de direitos humanos que forem incorporados pelo processo de emenda constitucional, ou seja, que forem aprovados pelo Congresso Nacional por três quintos dos membros de cada Casa em dois turnos em cada uma delas, será considerado "equivalente" a norma constitucional (BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, de 05 de outubro de 1988**. Brasília: Senado, 2021).

[561] PIOVESAN, Flávia Cristina. **Direito ao desenvolvimento**. Disponível em: https://t.ly/OLK1k. Acesso em: 23 fev. 2023, p. 04.

[562] Artigo 19. **ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU**. Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. Disponível em: https://bit.ly/3A3oXC9. Acesso em: 06 mar. 2023.

[563] Artigo 19. **ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU**. Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. Disponível em: https://bit.ly/3A3oXC9. Acesso em: 06 mar. 2023.

[564] APARICI, Gonzalo José Carbonell. El movimiento de vida independiente en España. **Revista Española de Discapacidad**, Madrid, v. 07, n. 2, p. 201-214, 2019, p. 201.

Políticas na Universidade de Berkeley, Califórnia. Retrata-se que Roberts era uma pessoa com deficiência severa e por tal razão, desde seus primeiros anos de vida foi considerado pelo seu âmbito familiar e médico como sendo incapaz para formação e implementação de qualquer projeto de vida. *"[...] no le sería posible aspirar a determinados proyectos vitales (como casarse, asistir a la universidad, u obtener un empleo)"*[565]*.* Após transpor as barreiras que também existiram na *high school*[566]*,* Roberts buscou dar continuidade ao seu planejamento com admissão em uma universidade.

A escolha por essa universidade ocorreu estritamente por ser aquela que melhor atendia, no seu convencimento, ao seu projeto acadêmico. Isso fez com que Roberts não impusesse para si mesmo a restrição em ter que escolher somente entre outras quatro universidades estadunidense que cumpriam com o requisito de acessibilidade à época[567].

Mediante o acolhimento de seu requerimento para ingresso no ano de 1962 em Berkeley, Roberts confrontou e fez reconhecer a existência de muitas barreiras, dentre as quais, as arquitetônicas e atitudinais. Questionando a realidade imposta, Roberts criou em 1970, nessa universidade, o Programa para Estudantes com Deficiência (*Physically Disabled Student´s Program)* e em 1972, constituiu o primeiro Centro de Vida Independente da Califórnia[568]. A partir deste, o movimento se estendeu em diferentes países como Suécia, Canadá, Espanha, sendo que, até o ano de 2018, já se somava nos Estados Unidos mais de 400 Centros de Vida Independente e, no Brasil, contabilizou-se a existência de 20

---

[565] Tradução livre: "[...] não seria possível você aspirar a determinados projetos de vida (como casar, frequentar a universidade ou conseguir um emprego)" (PALACIOS, Agustina; ROMAÑACH, Javier. **El modelo de la diversidad**: la bioética y los derechos humanos como herramientas para alcanzar la plena dignidad en la diversidad funcional. España: Diversitas, 2006, p. 52).

[566] Agustina Palacios comenta que Edward Verne Roberts "*No obstante, al finalizar el high school, tuvo problemas para obtener el diploma, ya que el Director del Colegio alegaba no poder otorgarlo debido a que Roberts no había superado la asignatura de Educación Física. Luego de una lucha burocrática, consiguió que las sesiones de rehabilitación fueran consideradas equivalentes a dicha asignatura y así obtuvo su diploma*" (PALACIOS, Agustina; ROMAÑACH, Javier. **El modelo de la diversidad**: la bioética y los derechos humanos como herramientas para alcanzar la plena dignidad en la diversidad funcional. España: Diversitas, 2006, p. 53).

[567] PALACIOS, Agustina; ROMAÑACH, Javier. **El modelo de la diversidad**: la bioética y los derechos humanos como herramientas para alcanzar la plena dignidad en la diversidad funcional. España: Diversitas, 2006, p. 53.

[568] ALONSO, J. Vidal García (Coord.). **El movimiento de vida independiente**: experiencias internacionales. Madrid: Findación Luis Vives, 2003, p. 48.

Centros, dentre os quais, o primeiro da América Latina que foi fundado em 14 de dezembro de 1988 no Estado do Rio de Janeiro (CVI-Rio)[569] [570].

O presente Movimento buscou trazer, a partir da fala de homens e mulheres com diversidade[571], o reconhecimento e implementação do direito à igualdade de condições para desenvolvimento da vida da pessoa que precede e independente de qualquer condição que a caracterize. Na afirmação de J. Vidal García Alonso, membro do movimento *"toda vida humana tiene valor. No importa qué clase de deficiencia tengas. Nadie es tan deficiente que su vida no cuente"*[572]. O propósito é que permaneça a se desconstituir a aceitação e existência sobre dois mundos antagônicos e hipoteticamente idealizados à destinatários determinados, no caso, com ou sem deficiência.

"Roberts redefinió el concepto de independencia como el control que uma persona tiene sobre su propia vida"[573], sentido em que o conceito de independência instituído pelo Movimento deixou de ser correspondente a quantidade de coisas que determinado indivíduo conseguiria realizar sem ajuda de outros (como predispunha o modelo médico da deficiência), mas, sim, referiu-se conforme J. Vidal García a tudo aquilo que possibilitasse a constituição da independência na vida da pessoa com deficiência ao que exemplificou *"nos hacemos independientes cuando conseguimos una habitación para nosotros solos o cuando abandonamos el hogar paterno/ materno [...] como conseguir um trabajo [...]"*[574].

---

[569] MIRANDA, Tiago. **Câmara aprova Dia Nacional do Movimento de Vida Independente**. Câmera dos Deputados. Disponível em: https://t.ly/SJrUD. Acesso em: 06 mar. 2023.

[570] Complementa-se que tramita no Senado Federal o Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2018, da iniciativa do Deputado Federal Otavio Leite, cuja ementa institui o Dia Nacional do Movimento de Vida Independente, a ser celebrado, anualmente, no dia 14 de dezembro em âmbito nacional (BRASIL. **Senado Federal**. Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2018. Disponível em: https://t.ly/3xiFG. Acesso em: 06 mar. 2023).

[571] PALACIOS, Agustina; ROMAÑACH, Javier. **El modelo de la diversidad**: la bioética y los derechos humanos como herramientas para alcanzar la plena dignidad en la diversidad funcional. España: Diversitas, 2006, p. 55.

[572] Tradução livre: "Toda vida humana tem valor. Não importa que tipo de deficiência você tenha. "Ninguém é tão deficiente que sua vida não conte" (ALONSO, J. Vidal García (Coord.). **El movimiento de vida independiente**: experiencias internacionales. Madrid: Findación Luis Vives, 2003, p. 59).

[573] Tradução livre: "Roberts redefiniu o conceito de independência como o controle que uma pessoa tem sobre sua própria vida" (PALACIOS, Agustina; ROMAÑACH, Javier. **El modelo de la diversidad**: la bioética y los derechos humanos como herramientas para alcanzar la plena dignidad en la diversidad funcional. España: Diversitas, 2006, p. 54).

[574] Tradução livre: "[…] tornamo-nos independentes quando conseguimos um quarto para nós ou quando saímos da casa dos pais [...] como conseguir um emprego [...]" (ALONSO, J. Vidal García

Assim que a mudança ensejada com o Movimento da Vida Independente responsabilizou-se por evidenciar a percepção da deficiência como questão de ordem social sobre as barreiras existentes e limitadoras no ambiente habitável, razão pela qual, o grupo formado por Roberts se auto apelidava como “Cadeias Rolantes” *(Rolling Quads)*[575].

O Reino Unido, impulsionado por essa nova filosofia de vida, também desempenhou a partir da década de 70 importante contribuição ao Movimento, entretanto, ao passo que na sociedade norte-americana a influência do capitalismo e liberdade econômica foram determinantes para reinvindicações muito mais adstritas a lógica da pessoa com deficiência enquanto sujeitos consumidores para o mercado, o viés britânico voltou-se para busca de mudança em políticas sociais e na legislação de direitos humanos[576]. A principal reinvindicação dos ativistas britânicos[577] concentrava-se no direito das pessoas com deficiência poderem decidir sobre os assuntos relacionados a sua própria vida e sem qualquer imposição que obrigassem a estarem sujeitos a complacência familiar ou presos à uma instituição de tratamento.

Sequencialmente, no ano de 1976, criou-se ainda em âmbito britânico a *The Union of the Physically Impaired Against Segregation (UPIAS)*[578]*,* a qual, reconhecedora do Movimento de Vida Independente apresentou por seu ativista

---

(Coord.). **El movimiento de vida independiente**: experiencias internacionales. Madrid: Findación Luis Vives, 2003, p. 32).

575 FONTES, Fernando; MARTINS, Bruno Sena. Vida independente para pessoas com deficiência: do individualismo à autodeterminação. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos, v. 11, n. 02, p. 526-540, maio/ago. 2021, p. 528.

576 FONTES, Fernando; MARTINS, Bruno Sena. Vida independente para pessoas com deficiência: do individualismo à autodeterminação. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos, v. 11, n. 02, p. 526-540, maio/ago. 2021, p. 529.

577 *“Entre estas personas se incluían: Vic Finkelstein (activista radical, sociólogo y fundador de la UPIAS), Rosalie Wilkins (activista y presentadora de un programa de televisión sobre diversidade funcional) y John Evans (actual Presidente de la Red Europea de Vida Independiente)”* (PALACIOS, Agustina; ROMAÑACH, Javier. **El modelo de la diversidad**: la bioética y los derechos humanos como herramientas para alcanzar la plena dignidad en la diversidad funcional. España: Diversitas, 2006, p. 57).

578 **THE UNION OF THE PHYSICALLY IMPAIRED AGAINST SEGREGATION – UPIAS**. Fundamental principles of disability. London: UPIAS, 1976, p. 20. Disponível em: https://encurtador.com.br/mqtuR. Acesso em: 18 mar. 2023. Conforme Symone Maria Machado Bonfim: “[...] em 1976, foi constituída a Union of the Physically Impaired Against Segregation – UPIAS, a primeira organização política conduzida pelos deficientes com esse objetivo. Entre seus idealizadores e precursores, destacam-se, além do próprio Paul Hunt, outros três sociólogos, Paul Abberley, Vic Finkelstein e Michael Oliver” (BONFIM, Symone Maria Machado. **A luta por reconhecimento das pessoas com deficiência**: aspectos teóricos, históricos e legislativos. Rio de Janeiro, 2009. 214 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro e Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados, p. 127).

Mike Oliver a compreensão de que a deficiência se constitui enquanto uma forma de opressão social causada pelo meio ambiente externo sobre determinado corpo com impedimentos resultando-lhe em isolamento e segregação[579]. Essa forma coletiva de pensar a deficiência consolidou-se no reconhecido Modelo Social da Deficiência que passou a ser contemplado em âmbito internacional.

Diante do acolhimento destas disposições, o Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência das Nações Unidas[580] apresentou aos Estados Partes a observação geral número 5 (2017)[581], como mecanismo interpretativo e instrutivo sobre o direito de viver de forma independente e ser incluído na comunidade, previsto no artigo 19 da Convenção.

Em sua definição o direito a uma vida independente deve se relacionar com a absoluta proibição de ser a deficiência qualquer justificativa para privação de liberdades[582]. *"Vivir de forma independiente significa que las personas con discapacidad cuenten con todos los medios necesarios para que puedan tomar opciones y ejercer el control sobre sus vidas, y adoptar todas las decisiones que las afecten"*[583].

Referido direito deve ser promovido para todas as pessoas com deficiência independentemente do grau de qualquer limitação funcional sobre capacidade intelectual, nível de autonomia ou necessidade de apoio[584]. O direito de vida independente às pessoas com deficiência não remete a ter aptidões para uma vida solitária, mas, sim, os preceitos almejados falam sobre a garantia de

---

[579] OLIVER, Mike. The social model in action: if I had a hammer. *In*: BARNES, Colin; MERCER, Geof (Orgs.). **Implementing the social model of disability**: theory and research. Leeds: The Disability Press, 2004, p. 18-31, p. 19.

[580] Artigo 34. **ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU**. Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. Disponível em: https://bit.ly/3A3oXC9. Acesso em: 06 mar. 2023.

[581] **NACIONES UNIDAS**. Comité sobre los Derechos de las Personas con Discapacidad. Observación general núm. 5 (2017) sobre el derecho a vivir de forma independiente y a ser incluido en la comunidad. Disponível em: https://bit.ly/3GO09C6. Acesso em: 01 jan. 2023.

[582] **NACIONES UNIDAS**. Comité sobre los Derechos de las Personas con Discapacidad. Observación general núm. 5 (2017) sobre el derecho a vivir de forma independiente y a ser incluido en la comunidad. Disponível em: https://bit.ly/3GO09C6. Acesso em: 01 jan. 2023, p. 07.

[583] Tradução livre: "Viver de forma independente significa que as pessoas com deficiência têm todos os meios necessários para que possam fazer escolhas e exercer controlo sobre as suas vidas, e tomar todas as decisões que as afetam" (**NACIONES UNIDAS**. Comité sobre los Derechos de las Personas con Discapacidad. Observación general núm. 5 (2017) sobre el derecho a vivir de forma independiente y a ser incluido en la comunidad. Disponível em: https://bit.ly/3GO09C6. Acesso em: 01 jan. 2023, p. 04).

[584] **NACIONES UNIDAS**. Comité sobre los Derechos de las Personas con Discapacidad. Observación general núm. 5 (2017) sobre el derecho a vivir de forma independiente y a ser incluido en la comunidad. Disponível em: https://bit.ly/3GO09C6. Acesso em: 01 jan. 2023, p. 07.

construção e desenvolvimento de um projeto de vida por todas as pessoas com deficiência. Vida que se constrói por vontade própria, sem escolhas que já nascem predeterminadas aos limites socialmente impostos ante a inexistência de igualdade de oportunidades, subestimação da capacidade do indivíduo ou desproteção normativa.

Conforme J. Vidal García Alonso, o paradigma de Vida Independente deve contemplar todos os tipos de deficiência, incluindo-se as pessoas com deficiência intelectual, isto, por sua vez, não implica em desconsiderar a necessidade de apoio que algumas pessoas possam demandar, mas, sim, revelar e atender juntamente com essas assistências tudo o que seja possível sobre a vontade daquele indivíduo. Assim é que a independência disposta em Convenção está considerada, como esclarece Agustina Palácios *"[...] en relación con la calidad de vida que se podia lograr con assistência"*[585].

Tal prerrogativa se coaduna com o dever de convalidação em todos os campos do direito predispostos na CDPD ensejadores para constituição do projeto de vida das pessoas com deficiência. Sejam de ordem cível, econômica, social, política ou cultural[586]. Trata-se de concretizar a formação de uma sociedade inclusiva pelo enfrentamento a todas as formas de exclusão social, isto é, às situações de privação de liberdade para às pessoas com deficiência.

O preço de tal segregação, à medida que impede o reconhecimento das pessoas com deficiência, condiz para perpetuação dos consequencialíssimos a muito já impostos a esse grupo social *"engendra estigmatización, segregación y discriminación, que pueden conducir a la violencia, la explotación y el abuso, así como a la creación de estereotipos negativos que alimentan el ciclo de marginación de las personas con discapacidad"*[587].

---

[585] Tradução livre: "[...] em relação à qualidade de vida que poderia ser alcançada com assistência" (PALACIOS, Agustina. **El modelo social de discapacidad**: orígenes, caracterización y plasmación en la Convención Internacional sobre los Derechos de las Personas con Discapacidad. Madrid: Ediciones Cinca, 2008, p. 113).

[586] **NACIONES UNIDAS**. Comité sobre los Derechos de las Personas con Discapacidad. Observación general núm. 5 (2017) sobre el derecho a vivir de forma independiente y a ser incluido en la comunidad. Disponível em: https://bit.ly/3GO09C6. Acesso em: 01 jan. 2023, p. 02.

[587] Tradução livre: "gera estigmatização, segregação e discriminação, que podem levar à violência, exploração e abuso, bem como à criação de estereótipos negativos que alimentam o ciclo de marginalização das pessoas com deficiência" (**NACIONES UNIDAS**. Comité sobre los Derechos de las Personas con Discapacidad. Observación general núm. 5 (2017) sobre el derecho a vivir de forma independiente y a ser incluido en la comunidad. Disponível em: https://bit.ly/3GO09C6. Acesso em: 01 jan. 2023, p. 01).

A partir dessa compreensão a implementação de uma vida independente à pessoa com deficiência pressupõe que se desconstitua a compreensão da pessoa com deficiência como "objeto de políticas assistenciais, para passar a considerá-las como sujeito de direito"[588]. Isso importa em assegurar direitos e impor deveres coletivos que permitam o compartilhamento de uma sociedade preparada para diversidade existente.

Nesse ponto, ressalta-se que a realização do projeto de vida da pessoa com deficiência intelectual não pode estar condicionada apenas à restrita concessão de oportunidades sociais em equiparação as demais pessoas sem deficiência como forma de materialização da igualdade substancial.

Cabe ser considerada a insuficiência da teoria das capacidades correspondente ao papel instrumental da liberdade, que diz respeito "ao modo como diferentes tipos de direitos, oportunidades e intitulamentos [*entitlements*]" podem contribuir para a expansão da liberdade humana [589]. A centralização da pessoa com deficiência quando delimitada restritivamente à condição de objeto de políticas assistenciais[590] pode se mostrar não abrangente para os casos minoritários ou de uma maior complexidade[591].

Sequencialmente é necessário que se possibilite a implementação e o exercício desse projeto de vida a partir de mecanismos de apoio que desenvolvam a autoconfiança, autoestima e autoproteção da pessoa com deficiência, propriamente, sob o viés disposto ao reconhecimento da autonomia relacional.

---

[588] LÓPEZ, Álvaro Fernando Benavides. **Modelos de capacidad jurídica**: una reflexión necesaria a la luz del art. 12 de la Convención Internacional sobre los derechos de las personas con discapacidad. Getafe, 2013. 430 f. Tese (Doutorado em Direito) – Universidad Carlos III de Madrid, p. 103.

[589] SEN, Amartya. Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 57.

[590] LÓPEZ, Álvaro Fernando Benavides. Modelos de capacidad jurídica: una reflexión necesaria a la luz del art. 12 de la Convención Internacional sobre los derechos de las personas con discapacidad. Getafe, 2013. 430 f. Tese (Doutorado em Direito) – Universidad Carlos III de Madrid. p.103.

[591] BARBOSA-FOHRMANN, Ana Paula. Human dignity in the moral discourse of social justice for people with severe or extreme mental disabilities. *In:* GALUPPO, Marcelo; LOPES, Mônica Sette; SALGADO, Karine; GONTIJO, Lucas; BUSTAMANTE, Thomas (Orgs.). **Human rights, rule of law and the contemporary social challenges in complex societies**: proceedings of the XXVI World Congress of Philosophy of Law and Social Philosophy of the Internationale Vereinigunf für Rechts-und Sozialphilosophie. Belo Horizonte: Initia Via, 2015, p. 1712-1732, p. 1721.

3. A AFIRMAÇÃO DO PROJETO DE VIDA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

3.1 A FILOSOFIA EXISTENCIALISTA: O PONTO DE PARTIDA DO PROJETO DE VIDA

Por ser a corrente filosófica que institui uma nova concepção do ser humano como *"un ser libertad, temporal, creativo, lábil, singular [...] único e irreptible, idêntico a sí mesmo"*[592], Carlos Fernández Sessarego elegeu a filosofia da existência como substancial para constituição e definição do Projeto de Vida[593], especificadamente, sob o refletir da obra de maior expressividade de Jean- Paul Sartre: O ser e o Nada[594].

> *El concepto de "proyecto" se hallaba en la obra El ser y la nada de Jean Paul Sartre, texto fundamental que nos sirvió en parte para sustentar las conclusiones a las que arribamos en la década de los años 40 del siglo pasado en torno a la pregunta sobre el objeto de estudio del Derecho*[595]*.*

O embasamento teórico-filosófico apontado por Carlos Fernández Sessarego assume sua razão de forma precípua. Jean-Paul Sartre é o considerado o maior representante do pensamento existencialista contemporâneo, de forma que, conforme João da Penha, é possível estudar esta corrente filosófica detendo-se exclusivamente no exame da obra sartreana[596].

O parisiense Jean- Paul Sartre (1905-1980) vivenciou seu projeto fundamental de ser escritor, dramaturgo e filósofo[597]. Mesmo nos seus últimos anos de vida e na condição de pessoa com deficiência acometida pela cegueira

---

[592] Tradução livre "[…] um ser de liberdade, temporário, criativo, lábil, singular [...] único e irreprimível, idêntico a si mesmo" (SESSAREGO, Carlos Fernández. Naturaleza tridimensional de la "persona jurídica". **Derecho PUCP**, Lima, n. 52, p. 251-269, dez. 1999, p. 257).
[593] SESSAREGO, Carlos Fernández. Deslinde conceptual entre "daño a la persona", "daño al proyecto de vida" y "daño moral". **Foro Jurídico**, n. 02, p. 15-51, 2003, p. 30.
[594] SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o nada**: ensaio de ontologia fenomenológica. Tradução de Paulo Perdigão. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
[595] Tradução livre: "O conceito de "projeto" foi encontrado na obra O Ser e o Nada de Jean Paul Sartre, texto fundamental que nos serviu em parte para sustentar as conclusões a que chegamos na década de 40 do século passado sobre a questão do objeto do estudo do Direito" (SESSAREGO, Carlos Fernández. **Breves apuntes sobre el proyecto de vida y su protección jurídica**. Disponível em: https://snip.ly/d7b9dj. Acesso em: 15 fev. 2023).
[596] PENHA, João da. **O que é existencialismo**. São Paulo: Brasiliense, 2001, p. 41.
[597] MOUTINHO, Luiz Damon Santos. **Sartre**: existencialismo e liberdade. São Paulo: Moderna, 1995, p. 13.

que o fizeram necessitar da ajuda de um grupo reduzido de colaboradores e de seu gravador de voz, permaneceu no desempenho dessa liberdade de escolha revelando-se uma voz para consciência humana[598].

Cabe abrir espaço para o fato de que a existência de Jean-Paul Sartre como filósofo e escritor sempre foram complementares entre si, pois, o homem em ação que o existencialismo buscava revelar era o mesmo que Sartre almeja tornar visível com a literatura dentro da "possibilidade da imaginação"[599]. Sartre dizia que a escrita literária era o que conseguiria suprir a insuficiência do esquema dialético por tornar ainda mais flexível o vocabulário e as estruturas de suas razões[600]. Ao final da obra, o texto que se entregava ao leitor correspondia a uma obra de arte cuja gravura pintada possibilitava-o enxergar sua própria liberdade no viés constitutivo da filosofia da existência[601].

A notoriedade desse pensamento se sobrepôs no continente europeu, especialmente na França, após o cenário de duas guerras mundiais na primeira metade do século XX. Conforme aponta Arthur Kaufmann, tratou-se de uma filosofia "típica das viragens de época"[602] ao manifestar-se em seus pensamentos um mecanismo de confronto as crises existentes.

O fato é que a presença desse movimento filosófico se aflorou no momento que o ser humano clamava por sua recolocação como ser existente e cuja peculiar condição da liberdade, responsabilidade e morte, contestava o reducionismo abstrativista atribuído as coisas pelas matrizes de pensamento idealista ou realista. Por transparecer uma forma de resistência ou esperança, essa corrente se popularizou principalmente entre os jovens da década de 40 que a assumiram como uma espécie de estilo de vida associado àqueles de atitudes excêntricas[603]. Por isso, como pondera Jose Ferrater Mora, as críticas que lhe foram veemente dirigidas dizia muito mais sobre a função que o

---

[598] FLYNN, Thomas. Jean-Paul Sartre. Tradução de Vitor Luiz Rigoti dos Anjos. **Investigação Filosófica**, Macapá, v. 04, n. 02, p. 01-26, 2013, p. 04.
[599] SILVA, Franklin Leopoldo e. A expressão do drama: da liberdade em Sartre. **Magma**, São Paulo, v. 22, n. 12, p. 19-30, 2015, p. 27.
[600] SARTRE. Jean-Paul. **O que é a literatura?** 3. ed. São Paulo: Ática, 2004, p. 31.
[601] SARTRE. Jean-Paul. **O que é a literatura?** 3. ed. São Paulo: Ática, 2004, p. 75.
[602] KAUFMANN, Arthur. Filosofia do direito, teoria do direito, dogmática jurídica. *In*: HASSEMER. W.; KAUFMANN, Arthur. (Orgs.). **Introdução à filosofia do direito e à teoria do direito contemporâneas**. Tradução de Marcos Keel e Manuel Seca de Oliveira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 2002, p. 25-54, p. 41.
[603] PENHA, João da. **O que é existencialismo**. São Paulo: Brasiliense, 2001, p. 07.

existencialismo exercia dentro da sociedade contemporânea do que propriamente sobre o seu conteúdo[604].

Assim é que, os marxistas a reconheciam como sendo uma filosofia da burguesia em estado de decomposição[605] que incitava "as pessoas a permanecerem no imobilismo do desespero"[606]; os cristãos e tradicionalistas repudiavam-na por entender que a mesma enfatizava o "lado negativo da vida humana"[607] revelando ser o ateísmo moderno e, ainda, os racionalistas combatiam-na por considerá-la enquanto modo de resistência à ciência e a qualquer forma de razão humana[608].

Entre seus filósofos[609] (ou ideólogos, na opinião de Sartre)[610], cita-se Sören A. Kierkegaard (1813-1855), Edmund Husserl (1859-1938), Karl Theodor Jaspers (1883-1969), Martin Heidegger (1889-1976), Gabriel Honoré Marcel (1889-1973), Xavier Zubiri (1898-1983), Emmanuel Mounier (1905-1950), Merleau-Ponty (1908 -1961)[611], Simone de Beauvoir (1908-1986) e Jean-Paul

---

[604] MORA, Jose Ferrater. **Diccionario de Filosofía**. Tomo I. Buenos Aires: Sudamericana, [194_], p. 615.

[605] MORA, Jose Ferrater. **Diccionario de Filosofía**. Tomo I. Buenos Aires: Sudamericana, [194_], p. 615.

[606] SARTRE, Jean-Paul. **O existencialismo é um humanismo**. Tradução de Rita Correia Guedes. Disponível em: https://curtlink.com/qUp9. Acesso em: 10 jun. 2023.

[607]SARTRE, Jean-Paul. **O existencialismo é um humanismo**. Tradução de Rita Correia Guedes. Disponível em: https://curtlink.com/qUp9. Acesso em: 10 jun. 2023.

[608] MORA, Jose Ferrater. **Diccionario de Filosofía**. Tomo I. Buenos Aires: Sudamericana, [194_], p. 615.

[609] Quanto a Friedrich Wilhelm Nietzsche (1844-1900), cabe considerar que "Nietzsche é um percussor dos problemas que os existencialistas do século XX vão ocupa-se, a filosofia nietzschiana não é propriamente uma filosofia existencialista, mas as suas intuições e teorias antecedem o existencialismo" (MONTEIRO, Felipe Sávio Cardoso Teles. Reflexões sobre a filosofia existencialista. **Cadernos Zygmunt Bauman**, São Luís, v. 11, n. 26, p. 15-26, 2021, p. 16).

Nessa discussão, Ashely Woodward desenvolve estudo demonstrativo da influência do nietzscheanismo na respectiva doutrina que levariam a configurar Nietzsche como um existencialista. Indica-se: WOODWARD, Ashley. **Nietzscheanismo**. Tradução de Diego Kosbiau Trevisan. Petrópolis: Vozes, 2016.

[610] "É assim também, que na minha opinião, os assim chamados filósofos da existência deveriam, de preferência, ser denominados ideólogos da existência, pois representam um certo número de indivíduos, um grupo, uma tendência que busca valorizar e desenvolver uma terra não explorada pelo marxismo" (SARTRE, Jean-Paul. **Sartre no Brasil**: a conferência de Araraquara. Traduzido por Luiz Roberto Salina Fortes. 3. ed. São Paulo: Unesp, 2019, p. 61).

[611] Quanto ao francês Maurice Merleau-Ponty (1913-1960) e do franco-argelino Albert Camus (1913-1960), João da Penha observa entendimento diverso ao considerar que esses filósofos, "não obstante exprimirem em suas obras certas teses existencialistas, na verdade representam orientação filosófica diversa" (PENHA, João da. **O que é existencialismo**. São Paulo: Brasiliense, 2001, p. 79). Entretanto, Jack Reynolds considera que Maurice Merleau-Ponty, deve ser considerado ao lado de Jean Paul Sartre e Simone de Beauvoir como filósofos existencialistas pós-heideggerianos ou que possam ser denominados como os existencialistas ateístas (REYNOLDS, Jack. **Existencialismo**. Tradução de Caesar Souza. Petrópolis: Editora Vozes, 2013, p. 12).

Sartre (1905-1980). Embora as "particularidades da vida privada"[612] desses autores moldem diferentes tipos de existencialismo (a exemplo dos denominados por Sartre entre cristãos e ateus[613], ou, divididos por Jose Ferrater Mora pela corrente teológica, cristã, ateísta ou marxista)[614], todos se assemelham diante da compreensão do ser humano vinculada a ontologia fundamental de natureza descritiva[615].

Por ontologia compreende-se a "doutrina que estuda os caracteres fundamentais do ser: os que todo ser tem e não pode deixar de ter"[616]. Nesse sentido, ao passo que a ontologia geral busca "fornecer uma visão completa do mundo e de seus objetos"[617], a ontologia assumida no viés existencialista é precedente e por isso denominada por Heidegger como fundamental por ser a que instrui todas as demais ao fornecer "uma compreensão prévia do que propriamente entendemos pela expressão 'ser'"[618], no caso, do próprio ser humano ao que afirma: "o ente que temos a tarefa de analisar somos nós mesmos. O ser deste ente é sempre e cada vez *meu*"[619].

Por isso, em comum aos existencialistas pode-se afirmar a identificação de um só centro de preocupação filosófica estabelecido em compreender, a partir da existência humana, qual o sentido assumido por este ser no mundo que habita[620]. O ponto de início dessa corrente é propriamente a existência do ser humano, porém, não no viés restritivo que o termo adquire sob a perspectiva natalista do nascimento com vida, mas, sim, sobre o reconhecimento da pessoa que permanentemente irá se constituir mediante a ingerência de suas possíveis relações (com outras pessoas e coisas) e da responsabilidade de suas escolhas.

---

612 PENHA, João da. **O que é existencialismo**. São Paulo: Brasiliense, 2001, p. 13.
613 SARTRE, Jean-Paul. **O existencialismo é um humanismo**. Tradução de Rita Correia Guedes. Disponível em: https://curtlink.com/qUp9. Acesso em: 10 jun. 2023.
614 MORA, Jose Ferrater. **Diccionario de Filosofía**. Tomo I. Buenos Aires: Sudamericana, [194_], p. 614.
615 SESSAREGO, Carlos Fernández. **Bosquejo para una determinación ontológica del Derecho**. Disponível em: https://curtlink.com/mXHB. Acesso em: 11 jun. 2023. Localização na nota 83.
616 ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. Tradução de Alfredo Bossi e Ivone Castilho Benedetti. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 662.
617 ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. Tradução de Alfredo Bossi e Ivone Castilho Benedetti. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 662.
618 HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**: parte I. Tradução de Marcia Sá Cavalcante Schuback. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 37.
619 HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**: parte I. Tradução de Marcia Sá Cavalcante Schuback. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 77.
620 ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. Tradução de Alfredo Bossi e Ivone Castilho Benedetti. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 402.

Tal qual define Jean-Paul Sartre a única certeza que invariavelmente pode se sobrepor para doutrina existencialista está no fato de que a existência do ser humano precede a sua essência[621]. No comparativo com o mundo das coisas, isto se inverte sobrepondo-se a constituição da essência em primeiro plano. Sartre cita como exemplo um instrumento de corta-papel[622] que, semelhante a qualquer outro objeto, primeiramente tem a sua essência estabelecida por um processo prévio de idealização, concepção e destinação que o levarão a consequência futura do seu existir.

Por isso, o *"ser de las cosas"*[623], correspondente ao "ser-em-si"[624], conforme aponta Jean-Paul Sartre, "é o que é"[625] está dado e constituído e que após a definição de sua essência, a condição de sua existência nada mais é do que uma consequência destinada à utilidade daquilo que já tenha sido estabelecido.

Diferentemente, encontra-se o *"ser del hombre"*[626], o qual, conforme Franklin Leopoldo e Silva caracteriza-se pelo modo de ser-no-mundo "excluído das determinações essenciais que definem as coisas no plano do ser-em-si"[627]. Por não ser substancialmente reconhecido nos moldes de uma coisa, o ser humano assume uma posição de livre escolha no amplo campo das possibilidades que passarão a constituí-lo na medida em que executar "atos intencionais ligados pela unidade de um sentido"[628] como concluiu Martin Heidegger.

Nisto reside a origem do pensamento atribuído à Sören Aabye Kierkegaard como sendo o pai da filosofia da existência[629] ou propriamente, o

---

621 SARTRE, Jean-Paul. **O existencialismo é um humanismo**. Tradução de Rita Correia Guedes. Disponível em: https://curtlink.com/qUp9. Acesso em: 10 jun. 2023.
622 SARTRE, Jean-Paul. **O existencialismo é um humanismo**. Tradução de Rita Correia Guedes. Disponível em: https://curtlink.com/qUp9. Acesso em: 10 jun. 2023.
623 SESSAREGO, Carlos Fernández. **Derecho y persona**. Disponível em: https://bit.ly/3Wbcwyf. Acesso em: 23 jan. 2023, p. 28.
624 SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o nada**: ensaio de ontologia fenomenológica. Tradução de Paulo Perdigão. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 38.
625 SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o nada**: ensaio de ontologia fenomenológica. Tradução de Paulo Perdigão. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 38.
626 SESSAREGO, Carlos Fernández. **Derecho y persona**. Disponível em: https://bit.ly/3Wbcwyf. Acesso em: 23 jan. 2023, p. 28.
627 SILVA, Franklin Leopoldo e. **Ética e literatura em Sartre**: ensaios introdutórios. São Paulo: UNESP, 2004, p. 70.
628 HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**: parte I. Tradução de Marcia Sá Cavalcante Schuback. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 84.
629 FATONE, Vicente. **El existencialismo y la libertad creadora**: una crítica al existencialismo de Jean-Paul Sartre. 2. ed. Buenos Aires: Argos, 1949, p. 07.

tronco da árvore existencialista representado por Emmanuel Mounier[630]. Kierkegaard contestou o objetivismo lógico que propunha compreender a existência a partir dos sistemas racionalistas e sobretudo, o sistema hegeliano. A obra "Pós-escrito conclusivo não científico às migalhas filosóficas"[631] assume essa representatividade crítica sobre a qual o filósofo dinamarquês considerou que a compreensão da vida humana não poderia ser submetida a lógica de uma dialética especulativa e sim, sobre a proposição de um "pensar existencial"[632].

Para o entendimento da existência humana, Kierkegaard manifestou-se ao reconhecimento sobre o qual o que "é existente está continuamente em devir"[633], ou, vir-a-ser. Sem reduções lógicas que pudessem ser atribuídas aos objetos de um saber, a existência do indivíduo seria feita de forma refletida a partir das escolhas que levassem a constituir-se em si mesmo. Para isso, a subjetividade assumiu a condição de ser o critério necessário para que o sujeito encontrasse sua verdade (e não uma verdade universal) que permitiria por meio da "reflexão da interioridade"[634] a constituição concreta de suas decisões [635].

Assim é que Emmanuel Mounier definiu que a filosofia da existência se configurou em termos gerais *"como una reacción de la filosofia del hombre contra el exceso de la filosofia de las ideas y de la filosofia de las cosas"[636],* tanto que, conforme Luiz Damon S. Moutinho, essa também pode ser referenciada como sendo a "filosofia da subjetividade"[637].

Regis Jolivet resume que a percepção existencialista, substituiu a identificação do ser humano enquanto objeto de estudo adstrito a uma ciência

---

630 MOUNIER, Emmanuel. **Introducción a los existencialismos**. 2. ed. Madrid: Ediciones Guadarrama, 1967, p. 17.
631 KIERKEGAARD, Soren Aabye. **Pós-escrito às migalhas filosóficas**: coletânea mímico-patético-dialética, contribuição existencial, por Johannes Climacus. São Paulo: Vozes, 2013.
632 MORA, Jose Ferrater. **Diccionario de Filosofía**. Tomo I. Buenos Aires: Sudamericana, [194_], p. 608.
633 KIERKEGAARD, Soren Aabye. **Pós-escrito às migalhas filosóficas**: coletânea mímico-patético-dialética, contribuição existencial, por Johannes Climacus. São Paulo: Vozes, 2013, p. 95.
634 KIERKEGAARD, Soren Aabye. **Pós-escrito às migalhas filosóficas**: coletânea mímico-patético-dialética, contribuição existencial, por Johannes Climacus. São Paulo: Vozes, 2013, p.76.
635 KIERKEGAARD, Soren Aabye. **Pós-escrito às migalhas filosóficas**: coletânea mímico-patético-dialética, contribuição existencial, por Johannes Climacus. São Paulo: Vozes, 2013, p. 38.
636 Tradução livre: "[...] como reação da filosofia do homem contra o excesso da filosofia das ideias e da filosofia das coisas" (MOUNIER, Emmanuel. **Introducción a los existencialismos**. 2. ed. Madrid: Ediciones Guadarrama, 1967, p. 13).
637 MOUTINHO, Luiz Damon Santos. **Sartre**: existencialismo e liberdade. São Paulo: Moderna, 1995, p. 07.

para passar a compreendê-lo como sendo uma "experiência"[638]. Essa experiência para Kierkegaard, como representante do existencialismo cristão[639], revelava-se ao indivíduo de forma solitária e silenciosa que deveria se aproximar pela fé da "consciência vivente do 'instante eterno'"[640].

Em que pese o caminho do cristianismo ser considerado por Kierkegaard como aquele sobre o qual o ser humano poderia equilibrar a angústia e o desespero presentes nas escolhas de seu existir, a importância que faz caracterizar o pensamento existencialista reside no fato de que, ainda sim, será o próprio ser humano que determinará para si mesmo a escolha de algo transcendental e indescritível aos padrões racionais para interferência em sua vida[641].

Assim, mesmo a fé que se sobrepõe para Kierkegaard como elemento necessário para transcendência da vida humana, somente pode ser revelada como sendo uma "fé subjetiva"[642] que não permitiria ser descrita ou objetivada por qualquer sistema do conhecimento, mas, sim, internalizada na vivência do próprio ser humano porque ele assim escolheu acreditar. Tratava-se do retrato da fé descrita por Abraão na montanha de Morija que foi referenciado por Kierkegaard em sua clássica obra "Temor e Tremor" como um "paradoxo que não pode reduzir-se a nenhum raciocínio, porque a fé começa precisamente onde acaba a razão"[643].

Jean-Paul Sartre atribui que Kierkegaard revelou seu pensamento como uma "reação do romantismo cristão contra a humanização racionalista da fé"[644], mas, ao fim, reconheceu que Kierkegaard exerceu sua importante contribuição ao ter contestado a impossibilidade de redução do ser humano vivente ao

---

638 JOLIVET, Regis. **As doutrinas existencialistas**: de Kierkegaard a Sartre. Porto: Livraria Tavares Martins, 1953, p. 08.
639 JOLIVET, Regis. **As doutrinas existencialistas**: de Kierkegaard a Sartre. Porto: Livraria Tavares Martins, 1953, p. 43.
640 JOLIVET, Regis. **As doutrinas existencialistas**: de Kierkegaard a Sartre. Porto: Livraria Tavares Martins, 1953, p. 10.
641 KIERKEGAARD, Soren Aabye. **Diário de um sedutor; Temor e tremor; O desespero humano**. Traduções de Carlos Grifo, Maria José Marinho e Adolfo Casais Monteiro. São Paulo: Abril Cultural, 1979, p. 202.
642 SARTRE, Jean-Paul. **Crítica da razão dialética**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002, p. 23.
643 KIERKEGAARD, Soren Aabye. **Diário de um sedutor; Temor e tremor; O desespero humano**. Traduções de Carlos Grifo, Maria José Marinho e Adolfo Casais Monteiro. São Paulo: Abril Cultural, 1979, p. 238.
644 SARTRE, Jean-Paul. **Questão de método**. Tradução de Bento Prado Júnior. 4. ed. São Paulo: Difusão Editorial, 1979, p. 14.

idealismo absoluto que não permitia absorver a realidade existencial que molda o ser humano a partir de sua vida interior[645].

Para o existencialismo, não há que se falar em fatores preestabelecidos por ordem da lógica racionalista, de divindades religiosas ou da natureza para determinarem acontecimentos a vida de cada indivíduo, nem tampouco, qualquer certeza que possa ser estabelecida em fatores externos a exemplo do progresso tal qual propunha o Iluminismo[646].

Sem crenças ou convicções pautadas em destinação, não há nenhuma força que seja infinitamente capaz de garantir um desfecho prévio e favorável para existência humana que não se resuma ao próprio indivíduo. Ao resultado que indica Jean-Paul Sartre “Estamos sós, sem desculpas”[647], o ser humano será aquilo que assim tiver escolhido ser.

Ao comentar o pensamento do poeta francês Francis Ponge (1899 -1988) sobre o qual “O homem é o futuro do homem”, Sartre reafirmou sua negação sobre qualquer moralidade prescritiva[648], assim, é que diz “se entender que o futuro está inscrito no céu, que Deus pode vê-lo, então a afirmação está errada, [...]. Se se entender que, qualquer que seja o homem que surja no mundo, ele tem um futuro a construir, um futuro virgem que o espera, então a expressão está correta”[649]. Ao final, pelo existencialismo não se propor a responder questões de ordem metafísica, inclusive sobre a existência de Deus, diz o maior representante do ateísmo existencialista “mesmo que Deus existisse, nada mudaria [...] é preciso que o homem se reencontre e se convença de que nada pode salvá-lo dele próprio”[650].

O desdobramento do pensamento existencialista sartreano passou a ganhar evidência no contexto filosófico a partir dos particularismos que também

---

645 SARTRE, Jean-Paul. **Questão de método**. Tradução de Bento Prado Júnior. 4. ed. São Paulo: Difusão Editorial, 1979, p. 16.
646 REYNOLDS, Jack. **Existencialismo**. Tradução de Caesar Souza. Petrópolis: Editora Vozes, 2013, p. 13.
PENHA, João da. **O que é existencialismo**. São Paulo: Brasiliense, 2001.
647 SARTRE, Jean-Paul. **O existencialismo é um humanismo**. Tradução de Rita Correia Guedes. Disponível em: https://curtlink.com/qUp9. Acesso em: 10 jun. 2023.
648 REYNOLDS, Jack. **Existencialismo**. Tradução de Caesar Souza. Petrópolis: Editora Vozes, 2013, p. 207.
649 SARTRE, Jean-Paul. **O existencialismo é um humanismo**. Tradução de Rita Correia Guedes. Disponível em: https://curtlink.com/qUp9. Acesso em: 10 jun. 2023.
650 SARTRE, Jean-Paul. **O existencialismo é um humanismo**. Tradução de Rita Correia Guedes. Disponível em: https://curtlink.com/qUp9. Acesso em: 10 jun. 2023.

ganharam a aproximação (não necessariamente o entendimento) da sociedade[651].

Sartre afirmava que a própria filosofia não poderia resumir-se a uma "abstração hipostasiada" que na tentativa de se debruçar sobre questões concretas da vida social, terminava em discursos meramente demonstrativos da eloquência de seus filósofos e estaticamente delimitados ao saber de uma só classe, como exemplo, a imagem do homem universal incutida pelo kantismo que ao se distanciar da percepção concreta do sujeito do conhecimento como psicológico e individual, servia a "uma pequena burguesia puritana e mistificada"[652].

Conforme resume Paulo Perdigão, "em Sartre a filosofia coloca os pés na terra, prendendo-se à vivência da realidade"[653].

Toda filosofia para Jean-Paul Sartre deveria ser prática. À medida que florescesse na *práxis* coletiva revelada pela sociedade, a esse mesmo contexto, caberia retornar entregando sua interpretação contributiva. "Sartre respondia que se se quisesse, como o desejávamos, apropriar-se das coisas, não bastava olhar e comover-se; era preciso apreender-lhes o sentido e fixá-lo em frases"[654].

Por isso, o sujeito que se quer perceber no pensamento sartreano é o sujeito real, concretamente identificado na história e sociedade da qual invariadamente está inserido, mas, que ainda assim, necessitaria ser particularizado sob a condição de ser o próprio constituidor de sua existência[655].

Nesse contexto a fenomenologia alemã desenvolvida por Edmund Husserl (1859-1938) foi acolhida com entusiasmo por Sartre passando a estabelecer uma das principais fundamentações do existencialismo. Simone de

---

[651] Ao tratar da utilização do termo existencialismo, Jean-Paul Sartre considerou que "esta palavra assumiu atualmente uma amplitude tal e uma tal extensão que já não significa rigorosamente nada. Está parecendo que, na ausência de uma doutrina de vanguarda análoga ao surrealismo, as pessoas, ávidas de escândalo e de agitação, estão se voltando para esta filosofia, que, aliás, não pode ajudá-la em nada nesse campo; o existencialismo, na realidade, é a doutrina menos escandalosa e a mais austera; ela destina-se exclusivamente aos técnicos e aos filósofos" (SARTRE, Jean-Paul. **O existencialismo é um humanismo**. Tradução de Rita Correia Guedes. Disponível em: https://curtlink.com/qUp9. Acesso em: 10 jun. 2023).

[652] SARTRE, Jean-Paul. **Questão de método**. Tradução de Bento Prado Júnior. 4. ed. São Paulo: Difusão Editorial, 1979, p. 10-16.

[653] PERDIGÃO, Paulo. **Existência & liberdade**: uma introdução à filosofia de Sartre. Porto Alegre: L&PM, 1995, p. 33.

[654] BEAUVOIR, Simone de. **A força da idade**. Tradução de Sérgio Milliet. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009, p. 116.

[655] SARTRE, Jean-Paul. **Questão de método**. Tradução de Bento Prado Júnior. 4. ed. São Paulo: Difusão Editorial, 1979, p. 17.

Beauvoir conta que Sartre ao ter reconhecido que o método fenomenológico tratava de falar da existência das coisas tais como as tocava (a exemplo do que poderia fazer com o coquetel de abricó que naquele momento desfrutava com a autora), “empalideceu de emoção, ou quase isso”[656].

Como a fenomenologia afirmava “ao mesmo tempo a soberania da consciência e a presença do mundo, tal como se dá a nós”[657], sua aplicabilidade representava a superação desejada por Sartre[658] à tradição filosófica dualista e excludente da percepção humana fragmentada por vezes na primazia da consciência subjetiva (idealismo), em outras, na realidade empírica objetiva (realismo)[659] como se fossem incomunicáveis.

A fenomenologia enquanto ciência ressaltava sua notoriedade diante da constituição na busca do conhecimento sobre a essência dos objetos dispostos entre a realidade do mundo, o ser humano e a sua consciência, razão pela qual, também foi chamada por Husserl como “*ciência eidética* (do grego eidos: ‘essência’)”[660], por Heidegger de *“ciência dos fenômenos”*[661] ou para Sartre como “ciência dos fatos”[662].

Cumpre entender por fenômeno tudo aquilo que uma vez presente na realidade, possa ser revelado na consciência humana[663]. Por isso, segundo Husserl o caráter essencial e geral dos fenômenos é sempre o de ser “consciência-de”, compreensão das respectivas “coisas, pensamentos (estados de coisas judicativos, razões, consequências), de planos, decisões, esperanças etc”[664]. Assim é que a expressão “ser-no-mundo” ou o *Dasein* pelo sentido

---

656 BEAUVOIR, Simone de. **A força da idade**. Tradução de Sérgio Milliet. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009, p.109.
657 BEAUVOIR, Simone de. **A força da idade**. Tradução de Sérgio Milliet. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009, p. 109.
658 SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o nada**: ensaio de ontologia fenomenológica. Tradução de Paulo Perdigão. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 15.
659 SILVA, Franklin Leopoldo e. Sartre e a psicanálise: subjetividade e história. **Ciência & Cultura**, São Paulo, v. 67, n. 01, p. 39-42, jan./mar. 2015, p. 39.
660 PERDIGÃO, Paulo. **Existência & liberdade**: uma introdução à filosofia de Sartre. Porto Alegre: L&PM, 1995, p. 32.
661 HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**: parte I. Tradução de Marcia Sá Cavalcante Schuback. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 57.
662 SILVA, Franklin Leopoldo e. **Ética e literatura em Sartre**: ensaios introdutórios. São Paulo: UNESP, 2004, p. 36.
663 Conforme Heidegger: “Deve-se manter, portanto, como significado da expressão “fenômeno” o que se revela, o que se mostra em si mesmo” (HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**: parte I. Tradução de Marcia Sá Cavalcante Schuback. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 58).
664 HUSSERL, Edmund. **Psicologia fenomenológica e fenomenologia transcendental**: textos selecionados (1927-1935). São Paulo: Vozes, 2022, p. 12. *E-book*.

hedeggeriano, é o que demonstra a referida correspondência do indivíduo que se constituirá relacionado “a partir dos entes e de seu ser, [...] que lhe vêm ao encontro ‘dentro’ do seu mundo”[665].

E nessa relação, que poderá ser composta por quaisquer objetos reais ou ideais, a reflexão realizada pelo indivíduo sob o método fenomenológico de investigação[666] é o que permitirá compreender, a partir de suas vivências, qual a significação atribuída as coisas existentes e a si próprio, isto é, reconhecendo sua essência[667]. Por isso, embora a fenomenologia possa resultar em uma conclusão interpretativa sobre aquilo que se mostra em determinado tempo, os conceitos obtidos não assumem a característica de serem imodificáveis diante da possível incidência de outros influxos da consciência ou níveis fenomenológicos[668].

E dessa forma, afirma Sartre que como o existente “não pode se reduzir a uma série finita de manifestações, porque cada uma delas é uma relação com o sujeito em perpétua mudança”[669], a fenomenologia se associa justamente na condição de ser a “filosofia do inacabamento, do devir, do movimento constante, onde o vivido aparece e é sempre ponto de partida para se chegar a algo”[670].

Sobre “nós mesmos”[671] e na condição de ente que segundo Heidegger a fenomenologia assume a tarefa de analisar, a essência é algo que será constantemente definida a medida que o exercício dos atos intencionais destinados a um fim e indissociáveis da existência, forem revelando-a[672]. Diante desse entendimento que remete ao princípio da intencionalidade recolocado por

---

665 HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**: parte I. Tradução de Marcia Sá Cavalcante Schuback. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 97.
666 HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**: parte I. Tradução de Marcia Sá Cavalcante Schuback. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 42.
667 HUSSERL, Edmund. **Psicologia fenomenológica e fenomenologia transcendental**: textos selecionados (1927-1935). São Paulo: Vozes, 2022, p. 12. *E-book*.
668 PORTUGAL, Carlos Giovani Pinto. **Responsabilidade civil por dano ao projeto de vida**. Curitiba: Juruá, 2016, p. 42.
669 SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o nada**: ensaio de ontologia fenomenológica. Tradução de Paulo Perdigão. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 15.
670 LIMA, Antonio Balbino Marçal. O que é fenomenologia? *In*: LIMA, Antonio Balbino Marçal (Org.). **Ensaios sobre fenomenologia**: Husserl, Heidegger e Merleau-Ponty. Ilhéus: Editus, 2014, p. 09-14, p. 13.
671 HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**: parte I. Tradução de Marcia Sá Cavalcante Schuback. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 77.
672 HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**: parte I. Tradução de Marcia Sá Cavalcante Schuback. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 84.

Husserl[673], Jean-Paul Sartre demonstra que a fenomenologia existencialista diferencia-se por captar diretamente o ser enquanto estrutura constitutiva do seu existir e, por isso mesmo, não podendo ser compreendido a nenhuma forma de representação ou significação dada por outras ciências como definitiva[674].

Sob essa matriz interpretativa assumida para compreensão da realidade humana, Franklin Leopoldo e Silva resume que a constituição do sujeito na consideração do pensamento sartriano, passa então a pressupor três condições: "o reconhecimento da historicidade, do projeto e da possibilidade de tornar-se sempre outro"[675]. Assim é que o processo de subjetivação (compreendido como aquele de auto constituição imposto a todos os indivíduos), decorrerá precipuamente de uma relação dialética entre aquilo que estiver posto de forma objetiva pelo processo histórico e, simultaneamente, sobre aquilo que cada um fizer de si mesmo em seu processo existencial[676]. Em resumo, o ser humano sempre será a totalidade desse caráter bifronte sobre o "fazer-se" e do que já lhe parecer invariavelmente feito.

A constituição do projeto existencial revela a "marca do sujeito sartriano". Para Sartre o ser humano de início não comporta definições porque nada é[677]. "Eu *existo* significa que *sou,* antes de tudo, nada"[678]. Uma vez lançado na existência restará ao indivíduo assumi-la em sua "liberdade projetante"[679] que o

---

673 SARTRE, Jean-Paul. Uma idéia fundamental da fenomenologia de Husserl: a intencionalidade. Tradução de Ricardo Leon Lopes. **Veredas Favip**, Caruaru, v. 02, n. 01, p. 102-107, jan./jun. 2005, p. 106. Complementa-se a que noção de intencionalidade desenvolvida por Husserl ocorre em contraposição à posição de Franz Brentano. Para estudo indica-se: TADDEI, Paulo Mendes. E. Husserl entre idealismo e realismo: intencionalidade e doutrina da constituição. **Intuitio**, Porto Alegre, v. 02, n. 03, p. 215-225, 2009.

674 SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o nada**: ensaio de ontologia fenomenológica. Tradução de Paulo Perdigão. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 29. Nesse ponto, a fenomenologia existencialista se dissocia da fenomenologia "pura", assim, enaltece-se a crítica realizada por Sartre a compreensão de Husserl, no sentido de que "por ter reduzido o ser a uma série de significações, o único nexo que Husserl pode estabelecer entre meu ser e o ser do Outro é o do conhecimento; portanto, não escapou, mais do que Kant, ao solipsismo" (SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o nada**: ensaio de ontologia fenomenológica. Tradução de Paulo Perdigão. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 306).

675 SILVA, Franklin Leopoldo e. A expressão do drama: da liberdade em Sartre. **Magma**, São Paulo, v. 22, n. 12, p. 19-30, 2015, p. 29.

676 SILVA, Franklin Leopoldo e. Para a compreensão da história em Sartre. **Tempo da Ciência**, Toledo, v. 11, n. 22, p. 25-37, 2000, p. 26.

677 SARTRE, Jean-Paul. **O existencialismo é um humanismo**. Tradução de Rita Correia Guedes. Disponível em: https://curtlink.com/qUp9. Acesso em: 10 jun. 2023.

678 SILVA, Franklin Leopoldo e. **Ética e literatura em Sartre**: ensaios introdutórios. São Paulo: UNESP, 2004, p. 56.

679 SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o nada**: ensaio de ontologia fenomenológica. Tradução de Paulo Perdigão. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 601.

responsabilizará a constituir seu modo de ser a partir daquilo que ainda não é. O "homem" para Sartre viverá na busca perene sobre a totalidade de si, isto é, na ânsia pela completude de sua essência, que atenda o seu projeto fundamental de ser.

Conforme Franklin Leopoldo e Silva, o projeto fundamental identificado por Sartre representa o "pólo orientador do desejo de ser"[680] sobre o qual estará incutido o "algo que eu quero ser e ao qual de alguma forma se subordinam todas as minhas escolhas"[681]. Isto por sua vez, não o caracteriza como único e imutável. Na condição sobre a qual "eu escolho a mim mesmo perpetuamente"[682], o projeto fundamental e todos os demais que dele derivarem em outras escolhas, poderão ser modificados quantas vezes forem desejados justamente por ser livre. Assim, a liberdade do ser é a razão que sempre permitirá a possibilidade de ser outro a partir de um novo projeto que nadifique o anterior[683].

Consubstanciado ao entendimento sartreano, todo projeto na percepção consciente do próprio ser, fará revelar o que se chama por *desideratum*, isto é, a ausência de algo para si, ou, a negatividade sobre o que se é[684]. Conforme Gary Cox "para Sartre, a consciência está sempre pré-disposta a encontrar algo que está faltando"[685]. Porém, na impossibilidade de cada projeto individual conseguir ser a totalidade das formas de ser e ter, toda tentativa de se fazer absoluto será "uma tentativa constitutivamente vã"[686]. A angústia da escolha proveniente da liberdade, somente se findará ao atingir sua completude quando

---

680 SILVA, Franklin Leopoldo e. Para a compreensão da história em Sartre. **Tempo da Ciência**, Toledo, v. 11, n. 22, p. 25-37, 2000, p. 28.
681 SILVA, Franklin Leopoldo e. Para a compreensão da história em Sartre. **Tempo da Ciência**, Toledo, v. 11, n. 22, p. 25-37, 2000, p. 27.
682 SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o nada**: ensaio de ontologia fenomenológica. Tradução de Paulo Perdigão. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 591.
683 SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o nada**: ensaio de ontologia fenomenológica. Tradução de Paulo Perdigão. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 592.
684 SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o nada**: ensaio de ontologia fenomenológica. Tradução de Paulo Perdigão. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 537.
685 COX, Gary. **Compreender Sartre**. Tradução de Hélio Magri Filho. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2010, p. 45.
686 SILVA, Franklin Leopoldo e. **Ética e literatura em Sartre**: ensaios introdutórios. São Paulo: UNESP, 2004, p. 143.

não houver mais o que se almejar, isto é, com a "contingência-limite"[687] da morte [688].

A consciência (enquanto "ser-para-si" que revelará o nada de meu ser) será a razão propulsora que fará o indivíduo decidir pela constituição da sua condição como ser-no-mundo pelos motivos/móbeis[689] que se façam significantemente percebidos ao seu projeto subjetivo como possibilidade para fins futuros. Esta compreensão chama à responsabilização humana aquilo que Arthur Kaufmann define como " a fuga de um mero 'vegetar'" [690], já que, caberá ao próprio indivíduo decidindo dentro das possibilidades dispostas para o seu existir, atingir sua realização pessoal.

Assim é que se o ser humano passaria a constituir-se por suas escolhas (mesmo que fosse por meio da escolha em não escolher) sempre decorrente do reconhecimento de sua liberdade[691]. A compreensão da liberdade para Sartre funde-se a existência do próprio ser de forma que, "somos uma liberdade que escolhe, mas não escolhemos ser livres: estamos condenados à liberdade"[692]. Não se trata de uma "qualidade sobreposta ou uma propriedade de minha natureza; é bem precisamente a textura de meu ser"[693].

Para filosofia da existência é a liberdade que propriamente define a natureza do ser humano o fazendo diferente de todos os outros entes, inclusive, dos também racionais que se assemelham entre si apenas por possuírem uma

---

[687] SILVA, Franklin Leopoldo e. **Ética e literatura em Sartre**: ensaios introdutórios. São Paulo: UNESP, 2004, p. 154.
[688] SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o nada**: ensaio de ontologia fenomenológica. Tradução de Paulo Perdigão. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 651.
[689] Na definição de Jean-Paul Sartre "[...] denominaremos *motivo* a captação objetiva de uma situação determinada, na medida em que esta situação se revela, à luz de certo fim, como apta a servir de meio para alcançar este fim. O móbil, ao contrário, considerado comumente como um fato. É subjetivo o conjunto dos desejos, emoções e paixões que me impele a executar certo ato" (SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o nada**: ensaio de ontologia fenomenológica. Tradução de Paulo Perdigão. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 552).
[690] KAUFMANN, Arthur. Filosofia do direito, teoria do direito, dogmática jurídica. *In*: HASSEMER. W.; KAUFMANN, Arthur. (Orgs.). **Introdução à filosofia do direito e à teoria do direito contemporâneas**. Tradução de Marcos Keel e Manuel Seca de Oliveira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 2002, p. 25-54, p. 40.
[691] SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o nada**: ensaio de ontologia fenomenológica. Tradução de Paulo Perdigão. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 542.
[692] SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o nada**: ensaio de ontologia fenomenológica. Tradução de Paulo Perdigão. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 597.
[693] SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o nada**: ensaio de ontologia fenomenológica. Tradução de Paulo Perdigão. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 543.

estrutura psicossomática (isto é, condição do corpo em sentido estrito e uma psique ou racionalidade elementar)[694].

De acordo com o pensamento sartreano inclusive a vontade como "um acontecimento psíquico de estrutura própria"[695] não pode ser compreendida de forma autônoma a liberdade, muito ao contrário. Toda vontade representará a forma consequencial de uma prévia escolha decorrente da liberdade originária[696]. Assim é que Carlos Fernández Sessarego atribui que a vontade é sempre instrumental para que a decisões livres se convertam em ato[697].

Nessa liberdade constitutiva que identifica a realidade humana como ser projetante de sua existência, Sartre reconhece que o indivíduo também poderia se deparar com objeções concretas independentemente de qualquer escolha, ao que pergunta: "posso escolher ser alto, se sou baixo?; posso ter dois braços, se sou maneta? etc."[698], tais condições poderiam ser consideradas uma supressão para liberdade? Para essas respostas, Sartre vai tratar que ao lado da liberdade humana, há que ser considerada sua facticidade[699].

A facticidade aponta para realidade objetiva sobre a qual situa-se a liberdade existencial. Nesse sentido, não é dado ao ser humano a possibilidade de determinar o momento nem tampouco as condições para o início de sua existência de forma que, sempre será inserido ao "plano geral de uma história"[700] que o levará a estar em uma determinada época e sob específicas circunstâncias individuais, sociais, familiares, econômicas, biológicas, entre outras.

Embora a compreensão da facticidade apresente-se como fatores que invariavelmente irão se sobrepor ao ser humano, isso por sua vez não é

---

694 SESSAREGO, Carlos Fernández. ¿Cómo proteger jurídicamente al ser humano si se ignora su estructura existencial? **IUS ET VERITAS**, Lima, v. 24, n. 50, p. 86-103, maio 2015, p. 90.
695 SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o nada**: ensaio de ontologia fenomenológica. Tradução de Paulo Perdigão. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 558.
696 SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o nada**: ensaio de ontologia fenomenológica. Tradução de Paulo Perdigão. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 548.
697 SESSAREGO, Carlos Fernández. **Breves apuntes sobre el proyecto de vida y su protección jurídica**. Disponível em: https://snip.ly/d7b9dj. Acesso em: 15 fev. 2023.
698 SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o nada**: ensaio de ontologia fenomenológica. Tradução de Paulo Perdigão. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 592.
699 SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o nada**: ensaio de ontologia fenomenológica. Tradução de Paulo Perdigão. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 593.
700 SILVA, Franklin Leopoldo e. Sartre e a psicanálise: subjetividade e história. **Ciência & Cultura**, São Paulo, v. 67, n. 01, p. 39-42, jan./mar. 2015, p. 40.

assumido por Sartre como sendo condicionante ao modo de existir de nenhum indivíduo[701].

Na consideração que toda pessoa é um projeto a ser construído a partir de sua única vivência, a facticidade na definição de Sartre "é apenas uma indicação que dou a mim mesmo do ser que devo alcançar para ser o que sou"[702]. Por isso, exemplifica que ninguém poderá ser considerado proletário ou burguês pela simples condição de ter nascido em uma família nessas circunstancias. Somente a interpretação dada pelo próprio indivíduo com o seu existir é que determinará sua própria história sem decorrências.

Frente à facticidade e todos os "coeficientes de adversidade"[703] que se mostram existentes a todos os projetos, Sartre afirma que eles jamais poderão "constituir um argumento contra nossa liberdade"[704] de forma que caberá a existência humana a responsabilidade de transcender, ou transpô-los para realização dos fins livres e intencionalmente escolhidos[705]: "Para nós, o homem caracteriza-se, antes de tudo, pela superação de uma situação, por aquilo que consegue fazer do que foi feito dele, embora nunca se reconheça em sua objetivação. [...]. É a isso que damos o nome de *projeto*"[706].

Cita-se o exemplo trabalhado por Sartre sobre a hipótese do homem que nasça na condição de ser escravo, ainda assim, deve ser considerado em sua liberdade porque será "sempre livre para tentar escapar (ou fazer-se libertar) – ou seja, qualquer que seja sua condição, ele pode projetar sua evasão e descobrir o valor de seu projeto por um começo de ação"[707].

Compreenda-se que Sartre não pretende reconhecer a liberdade humana como uma espécie de "potência interior"[708] que tudo pudesse fazer e transformar.

---

[701] SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o nada**: ensaio de ontologia fenomenológica. Tradução de Paulo Perdigão. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 133.
[702] SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o nada**: ensaio de ontologia fenomenológica. Tradução de Paulo Perdigão. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 133.
[703] SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o nada**: ensaio de ontologia fenomenológica. Tradução de Paulo Perdigão. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 594.
[704] SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o nada**: ensaio de ontologia fenomenológica. Tradução de Paulo Perdigão. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 593.
[705] SARTRE, Jean-Paul. **O existencialismo é um humanismo**. Tradução de Rita Correia Guedes. Disponível em: https://curtlink.com/qUp9. Acesso em: 10 jun. 2023.
[706] SARTRE, Jean-Paul. **Crítica da razão dialética**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002, p. 77.
[707] SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o nada**: ensaio de ontologia fenomenológica. Tradução de Paulo Perdigão. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 595.
[708] PERDIGÃO, Paulo. **Existência & liberdade**: uma introdução à filosofia de Sartre. Porto Alegre: L&PM, 1995, p. 86.

Essa seria uma pretensão idílica pois a liberdade sempre estará situada na condição de ser uma escolha, mas, escolha sobre certos possíveis a partir da realidade objetiva que o indivíduo fará revelar[709].

Assim que "a livre decisão da minha consciência não me faz alto, se sou baixo, nem me permite movimentar-se além dos limites da minha cela"[710], porém, em todas as circunstâncias o sujeito é livre para escolher entre conformar-se compreendendo a situação e.g., como parte de seu destino hereditário (o que o colocaria como sendo um sujeito de "má-fé")[711], ou, negando-a enquanto facticidade com sua não resignação. Como resume Paulo Perdigão, a liberdade do sujeito sartriano, "não consiste em poder fazer o que se quer, mas em querer fazer o que se pode"[712].

Isso ainda implica em considerar que a liberdade não se condiciona ao sucesso da fuga planejada ou êxito de qualquer projeto. Para Sartre a "fórmula ser livre"[713] reside sobre a condição do indivíduo fazer sua escolha e determinar-se por ela. "O conceito técnico e filosófico de liberdade, o único que consideramos aqui, significa somente: autonomia de escolha"[714].

Por isso, o maior risco que a vivência em uma determinada situação pode implicar, diz Sartre, é aquele em que o indivíduo a apreende de forma absoluta o suficiente para torná-lo incapaz de significar os dados brutos em sua consciência que o torne incapaz de conceber que o está dado, pudesse ser de outro modo[715].

Assim é que Sartre considera que as resistências inerentes ao mundo sempre serão uma forma de reafirmação da própria condição da liberdade. Se entre o projeto escolhido e o fim buscado não houvesse que se empreender uma

---

709 PERDIGÃO, Paulo. **Existência & liberdade**: uma introdução à filosofia de Sartre. Porto Alegre: L&PM, 1995, p. 87.
710 PERDIGÃO, Paulo. **Existência & liberdade**: uma introdução à filosofia de Sartre. Porto Alegre: L&PM, 1995, p. 86.
711 SARTRE, Jean-Paul. **O existencialismo é um humanismo**. Tradução de Rita Correia Guedes. Disponível em: https://curtlink.com/qUp9. Acesso em: 10 jun. 2023.
712 PERDIGÃO, Paulo. **Existência & liberdade**: uma introdução à filosofia de Sartre. Porto Alegre: L&PM, 1995, p. 89.
713 SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o nada**: ensaio de ontologia fenomenológica. Tradução de Paulo Perdigão. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 595.
714 SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o nada**: ensaio de ontologia fenomenológica. Tradução de Paulo Perdigão. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 595.
715 SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o nada**: ensaio de ontologia fenomenológica. Tradução de Paulo Perdigão. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 538.

ação para superar o “campo de resistência do mundo”[716], o indivíduo estaria condenado a perder a sua liberdade por não existir mais diferenciação entre sonhos, realidade, desejos e escolhas.

Por fim, na construção do seu projeto existencial, o homem sartreano não pode nunca escolher o mal, pois, ao escolher-se, também estará engajando com sua decisão a humanidade inteira. “Ao afirmarmos que o homem se escolhe a si mesmo, queremos dizer que cada um de nós se escolhe, mas queremos dizer também que, escolhendo-se, ele escolhe todos os homens”[717].

Desse modo o subjetivismo empregado por Sartre pretende ser afastado do sentido individualista que concebe o sujeito por si próprio, para, assumi-lo em uma compreensão social[718] que o implicará em uma responsabilidade muito maior e nas inevitáveis angústias sobre o processo de escolha.

3.2 PROJETO DE VIDA: UMA LIÇÃO DE CARLOS FERNÁNDEZ SESSAREGO

O jurista e professor peruano Carlos Fernández Sessarego define que a filosofia da existência redescobriu o ser humano ao tê-lo suprimido da compreensão enquanto objeto de investigação para assumi-lo na dimensão existencial como um ser que é liberdade[719]. Conforme Jean-Paul Sartre, o existencialismo elegeu por fundamento um “tipo de homem diferente”[720] que buscou revelar a realidade prática sobre a qual “existir e fazer-se são uma só e mesma coisa”[721] de forma contínua e responsabilizadora por si mesmo.

---

[716] PERDIGÃO, Paulo. **Existência & liberdade**: uma introdução à filosofia de Sartre. Porto Alegre: L&PM, 1995, p. 88.
[717] SARTRE, Jean-Paul. **O existencialismo é um humanismo**. Tradução de Rita Correia Guedes. Disponível em: https://curtlink.com/qUp9. Acesso em: 10 jun. 2023.
[718] REIMÃO, Cassiano. Experiência da contingência e ética, em J.-P. Sartre. *In*: **Um filósofo na literatura**: Actas Colóquio Comemorativo do Centenário de Nascimento de Jean-Paul Sartre. Portugal: FLUP, 2005, p. 11-25, p. 23.
[719] SESSAREGO, Carlos Fernández. Apuntes sobre el daño a la persona. **IUS ET VERITAS**, Lima, v. 13, n. 25, p. 14-38, jan. 2002, p. 05.
[720] SARTRE, Jean-Paul. **Sartre no Brasil**: a conferência de Araraquara. Traduzido por Luiz Roberto Salina Fortes. 3. ed. São Paulo: Unesp, 2019, p. 99.
[721] SARTRE, Jean-Paul. Sartre no Brasil: a conferência de Araraquara. Traduzido por Luiz Roberto Salina Fortes. 3.ed. São Paulo: Unesp, 2019, p.99.

O “humanismo existencialista”[722] afirmado sobretudo com o pensamento sartreano, definiu-se em afastamento ao “culto da humanidade”[723] predisposto na matriz liberal que resultava na redução do homem como ser fechado em si mesmo. A compreensão humana atribuível pela filosofia da existência que reconheceu a pessoa como sendo parte integrante de uma universalidade (no sentido de vida comunitária) e realidade inacabada (diante da necessária constituição de sua essência), fundamentaram para Carlos Fernandez Sessarego a condição projetiva do indivíduo como ser livre, coexistencial e temporal[724].

Esse embasamento fez mudar para o civilista peruano a percepção sobre a qual o objeto e a finalidade do Direito restringir-se-ia ao estudo da norma e ao abstrativíssimo relacionado a ideia de justiça que eram próprios ao formalismo kelseniano imperante na década de sua formação acadêmica na *Facultad de Derecho de la Universidade Nacional Mayor de San Marcos* em Lima (Peru), entre 1945 a 1950[725].

Tornando-se bacharel em Direito com a tese intitulada *“Bosquejo para uma determinación ontológica del Derecho”*[726], posteriormente publicada como livro em 1987 com a denominação *“El derecho como libertad”,* Carlos Fernández Sessarego sustentou sob o viés existencialista e culturalista[727] uma nova concepção sobre o Direito condicionado a inter-relação de três elementos: vida humana social (coexistencial ou conduta humana intersubjetiva), valores e normas jurídicas[728], correspondentemente, em representação a dimensão

---

[722] SARTRE, Jean-Paul. **O existencialismo é um humanismo**. Tradução de Rita Correia Guedes. Disponível em: https://curtlink.com/qUp9. Acesso em: 10 jun. 2023.
[723] SARTRE, Jean-Paul. **O existencialismo é um humanismo**. Tradução de Rita Correia Guedes. Disponível em: https://curtlink.com/qUp9. Acesso em: 10 jun. 2023.
[724] SESSAREGO, Carlos Fernández. Breves reflexiones sobre el objeto de estudio y la finalidad de derecho. **Ius Inkarri**, Santiago de Surco Lima, n. 04, v. 04, p. 137-145, 2021, p. 140.
[725] SESSAREGO, Carlos Fernández. Breves reflexiones sobre el objeto de estudio y la finalidad de derecho. **Ius Inkarri**, Santiago de Surco Lima, n. 04, v. 04, p. 137-145, 202, p. 139.
[726] Tradução livre: “Esboço para uma determinação ontológica do Direito” (SESSAREGO, Carlos Fernández. **Bosquejo para una determinación ontológica del Derecho**. Disponível em: https://curtlink.com/mXHB. Acesso em: 11 jun. 2023).
[727] FACHIN, Luiz Edson. **Estatuto jurídico do patrimônio mínimo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2006, p. 45.
[728] SESSAREGO, Carlos Fernández. **Derecho y persona**. Disponível em: https://bit.ly/3Wbcwyf. Acesso em: 23 jan. 2023, p. 39.

existencial, axiológica e formal que deveriam recolocar à pessoa humana na posição de centralidade para o Direito[729].

Em sentido próximo à referida tridimensionalidade apresentada por Carlos Fernández Sessarego, o Brasil conhecia o que Josef Kunz denominou como sendo a "fórmula realeana"[730]. A teoria tridimensional de Miguel Reale foi apresentada em 1940 com a tese "Fundamentos do Direito"[731] em disputa a cátedra de Filosofia do Direito da Faculdade de Direito de São Paulo[732]. Reconhecendo ser a sua maior vaidade de vida, o jusfilósofo brasileiro afirmou que o que faz do Direito "uma integração normativa de fatos segundo valores"[733] fundamenta-se à "dialética da complementaridade"[734] ou "dialética de implicação polaridade"[735] atribuível aos seus três elementos constitutivos: fato, valor e norma.

Ambas as teorias tridimensionais do Direito se assemelham ao posicionamento da corrente filosófica do culturalismo representado pelo expoente neokantiano da Escola de Baden[736], Gustav Radbruch[737]; e ao personalismo comunitário apresentado por Emmanuel Mounier[738].

O "culturalismo jurídico"[739] caracterizou-se pelo afastamento da percepção do Direito como algo "dado" aos homens em decorrência da natureza. Propriamente, a palavra cultura remete a tudo aquilo que é construído pelo ser humano sob as bases da natureza "quer para modificá-la, quer para modificar-

---

729 SESSAREGO, Carlos Fernández. Breves apuntes sobre el concepto jurídico de persona (desde la edad clásica hasta nuestros días. **IUS ET VERITAS**, Lima, v. 07, n. 12, p. 97-102, out. 1996, p. 102.
730 KUNZ, Josef L. Sôbre a problemática da filosofia do direito nos meados do século XX. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 46, p. 05-43, 1950.
731 REALE, Miguel. Linha evolutiva da Teoria Tridimensional do Direito. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 88, p. 301-312, 1993, p. 304.
732 REALE, Miguel. **Miguel Reale**. Disponível em: https://t.ly/EUOAd. Acesso em: 01 jun. 2023, p. 22.
733 REALE, Miguel. **Teoria tridimensional do direito**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1994, p. 119.
734 REALE, Miguel. **Teoria tridimensional do direito**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1994, p. 72.
735 REALE, Miguel. **Lições preliminares do direito**. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 1998, p. 67.
736 Em complementação, a Escola de Baden e a de Marburg, são duas escolas neokantianas que se desenvolvem na Alemanha (REALE, Miguel. Fundamentos da concepção tridimensional do direito. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 56, n. 02, p. 66-87, 1961).
737 RADBRUCH, Gustav. **Introdução à filosofia do direito**. Tradução de Jacy de Souza Mendonça. Disponível em: https://www.valorjustica.com.br/introducao.pdf. Acesso em: 17 dez. 2023.
738 MOUNIER, Emmanuel. **El personalismo**. 9. ed. Buenos Aires: EUDEBA, 1972.
739 REALE, Miguel. **Teoria tridimensional do direito**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1994, p. 33.

se a si mesmo”[740], mas, sempre visando determinado fim. Por isso, também integra o mundo da cultura os valores atribuídos aos elementos existentes, sobre os quais, frequentemente exigirá do ser humano uma tomada de posição[741].

Nessa concepção, Carlos Fernandéz Sessarego definiu o Direito como produto cultural de determinada sociedade que ao refletir os seus valores lhe conferiu garantia ao atendimento das necessidades humanas individuais e intersubjetivas por meio de regulamentação normativa. Ao que resume *“en efecto, el derecho es vida humana social valiosamente regulada”[742].*

Enquanto um dos maiores expoentes do culturalismo, Gustav Radbruch também foi fiel ao subjetivismo de Kant na separação entre “realidade e valor, ser e dever ser e, além disso, para Radbruch, por via de consequência, também Direito Natural e Direito Positivo”[743]. Nisso, o mencionado rompimento com a percepção unidimensional do Direito de matriz jusnaturalista e positivista, também se fez necessário para inserção do Direito como fato cultural que serviu para integrar a primeira apresentação do que Migueal Reale denominou por “tridimensionalidade genérica e abstrata do Direito”[744].

O Direito, na perspectiva culturalista, não dissociou o homem de sua realidade assumindo-o como algo condicionado a esfera normativa tal qual propunha o positivismo. Ao contrário, evidenciou “o homem na sociedade, como protagonista dos valores que cercam o Direito”[745], propriamente, enquanto ser responsável inclusive pela existência do Direito.

Assim é que Miguel Reale afirmou que o Direito também obedeceu uma “dialética existencial”[746] no sentido do seu acontecimento na vida humana individual e coletiva que se fez interligado nessa dimensão sociológica,

---

[740] REALE, Miguel. **Lições preliminares do direito**. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 1998, p. 26.
[741] REALE, Miguel. **Lições preliminares do direito**. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 1998, p. 26.
[742] Tradução livre: “[…] na verdade, a lei é uma valiosa vida social humana regulada” (SESSAREGO, Carlos Fernández. **Derecho y persona**. Disponível em: https://bit.ly/3Wbcwyf. Acesso em: 23 jan. 2023, p. 39).
[743] MENDONÇA, Jacy de Souza. Introdução. *In*: RADBRUCH, Gustav. **Introdução à filosofia do direito**. Tradução de Jacy de Souza Mendonça. Disponível em: https://www.valorjustica.com.br/introducao.pdf. Acesso em: 17 dez. 2023, p. 05.
[744] REALE, Miguel. Fundamentos da concepção tridimensional do direito. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 56, n. 02, p. 66-87, 1961, p. 68.
[745] PINHEIRO, Rosalice Fidalgo. **Princípio da boa-fé nos contratos**: o percurso teórico e sua recepção no direito brasileiro. Curitiba: Juruá, 2015, p. 176.
[746] REALE, Miguel. Linha evolutiva da Teoria Tridimensional do Direito. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 88, p. 301-312, 1993, p. 307.

normativa e axiológica, sempre devendo reconhecer a pessoa humana como valor fonte.

Logo, como apenas se concebe a existência humana em sociedade, o Direito deve se voltar para tutela da pessoa considerada em sua vivência comunitária (e não individualista) que permitirá sempre no sentido projetivo a livre constituição do indivíduo respaldado em uma sociedade cumpridora dos deveres de reciprocidade e alteridade, bem como, de uma ordem jurídica promotora de igualdade de condições para todas as realizações.

Por isso, Miguel Reale anuiu que a pessoa humana enquanto "*valor-fonte"*[747] deveria se fazer compreendida em sua existência como "fonte do que *deve ser,* do que ainda não é"[748]. A condição do homem como ser histórico carecedor por sua história futura permitiu ao filósofo afirmar que "*o homem é o único ente que é e deve ser,* no qual 'ser' e 'dever ser' coincidem, cujo *ser* é o seu *dever ser*"[749].

Essa é a contribuição que o personalismo jurídico passou a desempenhar para futura configuração do que Carlos Fernández Sessarego atribuiu ao ser humano como projeto de vida. O termo "Personalismo" ou, na concepção filosófica como "Personalismo comunitário", foi uma corrente considerada de caráter ético-político que surgiu na França pós Segunda Guerra Mundial, sob a evidência dada por Emmanuel Mounier a partir de 1932, dedicando-se a explorar o "universo da pessoa"[750].

Conforme Pietro Perlingieri, a origem cultural do Personalismo comunitário também possui bases da filosofia existencialista que perceberam o ser humano como ser livre e coexistencial dotado de valor[751], sentido em que Emmanuel Mounier afirmou que cada indivíduo possui a sua própria verdade e constituição de mundo unido a todos os demais.

> *Puesto que la persona no es un objeto que se puede separar y mirar, sino un centro de reorientación del universo objetivo, nos falta hacer girar el análisis alrededor del universo edificado por ella, a fin de*

---

747 Grifos no original. REALE, Miguel. **Teoria tridimensional do direito**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1994, p. 138.
748 REALE, Miguel. **Teoria tridimensional do direito**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1994, p. 138.
749 REALE, Miguel. **Teoria tridimensional do direito**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1994, p. 138.
750 AFONSO, Elza Maria Miranda. Prefácio. *In*: MATA-MACHADO, Edgard de Godoi da. **Contribuição ao personalismo jurídico**. Belo Horizonte: Del Rey, 2000.
751 PERLINGIERI, Pietro. **Perfis do direito civil**: introdução ao direito civil constitucional. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2002, p. 35-36.

> *iluminar sus estructuras sobre diversos planos, sin olvidar jamás que no son sino aspectos diferentes de una misma realidad. Cada uno tiene su verdad unida a todos los otros*[752].

A doutrina personalista assumiu destaque tanto na busca da superação da concepção individualista do liberalismo burguês, quanto, no viés do coletivismo que não permitia a percepção concreta da pessoa humana, nem tampouco, o dever de reciprocidade e solidariedade de uns para com os outros[753].

Para Carlos Fernández Sessarego o Direito deve ser concebido e implementado para atender o ser humano em sua estrutura bidimensional como ser livre e social[754]. Na abrangência social deve o Direito assegurar o bem comum e em igual medida individualmente possibilitar que toda pessoa, na condição de ser sujeito de liberdade e subjetividade, alcance sua própria realização pessoal, estabelecendo-se assim, o Projeto de Vida como direito a ser também reconhecido e tutelado[755].

"Vivir es realizar un proyecto de existencia, fabricar su propio ser, ser haciéndose. [...] La vida humana como proyecto es lo que se quiere hacer"[756]. O projeto de vida, também denominado como projeto vital ou projeto existencial, configura-se para Carlos Fernández Sessarego como sendo o principal fator de impulsionamento da vida de todos os seres humanos.

Na condição de ser livre, o ser humano é capaz de projetar-se no sentido de construir o seu quotidiano e futuro. O projeto de vida assume sua singularidade por ser aquele em favor do qual o ser humano direcionará todo o seu existir dentro daquilo que lhe faça razão ou possua valor. Por isso, todo

---

[752] Tradução livre: "Como a pessoa não é um objeto que pode ser separado e olhado, mas um centro de reorientação do universo objetivo, precisamos girar a análise em torno do universo por ela construído, de modo a iluminar suas estruturas em vários níveis, sem nunca esquecendo que nada mais são do que aspectos diferentes de uma mesma realidade. "Cada um tem a sua verdade unida a todas as outras" (MOUNIER, Emmanuel. **El personalismo**. 9. ed. Buenos Aires: EUDEBA, 1972, p. 11).

[753] ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. Tradução de Alfredo Bossi e Ivone Castilho Benedetti. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 925.

[754] SESSAREGO, Carlos Fernández. **Derecho y persona**. Disponível em: https://bit.ly/3Wbcwyf. Acesso em: 23 jan. 2023, p. 39

[755] SESSAREGO, Carlos Fernández. **Derecho y persona**. Disponível em: https://bit.ly/3Wbcwyf. Acesso em: 23 jan. 2023, p. 41.

[756] Tradução livre: "Viver é realizar um projeto de existência, criar o próprio ser, ser você mesmo. [...] A vida humana como projeto é o que queremos fazer" (SESSAREGO, Carlos Fernández. **Breves apuntes sobre el proyecto de vida y su protección jurídica**. Disponível em: https://snip.ly/d7b9dj. Acesso em: 15 fev. 2023).

projeto de vida possuirá um conteúdo existencial amplo e não limitado que poderá incluir dentre outros aspectos aquele que seja voltado à realização profissional, laboral e familiar[757]. Conforme Carlos Fernández Sessarego todo projeto de vida será concebido na complexidade entre escolhas e decisões que estabelecerão o que cada pessoa fará com a sua vida e o modo pelo qual levará sua concretização.

Nesse ensejo, compreendendo que o ser humano em sua dimensão ontológica pode ser referenciado como *"un ser en camino"*[758] progressivamente constituindo-se e modificando-se, cabe afirmar que nenhum projeto de vida pode ser considerado imutável. Mesmo sendo a principal bússola que traçará os rumos da existência individual, o projeto de vida não pode ser assumido como definitivo porque propriamente o ser humano não o é. No percurso humano definido pela filosofia

não há que se cogitar o alcance da completude no existir[759], assim é que, Carlos Fernández Sessarego considera que o indivíduo também poderá "redimir-se, modificar a sua rota vital e, inclusive, variar o seu projeto de vida"[760].

Na fundamentação existencialista, a liberdade que sou e que me faz projetivo é a mesma que me torna um "ser-livre-para-mudar. [...] ser-livre-para fazer e ser-livre-no-mundo"[761], razão pela qual todo projeto da liberdade é considerado por Jean-Paul Sartre como um projeto em aberto que mesmo sendo individualizado não implicará em condicionamentos que impeçam a possibilidade de modificações posteriores.

Esse dinamismo que sempre impulsionará novas escolhas ao ser humano impedindo que o "projeto fundamental"[762] seja coextensivo pela vida toda, ou, instantâneo em uma só fração de tempo, é o que faz do ser humano a condição

---

[757] SESSAREGO, Carlos Fernández. **Breves apuntes sobre el proyecto de vida y su protección jurídica**. Disponível em: https://snip.ly/d7b9dj. Acesso em: 15 fev. 2023.
[758] Tradução livre: "um ser a caminho" (VALLE, Austín Basave Fernández del. **Filosofía del hombre**. [*S.l.*]: Biblioteca Virtual Universal, 2003, p. 34. *E-book*).
[759] VALLE, Austín Basave Fernández del. **Filosofía del hombre**. [*S.l.*]: Biblioteca Virtual Universal, 2003, p. 34. *E-book*.
[760] SESSAREGO, Carlos Fernández. El derecho y la libertad como proyecto. **IUS ET VERITAS**, Lima, v. 24, n. 52, p. 114-133, fev. 2016, p. 125.
[761] SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o Nada**: ensaio de ontologia fenomenológica. Tradução de Paulo Perdigão. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 622.
[762] SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o Nada**: ensaio de ontologia fenomenológica. Tradução de Paulo Perdigão. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 591.

de ter que escolher-se perpetuamente e “jamais a título de tendo-sido-escolhido”[763].

Por isso, na resposta sobre o “para quê” identificar a pessoa humana como liberdade, colhe-se a definição sobre a necessidade da constituição de um autêntico projeto de vida. A condição de ser autêntico corresponde a decisão personalíssima sobre a qual o indivíduo estruturará continuamente o modo de condução da sua vida que o fará diferente de todos os demais. É propriamente a possibilidade definida por Carlos Fernández Sessarego em tornar-se “si mesmo” deixando de ser “um entre os outros”[764].

Embora a liberdade seja una, isto é, uma única unidade inseparável da vida humana, sua compreensão se faz sob dois aspectos identificados por Carlos Fernández Sessarego entre a liberdade ontológica (subjetiva) e a liberdade fenomenal ou fenomênica (objetiva)[765].

A liberdade ontológica ou subjetiva é propriamente a que define o ser humano como ser que se individualiza entre todas as coisas e todos de sua espécie. Essa é a liberdade que se projeta em âmbito interno ou no foro íntimo do próprio ser enquanto escolhas pessoais e projetivas para o seu existir[766]. Conforme explica Osvaldo Burgos, essa liberdade remete ao pensamento e ao sentir que somente podem ser percebidos dentro da privacidade do indivíduo[767].

Por isso, a liberdade ontológica caracteriza-se por ser absoluta e indelegável a qualquer outro ser, pois, até que ocorra o término da vida, não é possível impô-la qualquer hipótese de intervenção, nem mesmo por força

---

[763] SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o Nada**: ensaio de ontologia fenomenológica. Tradução de Paulo Perdigão. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 591.
[764] SESSAREGO, Carlos Fernández. **Bosquejo para una determinación ontológica del Derecho**. Disponível em: https://curtlink.com/mXHB. Acesso em: 11 jun. 2023.
[765] SESSAREGO, Carlos Fernández. **El “daño a la libertad fenoménica” o “daño al proyecto de vida” en el escenario jurídico contemporáneo.** Disponível em: https://t.ly/5T4-H. Acesso em: 04 mar. 2023.
[766] SESSAREGO, Carlos Fernández. É possível proteger, juridicamente, o projeto de vida. **Rev. Electronica Direito Sociedade**, v. 05, p. 41-57, 2017, p. 44.
[767] BURGOS, Osvaldo R. El derecho al proyecto de vida y la exigencia de dignidad de la persona humana: preservación y reparación de su daño en tiempos de capitalismo de vigilancia. **Revista IBERC**, Belo Horizonte, v. 05, n. 01, p. 132-154, jan./abr. 2022, p. 142.

legal[768]. E nesse sentido, por se tratar de uma liberdade prospectiva[769] ou projetiva, considera-se que dentre a multiplicidade de projetos emergentes, será possível identificar o principal para qual todos os demais estarão convergindo[770]. No sentido figurado representado por Carlos Fernández Sessarego, o grande rio que estabelecerá "a missão que cada ser se propõe a realizar no curso de sua existência temporal"[771] é o seu projeto de vida.

Carlos Fernández Sessarego considera que nessa instância subjetiva a liberdade pressupõe a capacidade da pessoa projetar a sua maneira de existir[772], conseguir decidir por si mesma[773]. *"[...]la capacidad inherente al ser humano de valorar, adoptar decisiones, elegir y preferir, por sí mismo, entre uno u otro acto o conducta, sin límite alguno. Es decir, imaginar y concebir en el mundo interior [...]"*[774]. Nesse sentido a liberdade ontológica é correspondente a decisão realizada pelo indivíduo para os seus futuros atos da vida, portanto, precedente a realização da conduta que buscará a sua implementação[775].

A liberdade ontológica quando for pleiteada faticamente[776], isto é, exteriorizada no sentido de ser convertida em realidade por ato, comportamento

---

[768] BURGOS, Osvaldo R. El derecho al proyecto de vida y la exigencia de dignidad de la persona humana: preservación y reparación de su daño en tiempos de capitalismo de vigilancia. **Revista IBERC**, Belo Horizonte, v. 05, n. 01, p. 132-154, jan./abr. 2022, p. 142. Em complemento, Carlos Fernández Sessarego "*Así, la libertad en tanto ser del hombre sólo puede eliminarse con la muerte de la persona. La libertad, en cuanto tal, no puede limitarse, restringirse, recortarse. A nadie se le puede privar de ella salvo mediante la supresión de su vida*" (SESSAREGO, Carlos Fernández. Apuntes sobre el daño a la persona. **IUS ET VERITAS**, Lima, v. 13, n. 25, p. 14-38, jan. 2002, p. 17).

[769] SESSAREGO, Carlos Fernández. É possível proteger, juridicamente, o projeto de vida. **Rev. Electronica Direito Sociedade**, v. 05, p. 41-57, 2017, p. 46.

[770] SESSAREGO, Carlos Fernández. **El "daño a la libertad fenoménica" o "daño al proyecto de vida" en el escenario jurídico contemporáneo.** Disponível em: https://t.ly/5T4-H. Acesso em: 04 mar. 2023.

[771] SESSAREGO, Carlos Fernández. É possível proteger, juridicamente, o projeto de vida. **Rev. Electronica Direito Sociedade**, v. 05, p. 41-57, 2017, p. 48.

[772] SESSAREGO, Carlos Fernández. É possível proteger, juridicamente, o projeto de vida. **Rev. Electronica Direito Sociedade**, v. 05, p. 41-57, 2017, p. 46.

[773] SESSAREGO, Carlos Fernández. **El "proyecto de vida" y los derechos fundamentales en el anteproyecto constitucional**. Disponível em: https://t.ly/f7yTt. Acesso em: 27 mar. 2023.

[774] Tradução livre: "[...] capacidade inerente ao ser humano de avaliar, tomar decisões, escolher e preferir, por si, entre um ou outro ato ou conduta, sem qualquer limite. Ou seja, imaginar e conceber no mundo interior [...]" (SESSAREGO, Carlos Fernández. El derecho y la libertad como proyecto. **IUS ET VERITAS**, Lima, v. 24, n. 52, p. 114-133, fev. 2016, p. 116).

[775] SESSAREGO, Carlos Fernández. **Bosquejo para una determinación ontológica del Derecho**. Disponível em: https://curtlink.com/mXHB. Acesso em: 11 jun. 2023.

[776] SESSAREGO, Carlos Fernández. **El "daño a la libertad fenoménica" o "daño al proyecto de vida" en el escenario jurídico contemporáneo.** Disponível em: https://t.ly/5T4-H. Acesso em: 04 mar. 2023, p. 04.

ou conduta humana intersubjetiva, passará a ser identificada na instância da liberdade objetiva ou fenomênica, por revelar-se como fenômeno no mundo[777].

Essa "liberdade de fazer" enquanto busca para concretização de determinado projeto de vida, poderá sofrer intervenções endógenas ou exógenas que venham obstar ou impedir o seu exercício[778]. Cita-se o exemplo trabalhado por Carlos Fernández Sessarego sobre a hipótese de uma pessoa com deficiência física que tendo estipulado (na liberdade ontológica) como plano vital ser um atleta recordista, não consiga obter esse resultado pelos impedimentos de sua condição corpórea[779]. Essa pessoa com deficiência, embora seja e continue sendo livre, porque toda pessoa é liberdade, teve o seu projeto comprometido pelos fatores biológicos, mas, também poderia ter sido tolhida por outras causas, a exemplo, da falta de acessibilidade ou condições adaptativas dimensionadas no campo da liberdade fenomênica.

O mesmo corresponde a condição de limitação do exercício imposta por lei aos sujeitos incapazes para os atos da vida civil, os quais, "*sin dejar de ser ontológicamente libres, no pueden ejercer, por sí mismos, todas las capacidades que le son inherentes en cuanto seres libres. Ello, por mandato de la ley"*[780].

Assim é que Carlos Fernández Sessarego considera que a liberdade possa ser limitada ou condicionada em seu exercício, mas, jamais retirada de qualquer ser humano. Correspondente à Jean-Paul Sartre, quaisquer limitações que possam se sobrepor ao desempenho de um projeto individual, representam o possível "coeficiente individual de adversidade"[781] que são próprios a certa margem de indeterminação sobre aquilo que não está finalizado, mas, sim, que está por se fazer. "Desde que existo, sou lançado no meio de existências

---

[777] SESSAREGO, Carlos Fernández. Apuntes sobre el daño a la persona. **IUS ET VERITAS**, Lima, v. 13, n. 25, p. 14-38, jan. 2002, p. 17.
[778] SESSAREGO, Carlos Fernández. ¿Cómo proteger jurídicamente al ser humano si se ignora su estructura existencial? **IUS ET VERITAS**, Lima, v. 24, n. 50, p. 86-103, maio 2015, p. 100.
[779] SESSAREGO, Carlos Fernández. **Bosquejo para una determinación ontológica del Derecho**. Disponível em: https://curtlink.com/mXHB. Acesso em: 11 jun. 2023.
[780] Tradução livre: "É o caso de o chamado incapaz que, sem deixar de ser ontologicamente livres, eles não podem exercer, por si só, todas as capacidades que lhe são inerentes como seres livres. Isso é por lei" (SESSAREGO, Carlos Fernández. Apuntes sobre el daño a la persona. **IUS ET VERITAS**, Lima, v. 13, n. 25, p. 14-38, jan. 2002, p. 17).
[781] SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o Nada**: ensaio de ontologia fenomenológica. Tradução de Paulo Perdigão. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 624.

diferentes de mim, que desenvolvem à minha volta suas potencialidades, a meu favor e contra mim”[782].

No sentido da filosofia existencialista, a implementação de um projeto de vida também se relaciona à resiliência do indivíduo para sua concretização. Propriamente, Sören A. Kierkegaard afirmou que “a existência mesma, o existir, é esforço”[783] assim é que o tempo da existência é um processo de constância no “devir” ou, no constituir-se.

A implementação de todo projeto existencial sempre poderá agregar intervenções inafastáveis do meio externo e individualizáveis à condição biológica, física e psíquica de determinado indivíduo, de forma que, o seu êxito sempre demonstrará segundo Carlos Fernandéz Sessarego *“el resultado de una lucha contra los condicionamentos que agobian a la persona”*[784].

Assim, como tais limitações poderão ser resultantes de fatores provenientes *“por la propia dimensión psicosomática de la persona, por los otros, por las cosas instaladas en su circunstancia”*[785], denota-se que esta é a liberdade que ganha importância para o Direito diante do dever de remoção dos possíveis entraves impeditivos para o desenvolvimento da liberdade como forma de realização pessoal.

Conforme Carlos Giovani Pinto Portugal, trata-se da proteção projetiva do ser humano, sobre a qual ocorre a “manifestação de sua pessoa advinda de seu projeto de vida lícito, projeção da própria personalidade merecedora de tutela intensa”[786]. A frustração de um projeto de vida individual causada por fatores passíveis de serem contornados e alheios à vontade de seu titular, é apontado por Carlos Fernández Sessarego como o pior de todos os danos que possam ser impostos e suportados por outrem, isto porque, o que se coloca em

---

[782] SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o Nada**: ensaio de ontologia fenomenológica. Tradução de Paulo Perdigão. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 620.
[783] KIERKEGAARD, Soren Aabye. **Pós-escrito às migalhas filosóficas –** v. I. Tradução de Álvaro Luiz Montenegro Valls e Marília Murta de Almeida. Rio de Janeiro: Vozes, 2013, p. 95.
[784] Tradução livre: “[…] o resultado de uma luta contra as condições que oprimem a pessoa” (SESSAREGO, Carlos Fernández. Apuntes para una distinción entre el daño al "proyecto de vida" y el daño "psiquico”. **THEMIS – Revista de Derecho**, n. 32, p. 161-164, nov. 1995, p. 162).
[785] Tradução livre: “[...] seu exercício pode ser condicionado pela própria dimensão psicossomática da pessoa. para outros, para coisas instalado em sua circunstância” (SESSAREGO, Carlos Fernández. Apuntes sobre el daño a la persona. **IUS ET VERITAS**, Lima, v. 13, n. 25, p. 14-38, jan. 2002, p. 18).
[786] PORTUGAL, Carlos Giovani Pinto. **Responsabilidade civil por dano ao projeto de vida**. Curitiba: Juruá, 2016, p. 65.

comprometimento é propriamente a perda (total ou parcial) daquele que tenha sido o sentido da vida escolhido[787].

Nesse fundamento, para Carlos Fernández Sessarego, tempo e liberdade são apontados como os dois elementos constitutivos do projeto de vida. *"[...] el proyecto surge necessariamente de uma decisión libre tendente a realizarse en el futuro mediato o inmediato"*[788]. O ser humano projeta continuamente no presente seu futuro existencial[789].

Jean-Pierre Boutinet demonstra que ao lado do tempo existencial (correspondente a vivência biológica e interior dos sonhos e temores do indivíduo) e do tempo operacional (atinente ao tempo empregue na execução das ações objetivadas)[790], há que se falar sobre a interferência da modalidade do "tempo prospectivo"[791].

Propriamente, é sobre esse tempo que se descortina para o indivíduo como algo ainda a ser vivenciado e, portanto, prospectivo, que se apresenta a essencialidade sobre a existência de um projeto de vida. Como mecanismo de antecipação àquilo que se prevê sobre o estado futuro, na perspectiva antropológica Jean-Pierre Boutinet confere ao projeto a condição de ser necessário inclusive como um "modo privilegiado de adaptação"[792] diante da realidade coexistencial que leva a encontrar "o Outro em cada curva do caminho"[793].

Esse é o sentido do "mundo comum"[794] apontado por Hannah Arendt à medida que o mesmo contexto que estabelece as relações entre sujeitos, também é o que permite a sua individualização. Conviver, diz Hannah Arendt, é

---

[787] SESSAREGO, Carlos Fernández. É possível proteger, juridicamente, o projeto de vida. **Rev. Electronica Direito Sociedade**, v. 05, p. 41-57, 2017, p. 46.
[788] Tradução livre: "[...] o projeto decorre necessariamente de uma decisão livre que se pretende concretizar num futuro médio ou imediato" (SESSAREGO, Carlos Fernández. Apuntes para una distinción entre el daño al "proyecto de vida" y el daño "psiquico". **THEMIS – Revista de Derecho**, n. 32, p. 161-164, nov. 1995, p. 161).
[789] SESSAREGO, Carlos Fernández. **El "proyecto de vida" y los derechos fundamentales en el anteproyecto constitucional**. Disponível em: https://t.ly/f7yTt. Acesso em: 27 mar. 2023.
[790] AUGRAS, Monique. Investigação da vivência temporal através do "Thematic Apperception Test". **Arquivos Brasileiros de Psicotécnica**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 02, 1966.
[791] BOUTINET, Jean-Pierre. **Antropologia do projeto**. 5. ed. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artmed, 2002, p. 27.
[792] BOUTINET, Jean-Pierre. **Antropologia do projeto**. 5. ed. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artmed, 2002, p. 27.
[793] SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o Nada**: ensaio de ontologia fenomenológica. Tradução de Paulo Perdigão. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 626.
[794] ARENDT, Hannah. **A condição humana.** 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p. 62.

a representação de estar sentado ao redor de uma única mesa que se interpõe para todos assumirem o seu lugar, e nessa disposição, torna-se claro a identificação de que “o mundo ao mesmo tempo separa e estabelece uma relação entre os homens”[795].

Entre a dimensão existencial que representa a singularidade de ser livre e detentor de uma identidade única, soma-se a condição da coexistência que demonstra a mutualidade entre todos que habitam o mesmo ambiente[796]. Por isso, a existência do projeto para o ser humano também traz o alento sobre o qual permanecerá sendo garantida o reconhecimento pessoal e social daquele indivíduo[797].

Carlos Fernández Sessarego demonstra a consideração sobre um “individualismo solidário”[798] que compreende de forma conjunta a referenciada dimensão existencial e coexistencial que integram o indivíduo em seu projeto fundamental. “*Es un ser individual, libre, creativo, estimativo, proyectivo, único, no intercambiable, idéntico a sí mismo y, simultaneamente, es un ser coexistencial, social, creado para hacer su vida con los demás seres humanos”*[799]*.*

“Nenhum projeto pode ser realizado sem contar com outros seres humanos”[800]. A coexistencialidade inerente a vida em comunidade denota que todo projeto se faz realizado em sociedade e de forma conjunta com o projeto que é do outro, razão pela qual, a percepção fictícia do individualismo liberal que atribuía o ideário de autossuficiência do homem centrado em seu patrimônio e no absolutismo de seus poderes, busca ser suprimido diante do valor jurídico

---

795 ARENDT, Hannah. **A condição humana.** 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p. 62.
796 SESSAREGO, Carlos Fernández. Breves apuntes sobre el concepto jurídico de persona (desde la edad clásica hasta nuestros días. **IUS ET VERITAS**, Lima, v. 07, n. 12, p. 97-102, out. 1996, p. 102.
797 BOUTINET, Jean-Pierre. **Antropologia do projeto**. 5. ed. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artmed, 2002, p. 27.
798 FACHIN, Luiz Edson. **Estatuto jurídico do patrimônio mínimo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2006, p. 44.
799 Tradução livre: “É um ser individual, livre, criativo, estimativo, projetivo, único, insubstituível, idêntico a si mesmo e, simultaneamente, é um ser coexistente, social, criado para viver a sua vida com outros seres humanos” (SESSAREGO, Carlos Fernández. **Derecho y persona**. Disponível em: https://bit.ly/3Wbcwyf. Acesso em: 23 jan. 2023, p. 37).
800 SESSAREGO, Carlos Fernández. **Breves apuntes sobre el proyecto de vida y su protección jurídica**. Disponível em: https://snip.ly/d7b9dj. Acesso em: 15 fev. 2023.

delegado à solidariedade por Carlos Fernández Sessarego[801]*. "La visión coexistencial del ser humano enfatiza el valor de la solidaridad, el mismo que adquiere, dentro de este planteamiento, una especial relevancia al lado de valores jurídicos de la jerarquía de la justicia y la seguridad"*[802].

Em fundamentação, a incorporação constitucional do princípio da solidariedade (próprio da corrente de pensamento personalista, ocorrida no século XX, pós-Segunda Guerra), surgiu a partir da necessidade corretiva de posicionamento do ser humano como valor fundamental e constitutivo em direitos existenciais de âmbito comunitário. A anterior percepção sobre a solidariedade que era conhecida pelo indivíduo liberal, por vezes adstrita à benevolência do cristianismo, por outras, no sentido do direito obrigacional proveniente do *Corpus juris civillis* voltado para satisfação creditícia diante da execução conjunta dos devedores, restou suplantada para ser constituída enquanto dever de ordem constitucional pertencente ao modelo do Estado Social de Direito, tal qual se faz predisposto em âmbito nacional com a Constituição Federal de 1988[803].

A aquisição da força normativa atribuída a solidariedade tem como base a implementação da igualdade substancial entre todos os indivíduos que ao coexistirem em sociedade, também conjugam a responsabilidade de constituição do futuro coletivo. Assim é que "o princípio constitucional da solidariedade identifica-se, assim, com o conjunto de instrumentos voltados para garantir uma existência digna, comum a todos, em uma sociedade que se desenvolva como livre e justa, sem excluídos ou marginalizados"[804].

Como projetar implica em decidir sobre aquilo que se quer, essa escolha pressupõe que o ser humano a realize "valendo-se de sua liberdade, de sua imaginação, de sua vocação estimativa e dos estímulos que lhe oferecem suas

---

[801] FACHIN, Luiz Edson. **Estatuto jurídico do patrimônio mínimo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2006, p. 47.

[802] Tradução livre: "A visão coexistente do ser humano enfatiza o valor da solidariedade, que adquire, nesta abordagem, uma relevância especial ao lado dos valores jurídicos da hierarquia da justiça e da segurança" (SESSAREGO, Carlos Fernández. **Derecho y persona**. Disponível em: https://bit.ly/3Wbcwyf. Acesso em: 23 jan. 2023, p. 82).

[803] PORTUGAL, Carlos Giovani Pinto; PINHEIRO, Rosalice Fidalgo. **O princípio da solidariedade e a ressignificação da responsabilidade civil**. Disponível em: https://t.ly/K3D2a. Acesso em: 20 ago. 2023.

[804] MORAES, Maria Celina Bodin de. **Danos à pessoa humana**: uma releitura civil-constitucional dos danos morais. Rio de Janeiro: Renovar, 2003, p. 114.

circunstâncias, o meio em que vive"[805]. Nessa consideração, surge a pergunta sobre qual será o momento possível para o ser humano conjugar todas essas percepções? E mais, a condição de conseguir mensurar valores, eleger e decidir sobre a existência, conseguiria ser atendida por todas as pessoas, ou, seria possível uma vida sem projeto para Carlos Fernández Sessarego?

Sobre o momento de surgimento do projeto de vida, Carlos Fernández Sessarego considera que embora não seja possível precisar uma idade certa, o mesmo tende a ser definido quando a pessoa adquire maturidade intelectual, geralmente atribuída em proximidade com a vida escolar a partir dos 14 anos [806]. Isso não desconsidera a condição de existirem pessoas que não consigam defini-lo ao longo da vida, ao que afirma: "Pode ocorrer que alguns seres humanos não logrem identificar, com nitidez, qual a sua vocação, o que desejam fazer com suas vidas, seres desorientados, imaturos, irresponsáveis ou perturbados psiquicamente"[807].

Para esses indivíduos, que poderão incluir em certa medida pessoas com deficiência intelectual, Carlos Fernández Sessarego não nega a existência de um projeto de vida, mas o transpõe para a condição de ser um projeto não conhecido ou um projeto inautêntico[808]. Pois como afirma o autor, "Somos do parecer que, não obstante a existência de casos de incerteza vocacional, toda pessoa tem um projeto de vida"[809].

Considerando-se que a constituição do projeto de vida pressupõe o exercício de uma liberdade ontológica, por meio do qual a pessoa possa decidir por si mesma a condição de sua vida futura e a viabilidade de sua implementação, como a pessoa com deficiência poderia fazê-lo? Ademais, constituir um projeto de vida autêntico exige um exercício personalíssimo de liberdade, cuja deficiência intelectual pode dificultar ou até mesmo impedir.

---

[805] SESSAREGO, Carlos Fernández. É possível proteger, juridicamente, o projeto de vida. **Rev. Electronica Direito Sociedade**, v. 05, p. 41-57, 2017, p.50.
[806] SESSAREGO, Carlos Fernández. É possível proteger, juridicamente, o projeto de vida. **Rev. Electronica Direito Sociedade**, v. 05, p. 41-57, 2017, p. 51.
[807] SESSAREGO, Carlos Fernández. É possível proteger, juridicamente, o projeto de vida. **Rev. Electronica Direito Sociedade**, v. 05, p. 41-57, 2017, p. 52.
[808] SESSAREGO, Carlos Fernández. É possível proteger, juridicamente, o projeto de vida. **Rev. Electronica Direito Sociedade**, v. 05, p. 41-57, 2017, p. 52.
[809] SESSAREGO, Carlos Fernández. É possível proteger, juridicamente, o projeto de vida. **Rev. Electronica Direito Sociedade**, v. 05, p. 41-57, 2017, p. 52.

Dialogando mais uma vez e, por fim, com a literatura machadiana, contar-se-á nas próximas páginas como essa concepção de autonomia pode conferir autenticidade ao projeto de vida da pessoa com deficiência intelectual. Para isso, o conto escolhido para abertura do terceiro capítulo foi “O Espelho: esboço de uma nova teoria da alma humana”[810], publicado em 1882 na Gazeta de Notícias e no livro Papéis Avulsos.

3.3 O PROJETO DE VIDA ESTENDIDO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL A PARTIR DO CONTO “O ESPELHO” DE MACHADO DE ASSIS

3.3.1 “O Espelho" do Projeto de Vida da Pessoa com Deficiência Intelectual: um Direito Humano Fundamental

Na casa da Sra. Marcolina, viúva do capitão Peçanha, Machado de Assis descreve que entre os móveis simples e modestos, que compunham *aquele “sítio escuso e solitário”*[811] localizado a muitas léguas da vila, um só destoava dentre todos, “O espelho”[812]. Era o mais belo e valioso dos objetos que ali estavam. Com delfins esculpidos, enfeites de madrepérola, moldura de ouro e rococós, no fim, nada mais que um espelho.

Nesse conto, o espelho além de possuir alto valor sentimental devido à condição de ser uma relíquia herdada da madrinha que comprara em uma *“das fidalgas vindas em 1808 com a corte de dom João VI”*[813], também fez refletir a verdade sobre a alma do sujeito que a sua frente se colocava.

Jacobina, na infância, chamado de Joãozinho pela tia Marcolina, após completar vinte e cinco anos, preferia mesmo ser chamado como *“senhor*

---

[810] ASSIS, Machado de. O espelho: esboço de uma nova teoria da alma humana. *In*: ASSIS, Machado de. **Contos escolhidos**. 4. ed. São Paulo: Martin Claret, 2012.
[811] ASSIS, Machado de. O espelho: esboço de uma nova teoria da alma humana. *In*: ASSIS, Machado de. **Contos escolhidos**. 4. ed. São Paulo: Martin Claret, 2012, p. 52.
[812] ASSIS, Machado de. O espelho: esboço de uma nova teoria da alma humana. *In*: ASSIS, Machado de. **Contos escolhidos**. 4. ed. São Paulo: Martin Claret, 2012, p.49.
[813] ASSIS, Machado de. O espelho: esboço de uma nova teoria da alma humana. *In*: ASSIS, Machado de. **Contos escolhidos**. 4. ed. São Paulo: Martin Claret, 2012, p. 53.

alferes"[814], afinal, era esse o título recebido da Guarda Nacional que lhe trouxera uma farda e um novo significado para a sua *"segunda alma"*[815].

Sim, *"cada criatura humana traz duas almas consigo: uma que olha de dentro para fora, outra que olha de fora para dentro [...]"*[816], sequencialmente, podem ser chamadas de alma interior e alma exterior, entre elas, a diferença é que somente a alma exterior pode ser mutável. Essas duas *"completam o homem, que é, metafisicamente falando, uma laranja. Quem perde uma das metades, perde naturalmente metade da existência; e casos há, não raros, em que a perda da alma exterior implica a da existência inteira"*[817]. Desse mal padeceu Jacobina.

O conto revela que a formação do alferes (alma exterior) à qual terminou por sucumbir o homem (alma interna – Jacobina), embora construído de forma breve, surgiu em decorrência do olhar e reconhecimento das outras pessoas.

Logo após as três primeiras semanas que se encontrava na condição de hóspede da tia Marcolina, Jacobina admitiu que a constante referência recebida à sua patente, o transformaram. *"O certo é que todas essas coisas, carinhos, atenções, obséquios, fizeram em mim uma transformação, [...] tudo o que me falava do posto, nada do que me falava do homem"*[818].

A confirmação definitiva de tal ocorrência se deu quando ao estar só naquela casa, sem os escravos (que fugiram o mais breve que puderam) e a família bajuladora (que precisou sair para atender um familiar que adoecera), Jacobina não tinha mais a sua imagem refletida em frente ao mesmo espelho. Tudo o que se projetava era apenas uma figura *"vaga, esfumada, difusa, sombra de sombra"*[819].

Para angústia da perda de si mesmo, o senhor alferes logo suspeitou de um remédio que poderia lhe fazer bem. *"Subitamente por uma inspiração*

---

[814] ASSIS, Machado de. O espelho: esboço de uma nova teoria da alma humana. *In*: ASSIS, Machado de. **Contos escolhidos**. 4. ed. São Paulo: Martin Claret, 2012, p. 52.
[815] ASSIS, Machado de. O espelho: esboço de uma nova teoria da alma humana. *In*: ASSIS, Machado de. **Contos escolhidos**. 4. ed. São Paulo: Martin Claret, 2012, p. 50.
[816] ASSIS, Machado de. O espelho: esboço de uma nova teoria da alma humana. *In*: ASSIS, Machado de. **Contos escolhidos**. 4. ed. São Paulo: Martin Claret, 2012, p. 50.
[817] ASSIS, Machado de. O espelho: esboço de uma nova teoria da alma humana. *In*: ASSIS, Machado de. **Contos escolhidos**. 4. ed. São Paulo: Martin Claret, 2012, p. 50.
[818] ASSIS, Machado de. O espelho: esboço de uma nova teoria da alma humana. *In*: ASSIS, Machado de. **Contos escolhidos**. 4. ed. São Paulo: Martin Claret, 2012, p. 53.
[819] ASSIS, Machado de. O espelho: esboço de uma nova teoria da alma humana. *In*: ASSIS, Machado de. **Contos escolhidos**. 4. ed. São Paulo: Martin Claret, 2012, p. 57.

inexplicável, por um impulso sem cálculo [...] Lembrou-me vestir a farda de alferes"[820].

Após aprontar-se e *"defronte do espelho, levantei os olhos, e... não lhes digo nada; o vidro reproduziu então a figura integral; nenhuma linha de menos, nenhum contorno diverso; era eu mesmo, o alferes, que achava, enfim a alma exterior"*[821]. É por isso que a sua segunda alma, que agora refletia apenas o seu distinto posto, acabou eliminando o homem.

Para o *"senhor alferes"* não havia nenhuma outra identidade a projetar.

Reconhecer a outra pessoa e, ser reconhecido por ela, integram a constituição da essência de todo indivíduo. Sobretudo, trata-se da formação do "ser-no-meio-do-mundo" que necessariamente pressupõe a visão do outro para que possa situar-se como ser coexistente, que ocupa determinado lugar e que, por existir concretamente, diferencia-se dos demais, assumindo para si a responsabilidade sobre a projeção de sua existência.

Na dependência mútua que permite a definição do ser, Paulo Perdigão resume que "a realidade humana é sempre Para-Si-Para-Outro"[822]. Isso importa considerar que as representações que antecedem a forma de enxergar o outro também derivam de uma construção social que impedem conhecer o sujeito para percepção do objeto eleito. Conforme Alfredo Bosi, "as representações não são arbitrárias nem aleatórias: reforçam o sistema simbólico do grupo, compõem as partes no todo, o indivíduo na sociedade"[823].

A farda trajada pelo senhor alferes era uma coisa existente fora do sujeito e com capacidade suficiente para encobri-lo garantindo o *status* público atribuído pelo âmbito social, propriamente, no comentado processo de reificação sobre o qual, no momento de objetivação do indivíduo, *"seguiu-se o isolamento de Jacobina, o desnorte, o estado de angústia e, no seu bojo, a decomposição da autoimagem que se refletiu no desfiamento da figura vista ao espelho"*[824].

---

[820] ASSIS, Machado de. O espelho: esboço de uma nova teoria da alma humana. *In*: ASSIS, Machado de. **Contos escolhidos**. 4. ed. São Paulo: Martin Claret, 2012, p. 56.
[821] ASSIS, Machado de. O espelho: esboço de uma nova teoria da alma humana. *In*: ASSIS, Machado de. **Contos escolhidos**. 4. ed. São Paulo: Martin Claret, 2012, p. 56.
[822] PERDIGÃO, Paulo. Existência & liberdade: uma introdução à filosofia de Sartre. Porto Alegre: L&PM, 1995, p. 138
[823] BOSI, Alfredo. O duplo espelho em um conto de Machado de Assis. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 28, n. 80, p. 237-246, 2014, p. 241.
[824] BOSI, Alfredo. O duplo espelho em um conto de Machado de Assis. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 28, n. 80, p. 237-246, 2014, p. 241.

Nesse ponto deve ser integrada a imagem ou o estereótipo do projeto de vida da pessoa com deficiência. A compreensão da deficiência de forma objetivada (assim como se fez para o "posto, a farda"[825] do senhor alferes), prevalentemente lhe rendeu a existência de um ambiente segregador e de colocação desse indivíduo na sumária condição de indiferença social e incapacidade para os atos de sua vida.

São as imagens estereotipadas que, em decorrência dos diferentes modelos que a deficiência assumiu ao longo de variáveis conjecturas sociais, precisam ser confrontadas pelo motivo de suas falsas percepções[826]. Tal razão também se fundamenta nos estudos de Elizabeth Bearden ao reconhecer a frequente associação da pessoa com deficiência a "suposições morais negativas"[827] sempre as inferiorizando, tais como, àquelas que a atribuem como sendo consequência a algo feito de errado, seja por culpa de seus ancestrais, pais, ou por si mesmas.

Trata-se do retrato de uma sociedade que enxergou na característica que diferencia a pessoa com deficiência, uma condição de menos valia para o desempenho de atividades sociais e pessoais. Propriamente, uma visão sob o vício capacitista, cujo ponto fundamental, como define Fiona Kumari Campbell, está na crença de que "*el impedimento o la discapacidad (sin importar de qué "tipo") es inherentemente negativo y deberia, en caso de surgir la posibilidad, ser mejorado, curado, o incluso eliminado*"[828].

O capacistismo (palavra inglesa *ableism*), corresponde a toda e qualquer discriminação praticada no ambiente social em decorrência da deficiência. As atitudes capacitistas evidenciam o enraizamento de tais concepções estereotipadas e demonstram a forma como a sociedade "lê as pessoas com

---

[825] BOSI, Alfredo. O duplo espelho em um conto de Machado de Assis. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 28, n. 80, p. 237-246, 2014, p. 241.
[826] SÁ, Maria de Fátima Freire de; MOUREIRA, Diogo Luna. **A capacidade dos incapazes**: saúde mental e uma releitura da teoria das incapacidades no direito privado. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011, p. 41.
[827] BEARDEN, Elizabeth B. **Monstrous kinds**: body, space and narrative in Renaissance representations of disability. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2019, p. 09.
[828] Tradução livre: "A deficiência ou incapacidade (independentemente do "tipo") é inerentemente negativa e deve, se surgir a possibilidade, ser melhorada, curada ou mesmo eliminada" (CAMPBELL, Fiona Kumari. **Contra la idea de capacidad**: una conversación preliminar sobre el capacitismo. Disponível em: https://bit.ly/32RuXxX. Acesso em: 06 ago. 2020, p. 02).

deficiência como não iguais, menos aptas ou não capazes para gerir a próprias vidas”[829].

Diante desse olhar variável e inconstante, que por vezes pode ser dirigido em prejuízo ou indiferença do Outro, não cabe desconsiderar a interferência que pode comprometer os indivíduos a projetarem-se. Afirma Jean-Paul Sartre que para aquele, que me capta como Outro-objeto, posso assumir diferentes compreensões “sou irado, hipócrita ou franco, covarde ou corajoso. Este aspecto me é remetido pelo olhar do Outro”[830] e, diante de toda e qualquer percepção, “enquanto me deixar fascinar pelo olhar do Outro, meu caráter irá figurar aos meus próprios olhos, como irrealizável [...]”[831].

Mediante as contribuições desenvolvidas por Axel Honneth, confirma-se que essas compreensões que pesam sobre o reconhecimento da pessoa com deficiência intelectual resulta no “diagnóstico do ‘sofrimento de indeterminação’ como uma patologia”[832] acometida pela afronta da auto-realização dos sujeitos diante da inexistência de iguais condições para realização da liberdade[833].

Conforme interpreta Maria Fátima Freire de Sá e Diogo Luna Moureira, qualquer forma de privação imposta ao indivíduo que obstaculize a sua percepção enquanto pessoa de direito e sujeito moral, inclusive a partir de “argumentos moralistas ou estigmatizantes, gera sentimento de desrespeito” [834], implicam no comprometimento ou na impossibilidade de sua autorrealização, isto é, no seu projeto de vida.

Entretanto, a condição do ser humano poder realizar seu projeto de vida, sobre o que compreenda como ideal e o leve a construir uma identidade existencial pela qual, reconheça-se e queira ser reconhecido em sociedade, são

---

[829] DIAS, Adriana. Por uma genealogia do capacitismo: da eugenia estatal à narrativa capacitista social. **Anais do I Simpósio Internacional de Estudos sobre a Deficiência**, São Paulo, p. 01-14, jun. 2013, p. 02.
[830] SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o nada**: ensaio de ontologia fenomenológica. Tradução de Paulo Perdigão. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 676.
[831] SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o nada**: ensaio de ontologia fenomenológica. Tradução de Paulo Perdigão. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 676.
[832] HONNETH, Axel. **Sofrimento de indeterminação**: uma reatualização da filosofia do direito de Hegel. Tradução de Rúrion Soares de Melo. São Paulo: Esfera Pública, 2007, p. 44.
[833] HONNETH, Axel. **Sofrimento de indeterminação**: uma reatualização da filosofia do direito de Hegel. Tradução de Rúrion Soares de Melo. São Paulo: Esfera Pública, 2007, p. 40.
[834] SÁ, Maria de Fátima Freire de; MOUREIRA, Diogo Luna. O direito subjetivo à morte digna: uma leitura do direito brasileiro a partir do caso José Ovídio González. **Civilistica.com**, v. 05, n. 02, p. 01-16, dez. 2016, p. 10.

prioridades que integram o núcleo da dignidade humana como desenvolvimento da liberdade existente e enquanto realização pessoal.

Na condição de ser a liberdade um "dado ontológico primário"[835], isto é inerente e constitutivo da própria existência humana e que somente se findará com a morte do ser, conclui-se que sob nenhuma hipótese existirão indivíduos que possam ser considerados desprovidos desse "elemento fundacional"[836] e da consequência de suas implementações sob a materialização de um autêntico projeto de vida.

Nessa razão o direito a constituir e a ter condições de desenvolver um projeto de vida, desprovido das barreiras artificialmente impostas pelo meio ambiente habitável, bem como, assegurado por "todos os meios que lhes permitam afastar ou, ao menos, atenuar as limitações impostas pelas suas deficiências"[837], precisa ser reafirmado também em face da pessoa com deficiência intelectual.

Nesse ponto, cabe ser destacado o caso Furlan e Familiares *vs.* Argentina, julgado em 31 de agosto de 2012, pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e sobre o qual, Sebastián Furlan na condição de ser pessoa com deficiência teve o seu projeto de vida gravemente comprometido diante da omissão do Estado argentino na concessão de assistência especializada e reabilitação oportuna que lhe pudesse promover sua "inclusão social, educativa, vocacional e laboral" [838] em consideração ao modelo social da deficiência.

A condição da deficiência de Sebastián Furlan foi ocasionada aos 14 anos de idade quando, ao se pendurar em um equipamento (suporte transversal)

---

[835] GARCÍA, Luis Alberto Quintana. Fundamentos del proyecto de vida en el derecho del trabajo: aportes jurídico-filosóficos y doctrinarios desde el caso peruano. **Revista de Direito do Trabalho, Processo do Trabalho e Direito da Seguridade Social**, Salvador, v. 05, n. 01, p. 01-25, jan./jun. 2021, p. 05.

[836] GARCÍA, Luis Alberto Quintana. Fundamentos del proyecto de vida en el derecho del trabajo: aportes jurídico-filosóficos y doctrinarios desde el caso peruano. **Revista de Direito do Trabalho, Processo do Trabalho e Direito da Seguridade Social**, Salvador, v. 05, n. 01, p. 01-25, jan./jun. 2021, p. 05.

[837] MEIRELLES, Jussara Maria Leal de. Diretivas antecipadas de vontade por pessoa com deficiência. *In*: MENEZES, Joyceane Bezerra de (Org.). **Direito da pessoa com deficiência psíquica e intelectual nas relações privadas** – A Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e Lei Brasileira de Inclusão. Rio de Janeiro: Processo, 2016, p. 713-731, p. 728.

[838] **ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU**. Corte Interamericana de Direitos Humanos. Caso Furlan e Familiares vs. Argentina. Disponível em: https://encurtador.com.br/doGJW. Acesso em: 17 mar. 2023, p. 90.

presente em um espaço para fins recreativos do Exército Argentino, o objeto com peso próximo a 50 kilos se desprendeu atingindo sua cabeça[839]. Sebatián sofreu uma concussão cerebral e de tronco que resultaram em sequelas irreversíveis com "manifestações obsessivas compulsivas, deterioração de personalidade, grau de incapacidade psíquica e irreversíveis transtornos cognitivos e motores pela desordem pós-traumática e reação neurológica anormal"[840].

Nos termos da sentença prolatada pela Corte Interamericana, o projeto de vida que se "expressa nas expectativas de desenvolvimento pessoal, profissional e familiar"[841] ao ter sido inobservado e desprotegido juridicamente pelo Estado Argentino, impôs uma série de limitações condenatórias para Sebastián Furlan:

> Sem dúvida, o projeto de vida de Sebastián Furlan foi gravemente afetado. Tendo em conta estas dificuldades que uma criança portadora de deficiência devia enfrentar em relação a suas próprias limitações e as possíveis dificuldades de integração, principalmente no âmbito social e escolar, a prova pericial ressaltou que Sebastián Furlan deveria ter recebido assistência especializada[842].

O comprometimento ao desenvolvimento existencial imposto para vida de Sebastián Furlan, foram relatadas por seus familiares e confirmadas pela Corte. Chama-se atenção para o sentido descrito sobre o qual, aquela pessoa que antes tinha uma vida em projeções, passou a ser "sombra do que foi"[843] pela impossibilidade que teve em receber o apoio devido para reconstrução do seu projeto.

> Passou de ser um bom aluno a ser o último, onde infelizmente lhe permitiam estar na sala de aula como ouvinte. Passou de ser um jogador da equipe juvenil de basquete do Clube Ciudadela Norte a ser uma pessoa que apenas podia caminhar. Passou de falar rápido a

---

[839] **ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU**. Corte Interamericana de Direitos Humanos. Caso Furlan e Familiares vs. Argentina. Disponível em: https://encurtador.com.br/doGJW. Acesso em: 17 mar. 2023, p. 90.

[840] MERLI, Isadora Marques; RIANELLI, Luiza Lima. **Furlan e Familiares vs. Argentina (2012)**: o dano ao projeto de vida. Núcleo Interamericano de Direitos Humanos da Faculdade Nacional de Direito da UFRJ. Disponível em: https://nidh.com.br/furlan. Acesso em: 17 mar. 2023.

[841] **ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU**. Corte Interamericana de Direitos Humanos. Caso Furlan e Familiares vs. Argentina. Disponível em: https://encurtador.com.br/doGJW. Acesso em: 17 mar. 2023, p. 91.

[842] **ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU**. Corte Interamericana de Direitos Humanos. Caso Furlan e Familiares vs. Argentina. Disponível em: https://encurtador.com.br/doGJW. Acesso em: 17 mar. 2023, p. 91.

[843] **ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU**. Corte Interamericana de Direitos Humanos. Caso Furlan e Familiares vs. Argentina. Disponível em: https://encurtador.com.br/doGJW. Acesso em: 17 mar. 2023, p. 91.

> apenas balbuciar. [...] Passou de ter amigos e companheiros a ficar afastado, discriminado e absolutamente sozinho e sem nenhuma relação social. Passou de ter uma extraordinária agilidade em karatê, basquete, natação e outros esportes a apenas *ser uma sombra do que foi.* Passou de ser convidado a todos os aniversários de vizinhos e amigos a ser marginalizado e apenas comparecer aos aniversários quando era o seu ou o de seu irmão. Passou de ser livre e independente a estar limitado, controlado, medicado e dependente. Passou de ter uma tremenda vontade de viver a tentar se matar em duas oportunidades. Passou de ter uma família numerosa a que ninguém se importe com ele porque não era socialmente confiável[844]. (destaque nosso)

Infere-se que a Corte Interamericana reconheceu o direito ao projeto de vida da pessoa com deficiência adstrito ao modelo social, sobre o qual "a deficiência não se define exclusivamente pela presença de uma deficiência física, mental, intelectual ou sensorial, mas que se interrelaciona com as barreiras ou limitações existentes socialmente"[845].

Nesse sentido, seria possível tutelar o projeto de vida da pessoa com deficiência intelectual atribuindo-lhe uma concepção constitucional de fundamentalidade? Inclusive, dentre a categoria dos direitos humanos e dos direitos fundamentais, também seria devido diferenciá-lo?

Cumpre observar que a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) já havia se manifestado em diferentes atuações sobre o reconhecimento do projeto de vida e a necessidade de sua proteção jurídica[846]. No julgamento do caso Loyaza Tamayo vs. Peru de 1998[847], o Juiz Antônio Cançado Trindade definiu que *"El "proyecto de vida" se asocia al concepto de realización personal,*

---

[844] **ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU**. Corte Interamericana de Direitos Humanos. Caso Furlan e Familiares vs. Argentina. Disponível em: https://encurtador.com.br/doGJW. Acesso em: 17 mar. 2023, p. 91.

[845] **ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU**. Corte Interamericana de Direitos Humanos. Caso Furlan e Familiares vs. Argentina. Disponível em: https://encurtador.com.br/doGJW. Acesso em: 17 mar. 2023, p. 45.

[846] Em complementação, citam-se os seguintes casos submetidos a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH): Cantoral Benavides *vs.* Peru (julgado em 18 de agosto de 2000); Gutiérrez Soler *vs*. Colômbia (julgado em 12 de setembro de 2005); Bulacio *vs.* Argentina (julgado em 18 de setembro de 2003) e Gelman *vs.* Uruguai (julgado em 24 de fevereiro de 2011).

[847] "O caso se refere à detenção de Maria Elena Loayza Tamayo pela Divisão Nacional contra o Terrorismo" (DINCOTE), por suspeita da sua suposta vinculação como colaboradora do grupo "Sendero Luminoso". Após a sua detenção, permaneceu incomunicável durante 10 dias e foi sujeita a torturas, tratos cruéis e degradantes e violência sexual, tudo com a finalidade de que se auto-incriminasse. Perante as suas respostas negativas, Maria Elena Loayza Tamayo foi acusada do crime de traição à pátria e julgada por várias instâncias militares, tendo sido finalmente absolvida. No entanto, o seu caso foi transferido ao foro civil, y Loayza Tamayo foi condenada a 20 anos de prisão por um Tribunal Especial e "sem rosto", pelo delito de terrorismo. Ao largo de todo o processo, tanto militar como civil, a vítima permaneceu privada de liberdade" (CEJIL. **Loayza Tamayo**. Processo. Disponível em: https://t.ly/kMDM-. Acesso em: 12 jan. 2024.

que a su vez se sustenta en las opciones que el sujeto puede tener para conducir su vida y alcanzar el destino que se propone"[848].

Sequencialmente, no caso Niños de la Calle vs. Guatemala de 1999[849], também referendou que *"[...] el proyecto de vida es consustancial del derecho a la existencia, y requiere para su desarrollo condiciones de vida digna, de seguridad e integridad de la persona humana"*[850].

Em ambos os casos os Estados demandados foram condenados, dentre outros direitos humanos violados, ao descumprimento do artigo 1º da Convenção Americana de Direitos Humanos (1969), sobre o qual "Os Estados-partes nesta Convenção comprometem-se a respeitar os direitos e liberdades nela reconhecidos e a garantir seu livre e pleno exercício a toda pessoa que esteja sujeita à sua jurisdição, [...]"[851].

A correspondente intervenção realizada pelo sistema internacional de proteção dos direitos humanos, diante da atuação da Corte Interamericana, evidencia de acordo com Flávia Piovesan, uma garantia adicional de proteção sempre que houver a inobservância dos parâmetros mínimos ("mínimo ético irredutível")[852] instituídos aos Estados em respeito dos direitos humanos[853].

---

[848] Tradução livre: "O 'projeto de vida' está associado ao conceito de realização pessoal, que por sua vez se baseia nas opções que o sujeito pode ter para conduzir sua vida e chegar ao destino desejado" (**ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS – OEA**. Corte Interamericana de Derechos Humanos. Caso Loayza Tamayo Vs. Perú. Disponível em: https://t.ly/bPkGL. Acesso em: 12 jan. 2024, p. 39).

[849] "Os fatos do caso referem-se à execução extrajudicial de um grupo de 5 adolescentes de rua, 3 deles menores. 4 das vítimas foram anteriormente sequestradas e torturadas. A Corte Interamericana colocou os acontecimentos no contexto de uma prática estatal de ameaças, prisões, tratamentos cruéis, desumanos e degradantes e homicídios contra 'crianças de rua' por parte de agentes de segurança do Estado como forma de combater a criminalidade juvenil. A Corte Interamericana aplicou normas de proteção ao direito à vida que incluíam a garantia de uma existência digna, com foco na situação de risco a que estavam expostas as 'crianças de rua', além de aplicar critérios de análise abrangentes do processo. Concluiu pelo descumprimento por parte do Estado da obrigação de investigar os fatos de forma eficaz e adequada" (CEJIL. **Niños de la Calle (Villagrán Morales y otros)**. Causa. Disponível em: https://t.ly/mx5t2. Acesso em: 12 jan. 2024).

[850] Tradução livre: "[...] o projeto de vida é inerente ao direito à existência, e requer para o seu desenvolvimento condições de vida digna, segurança e integridade da pessoa humana" (**ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS – OEA**. Corte Interamericana de Derechos Humanos. Caso de los "Niños de la Calle" (Villagrán Morales y otros) Vs. Guatemala. Disponível em: https://t.ly/eOduL. Acesso em: 12 jan. 2024, p. 66).

[851] BRASIL. **Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992**. Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969.

[852] PIOVEZAN, Flávia. Direito ao desenvolvimento: desafios contemporâneos. **Revista da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo**, São Bernando do Campo, v. 16, p. 64-81, 2015, p. 67.

[853] PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o Direitos Constitucional Internacional.** 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 67.

Nessa condição, a ratificação de um tratado internacional de direitos humanos, não se torna um ato inócuo ao Estado signatário. Pois, à medida que "endossa a concepção universal dos direitos humanos"[854] também se traduz em uma série de obrigações que devem conjugar a proteção das pessoas que vivem em seu território.

Nas situações ocorridas, a afronta ao projeto de vida se conjugou diante da redução imposta à liberdade objetiva das vítimas, propriamente, a liberdade fenomenal defendida por Carlos Fernandez Sessarego, que nada mais é do que a liberdade exercida em "consequência de uma decisão livre conducente ao cumprimento do destino pessoal"[855].

De forma inquestionável, todo projeto de vida encontra-se "indissoluvelmente vinculado à liberdade de cada pessoa"[856]. Liberdade essa que também se encontra tutelada de forma específica em prol das pessoas com deficiência por força da Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, com destaque aos artigos 3º, alínea "a" e 19[857].

Para Carlos Fernández Sessarego, embora todos direitos fundamentais sejam interdependentes, esses podem ser divididos entre fundantes e fundados. Nesse sentido, os direitos fundamentais fundantes que poderiam ser considerados pré-existentes, são aqueles relativos à vida, à liberdade, à

---

[854] PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o Direitos Constitucional Internacional.** 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 67.

[855] SESSAREGO, Carlos Fernández. **El "proyecto de vida" y los derechos fundamentales en el anteproyecto constitucional**. Disponível em: https://t.ly/f7yTt. Acesso em: 27 mar. 2023.

[856] PEREIRA, Antônio Celso Alves. Antônio Augusto Cançado Trindade e a humanização do direito brasileiro. **Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos**, Fortaleza, v. 12, n. 12, p. 59-69, 2012, p. 62.

[857] **Artigo 3º.** Princípios Gerais. "Os princípios da presente Convenção são: a) O respeito pela dignidade inerente, a autonomia individual, inclusive a liberdade de fazer as próprias escolhas, e a independência das pessoas; [...]" e **Artigo 19.** Vida independente e inclusão na comunidade. "Os Estados Partes desta Convenção reconhecem o igual direito de todas as pessoas com deficiência de viver na comunidade, com a mesma liberdade de escolha que as demais pessoas, e tomarão medidas efetivas e apropriadas para facilitar às pessoas com deficiência o pleno gozo desse direito e sua plena inclusão e participação na comunidade, inclusive assegurando que: a) As pessoas com deficiência possam escolher seu local de residência e onde e com quem morar, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, e que não sejam obrigadas a viver em determinado tipo de moradia; b) As pessoas com deficiência tenham acesso a uma variedade de serviços de apoio em domicílio ou em instituições residenciais ou a outros serviços comunitários de apoio, inclusive os serviços de atendentes pessoais que forem necessários como apoio para que as pessoas com deficiência vivam e sejam incluídas na comunidade e para evitar que fiquem isoladas ou segregadas da comunidade; c) Os serviços e instalações da comunidade para a população em geral estejam disponíveis às pessoas com deficiência, em igualdade de oportunidades, e atendam às suas necessidades (**ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU**. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Disponível em: https://bit.ly/3okf2p0. Acesso em: 18 out. 2022).

identidade e à integridade psicossomática. *"La libertad del ser humano, en cuanto sustento ontológico de la vida, de la unidad psicosomática y de la identidad, es el fundamento de todos los derechos de la persona"*[858].

Por sua vez, os direitos fundamentais fundados são todos aqueles instrumentalizadores e que se constituem como decorrentes dos direitos fundantes. Consideram-se dentre eles, os direitos *"económicos, sociales, civiles, culturales y políticos que han de permitir la creación y establecimiento social de dichas condiciones exteriores, [...] para que cada ser humano pueda realizar y cumplir su propio e intransferible destino"*[859].

Nesse desdobramento, considerando que para Carlos Fernández Sessarego "O 'projeto de vida' significa a presença da liberdade que somos na realidade ou experiência de vida comunitária"[860], no sentido pelo qual, *"soy el que decidí ser", "vivo como decidí vivir", "hago lo que decidí hacer"*[861], conclui-se que para o professor peruano, o projeto de vida, que é correspondente a liberdade fenomenal, deve ser reconhecido como um direito fundamental fundante que dá sentido a todos os demais direitos.

José Carlos Vieira de Andrade na obra "Os direitos fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976"[862] aduz que ao âmbito material dos direitos fundamentais, que integram os direitos consagrados no catálogo constitucional, também se ratifica a necessidade de subordinação e observância do legislador às normas internacionais que contenham direitos fundamentais análogos aos direitos, liberdades e garantias[863].

---

[858] Tradução livre: "A liberdade do ser humano, como suporte ontológico da vida, da unidade psicossomática e da identidade, é o fundamento de todos os direitos humanos" (SESSAREGO, Carlos Fernández. **El "proyecto de vida" y los derechos fundamentales en el anteproyecto constitucional**. Disponível em: https://t.ly/f7yTt. Acesso em: 27 mar. 2023).

[859] Tradução livre: "[…] econômico, social, civil, cultural e político que deve permitir a criação e o estabelecimento social das referidas condições externas, [...] para que cada ser humano possa realizar e cumprir o seu destino próprio e intransferível" (SESSAREGO, Carlos Fernández. **El "proyecto de vida" y los derechos fundamentales en el anteproyecto constitucional**. Disponível em: https://t.ly/f7yTt. Acesso em: 27 mar. 2023).

[860] SESSAREGO, Carlos Fernández. **El "proyecto de vida" y los derechos fundamentales en el anteproyecto constitucional**. Disponível em: https://t.ly/f7yTt. Acesso em: 27 mar. 2023.

[861] Tradução livre: "[…] 'eu sou quem decidi ser', 'vivo como decidi viver', 'faço o que decidi fazer'" (SESSAREGO, Carlos Fernández. **El "proyecto de vida" y los derechos fundamentales en el anteproyecto constitucional**. Disponível em: https://t.ly/f7yTt. Acesso em: 27 mar. 2023).

[862] ANDRADE, José Carlos Vieira de. **Os direitos fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976**. 5. ed. Coimbra: Almedina, 2012.

[863] ANDRADE, José Carlos Vieira de. **Os direitos fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976.** 3. ed. Coimbra: Almedina, 2006, p. 189.

Assim, ao referenciar enquanto “fontes de direitos fundamentais”[864], o professor português afirma que essas não devem se limitar à Constituição escrita, mas, sim, estender-se às leis e às normas aplicáveis de direito internacional[865].

Isso aproxima-se da permissiva trabalhada por Paulo Ricardo Schier sobre a “cláusula de abertura dos direitos fundamentais”[866] consagrada nos termos do artigo 5º, §2º da Constituição da República: “Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte”.

Conforme Paulo Ricardo Schier, é devido o reconhecimento de direitos fundamentais tanto expressos como implícitos em âmbito nacional, estejam esses, dentro ou fora do catálogo constitucional.

Para os direitos fora do catálogo, será ainda possível diferenciá-los entre aqueles que sejam “decorrentes do regime jurídico adotado pela Constituição, mas plasmados na própria constituição formal”[867] ou, uma vez formalmente recepcionados, como “decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos e, assim, não integrantes, ao menos diretamente, do documento constitucional formal”[868].

Ingo Wolfgang Sarlet compartilha desse entendimento na consideração de que os direitos humanos “internacionalmente consagrados”[869] sempre deverão ser extensíveis a todo ser humano. Entretanto, a eficácia jurídica e

---

[864] ANDRADE, José Carlos Vieira de. **Os direitos fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976.** 3. ed. Coimbra: Almedina, 2006, p. 74.
[865] ANDRADE, José Carlos Vieira de. **Os direitos fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976.** 3. ed. Coimbra: Almedina, 2006, p. 74.
[866] SCHIER, Paulo Ricardo. Novos desafios da filtragem constitucional no momento do neoconstitucionalismo. **Revista de Direito Administrativo e Constitucional – A£C**, Belo Horizonte, a. 05, n. 20, p. 145-165, abr./jun. 2005, p. 158.
[867] SCHIER, Paulo Ricardo. Novos desafios da filtragem constitucional no momento do neoconstitucionalismo. **Revista de Direito Administrativo e Constitucional – A£C**, Belo Horizonte, a. 05, n. 20, p. 145-165, abr./jun. 2005, p. 159.
[868] SCHIER, Paulo Ricardo. Novos desafios da filtragem constitucional no momento do neoconstitucionalismo. **Revista de Direito Administrativo e Constitucional – A£C**, Belo Horizonte, a. 05, n. 20, p. 145-165, abr./jun. 2005, p. 159.
[869] SARLET, Ingo Wolfang. Conceito de direitos e garantias fundamentais. *In*: NUNES JR, Vidal Serrano [*et al.*] (Orgs.). **Enciclopédia Jurídica da PUCSP:** direito administrativo e constitucional – tomo II. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017, p. 13.

social dos direitos humanos que não integrem o rol dos direitos fundamentais de determinado Estado, estará condicionada a necessária recepção normativa[870].

De toda forma, como ratifica Melina Girardi Fachin, o acolhimento de um conceito materialmente aberto de direitos fundamentais inferido pela respectiva cláusula de abertura (artigo 5º, §2º da Constituição), deve ser ovacionado pela permissiva "oxigenação e diálogo com os ditos direitos humanos"[871] que se torna concretizável.

Entretanto, como adverte José Carlos Vieira de Andrade, não se pode querer adotar um critério ampliativo ou extensivo de direitos fundamentais em nome da de uma "preocupação maximalista de enquadramento e proteção"[872]. A condição de tudo ser assumido dentro da jusfundamentalidade acabará provocando o próprio "amolecimento e a descaracterização do conceito de direito fundamental"[873].

Assim, anuindo com o entendimento de Paulo Ricardo Schier, importa considerar que o reconhecimento de direitos advindos também em sede de tratados internacionais, somente poderão ser designados como fundamentais mediante a constatação de sua "nota de fundamentalidade"[874].

Nesse contexto, considerando que o *status* constitucional da Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência já se encontra sedimentado em âmbito nacional[875], a interpretação sobre a fundamentalidade[876] almejada para o direito ao projeto de vida da pessoa com deficiência poderá ser reconhecida a partir da constatação do seu critério de vinculação múltipla aos princípios fundamentais defensável por Paulo Ricardo Schier.

---

[870] SARLET, Ingo Wolfang. **A eficácia dos direitos fundamentais:** uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. 13. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2021, p. 34.

[871] FACHIN, Melina Girardi. Todos os nomes e um só sentido a aproximação dos direitos humanos aos direitos fundamentais tendo em vista sua efetivação prática. **Revista Brasileira de Direito Internacional – RBDI**, Curitiba, v. 03, n. 03, p. 51-75, jun. 2006, p. 63.

[872] ANDRADE, José Carlos Vieira de. **Os direitos fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976.** 3. ed. Coimbra: Almedina, 2006, p. 79.

[873] ANDRADE, José Carlos Vieira de. **Os direitos fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976.** 3. ed. Coimbra: Almedina, 2006, p. 79.

[874] SCHIER, Paulo Ricardo. Novos desafios da filtragem constitucional no momento do neoconstitucionalismo. **Revista de Direito Administrativo e Constitucional – A£C**, Belo Horizonte, a. 05, n. 20, p. 145-165, abr./jun. 2005, p. 159.

[875] Referencia-se o cumprimento do procedimento formal instituído no artigo 5º, § 3º da Constituição da República.

[876] Referencia-se o artigo 5º, § 2º da Constituição da República.

Conforme ratificado pelo professor: “[...] a fundamentalidade dos direitos deve ser encontrada não apenas através da conexão deles com o princípio da dignidade da pessoa humana mas, sim, da conexão com o conjunto de todos os princípios fundamentais”[877].

Nesse primeiro ponto, o direito ao projeto de vida deve ser interligado ao princípio da dignidade da pessoa humana aproximando-se de um conteúdo material individual e concreto. “[...] não uma dignidade abstrata, decorrente de suposta universalidade de valores. [...] fundada apenas em valores liberais da autonomia do sujeito. Nem tampouco a dignidade dos discursos vazios [...]”[878].

Para essa contribuição, a Corte Constitucional Colombiana identificou em sua jurisprudência três diretrizes “claras e diferenciáveis”[879] referentes ao conceito normativo da dignidade humana que são atribuídas a pessoa natural e estão correlacionadas ao seu projeto de vida. Conforme passa-se a discorrer, essas se resumem a (i) *“vivir como quiera”*; (ii) *“vivir bien”* e (iii) *“vivir sin humillaciones”*[880].

A primeira corresponde a dignidade humana como autonomia individual e sobre a qual, passa a ser materializada diante da possibilidade de livre escolha e condução de um projeto de vida. A segunda aduz sobre a dignidade humana em correlação com as condições materiais e concretas que permitirão o desenvolvimento daquele projeto. Por sua vez, a terceira acepção compreende a dignidade humana vinculada a intangibilidade dos direitos existenciais, da integridade física e espiritual (moral), que são condicionantes para constituição e concretização do projeto de vida.

A superação da abstratividade normativa da dignidade humana quando sumariamente apontada apenas na correspondência como valor ou princípio deve ser percebida conforme Paulo Ricardo Schier, “a partir de nossa sociedade,

---

[877] SCHIER, Paulo Ricardo. Novos desafios da filtragem constitucional no momento do neoconstitucionalismo. **Revista de Direito Administrativo e Constitucional – A£C**, Belo Horizonte, a. 05, n. 20, p. 145-165, abr./jun. 2005, p. 164.

[878] SCHIER, Paulo Ricardo. Novos desafios da filtragem constitucional no momento do neoconstitucionalismo. **Revista de Direito Administrativo e Constitucional – A£C**, Belo Horizonte, a. 05, n. 20, p. 145-165, abr./jun. 2005, p. 163.

[879] COLOMBIA. **Corte Constitucional Colombiana**. Sentencia T 881-02 de 17 de outubro de 2002. Disponível em: https://encurtador.com.br/iCRS0. Acesso em: 07 jan. 2024.

[880] Tradução livre: (i) “viver como quiser”; (ii) “viver bem” e (iii) “viver sem humilhação” (COLOMBIA. **Corte Constitucional Colombiana**. Sentencia T 881-02 de 17 de outubro de 2002. Disponível em: https://encurtador.com.br/iCRS0. Acesso em: 07 jan. 2024).

de nosso direito, de nossa constituição”[881], sobretudo, em consideração da dimensão social daquela pessoa humana que a titulariza. Isso permitirá incluir as pessoas com deficiência na medida de suas particulares vulnerabilidades, bem como, implementar medidas que sejam eficazes em atender “às circunstâncias em que o ser humano se desenvolve”[882].

Ademais, em complementação a definição de fundamentalidade do projeto de vida, deve-se reconhecer como conexo os demais princípios fundamentais que lhe sirvam como substrato de implementação a exemplo da cidadania, valores sociais do trabalho e o pluralismo[883].

Em fundamento, Carlos Fernandéz Sessarego afirma que a “liberdade que somos” (liberdade ontológica) está protegida conjuntamente com a tutela do direito fundamental a vida que lhe serve de sustento. E o projeto de vida (liberdade fenomênica) deve ser *“protegida autónomamente por el ordenamiento jurídico mediante los derechos fundamentales”* [884].

Nesse ponto cabe à consideração sobre a heterogeneidade do conteúdo dos direitos apresentada por José Carlos Vieira de Andrade. De acordo com o professor, a textura normativa dos direitos não pode ser reconhecida como homogênea por envolverem a seguinte duplicidade de conteúdos: (i) conteúdo principal ou núcleo essencial (referente as faculdades e ou garantias específicas de cada hipótese) e (ii) conteúdo instrumental ou camadas envolventes (que são aqueles outros direitos complementares que visam da mesma forma assegurar o respeito, e proteção do direito fundamental)[885].

Referida complementaridade entre direitos também são extensíveis a concepção e concretização do direito ao projeto de vida, pois, sempre estarão inter-relacionados a própria tutela existencial do ser humano. Esse é o sentido

---

[881] SCHIER, Paulo Ricardo. Novos desafios da filtragem constitucional no momento do neoconstitucionalismo. **Revista de Direito Administrativo e Constitucional – A£C**, Belo Horizonte, a. 05, n. 20, p. 145-165, abr./jun. 2005, p. 163.

[882] COLOMBIA. **Corte Constitucional Colombiana**. Sentencia T 881-02 de 17 de outubro de 2002. Disponível em: https://encurtador.com.br/iCRS0. Acesso em: 07 jan. 2024.

[883] SCHIER, Paulo Ricardo. Novos desafios da filtragem constitucional no momento do neoconstitucionalismo. **Revista de Direito Administrativo e Constitucional – A£C**, Belo Horizonte, a. 05, n. 20, p. 145-165, abr./jun. 2005, p. 161.

[884] Tradução livre: “[...] protegida autonomamente pelo ordenamento jurídico mediante os direitos fundamentais” (SESSAREGO, Carlos Fernández. **El “proyecto de vida” y los derechos fundamentales en el anteproyecto constitucional**. Disponível em: https://t.ly/f7yTt. Acesso em: 27 mar. 2023).

[885] ANDRADE, José Carlos Vieira de. **Os direitos fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976.** 3. ed. Coimbra: Almedina, 2006, p. 165-166.

sobre o qual afirma Robert Alexy que “a fundamentabilidade fundamenta, assim, a prioridade sobre todos os escalões do sistema jurídico”[886].

Portanto, é certo afirmar que contemporaneamente o rol dos direitos e garantias instituídos em prol do grupo social das pessoas com deficiência encontra-se ampliado para atender a sua vida em todas as dimensões. Conjuntamente com as previsões constitucionais e fundamentais, pode ser também identificado o grupo “dos direitos expressos nos tratados internacionais subscritos pelo Brasil”[887], conforme identificado por Flávia Piovesan.

Para categorização desses direitos, padece de consesualismo doutrinário o emprego das expressões entre direitos humanos e direitos fundamentais.

Conforme Ingo Wolfgang Sarlet os direitos fundamentais sempre serão direitos humanos, embora, não sejam a mesma coisa, mas, fenômenos diferentes que possuem conexões[888]. A expressão direitos fundamentais refere-se a fenômeno propriamente constitucional correspondente aos direitos do cidadão de determinado Estado, por tanto, que são reconhecidos na esfera do Direito Constitucional interna e positiva do Estado[889].

Nessa fundamentação, Pedro Cruz Villalon identifica que os direitos fundamentais são aqueles que estão identificados à categoria dogmática do direito constitucional por serem aqueles que nascem e morrem com a Constituição, de forma que, os direitos fundamentais “*son los derechos subjetivos anteriormente identificados, en cuanto encuentran reconocimiento en las Constituciones y en la medida en que de este reconocimiento se deriva alguna consecuencia jurídica”*[890]

A expressão direitos humanos revela uma dimensão internacionalista não delimitada em âmbitos geográficos. São os direitos de todos os homens e em

---

[886] ALEXY, Robert. Direitos fundamentais no Estado Constitucional Democrático: para a relação entre direitos do homem, direitos fundamentais, democracia e jurisdição constitucional. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 217, p. 55-66, jul./set. 1999, p. 61.

[887] PIOVESAN, Flávia. **O direito internacional dos direitos humanos e a redefinição da cidadania no Brasil.** Disponível em: https://encurtador.com.br/lxGV9. Acesso em: 08 jan. 2024, p. 33.

[888] SARLET, Ingo Wolfang. **A eficácia dos direitos fundamentais:** uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. 13. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2021, p. 29.

[889] SARLET, Ingo Wolfang. **A eficácia dos direitos fundamentais:** uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. 13. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2021, p. 32.

[890] VILLALON, Pedro Cruz. Formación y evolución de los derechos fundamentales. **Revista Española de Derecho Constitucional**, Madrid, a. 09, n. 25, p. 35-62, jan./abr. 1989, p. 41.

todos os lugares. Adota-se sobre esses uma concepção mais ampla, estando concebidos de forma contemporânea a partir da Declaração Universal de 1948, como “unidade indivisível, interdependente e inter-relacionada, na qual os valores da igualdade e liberdade se conjugam e se completam”[891].

Conforme Flávia Piovesan, enquanto a característica da universalidade dos direitos humanos volta-se unicamente para proteção da pessoa humana; o reconhecimento de sua indivisibilidade, afirma que todos os demais direitos conjugam-se sem prevalecimentos ou diferenciações instituídas entre classes, tais como, entre os direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais[892].

A condição de proximidade com os fins que tanto os direitos humanos, quanto os direitos fundamentais revelam, os fazem serem identificados em uma única e nova denominação assumida por Manoel Gonçalves Ferreira Filho, como *“direitos humanos fundamentais”*[893].

Esses direitos podem ser confirmados dentro de cinco traços relacionados pelo autor, são eles: (i) vinculação à dignidade da pessoa humana; (ii) extensíveis a todas as pessoas humanas; (iii) dotados de valor moral; (iv) passíveis de promoção ou garantia pelo direito; e (v) possuem essencialidade individual[894].

Nessa condição, identificam-se os “*direitos humanos fundamentais materiais*, portanto, “verdadeiros” direitos fundamentais. Outros, mesmo que inscritos numa Declaração, caso não apresentem todos esses caracteres, serão *direitos fundamentais apenas formais*”.

Nesse acolhimento, Ingo Wolfang Sarlet também anui ressaltando que a expressão direitos humanos fundamentais, não afasta as diferenciações inerentes a ambas as categorias, porém, possui “a nítida vantagem de ressaltar, relativamente aos direitos humanos de matriz internacional, que também estes dizem com o reconhecimento e proteção [...] essenciais de todos”.

---

[891] PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o Direitos Constitucional Internacional.** 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 75.
[892] PIOVEZAN, Flávia. Direito ao desenvolvimento: desafios contemporâneos. **Revista da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo**, São Bernando do Campo, v. 16, p. 64-81, 2015, p. 68.
[893] FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Direitos humanos fundamentais.** 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 204.
[894] FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Direitos humanos fundamentais.** 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 204.

Assim, conclui Ingo Wolfang Sarlet que a fundamentalidade em sentido material são próprias aos direitos humanos por revelarem a partir de seu conteúdo "[...] decisões fundamentais sobre a estrutura do Estado e da sociedade, de modo especial, porém, no que diz com a posição nestes ocupada pela pessoa humana"[895].

Nessa relação, a aproximação entre ambas as categorias também é referendada de forma louvável por Melina Girardi Fachin, justificando-a como uma forma de ser eliminada barreiras impeditivas no momento da atuação prática[896]. Esse é o ponto central apontado por Joaquín Herrera Flores, "[...] o problema não é como um direito se transforma em direito humano, mas, sim como um "direito humano" consegue se transformar em direito, ou seja, como consegue obter a garantia jurídica para sua melhor implantação e efetividade"[897].

É nesse sentido que, assim como a imagem do homem interior do Jacobina não era refletida no espelho, se não a farda do homem exterior, a imagem da pessoa com deficiência intelectual quando inobservada da condição de ser um direito humano fundamental e moldada pelo capacitismo, não refletirá que ela é alguém que tem um projeto de vida a construir.

Vencida a configuração que permite reconhecer o projeto de vida da pessoa com deficiência como *direito humano fundamental*, a continuidade que se sobrepõe na parte final dessa pesquisa, busca contribuir com a especificação do Projeto de Vida Estendido da pessoa com deficiência intelectual, fundamentado nas bases da autonomia relacional.

3.3.2 O Projeto de Vida Estendido da Pessoa com Deficiência Intelectual e a Autonomia Relacional

Diante do contexto trabalhado ao longo dessa tese, o que precisa ser sobretudo considerado são as inúmeras variações que os projetos de vida

---

[895] SARLET, Ingo Wolfang. **A eficácia dos direitos fundamentais:** uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. 13. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2021, p. 76.

[896] FACHIN, Melina Girardi. Todos os nomes e um só sentido a aproximação dos direitos humanos aos direitos fundamentais tendo em vista sua efetivação prática. **Revista Brasileira de Direito Internacional – RBDI**, Curitiba, v. 03, n. 03, p. 51-75, jun. 2006, p. 63.

[897] FLORES, Joaquín Herrera. **A reinvenção dos direitos humanos.** Tradução de Carlos Roberto Diogo Garcia. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009, p. 28.

poderão receber a partir da vasta diversidade e particularidades dos indivíduos que o titularizarão.

Tal fato não deixa de constituir um paradoxo a ser enfrentado, sobretudo, no caso dos projetos de vida da pessoa com deficiência intelectual. Se a definição do que fazer com a própria vida, fundamenta-se em uma escala de valores pessoais[898], como atribuir para outrem essa tarefa? Seria possível delegar a um terceiro a projeção de vida futura sem aniquilar a própria existência? Qual o princípio informador e os elementos constitutivos do projeto de vida da pessoa com deficiência intelectual?

De início, a resposta precisa ser refletida advertindo-se para que não se cometa o risco na utilização do "argumento por analogia"[899] que parte da "relação causal entre nossos estados mentais e o nosso comportamento"[900]. Itamar Luís Gelain pontua que quando se parte do pressuposto que "as outras pessoas têm comportamentos similares ao meu"[901] o problema está em "sugerir algo que não pode ser verificado, bem como em propor uma generalização incerta a partir de um único caso, isto é, o meu"[902].

Ademais, cabe confirmar que todo projeto de vida poderá ser compreendido e poderá ser aproximado do projeto dos demais indivíduos diante da universalidade existente. À medida que cada ser humano se constitui por meio de modificações e aperfeiçoamentos do seu projeto, também torna possível entender o projeto da outra pessoa de acordo com a relatividade de cada época e das características que os individualizam. Jean- Paul Sartre afirma que "temos sempre a possibilidade de entender o idiota, a criança, o primitivo ou o estrangeiro, desde que tenhamos informações suficientes"[903].

Para a pessoa com deficiência intelectual, há que ser considerada por primeiro as especificidades da própria pessoa para posterior identificação,

---

[898] SESSAREGO, Carlos Fernández. **Breves apuntes sobre el proyecto de vida y su protección jurídica**. Disponível em: https://snip.ly/d7b9dj. Acesso em: 15 fev. 2023.
[899] GELAIN, Itamar Luís. **Peter F. Strawson:** metafísica e ceticismo. Londrina: Thoth, 2022, p. 98.
[900] GELAIN, Itamar Luís. **Peter F. Strawson:** metafísica e ceticismo. Londrina: Thoth, 2022, p. 98
[901] GELAIN, Itamar Luís. **Peter F. Strawson:** metafísica e ceticismo. Londrina: Thoth, 2022, p. 98
[902] GELAIN, Itamar Luís. **Peter F. Strawson:** metafísica e ceticismo. Londrina: Thoth, 2022, p. 98
[903] SARTRE, Jean-Paul. **O existencialismo é um humanismo**. Tradução de Rita Correia Guedes. Disponível em: https://curtlink.com/qUp9. Acesso em: 10 jun. 2023.

compreensão e colaboração ao seu projeto vital. Conforme Franklin Leopoldo e Silva, deve ser descortinada a existência como processo indeterminado de auto-constituição, nisso reside a contribuição da filosofia existencialista[904]. “Não se pode mais contar com a ligação tradicional entre atributo essencial e atributos acidentais, formando uma totalidade constituída”[905].

Nessa confrontação, conforme apresentado anteriormente ao tratar do caso da menina Ashely (item 2.1), recorda-se que para Carlos Fernández Sessarego, o projeto de vida inautêntico ocorre quando o projeto vivenciado por determinado indivíduo não é correspondente aquele que o mesmo possa ter concebido ou desejado para si [906].

São inautênticos por terem sido impostos por terceiros ou assumidos diante das circunstâncias, por ausência de habilidades pessoais ou de oportunidades, que deveriam permitir considerar a vocação existencial que necessita guiar o autêntico projeto de vida[907].

Assim, refere-se aos projetos inautênticos aqueles assumidos em desconsideração dos anseios de quem o exerce. Sobre esses, Carlos Fernández Sessarego também não desconsiderou que a sua aplicação poderia resultar em comprometimentos para o crescimento pessoal do indivíduo e em consequências psicológicas negativas[908].

Por isso, afirma-se o posicionamento pelo qual, a admissibilidade do projeto “inautêntico” à pessoa com deficiência intelectual mostra-se contemporaneamente incompatível com os preceitos dispostos em âmbito constitucional pela Convenção e albergados pelo modelo social da deficiência.

Diante do primordial direito de viver em um ambiente inclusivo e mediante as próprias escolhas (que devem ser compreendidas sob todas as formas de manifestação), o projeto de vida da pessoa com deficiência intelectual, independente do grau de comprometimento identificado naquele indivíduo, é o

---

[904] SILVA, Franklin Leopoldo e. A conduta indiferente. **Ide**, São Paulo, v. 31, n. 47, p. 24-29, dez. 2008, p. 25.
[905] SILVA, Franklin Leopoldo e. A conduta indiferente. **Ide**, São Paulo, v. 31, n. 47, p. 24-29, dez. 2008, p. 25.
[906] SESSAREGO, Carlos Fernández. El derecho y la libertad como proyecto. **IUS ET VERITAS**, Lima, v. 24, n. 52, p. 114-133, fev. 2016, p. 125.
[907] SESSAREGO, Carlos Fernández. El derecho y la libertad como proyecto. **IUS ET VERITAS**, Lima, v. 24, n. 52, p. 114-133, fev. 2016, p. 125.
[908] SESSAREGO, Carlos Fernández. É possível proteger, juridicamente, o projeto de vida. **Rev. Electronica Direito Sociedade**, v. 05, p. 41-57, 2017, p. 49.

que deve ser considerado. Justamente pela obrigação de ser o *seu* projeto de vida, não se concebe que possa ser de modo inautêntico em face das pessoas com deficiência intelectual, do contrário, não seria de forma alguma um projeto de vida, mas, sim, a projeção da vida do outro.

Assim é que o projeto de vida que esta tese apresenta como resposta à presente pesquisa e, em contribuição ao grupo social da pessoa com deficiência intelectual, o qual será denominado como *projeto de vida estendido*, refere-se àquele que possa ser identificado sempre em correspondência aos desejos e condições daquela vida que o comportará, utilizando-se, fundamentado ao princípio da autonomia relacional, de todos os meios que sejam contributivos para sua constituição, compreensão e realização.

O acréscimo da palavra "estendido" na proposta de nomenclatura para o projeto de vida para pessoa com deficiência intelectual, fundamenta-se no estudo de Ana Paula Barbosa-Fohrmann[909], no trabalho intitulado *"Human dignity in the moral discourse of social justice for people with severe or extreme mental disabilities"* e publicado nos anais do *XXVI World Congress of Philosophy of Law and Social Philosophy of the Internationale Vereinigunf für Rechts-und Sozialphilosophie[910].*

Nesse artigo, Ana Paula Barbosa-Fohrmann discute se as pessoas em estado vegetativo permanente ou com demência avançada poderiam ser consideradas dotadas de autonomia e dignidade com base na interpretação da teoria moral kantiana[911]. Para isso, a autora desenvolve a compreensão de que

---

[909] Em resumida apresentação, a professora Ana Paula Barbosa-Fohrmann é Doutora em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGF/UFRJ), Pós-Doutora e Doutora em Direito pela Ruprecht-Karls-Universität Heidelberg, junto ao Instituto de Direito do Estado, Teoria Constitucional e Filosofia do Direito. Mestre em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (BARBOSA-FOHRMANN, Ana Paula. **Currículo do sistema currículo Lattes**. Disponível em: https://t.ly/msx46. Acesso em: 01 jan. 2024).

[910] BARBOSA-FOHRMANN, Ana Paula. Human dignity in the moral discourse of social justice for people with severe or extreme mental disabilities. *In:* GALUPPO, Marcelo; LOPES, Mônica Sette; SALGADO, Karine; GONTIJO, Lucas; BUSTAMANTE, Thomas (Orgs.). **Human rights, rule of law and the contemporary social challenges in complex societies**: proceedings of the XXVI World Congress of Philosophy of Law and Social Philosophy of the Internationale Vereinigunf für Rechts-und Sozialphilosophie. Belo Horizonte: Initia Via, 2015, p. 1712-1732.

[911] BARBOSA-FOHRMANN, Ana Paula. Human dignity in the moral discourse of social justice for people with severe or extreme mental disabilities. *In:* GALUPPO, Marcelo; LOPES, Mônica Sette; SALGADO, Karine; GONTIJO, Lucas; BUSTAMANTE, Thomas (Orgs.). **Human rights, rule of law and the contemporary social challenges in complex societies**: proceedings of the XXVI World Congress of Philosophy of Law and Social Philosophy of the Internationale Vereinigunf für Rechts-und Sozialphilosophie. Belo Horizonte: Initia Via, 2015, p. 1728.

todos os indivíduos possuem uma só identidade subdividida em dois aspectos: estático e dinâmico.

Assim explica que o estático corresponde a identidade que nasce com a pessoa e que a acompanhará até a sua morte. Propriamente, o que "nos distingue como ser humano de o que não somos, um ser não humano"[912]. Para Carlos Fernández Sessarego, essa acepção da identidade também pode ser denominada como "passiva" sendo reconhecida juridicamente como a identificação pessoal, a exemplo, lugar de nascimento; código genético; pais; características físicas, etc[913].

Por sua vez, o dinâmico interliga-se "à nossa interação com o meio ambiente"[914]. Conforme Sessarego, é sobre esse aspecto que a pessoa desenvolve o seu amadurecimento, por exemplo, relacionados à crenças; atitudes; princípios morais, etc[915].

É nesse sentido que Carlos Fernández Sessarego inclusive atribui à identidade pessoal o caráter de ser um direito fundante, isto porque, é o direito que *"[…] diferencia a cada persona de los demás seres humanos, no obstante ser estructuralmente igual a todos ellos. Es, pues, el derecho a ser "uno mismo y no otro"*[916].

Diante disso, ao se refletir sobre a condição da pessoa em estado vegetativo permanente ou com demência avançada, Ana Paula Barbosa-Fohrmann reconhece que ambos os aspectos continuam incidindo sobre a vida

---

912 Tradução livre de: *"In other words it cannot make a human being a non-human being"* (BARBOSA-FOHRMANN, Ana Paula. Human dignity in the moral discourse of social justice for people with severe or extreme mental disabilities. *In:* GALUPPO, Marcelo; LOPES, Mônica Sette; SALGADO, Karine; GONTIJO, Lucas; BUSTAMANTE, Thomas (Orgs.). **Human rights, rule of law and the contemporary social challenges in complex societies**: proceedings of the XXVI World Congress of Philosophy of Law and Social Philosophy of the Internationale Vereinigunf für Rechts-und Sozialphilosophie. Belo Horizonte: Initia Via, 2015, p. 1726).

913 SESSAREGO, Carlos Fernández. **Derecho a la vida, a la identidade, a la integridade, a la libertad y al bienestar**. Disponível em: https://t.ly/t4BGw. Acesso em: 01 jan. 2024, p. 19.

914 BARBOSA-FOHRMANN, Ana Paula. Human dignity in the moral discourse of social justice for people with severe or extreme mental disabilities. *In:* GALUPPO, Marcelo; LOPES, Mônica Sette; SALGADO, Karine; GONTIJO, Lucas; BUSTAMANTE, Thomas (Orgs.). **Human rights, rule of law and the contemporary social challenges in complex societies**: proceedings of the XXVI World Congress of Philosophy of Law and Social Philosophy of the Internationale Vereinigunf für Rechts-und Sozialphilosophie. Belo Horizonte: Initia Via, 2015, p. 1726.

915 SESSAREGO, Carlos Fernández. **Derecho a la vida, a la identidade, a la integridade, a la libertad y al bienestar**. Disponível em: https://t.ly/t4BGw. Acesso em: 01 jan. 2024, p. 19.

916 SESSAREGO, Carlos Fernández. **Derecho a la vida, a la identidade, a la integridade, a la libertad y al bienestar**. Disponível em: https://t.ly/t4BGw. Acesso em: 01 jan. 2024, p. 19. Tradução livre: "[…] diferencia cada pessoa dos demais seres humanos, apesar de ser estruturalmente igual a todos eles. É, portanto, o direito de ser "você mesmo e não outro".

desses sujeitos. No caso, o estático, porque a condição que possuem não os retira da própria condição de ser humano e de suas especificidades e, no dinâmico, porque poderão continuar se fazendo constituídos por meio do que denominou como “autonomia estendida”[917], isto é a “autonomia através dos outros”[918].

A autonomia estendida está compreendida para Ana Paula Barbosa-Fohrmann sob o ponto de vista externo e potencial do indivíduo. Esclarecendo que no caso, a preservação da memória desses sujeitos, poderia continuar a ser desempenhada no tempo presente autonomamente, mediante a “[...] assistência de outros indivíduos, com os quais eles mantinham uma ligação mais próxima (família, amigos, conhecidos) antes de perderem a memória”[919].

Portanto, a denominação projeto de vida *estendido* justifica-se por ser aquele que não deve ser pressuposto como forma de substituição da vontade da pessoa com deficiência intelectual (no sentido reconhecido ao projeto de vida inautêntico de Carlos Fernández Sessarego), mas, sim, que seja constituído e permanentemente interpretado a partir das escolhas que a própria pessoa poderá fazer para si, mediante a contribuição que diferentes esferas da vida comunitária poderão trazer para o processo de decisão desse indivíduo. Em especial, para os casos de uma maior limitação funcional ou vulnerabilidade existente.

Assim, o projeto de vida estendido apresenta-se sob novos elementos formadores que se contrapõem ao projeto de vida de matriz liberal que restava por delegar a esses indivíduos, tão somente, a atribuição de um projeto inautêntico. Eis que se trata de um projeto estendido ao outro, no sentido de

---

[917] BARBOSA-FOHRMANN, Ana Paula. Human dignity in the moral discourse of social justice for people with severe or extreme mental disabilities. *In:* GALUPPO, Marcelo; LOPES, Mônica Sette; SALGADO, Karine; GONTIJO, Lucas; BUSTAMANTE, Thomas (Orgs.). **Human rights, rule of law and the contemporary social challenges in complex societies**: proceedings of the XXVI World Congress of Philosophy of Law and Social Philosophy of the Internationale Vereinigunf für Rechts-und Sozialphilosophie. Belo Horizonte: Initia Via, 2015, p. 1728.

[918] BARBOSA-FOHRMANN, Ana Paula. Human dignity in the moral discourse of social justice for people with severe or extreme mental disabilities. *In:* GALUPPO, Marcelo; LOPES, Mônica Sette; SALGADO, Karine; GONTIJO, Lucas; BUSTAMANTE, Thomas (Orgs.). **Human rights, rule of law and the contemporary social challenges in complex societies**: proceedings of the XXVI World Congress of Philosophy of Law and Social Philosophy of the Internationale Vereinigunf für Rechts-und Sozialphilosophie. Belo Horizonte: Initia Via, 2015, p. 1728.

[919] BARBOSA-FOHRMANN, Ana Paula. Boa vontade e beneficência para pessoas com deficiência mental extrema?: revisitando a teoria moral de Kant. **Rev. Bioética e Direito** , Barcelona, n. 35, pág. 108-120, 2015. p. 113.

contemplar uma contribuição capaz de expressar as escolhas de vida de seu autor. Há nisto um aspecto de alteridade que liga a condução da vida futura a uma autonomia estendida, exercida sob a assistência de pessoas próximas, com vistas a conferir maior autenticidade ao seu planejamento.

Na seguinte tabela, pretende-se dar destaque às principais especificações do projeto de vida estendido, que, posteriormente, serão explicadas:

	Projeto de Vida	**Projeto de Vida Estendido**
Princípio Fundamentador	Autonomia Clássica Concepção Kantiana	Autonomia Relacional Concepção Hegeliana
Elementos Constitutivos	Autodeterminação Individualismo Autosuficiência	Coexistencialidade Vida Comunitária Medidas de Apoio
Percepção da Deficiência	Modelo Médico Sociedade Integradora Substituição de Vontade	Modelo Social Sociedade Inclusiva Prevalecimento de decisões

Tabela elaborada pela autora.

De acordo com a Associação Americana de Deficiência Intelectual e Desenvolvimento *(American Association on Intellectual and Developmental Disabilities – AAIDD)*, para esses indivíduos com a condição de uma deficiência de desenvolvimento, o funcionamento intelectual compreendido pela "capacidade mental geral, como aprendizagem, raciocínio, resolução de problemas e assim por diante"[920] deixa de ser o único fator de identificação que deve ser percebido conjuntamente com o comprometimento do meio ambiente habitável[921].

Esse entendimento confirma a configuração do modelo social para deficiência intelectual e, portanto, não mais adstrita ao modelo médico de viés patológico passível de normalização ou, como causa proveniente de

[920] **AMERICAN ASSOCIATION ON INTELLECTUAL AND DEVELOPMENTAL DISSABILITIES – AAIDD**. Adaptive Behavior. Disponível em: https://abre.ai/hVfp. Acesso em: 12 jan. 2024..
[921] **AMERICAN ASSOCIATION ON INTELLECTUAL AND DEVELOPMENTAL DISSABILITIES – AAIDD**. Adaptive Behavior. Disponível em: https://abre.ai/hVfp. Acesso em: 12 jan. 2024.

responsabilização pessoal que firmava o indivíduo em uma “condição estática e permanente”[922].

Com isso, o modelo social da deficiência, coloca em contraponto as percepções individualistas que antes afastavam qualquer forma de cooperação social. O processo dialético de reconhecimento do outro (próprios da matriz hegeliana) que se instituiu sobretudo com os preceitos dispostos em Convenção, obriga o banimento dos regimes paternalistas e substitutivos de decisão da pessoa com deficiência, para, implementação de medidas de apoio que propiciem a formação, acolhimento e prevalecimento de sua vontade mediante todas as formas de expressão.

As formas desse sistema de apoio que o Estado fica obrigado a prestar em favor da pessoa com deficiência para tomada de decisões, não estão delimitadas pela Convenção, porém, podem ser compreendidas segundo o Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU[923] na condição ampla que “abranja acordos oficiais e informais de quaisquer tipos e intensidade”[924] e que sejam, contributivos ao exercício da autonomia pessoal da pessoa com deficiência.

De acordo com Romeu Kazumi Sassaki, os apoios que deverão ser garantidos às pessoas com deficiência intelectual em âmbito comunitário podem ser identificados em dez áreas de habilidades adaptativas: “comunicação, autocuidado, habilidades sociais, vida familiar, uso comunitário, autonomia, saúde e segurança, funcionalidade acadêmica, lazer e trabalho” [925]. Cumpre observar que parte dessas habilidades estão inclusive dispostas em âmbito normativo brasileiro pelo Decreto 5.296/2004 (artigo 5º, §1º, alínea “d”)[926].

---

[922] GARCIA, Wallisten Passos; PEREIRA, Ana Paula Almeida de. A pessoa com deficiência intelectual e a compreensão de sua existência. **Revista da Abordagem Gestáltica – Phenomenological Studies**, Goiânia, v. 27, n. 02, p. 179-187, 2021, p. 180.

[923] “*La Convención dispone que, al entrar en vigor se cree un Comité sobre los Derechos de las Personas con Discapacidad. El Comité examinará los informes periódicos presentados por los Estados, considerará las comunicaciones personales, realizará investigaciones y formulará observaciones y recomendaciones de carácter general”* (**ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU**. De la exclusión a la igualdad. Hacia el pleno ejercicio de los derechos de las personas con discapacidad. Manual para parlamentarios, n. 14, 2007, p. 28).

[924] **NACIONES UNIDAS**. Comité sobre los Derechos de las Personas con Discapacidad. Observación general nº 1 (2014). Disponível em: https://t.ly/YmV2V. Acesso em: 01 jan. 2024, p. 05.

[925] SASSAKI, Romeu Kazumi. **Terminologia sobre deficiência na era da inclusão**. Disponível em: https://encurtador.com.br/bcj39. Acesso em: 12 jan. 2024.

[926] Art. 5º Os órgãos da administração pública direta, indireta e fundacional, as empresas prestadoras de serviços públicos e as instituições financeiras deverão dispensar atendimento

Assim é que a adequação do tipo de apoio sempre deverá ser reconhecida a partir da consideração do direito que pretende ser tutelado ou exercido em adequação a necessidade particular da pessoa com deficiência. Como os exemplificados por Agustina Palacios sobre a *"posibilidad de un asistente personal, o la de un familiar, o la de un grupo de amigos, o la de una asociación [...]"*[927].

Por isso, a percepção sobre a autonomia para constituição do projeto de vida pela pessoa com deficiência intelectual, inverte-se. A autonomia que antes era enxergada sob o viés individualista como uma condição existente (ou, não existente), para determinada pessoa estar legitimada em constitutir o seu projeto de vida, passa agora a ser sustentada como uma condição que pode e deve ser moldada ao longo da vida da pessoa com deficiência intelectual mediante o reconhecimento da autonomia relacional enquanto princípio instrumental para formação do projeto de vida estendido

Assim, a autonomia compreendida conforme Peter Singer como a "capacidade de escolher, tomar decisões e agir de acordo com elas"[928] passa a considerar no viés relacional, a coexistencialidade inerente a própria condição humana de compor o seu projeto de vida considerando a inafastável interdependência das relações estabelecidas em seu viver. As quais, foram apontadas por Axel Honneth como incidentes sob três principais esferas e com contribuições específicas para formação da pessoalidade do indivíduo. Lembrando-se:

---

prioritário às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. § 1º Considera-se, para os efeitos deste Decreto: d) deficiência mental: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: 1. comunicação; 2. cuidado pessoal; 3. habilidades sociais; 4. utilização dos recursos da comunidade; 5. saúde e segurança; 6. habilidades acadêmicas; 7. lazer; e 8. trabalho; [...] (BRASIL. **Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências).

[927] PALACIOS, Agustina. **Capacidad jurídica en la Convención de los Derechos de las Personas con Discapacidad**. Intervención de Agustina Palacios. Disponível em: https://t.ly/tOFLM. Acesso em: 01 jan. 2024, p. 10.

[928] SINGER, Peter. Ética prática. Tradução Jeferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p.109.

	Âmbito de Incidência	Contributo
Esfera dos Afetos	Relações Familiares, Amigos	Autoconfiança
Esfera do Direito	Estado	Autorrespeito
Esfera Social	Sociedade	Autoestima

Tabela elaborada pela autora.

No âmbito estatal correspondente ao autorespeito, o Estado relaciona-se como instrumento garantidor e agente ativo sobre a possibilidade de formação e constituição do projeto de vida estendido da pessoa com deficiência intelectual. No sentido sobre o qual não basta que os Estados se abstenham de violar direitos, é necessário que se implementem "medidas positivas, determináveis em função das particulares necessidades de proteção do sujeito de direito, [...] pela situação específica em que se encontre, como a deficiência"[929].

A título de contribuição, medidas instituídas por outros países que incorporaram as orientações realizadas pelo Movimento de Vida Independente podem servir de base para novos planejamentos ao projeto de vida da pessoa com deficiência intelectual. A exemplo da atuação realizada pelo Movimento britânico para auxiliar pessoas com deficiência que viviam contra a sua vontade em instituições [930]. Conforme a avaliação dos ativistas ingleses, as pessoas com deficiência eram submetidas a viverem de forma coercitiva nesses locais porque *"no tenían familias que les apoyasen, o no querían que sus familias les apoyasen, o no tenían el dinero para pagar de forma privada el apoyo que necesitaban, no les quedaba outra alternativa"*[931].

Diante dessa confrontação entre o que estava no âmbito do projeto de vida pessoal e familiar da pessoa com deficiência e, a realidade com a qual obrigava estar, o Movimento conseguiu fazer um acordo social e econômico com o governo e autoridades que subsidiavam a permanência daqueles indivíduos,

[929] **ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU**. Corte Interamericana de Direitos Humanos. Caso Furlan e Familiares vs. Argentina. Disponível em: https://encurtador.com.br/doGJW. Acesso em: 17 mar. 2023, p. 46.

[930] ALONSO, J. Vidal García (Coord.). **El movimiento de vida independiente**: experiencias internacionales. Madrid: Findación Luis Vives, 2003, p. 192.

[931] Tradução livre: "Eles não tinham famílias para apoiá-los, ou não queriam que as suas famílias os apoiassem, ou não tinham dinheiro para pagar de forma privada o apoio de que necessitavam, não tinham outra alternativa" (ALONSO, J. Vidal García (Coord.). **El movimiento de vida independiente**: experiencias internacionales. Madrid: Findación Luis Vives, 2003, p. 192).

para entrega de valor que lhes possibilitaram custear a própria residência e inclusive, de seus próprios assistentes pessoais[932].

Nesse sentido a centralidade que se sobrepõe deve se voltar para efetivação concreta daquilo que a pessoa com deficiência eleja para a sua vida e não sobre aquilo que o poder público julgue estar preparado para oferecer e, com isso, obrigue a pessoa com deficiência estabelecer sua vida somente ao redor dos tipos de apoio que se fizerem disponíveis[933].

No âmbito do afeto correspondente a autoconfiança, o qual se desenvolve as relações familiares ou de amizade, Wallisten Garcia e Ana Paula Pereira referenciam que a pessoa com deficiência intelectual acentua sua vulnerabilidade no campo da saúde mental diante da baixa convicção de suas habilidades e prestação de apoio emocional nesse contexto[934]. Conforme constatado por Frances Hasler "*las personas consideradas como necessitadas de "cuidado" o "vulnerables", no se las ve capaces de autodeterminación ni de uma plena ciudadanía"*[935].

Essas relações que a pessoa com deficiência constrói com grupos específicos e nominados que fazem parte de sua esfera íntima, são aquelas que "comprometem seu ser, definem seu espaço, constituem a sua subjetividade"[936]. Tais convivências não podem ser substituídas por rotineiros contatos ou comunicações superficiais que, embora possam exercer interferência no projeto de vida individual, não se fazem relacionados a construção do afeto e aproximação do outro.

No âmbito dessas relações, deve-se atentar para o equilíbrio entre a manifestação efetiva de apoio e o contraponto com atitudes paternalistas desfavoráveis que resultem em privações para pessoa com deficiência

---

[932] ALONSO, J. Vidal García (Coord.). **El movimiento de vida independiente**: experiencias internacionales. Madrid: Findación Luis Vives, 2003, p. 191 -192

[933] ALONSO, J. Vidal García (Coord.). **El movimiento de vida independiente**: experiencias internacionales. Madrid: Findación Luis Vives, 2003, p. 70-71.

[934] GARCIA, Wallisten Passos; PEREIRA, Ana Paula Almeida de. A pessoa com deficiência intelectual e a compreensão de sua existência. **Revista da Abordagem Gestáltica – Phenomenological Studies**, Goiânia, v. 27, n. 02, p. 179-187, 2021, p. 180.

[935] Tradução livre: "Pessoas consideradas necessitadas de "cuidados" ou "vulneráveis" não são vistas como capazes de autodeterminação ou cidadania plena" (ALONSO, J. Vidal García (Coord.). **El movimiento de vida independiente**: experiencias internacionales. Madrid: Findación Luis Vives, 2003, p. 60).

[936] GARCIA, Wallisten Passos; PEREIRA, Ana Paula Almeida de. A pessoa com deficiência intelectual e a compreensão de sua existência. **Revista da Abordagem Gestáltica – Phenomenological Studies**, Goiânia, v. 27, n. 02, p. 179-187, 2021, p. 182.

intelectual. Para compreensão sobre a diversidade e modo de regência de diferentes projetos de vida, também deve ser afirmada a necessidade para que esses serviços de apoio também sejam extensíveis ao núcleo familiar.

Retomando o caso retratado do menino Sebastián Furlan *vs*. Argentina, julgado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, destaca-se que a condenação imposta ao Estado por sua omissão também voltou-se ao reconhecimento da privação sofrido pelos membros da família de Furlan terem sido impedidos de criar um projeto de vida próprio, autônomo e independente[937].

Por tudo isso, reconhece-se a coexistencialidade atribuída a todos os projetos de vida. A medida que nenhum projeto se desenvolve sozinho, a vida do homem em sociedade passa a ser compreendida reclamando proteção, conforme Jose Carlos Vieira de Andrade, tanto na esfera individual (solitária) quanto na social (solidária), razão pela qual, o projeto de vida do outro também me importa diante de sua concretização em relações interindividuais que sofrerão a interferência dos valores comunitários[938]. Assim, propriamente como ser cultural, "não é só o ponto de vista do homem que interessa, mas também o ponto de vista da comunidade, que é condição da sua existência"[939].

É nesse embasamento que deve ser referenciado o que Maria Celina Bodin de Moraes sintetizou enquanto "direito-dever de solidariedade social", que, passa a ser albergado constitucionalmente à luz do Estado Social do Direito e, a estar, fundamentado no "conceito dialético de "reconhecimento" do outro"[940].

Na esfera social correspondente a autoestima, a barreira atitudinal é a que assume principal evidência diante das condutas de exclusão e discriminação que limitam a liberdade da pessoa com deficiência. Conforme Axel Honneth o que deve ser buscado para exercício da autonomia plena implica em considerar que a existência da diversidade entre competências individuais não são impeditivas para formação de "relações sociais de estima simétrica"[941], isto é, aplicar o

---

[937] **ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU**. Corte Interamericana de Direitos Humanos. Caso Furlan e Familiares vs. Argentina. Disponível em: https://encurtador.com.br/doGJW. Acesso em: 17 mar. 2023, p. 100.

[938] ANDRADE, José Carlos Vieira de. **Os direitos fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976.** 3. ed. Coimbra: Almedina, 2006, p. 102.

[939] ANDRADE, José Carlos Vieira de. **Os direitos fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976.** 3. ed. Coimbra: Almedina, 2006, p. 102.

[940] MORAES, Maria Celina Bodin de. **Danos à pessoa humana**: uma releitura civil-constitucional dos danos morais. Rio de Janeiro: Renovar, 2003, p. 112.

[941] HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. Tradução de Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003, p. 210.

reconhecimento que cada sujeito, de acordo com as características que o individualizem também são importantes em suas indelegáveis contribuições para práxis comum[942].

Nesse âmbito outras experiências também se revelam contributivas para futuros planejamentos. Cita-se as ações desenvolvidas em instituições de ensino que em contrapartida aos estudantes sem deficiência que não tinham recursos para custearem os seus estudos, vinculou-se a atribuição de prestarem apoio às demandas dos outros alunos com deficiência que compartilhavam dos mesmos desafios daquele ambiente educacional[943].

A complementariedade exemplificada sobre esses campos de atuação aponta para o sentido de ser a pessoa com deficiência compreendida “por inteiro” na acepção hegeliana, isto é, em suas próprias demandas e a medida de suas vulnerabilidades, pelos diferentes sujeitos que se relacionam para constituição de seu projeto de vida.

Assim é que Honneth aponta para divergência entre o sentido de ser enxergada a “pessoa” e “pessoa inteira”. Enquanto o termo *pessoa* para Hegel se faz correspondente “a um indivíduo que recebe sua identidade primariamente do reconhecimento intersubjetivo de sua capacidade jurídica”, referencia-se que o termo “pessoa inteira”, se faz correspondente “a um indivíduo que obtém sua identidade sobretudo do reconhecimento de sua “particularidade”[944].

Portanto, a partir desse tripé incidente sobre diferentes esferas (direito, sociedade e afeto), afirmam-se as possibilidades que levarão a construção da autonomia mediante a formação da autoconfiança, autorrespeito e autoestima que importa para todos os indíviduos com deficiência intelectual levando-os a formação do projeto de vida estendido.

Isto por sua vez, considera a existência de ao menos dois grandes grupos que podem ser relacionados na compreensão desse fechamento, são eles: pessoas com deficiência intelectual com uma maior possibilidade de construir a sua independência e, por outro lado, as pessoas com deficiência intelectual que

---

[942] HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. Tradução de Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003, p. 211.

[943] Entre essas universidades estão: Oxford, Essex e Southampton (ALONSO, J. Vidal García (Coord.). **El movimiento de vida independiente**: experiencias internacionales. Madrid: Findación Luis Vives, 2003, p. 196).

[944] HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. Tradução de Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003, p. 57.

apresentem uma absoluta dependência relacional para construção de sua pessoalidade.

Aos indivíduos com deficiência intelectual que frente as suas características tenham maiores condições para desempenho de sua liberdade ontológica, isto é, ainda que não possuam total capacidade de agir para concretização de seu projeto de vida na realidade (liberdade fenomênica), apresentem competência para tomada de decisões, deverão continuar sendo assegurados pelo direito em sua autonomia como modo de reconhecimento da pessoalidade construída. Nesse contexto, o projeto de vida estendido estará albergado pelo paradigma "dignidade-autonomia"[945].

Entretanto, há situações em que para que a pessoa com deficiência intelectual consiga constituir seu projeto de vida como direito humano fundamental, continuará necessitando de um maior auxílio de quem os acompanhem, porém, ainda assim, quaisquer decisões dos cuidadores devem ser lastreadas ao exercício de um múnus e, concordando-se nessa tese com entendimento de Taisa Maria Macena de Lima e Maria de Fátima Freire de Sá: "quem exerce o múnus está vinculado a tomar decisões no interesse de outrem, ainda quando contrariem os seus próprios interesses"[946]. Nesse contexto, o projeto de vida estendido estará albergado pelo paradigma "dignidade-vulnerabilidade"[947].

Em corroboração ao sentido trazido pela filosofia, deve ser reafirmado que "no que concerne ao conceito de pessoa, a partir da identificação de particulares, nós só podemos identificar estados de consciência e características corporais se antes tivermos condições de identificar pessoas"[948]. Isso implica em ser compreendido que a condição da pessoa com deficiência intelectual precisar somar auxílios para formação e desempenho do seu projeto de vida, não pode lhe imputar a configuração de estar submetida a um projeto de vida inautêntico.

---

945 LIMA, Taisa Maria Macena de; SÁ, Maria de Fátima Freire de. A recusa terapêutica pela pessoa idosa. **No prelo**.
946 LIMA, Taisa Maria Macena de; SÁ, Maria de Fátima Freire de. **Ensaios sobre a infância e a adolescência**. Belo Horizonte: Arraes, 2016, p. 55.
947 LIMA, Taisa Maria Macena de; SÁ, Maria de Fátima Freire de. A recusa terapêutica pela pessoa idosa. **No prelo**.
948 GELAIN, Itamar Luís. **Peter F. Strawson:** metafísica e ceticismo. Londrina: Thoth, 2022, p. 98.

Ao final, as lições de Carlos Fernandez Sessarego apontam que nenhum projeto pode ser realizado longe da coexistencialidade da vida em comunidade. Assim, se nenhum projeto pode ser realizado sem o outro evidencia-se a solidariedade de sua constituição. Aspecto este que, ao mesmo tempo em que não lhe retira a autenticidade, permite que à pessoa com deficiência intelectual a projeção de sua vida futura. Entretanto isto não ocorre sob a perspectiva de uma autonomia individualista, amparada na autossuficiência do homem, mas se torna possível sob a perspectiva de uma autonomia relacional.

Assim, pode-se conceber o projetar de vida estendido como um planejamento que se realiza em cooperação entre seu autor e um assistente pessoal. Em sua constituição, a autonomia do “ser projetante" estende-se ao outro, que expressa sua contribuição sob a medida de um apoio, cuja intensidade pode variar segundo a vulnerabilidade do apoiado, mas que não pode deixar de preservar o autorrespeito, a autoestima e a autoconfiança que compõem a essência da pessoa com deficiência intelectual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais do presente trabalho também não poderão estar afastadas da contribuição machadiana. As pertinências das críticas eivadas durante a fase realista de Machado de Assis, foram escolhidas para estarem dispostas ao longo dessa tese como uma forma de aproximação da compreensão social e da percepção humana advinda por outra fonte de arte.

Ao longo da crônica “O Alienista” e, dos contos “Teoria do Medalhão” e “O Espelho”, Machado de Assis demonstrou como a não percepção concreta do outro levaram as três personagens principais de cada narrativa a contrapor o sentido da existência.

Simão Bacamarte revelou a inexistência de verdades absolutas advindas da ciência (ou por concepções próprias) que fossem permissivas para, determinar condutas ou realizar distorções sobre a vida do outro. O jovem Janjão, distanciado do reconhecimento das próprias vontades, recebeu de presente pelo seu aniversário um projeto de vida inautêntico, mesmo que isso o levasse a viver na paz da mediocridade recomenda por seu pai. E Jacobina, ainda estava à procura de si mesmo desde que se despersonalizou para ser somente aquilo que os demais conseguiam enxergar, no caso, o senhor alferes.

O reconhecimento da pessoa com deficiência, principalmente, como “ser projetivo” ainda se faz permeado pela constância de um processo de lutas e reafirmações. Até que pudesse ser referenciada a deficiência como parte da diversidade humana, traçaram-se historicamente, ao menos, três principais modelos de definição que foram trabalhados ao longo da tese.

O primeiro modelo de identificação da pessoa com deficiência retratado foi o denominado *modelo da prescindência.* Pertencendo à classe dos considerados sub-humanos referido modelo apresentou-se de forma subdividida dentre dois períodos e formas que lhe foram predominantes, quais sejam: *eugenésico* (durante o período da Antiguidade) e da *marginalização* (no período da Idade Média).

Sequencialmente, impulsionado pela racionalização que emergiu com o mundo Moderno, institucionalizou-se o segundo modelo denominado *modelo médico ou reabilitador* (o qual prevaleceu durante a modernidade e consolidou-se, sobretudo, com o término da 1ª Guerra Mundial no século XX). Nessa matriz

é que se implementou o programa da medicina alienista consistente em fazer do hospital um recurso que permitiria sanar qualquer espécie de enfermidade da mente, ou pelo menos, normalizar seus pacientes aos padrões necessários.

Por fim, de forma contemporânea e assumindo o viés de proteção universal disposto a partir da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) homologada pela Assembleia das Nações Unidas em 13 de dezembro de 2006, a deficiência passou a ser entendida sob a perspectiva do terceiro modelo citado como *modelo social*.

A implementação do modelo social fez confrontar as barreiras constitutivas da deficiência dispostas no meio ambiente, dentre as quais, muitas advindas da perspectiva individualista e da autossuficiência herdadas com os ideários liberais e anseios patrimoniais da modernidade. Nesse favorecimento, a proposital abstratividade delegada a percepção do indivíduo, garantiria que, dentro de uma acepção formal, somente aqueles que pudessem submeter-se às relações jurídicas deveriam se valer do reconhecimento de sua condição como pessoa e sujeito de direito.

Sobretudo, a pessoa com deficiência intelectual fazia parte dos problemas a serem remediados, sobre os quais, institucionalizavam-se algumas medidas possíveis, dentre essas: ser reestabelecido ou, ao menos, normalizados aos padrões médicos e sociais exigidos; em casos mais graves a interdição se revelava uma medida protocolar já garantida e, o controle ao exercício de seus direitos existências e patrimoniais era uma medida primordial sob o viés do paternalismo. Proteger a pessoa com deficiência intelectual, inclusive dela mesma, era a razão de primeira ordem aos interesses que se confrontavam.

Para isso, o agir autônomo sob as bases clássicas da filosofia kantiana, mostrava-se contributivo ao interesse de poucos e dentre os quais não incluíam a pessoa com deficiência intelectual. A liberdade, fundamental ao conceito de vontade autônoma, uma vez que afastava os seres racionais da atração pelo desejo ou causas naturais, passou a ser determinada exclusivamente como dever dado pela razão. Diante desse contexto, quanto menor a capacidade de autodeterminação, mais se justificavam as intervenções paternalistas aos indivíduos que estavam destinados para uma vida sem vontade ou projeção.

Assim é que com o advento do microssistema de proteção à pessoa com deficiência instituído em âmbito nacional, passou-se a confrontar as bases aplicáveis pelo sistema clássico do direito civil.

A compreensão funcional da autonomia teve que ser obrigatoriamente revista quando o próprio reconhecimento de quem é a pessoa com deficiência foi alterado e referendado pela Convenção. A reafirmação da pessoa com deficiência como sujeito a ser respeitado em sua dignidade, autonomia individual e liberdade para fazer as próprias escolhas, também determinou o dever para que fossem protegidas em seu projeto de vida.

A partir das novas disposições, institui-se de acordo com o modelo social da deficiência, o direito de que a pessoa com deficiência intelectual também estivesse assegurada na liberdade de escolha sobre a vida que se quer levar a partir do mútuo desenvolvimento de habilidades para vida cotidiana e da remoção das barreiras existentes em sociedade.

Diante disso, se contrapôs a admissibilidade da pessoa com deficiência intelectual vivenciar um projeto inautêntico o qual não se faça fundamentado sobre aquilo que tenha eleito para si, ou seja, sob o viés de sua liberdade ontológica.

O direito ao projeto de vida da pessoa com deficiência intelectual se sobrepõe como direito humano fundamental exigindo assim que seja percebido em suas especificidades dentre os preceitos instituídos em âmbito constitucional e na condição daquele que o titularizará.

Assim é que o presente trabalho se aproximou do campo jusfilosófico do Direito. Diferentemente do viés dogmático que busca a aplicação prática daquilo que já está posto como forma de solução ao caso apresentado, essa tese encontrou na filosofia existencialista a determinação para o ato de impulsionar o projeto de vida da pessoa com deficiência intelectual.

Nesse sentido, a condição da deficiência intelectual não é o que tem força em si mesma para determinar qual deve ser o projeto do indivíduo que a caracterize. Nem tampouco, se pode compreender a condição da deficiência intelectual como condição de algo satisfatório ou insatisfatório em atribuições exclusivamente realizadas pela consciência do próprio sujeito que visualiza o

outro, por padronização social ou qualquer outra forma de compreensão externa. Se assim fosse, não haveria como reconhecer a liberdade pressuposta no existir.

Para o homem sartreano não há condicionamentos determinantes para a constituição da essência humana. Essa sempre se fará mediante um processo de engajamento consigo mesmo e com os outros colocando todo indivíduo como “ser projetante ou projetivo”.

Nesse contraponto, aproximou-se a filosofia hegeliana em contributo ao desenvolvimento do projeto de vida da pessoa com deficiência intelectual, que deve se fazer consubstanciado à uma relação dialética entre o reconhecimento do outro e da coexistência comunitária. Esse delineamento, como resposta a diversidade existente e particularidades que definem a pessoa com deficiência intelectual levaram ao reconhecimento do projeto de vida “estendido”.

A constituição do projeto de vida estendido à pessoa com deficiência intelectual, sobrepõe a essencialidade das relações contextuais que permeiam a vida desse indivíduo em desenvolvimento de sua autonomia pessoal e reconhecimento de um projeto a ser tutelado. Sobretudo, afirma-se a coexistencialidade que revela que nenhum projeto se faz dissociado da vida comunitária.

Assim, sob as bases constitutivas de diferentes esferas, as quais foram fundamentadas em Axel Honneth, correlaciona-se a esfera do estado (direito), sociedade e afeto, com notória essencialidade para que a pessoa com deficiência intelectual, compreendida de acordo com o modelo social, alcance o desenvolvimento do autorrespeito, autoestima e autoconfiança constitutivos ao seu projeto.

E no contexto da pesquisa que não se esgota, pensar em futuras medidas de apoio que contribuam para formação do projeto de vida estendido da pessoa com deficiência intelectual, com base na autonomia relacional, também se faz questão de primeira ordem. Assim, novos estudos que se voltem para compreensão da possibilidade de um planejamento conjunto e antecipado sobre vontades e preferências da pessoa com deficiência intelectual; sobre a figura do assistente pessoal enquanto profissional constituído e devidamente remunerado para tal apoiamento ou, ainda, da implementação do instituto da tomada de decisão apoiada extrajudicial como mecanismo facilitador do projeto de vida

estendido, são outros tantos caminhos que se abrem a partir desse desenvolvimento.

E claro, se o novo refletir puder ser associado com um escrito literário, certamente o estudo se tornará ainda mais contributivo e revelador.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. Tradução de Alfredo Bossi e Ivone Castilho Benedetti. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ABREU, Célia Barbosa. A curatela sob medida: notas interdisciplinares sobre o estatuto da pessoa com deficiência e o novo CPC. *In*: MENEZES, Joyceane Bezerra de (Org.). **Direito da pessoa com deficiência psíquica e intelectual nas relações privadas** – A Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e Lei Brasileira de Inclusão. Rio de Janeiro: Processo, 2016, p. 545-568.

AFONSO, Elza Maria Miranda. Prefácio. *In*: MATA-MACHADO, Edgard de Godoi da. **Contribuição ao personalismo jurídico**. Belo Horizonte: Del Rey, 2000.

AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. Tradução de J. Oliveira Santos e A. Ambrósio de Pina. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

AGOSTINHO, Santo. **De magistro**. Tradução de Ângelo Ricci. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

AGOSTINHO, Santo. **Os pensadores**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
ALBORNOZ, Suzana Guerra. As esferas do reconhecimento: uma introdução a Axel Honneth. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 14, n. 01, p. 127-143, jun. 2011.

ALBRECHT, Gary L.; SEELMAN, Katherine D.; BURY, Michael. An institutional history of disability. *In:* ALBRECHT, Gary L.; SEELMAN, Katherine D.; BURY, Michael (Orgs.). **Handbook of disability studies**. Thousand Oaks: Sage Publications, p. 11-68, 2001.

ALEXY, Robert. Direitos fundamentais no Estado Constitucional Democrático: para a relação entre direitos do homem, direitos fundamentais, democracia e jurisdição constitucional. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 217, p. 55-66, jul./set. 1999.

ALMEIDA, Juliano Ribeiro. A pessoa humana como lugar teológico a partir de suas deficiências. **Revista Eletrônica Espaço Teológico**, São Paulo, v. 08, n. 14, p. 105-127, jul./dez. 2014.
ALONSO, J. Vidal García (Coord.). **El movimiento de vida independiente**: experiencias internacionales. Madrid: Findación Luis Vives, 2003.

ALVARENGA, Jussara Mendonça; NICOLATO, Rodrigo. Autonomia e vulnerabilidade aplicadas à psiquiatria. *In*: LIMA, Taisa Maria Macena de; SÁ, Maria de Fátima Freire de; MOUREIRA, Diogo Luna (Orgs.). **Autonomia e vulnerabilidade**. Belo Horizonte: Arraes, 2017, p. 41-47.

ÁLVAREZ, Silvina. La autonomía personal y la autonomía relacional. **Revista Análisis Filosófico**, Buenos Aires, v. XXXV, n. 01, p. 13-26, maio 2015.

AMARAL, Francisco. **Direito civil**: introdução. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

AMARANTE, Paulo Duarte de Carvalho. Asilos, alienados e alienistas: pequena história da psiquiatria no Brasil. *In*: AMARANTE, Paulo Duarte de Carvalho (Org.). **Psiquiatria social e reforma psiquiátrica**. 3. reimpr. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2008.

AMERICAN ASSOCIATION ON INTELLECTUAL AND DEVELOPMENTAL DISSABILITIES – AAIDD. Adaptive Behavior. Disponível em: https://abre.ai/hVfp. Acesso em: 12 jan. 2024.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ANDRADE, José Carlos Vieira de. **Os direitos fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976.** 3. ed. Coimbra: Almedina, 2006.

ANDRADE, José Carlos Vieira de. **Os direitos fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976**. 5. ed. Coimbra: Almedina, 2012.

ANDRADE, Maria Vanesse; LIMA, Aluísio Ferreira de; SANTOS, Maria Elisalene Alves dos. A razão e a loucura na literatura: um estudo sobre o alienista, de Machado de Assis. **Revista Psicologia e Saúde**, Campo Grande, v. 06, n. 01, p. 37-47, jun. 2014.

APARICI, Gonzalo José Carbonell. El movimiento de vida independiente en España. **Revista Española de Discapacidad**, Madrid, v. 07, n. 2, p. 201-214, 2019.

ARANHA, Maria Salete Fábio. Integração social do deficiente: análise conceitual e metodológica. **Temas Psicol.**, Ribeirão Preto, v. 03, n. 02, p. 63-70, ago. 1995.

ARAÚJO, Álvaro Cabral; LOTUFO NETO, Francisco. A nova classificação Americana para os Transtornos Mentais: o DSM-5. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, São Paulo , v. 16, n. 1, p. 67-82, abr. 2014.

ARENDT, Hannah. **A condição humana.** 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

ASHTON, Peter Walter. A história da elaboração do BGB alemão. **Revista da Faculdade de Direito da UFRGS**, n. 31, p. 223-228.

ASSIS, Machado de. **Correspondência de Machado de Assis** – tomo III – 1890-1900. Organização de Sergio Paulo Rouanet, Irene Moutinho e Sílvia Eleutério. Rio de Janeiro: ABL, 2011.
ASSIS, Machado de. **Correspondência de Machado de Assis**. Disponível em: https://bit.ly/41dHk3i. Acesso em: 08 nov. 2022.

ASSIS, Machado de. **O alienista**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014.

ASSIS, Machado de. O espelho: esboço de uma nova teoria da alma humana. *In*: ASSIS, Machado de. **Contos escolhidos**. 4. ed. São Paulo: Martin Claret, 2012.

ASSIS, Machado de. Teoria do medalhão: diálogo. *In*: ASSIS, Machado de. **Contos Escolhidos**. 4. ed. São Paulo: Martin Claret, 2012.

ASSIS, Machado. **O Alienista.** A Estação: Jornal Illustrado para a Familia. Ano 1881, Edição 19. Disponível em: https://bit.ly/3olG67G. Acesso em: 29 jul. 2022.

ATIENZA, Cristina Monereo. Reflexiones actuales sobre libertad y autonomía: la convergencia de capacidad, reciprocidad y relación. **Derechos y Libertades**, Madrid, n. 39, a. II, p. 177-203, jun. 2018.

AUGRAS, Monique. Investigação da vivência temporal através do "Thematic Apperception Test". **Arquivos Brasileiros de Psicotécnica**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 02, 1966.

AVILÉS, Miguel Ángel Ramiro. A vueltas con el paternalismo jurídico. **Derechos y Libertades: Revista de Filosofía del Derecho y Derechos Humanos**, n. 15, p. 211-256, jun. 2006.

BAIER, Annette. **Postures of the mind**: essays on mind and morals. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1985.

BARBOSA-FOHRMANN, Ana Paula. Boa vontade e beneficência para pessoas com deficiência mental extrema? Revisitando a teoria moral de Kant. **Revista de Bioética y Derecho**, Barcelona, n. 35, p. 108-120, 2015.

BARBOSA-FOHRMANN, Ana Paula. **Currículo do sistema currículo Lattes**. Disponível em: https://t.ly/msx46. Acesso em: 01 jan. 2024.

BARBOSA-FOHRMANN, Ana Paula. Human dignity in the moral discourse of social justice for people with severe or extreme mental disabilities. *In:* GALUPPO, Marcelo; LOPES, Mônica Sette; SALGADO, Karine; GONTIJO, Lucas; BUSTAMANTE, Thomas (Orgs.). **Human rights, rule of law and the contemporary social challenges in complex societies**: proceedings of the XXVI World Congress of Philosophy of Law and Social Philosophy of the Internationale Vereinigunf für Rechts-und Sozialphilosophie. Belo Horizonte: Initia Via, 2015, p. 1712-1732.

BARBOSA-FOHRMANN, Ana Paula. Os modelos médico e social de deficiência a partir dos significados de segregação e inclusão nos discursos de Michel Foucault e de Martha Nussbaum. **REI – Revista Estudos Institucionais**, [*S. l.*], v. 02, n. 02, p. 736-755, 2017.

BARBOSA-FOHRMANN, Ana Paula; ARAÚJO, Luana Adriano; CARDOSO SILVA, Gustavo. Direito, literatura e deficiência em Flannery O'Connor. **Revista Jurídica – FURB**, [*S.l.*], v. 23, n. 51, p. 01-30, dez. 2019.

BARBOSA-FOHRMANN, Ana Paula; KIEFER, Sandra Filomena Wagner. A aplicabilidade da teoria moral e da doutrina do direito de Kant para a inclusão de alunos com deficiência em escolas privadas. **Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito**, São Leopoldo, v. 09, p. 276-294, 2017.

BARBOZA, Heloisa Helena; ALMEIDA JUNIOR, Vitor de Azevedo. Reconhecimento e inclusão das pessoas com deficiência. **Revista Brasileira de Direito Civil**, [*S. l.*], v. 13, n. 03, p. 17-38, 2018.

BARBOZA, Heloisa Helena; ALMEIDA, Vitor. A capacidade civil à luz do Estatuto da Pessoa com Deficiência. *In*: MENEZES, Joyceane Bezerra de. (Org.). **Direito das pessoas com deficiência psíquica e intelectual nas relações privadas**: Convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência e Lei Brasileira de Inclusão. Rio de Janeiro: Processo, 2016, p. 249-274.

BASAGLIA, Franco. **Escritos selecionados em saúde mental e reforma psiquiátrica**. Tradução de Joana Angélica d'Ávila Melo. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BEARDEN, Elizabeth B. **Monstrous kinds**: body, space and narrative in Renaissance representations of disability. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2019.

BEAUVOIR, Simone de. **A força da idade**. Tradução de Sérgio Milliet. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BENÍTEZ, Francisco Carpintero. "Persona", "derecho natural" y nuestra tradición jurisprudencial. *In*: **Anuario Mexicano de Historia del Derecho VI**, a. 04, n. 06. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1994.

BERBERI, Marco Antonio Lima. **Os princípios na teoria do direito.** Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

BERBERI, Marco Antonio Lima; BRAZZALE, Flávia Balduino. A inacessibilidade virtual como forma de discriminação da pessoa com deficiência. *In*: NOGUEIRA, Humberto; ALVITES, Elena; SCHIER, Paulo; SARLET, Ingo W. (Orgs.). **Anais da VIII Jornada da Rede Interamericana de Direitos Fundamentais e Democracia.** v. I. Porto Alegre: Editora Fundação Fênix, 2021, p. 167-190.

BEVILAQUA, Clóvis. **Projecto de Codigo Civil Brazileiro**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1906. Disponível em: https://bit.ly/3MTVTEL. Acesso em: 24 jan. 2023.

BISOL, Cláudia Alquati; PEGORINI, Nicole Naji; VALENTINI, Carla Beatris. Pensar a deficiência a partir dos modelos médico, social e pós-social. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 24, n. 01, p. 87-100, 2017.

BITTAR, Eduardo C. B.; ALMEIDA, Guilherme Assis D. **Curso de Filosofia do Direito**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BOBBIO, Norberto. **Direito e Estado no pensamento de Emanuel Kant**. Tradução de Alfredo Fait. São Paulo: Mandarim, 2000.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 11. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BONFIM, Symone Maria Machado. **A luta por reconhecimento das pessoas com deficiência**: aspectos teóricos, históricos e legislativos. Rio de Janeiro, 2009. 214 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro e Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados.

BOSI, Alfredo. O duplo espelho em um conto de Machado de Assis. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 28, n. 80, p. 237-246, 2014.

BOUTINET, Jean-Pierre. **Antropologia do projeto**. 5. ed. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artmed, 2002.

BOUVERESSE, Jacques. La consolidation napoléonienne (1799-1814). *In*: BOUVERESSE, Jacques. **Histoire des institutions de la vie politique et de la société française de 1789 à 1945**. Mont-Saint-Aignan: Presses universitaires de Rouen et du Havre, 2012.

BRASIL. **Câmara dos Deputados**. CPD. Arquivos. Disponível em: https://bit.ly/3KIkcTk. Acesso em: 01 jan. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, de 05 de outubro de 1988**. Brasília: Senado, 2021.

BRASIL. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.

BRASIL. **Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: https://t.ly/I64yH. Acesso em: 06 mar. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992**. Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969.

BRASIL. **Lei 3.071 de 1º de janeiro de 1916**. Código Civil Brasileiro.

BRASIL. **Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Manual de legislação em saúde da pessoa com deficiência. 2. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. **Senado Federal**. Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2018. Disponível em: https://t.ly/3xiFG. Acesso em: 06 mar. 2023.

BRAZZALE, Flávia Balduino. **A pessoa com deficiência e a ruptura no regime das incapacidades**. Belo Horizonte: Arraes, 2018.

BURGOS, Osvaldo R. El derecho al proyecto de vida y la exigencia de dignidad de la persona humana: preservación y reparación de su daño en tiempos de capitalismo de vigilancia. **Revista IBERC**, Belo Horizonte, v. 05, n. 01, p. 132-154, jan./abr. 2022.

CAENEGEM, Raoul C. van. **Uma introdução histórica ao direito privado**. Tradução de Carlos Eduardo Lima Machado. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

CAMPBELL, Fiona Kumari. **Contra la idea de capacidad**: una conversación preliminar sobre el capacitismo. Disponível em: https://bit.ly/32RuXxX. Acesso em: 06 ago. 2020.

CANGUILHEM, Georges. **O normal e o patológico**. Tradução de Maria Thereza Redig de Carvalho Barrocas. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

CAPELLA, Juan Ramón. **Fruta prohibida**: una aproximación histórico-teorética al estudio del derecho y del estado. Madrid: Trotta, 1997.

CARVALHO, Orlando de. **Para uma teoria da relação jurídica civil**: a teoria geral da relação jurídica **–** seu sentido e limites. 2. ed. Coimbra: Centelha, 1981.

CARVALHO, Orlando de. **Teoria geral do direito civil**. 3. ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2012.

CARVALHO-FREITAS, Maria Nivalda; MARQUES, Antônio Luiz. A diversidade através da história: a inserção no trabalho de pessoas com deficiência. **Organizações & Sociedade**, v. 14, n. 41, p. 59-78, 2007.

CASTEL, Robert. **A ordem psiquiátrica**: a idade de ouro do alienismo. 2. ed. Tradução de Maria Tereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

CASTILHO, Ricardo dos S. **Filosofia geral e jurídica**. São Paulo: Editora Saraiva, 2021.

CEJIL. **Loayza Tamayo**. Processo. Disponível em: https://t.ly/kMDM-. Acesso em: 12 jan. 2024.

CEJIL. **Niños de la Calle (Villagrán Morales y otros)**. Causa. Disponível em: https://t.ly/mx5t2. Acesso em: 12 jan. 2024.

CHARLTON, James I. **Culture(s) and belief systems, nothing about us without us**: disability, oppression and empowerment. California: University of California Press, 1998.

CHÂTELET, François. **Uma história da razão**: entrevistas com Émile Noël. Tradução Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

Código Civil Francês. Tradução de George Spence (cf. três obras: Cushing's Anonymous: A dictionary of revealed authorship; Dictionary of anonymous and pseudonymous English literature, da autoria de Samuel Halkett e John Laing; e, Dictionary of National Biography). Disponível em: https://bit.ly/41C6isG. Acesso em: 12 jan. 2023.

COLOMBIA. **Corte Constitucional Colombiana**. Sentencia T 881-02 de 17 de outubro de 2002. Disponível em: https://encurtador.com.br/iCRS0. Acesso em: 07 jan. 2024.

Comité Español de Representantes de Personas con Discapacidad – CERMI. **Derechos humanos y discapacidad**: Informe España 2014 – Colección Convención ONU, n. 12. Madrid: Editorial Cinca, 2015.

CONSTANT, Benjamin. **A liberdade dos antigos comparada à dos modernos**. Tradução de Emerson Garcia. Coleção Clássicos do Direito – v. 3. São Paulo: Atlas, 2015.

CORBIN, Alain. Gritos e cochichos. *In*: PERROT, Michelle (Org.). **História da vida privada 4**: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. Tradução de Denise Bottman, partes 1 e 2; Bernardo Joffily, partes 3 e 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 563-611.

CORREIA, Atalá. Estatuto da pessoa com deficiência traz inovações e dúvidas. **Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil**, v. 17, n. 99, p. 22-26, jan./fev. 2016.

COSTA, Ailton Barcelos da; PICHARILLO, Alessandra Daniele Messali; PAULINO, Vanessa Cristina. O processo histórico de inserção social da pessoa cega: da Antiguidade à Idade Média. **Revista Educação Especial**, v. 31, n. 62, p. 539-550, 2018.

COX, Gary. **Compreender Sartre**. Tradução de Hélio Magri Filho. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

CRESTANI, Jailson Luís. O perfil editorial da revista A Estação: Jornal ilustrado para a família. Revista da Anpoll, [*S. l.*], v. 01, n. 25, p. 323-353, 2008.

DANTAS, San Tiago. **Programa de direito civil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

DE AQUINO, Tomás. **Suma de Teologia**. Tradução de e Introdução de Carlos Arthur Ribeiro do Nascimento. Uberlândia: Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 2016.

DELGADO, Mário L. **Codificação, descodificação, recodificação do direito civil brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2012.

DIAS, Adriana. Por uma genealogia do capacitismo: da eugenia estatal à narrativa capacitista social. **Anais do I Simpósio Internacional de Estudos sobre a Deficiência**, São Paulo, p. 01-14, jun. 2013.

DINIZ, Debora. Modelo social da deficiência: a crítica feminista. **Série Anis**, Brasília, v. 28, p. 01-10, 2003.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

DINIZ, Maria Helena. A nova teoria das incapacidades. **Revista Thesis Juris**, v. 05, n. 02, p. 263-288, maio/ago. 2016.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro**: teoria geral do direito civil. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. **Mal-estar, sofrimento e sintoma**: uma psicopatologia do Brasil entre muros. São Paulo: Boitempo, 2015.

DWORKIN, Gerald. Paternalism. *In*: ZALTA, Edward N. (Org.). **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Fall 2020 Edition. Palo Alto: Metaphysics Research Lab, Stanford University, 2020.

ERBELE, Simone. **A capacidade entre o fato e o direito**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor. 2006.

ESPINOZA, Juan Espinoza. Tributo al maestro: recordando a Carlos Fernández Sessarego. **THEMIS – Revista de Derecho**, n. 75, p. 11-13, abr. 2019.

FACCHINI NETO, Eugênio. Code civil francês: gênese e difusão de um modelo. **Revista de informação legislativa**, v. 50, n. 198, p. 57-86, abr./jun. 2013.

FACCHINI NETO, Eugênio; HAEBERLIN, Mártin P. O "estilo" jurídico alemão: breves considerações sobre alguns dos seus fatores determinantes. **Revista da Ajuris**, v. 41, n. 133, p. 245-281, 2014.

FACHIN, Luiz Edson. **Estatuto jurídico do patrimônio mínimo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

FACHIN, Melina Girardi. Todos os nomes e um só sentido a aproximação dos direitos humanos aos direitos fundamentais tendo em vista sua efetivação prática. **Revista Brasileira de Direito Internacional – RBDI**, Curitiba, v. 03, n. 03, p. 51-75, jun. 2006.

FACI, Tirso Ventura; COSTA, Mercedes Navío; MARRODÁN, Ignacio Álvarez; PÉREZ, Beatriz Baón. **Eidon: Revista de la Fundación de Ciencias de la Salud**, n. 41, p. 12-27, 2014.

FARACO, Carlos. Um mundo que se mostra por dentro e se esconde por fora. *In*: ASSIS, Machado de. **O alienista**. 35. ed. São Paulo: Ática, 2011.

FATONE, Vicente. **El existencialismo y la libertad creadora**: una crítica al existencialismo de Jean-Paul Sartre. 2. ed. Buenos Aires: Argos, 1949.

FERRAZ JUNIOR, Tercio Sampaio. **Introdução ao estudo do direito**: técnica, decisão, dominação. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

FERRAZ, Carolina Valença; LEITE, Glauber Salomão. A proteção jurídica da pessoa com deficiência como uma questão de direitos humanos. *In*: FERRAZ, Carolina Valença; LEITE, Glauber Salomão (Orgs.). **Direito à diversidade**. São Paulo: Atlas, 2015, p. 93-162.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Direitos humanos fundamentais.** 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio**: o dicionário da língua portuguesa. 8. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FIGUEIRA, Emílio. **Caminhando em silêncio**: uma introdução à trajetória das pessoas com deficiência na história do Brasil. São Paulo: Giz Editora, 2008.

FIUZA, César; NOGUEIRA, Roberto Henrique Pôrto. Regime jurídico das incapacidades e tutela da vulnerabilidade. *In*: LIMA, Taisa Maria Macena de; SÁ, Maria de Fátima Freire de; MOUREIRA, Diogo Luna (Orgs.). **Autonomia e vulnerabilidade**. Belo Horizonte: Arraes, 2017, p. 10-22.

FLORES, Joaquín Herrera. **A reinvenção dos direitos humanos.** Tradução de Carlos Roberto Diogo Garcia. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

FLYNN, Thomas. Jean-Paul Sartre. Tradução de Vitor Luiz Rigoti dos Anjos. **Investigação Filosófica**, Macapá, v. 04, n. 02, p. 01-26, 2013.

FONSECA, Márcio Alves da. **Michel Foucault e o direito**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

FONTES, Fernando; MARTINS, Bruno Sena. Vida independente para pessoas com deficiência: do individualismo à autodeterminação. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos, v. 11, n. 02, p. 526-540, maio/ago. 2021.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura**. Tradução de José Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Editora Perspectiva, s/a.

FOUCAULT, Michel. **O poder psiquiátrico**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FRANÇA, Tiago Henrique. A normalidade: uma breve introdução à história social da deficiência. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, [*S. l.*], v. 06, n. 11, p. 105-123, 2015.

GALVÃO, Pedro. Introdução. *In*: KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Lisboa: Edições 70, 2009.

GARCÍA, Luis Alberto Quintana. Fundamentos del proyecto de vida en el derecho del trabajo: aportes jurídico-filosóficos y doctrinarios desde el caso peruano. **Revista de Direito do Trabalho, Processo do Trabalho e Direito da Seguridade Social**, Salvador, v. 05, n. 01, p. 01-25, jan./jun. 2021.

GARCÍA, Macario Alemany. **El concepto y la justificación del paternalismo**. Alicante, 2005. 531 f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito da Universidade de Alicante.

GARCIA, Wallisten Passos. Apontamentos e reflexões sobre a sexualidade da pessoa com deficiência intelectual**. Psicol. Argum.**, Curitiba, v. 30, n. 68, p. 149-160, jan./mar. 2012.

GARCIA, Wallisten Passos; PEREIRA, Ana Paula Almeida de. A pessoa com deficiência intelectual e a compreensão de sua existência. **Revista da Abordagem Gestáltica – Phenomenological Studies**, Goiânia, v. 27, n. 02, p. 179-187, 2021.

GAUDENZI, Paula; ORTEGA, Francisco. Problematizando o conceito de deficiência a partir das noções de autonomia e normalidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, [*S.l.*], v. 21, n. 10, p. 3061-3070, out. 2016.

GELAIN, Itamar Luís. **Peter F. Strawson:** metafísica e ceticismo. Londrina: Thoth, 2022.

GELAIN, Itamar Luís; CAVALHEIRI, Alceu. Filosofia geral e filosofia do direito. *In*: GELAIN, Itamar Luís (Org.). **Uma introdução à filosofia do direito.** Ijuí: Editora Unijuí, 2015, p. 15-30.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Unesp, 1991.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GILISSEN, John. **Introdução histórica ao direito**. Tradução de A. M. Hespanha e L. M. Macaísta Malheiros. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes. **Direito e literatura:** Machado de Assis, O alienista e a Revolta dos canjicas. Disponível em: https://bit.ly/41bAJXa. Acesso em: 05 out. 2022.

GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes; FUGA, Bruno. **O alienista & O cemitério dos vivos**. Londrina: Thoth, 2021.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.

GOMES, Orlando. **Raízes históricas e sociológicas do Código Civil brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

GONZAGA, Eugênia Augusta. Artigo 12: Reconhecimento igual perante a lei. *In*: FERREIRA, Laíssa da Costa (Coord.). **Novos comentários à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. 3. ed. Brasília: SNPD – SDH-PR, 2014, p. 85-89.

GRINBERG, Keila. **Código Civil e cidadania**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

GROSSI, Paolo. **A ordem jurídica medieval**. Tradução de Denise Rossato Agostinetti. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014.

GROSSI, Paolo. Absolutismo jurídico (ou: da riqueza e da liberdade do historiador do direito). **Revista Direito FGV**, Rio de Janeiro, v. 01, n. 21, p. 191-200, jun./dez. 2005.

GROSSI, Paolo. **Mitologias jurídicas da modernidade**. 2. ed. Tradução de Arno Dal Ri Júnior. Florianópolis: Boiteux, 2007.

GUSMÃO, Paulo Dourado de. **Introdução ao estudo do direito**. 27. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

HATTENHAUER, Hans. **Conceptos fundamentales del derecho civil**. Barcelona: Ariel, 1987.

HAZARIKA, Lizashree. Paternalism: its normative issues and the debate. **International Journal of Advanced Studies in Humanities and Social Science**, v. 09, n. 02, p. 111-124, jun. 2020.

HEGEL, Georg Wilhelm Friederich. **Princípios da filosofia do direito.** Tradução de Orlando Vitorino. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**: parte I. Tradução de Marcia Sá Cavalcante Schuback. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

HERAZO, Edwin. Aspectos bioéticos de la evaluación de la capacidad mental en psiquiatria. **Revista Colombiana de Psiquiatría**, v. 40, p. 152-163, mar. 2011.

HESPANHA, Antonio Manuel. **A cultura jurídica europeia**: síntese de um milênio. Coimbra: Almedina, 2012.

HESPANHA, António Manuel. **Imbecillitas**: as bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de antigo regime. São Paulo: Annablume, 2008.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. Tradução de Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003.

HONNETH, Axel. **O direito da liberdade.** Tradução Saulo Krieger. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

HONNETH, Axel. **Reificação**: um estudo de teoria do reconhecimento. Traduzido por Rúrion Melo. São Paulo: Unesp, 2018.

HONNETH, Axel. **Sofrimento de indeterminação**: uma reatualização da filosofia do direito de Hegel. Tradução de Rúrion Soares de Melo. São Paulo: Esfera Pública, 2007.

HONNETH, Axel; ANDERSON, Joel. Autonomia, vulnerabilidade, reconhecimento e justiça. **Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade**, São Paulo, n. 17, p. 81-112, 2011.

HUSSERL, Edmund. **Psicologia fenomenológica e fenomenologia transcendental**: textos selecionados (1927-1935). São Paulo: Vozes, 2022. *E-book*.

IRTI, Natalino. Decodificazione. *In*: **Digesto dele discipline privatistiche** – Sezione Civile. Milano: UTET Giuridica, 2018.

JOLIVET, Regis. **As doutrinas existencialistas**: de Kierkegaard a Sartre. Porto: Livraria Tavares Martins, 1953.

JUNGES, Márcia. Kant e a moralidade como resultado de nossa autonomia. Tradução de Luís Marcos Sander. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos On-line**, São Leopoldo, a. XIII, n. 417, p. 06-09, 2013.

KAFER, Alison. **Feminist queer crip**. Indiana: Indiana University Press, 2013.

KANT, Emanuel. **Crítica da razão prática.** Tradução de Afonso Bertagnoli. São Paulo: Brasil Editora, 2004.

KANT, Immanuel. **A metafísica dos costumes.** Tradução de Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2003.

KANT, Immanuel. Ensaio sobre as doenças da cabeça de 1764. Tradução de Pedro Miguel Panarra. **Revista Filosófica de Coimbra**, Coimbra, n. 37, p. 201-224, 2010.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Lisboa: Edições 70, 2009.

KARAM, Henriete. Questões teóricas e metodológicas do direito na literatura: um percurso analítico-interpretativo a partir do conto Suje-se gordo!, de Machado de Assis. **Revista Direito GV**, v. 13, n. 3, p. 827-865, 2017.

KAUFMANN, Arthur. Filosofia do direito, teoria do direito, dogmática jurídica. *In*: HASSEMER. W.; KAUFMANN, Arthur. (Orgs.). **Introdução à filosofia do direito e à teoria do direito contemporâneas**. Tradução de Marcos Keel e Manuel Seca de Oliveira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 2002, p. 25-54.

KIERKEGAARD, Soren Aabye. **Diário de um sedutor; Temor e tremor; O desespero humano**. Traduções de Carlos Grifo, Maria José Marinho e Adolfo Casais Monteiro. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

KIERKEGAARD, Soren Aabye. **Pós-escrito às migalhas filosóficas –** v. I. Tradução de Álvaro Luiz Montenegro Valls e Marília Murta de Almeida. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

KIERKEGAARD, Soren Aabye. **Pós-escrito às migalhas filosóficas**: coletânea mímico-patético-dialética, contribuição existencial, por Johannes Climacus. São Paulo: Vozes, 2013.

KUNZ, Josef L. Sôbre a problemática da filosofia do direito nos meados do século XX. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 46, p. 05-43, 1950.

LARENZ, Karl. **Derecho civil**: parte general. Madrid: Editoriales de Derecho Reunidas, 1978.

LARENZ, Karl. **Metodologia da ciência do direito**. Tradução de José Lamego. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

LIMA, Antonio Balbino Marçal. O que é fenomenologia? *In*: LIMA, Antonio Balbino Marçal (Org.). **Ensaios sobre fenomenologia**: Husserl, Heidegger e Merleau-Ponty. Ilhéus: Editus, 2014, p. 09-14.

LIMA, Taisa Maria Macena de; SÁ, Maria de Fátima Freire de. A recusa terapêutica pela pessoa idosa. **No prelo**.

LIMA, Taisa Maria Macena de; SÁ, Maria de Fátima Freire de. **Ensaios sobre a infância e a adolescência**. Belo Horizonte: Arraes, 2016.

LIMA, Taisa Maria Macena de; SÁ, Maria de Fátima Freire de. Estatuto da pessoa com deficiência e questões médicas. *In*: LIMA, Taisa Maria Macena de; SÁ, Maria de Fátima Freire de; MOUREIRA, Diogo Luna (Orgs.). **Autonomia e vulnerabilidade**. Belo Horizonte: Arraes, 2017, p. 118-140.

LOBO, Lilia Ferreira. **Os infames da história:** pobres, escravos e deficientes no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

LÔBO, Paulo. **Com avanços legais, pessoas com deficiência mental não são mais incapazes**. Disponível em: https://bit.ly/3A63qJ1. Acesso em: 04 fev. 2023.

LOPES, José Leme. **Machado de Assis e a epilepsia**. Disponível em: https://bit.ly/3KGmBy6. Acesso em: 12 nov. 2022.

LOPES, Sarila Hali Kloster. O direito de liberdade de trabalho e a dignidade da pessoa humana: um conflito inexistente – o caso do lançamento dos anões. **Espaço Jurídico – Journal of Law**, v. 16, n. 01, p. 173-184, 2015.

LÓPEZ, Álvaro Fernando Benavides. **Modelos de capacidad jurídica**: una reflexión necesaria a la luz del art. 12 de la Convención Internacional sobre los derechos de las personas con discapacidad. Getafe, 2013. 430 f. Tese (Doutorado em Direito) – Universidad Carlos III de Madrid.

LUDWIG, Marcos de Campos. O direito ao livre desenvolvimento da personalidade na Alemanha e possibilidade de sua aplicação no direito privado brasileiro. *In*: MARTINS-COSTA, Judith (Org.). **A reconstrução do direito privado**: reflexos dos princípios, diretrizes e direitos fundamentais constitucionais no direito privado. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002, p. 265-305.

MACHADO, Diego Carvalho. Do sujeito de direito à pessoa humana: reflexões sobre subjetividade jurídica, teoria do direito civil e tutela da pessoa. **Revista Jurídica Luso-Brasileira**, n. 04, a. 02, p. 415-475, 2016.

MACHADO, Roberto; LOUREIRO, Angela; LUZ, Rogerio; MURICY, Katia. **Danação da norma**: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MALISKA, Marcos Augusto. **Sobre o tradicionalismo** (Relatório de Pesquisa. Núcleo de Pesquisa em Direito Constitucional do UniBrasil – NupeConst). Curitiba: Mimeo, 2021.

MARQUES, Claudia Lima; MIRAGEM, Bruno. **O novo direito privado e a proteção dos vulneráveis**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

MARQUES, Mário Alberto Pedrosa Reis. Um olhar sobre a construção do "sujeito de direito". **Revista da Faculdade de Direito da UFG**, Goiânia, v. 35, n. 02, p. 20-35, 2011.

MARTINELLI, João Paulo Orsini. **Paternalismo jurídico-penal**. São Paulo, 2010. 297 f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

MARTINS, Bruno Sena; FONTES, Fernando; HESPANHA, Pedro; BERG, Aleksandra. A emancipação dos estudos da deficiência. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, [*S.l.*], v. 98, p. 45-64, 2012.

MARTINS-COSTA, Judith. Capacidade para consentir e esterilização de mulheres tornadas incapazes pelo uso de drogas: notas para uma aproximação entre a técnica jurídica e a reflexão bioética. *In*: MARTINS-COSTA, Judith; MOLLER, Leticia Ludwig (Orgs.). **Bioética e responsabilidade.** Rio de Janeiro: Forense. 2009, p. 299-346.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **Curso de Direitos Humanos**. São Paulo: Método, 2014.

MEDEIROS, Marcelo; DINIZ, Debora. Envelhecimento e deficiência. *In*: CAMARANO, Ana Amélia (Org.). **Os novos idosos brasileiros**: muito além dos 60? Rio de Janeiro: IPEA, 2004, p. 107-120.

MEIRELLES, Ana Thereza Meireles; SÁ, Maria de Fátima Freire de; VERDIVAL, Rafael; LAGE, Caio. A compreensão das dimensões da vulnerabilidade humana nas situações jurídicas existenciais. **Revista da Faculdade Mineira de Direito**, v. 25, n. 49, p. 113-133, 2022.

MEIRELLES, Jussara Maria Leal de. Diretivas antecipadas de vontade por pessoa com deficiência. *In*: MENEZES, Joyceane Bezerra de (Org.). **Direito da pessoa com deficiência psíquica e intelectual nas relações privadas** – A Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e Lei Brasileira de Inclusão. Rio de Janeiro: Processo, 2016, p. 713-731.

MEIRELLES, Jussara. O ser e o ter na codificação civil brasileira: do sujeito virtual à clausura patrimonial. *In*: FACHIN, Luiz Edson (Coord.). **Repensando fundamentos do direito civil brasileiro contemporâneo**. Rio de Janeiro: Renovar, 2000, p. 87-113.

MEIRELLES, Jussara. O transtorno bipolar de humor e o ambiente socioeconômico que o propicia: uma leitura do regime das incapacidades. *In*: TEPEDINO, Gustavo; FACHIN, Luiz Edson (Orgs.). **Diálogos sobre direito civil** – v. II. Rio de Janeiro: Renovar, 2000, p. 599-618.

MENDONÇA, Jacy de Souza. Introdução. *In*: RADBRUCH, Gustav. **Introdução à filosofia do direito**. Tradução de Jacy de Souza Mendonça. Disponível em: https://www.valorjustica.com.br/introducao.pdf. Acesso em: 17 dez. 2023.

MENEZES, Joyceane Bezerra de. A capacidade dos incapazes: o diálogo entre a convenção da ONU sobre os direitos das pessoas com deficiência e o Código Civil Brasileiro. *In*: RUZYK, Carlos Eduardo Pianovski; SOUZA, Eduardo Nunes de; MENEZES, Joyceane Bezerra; EHRHARDT JUNIOR, Marcos (Orgs.). **Direito civil constitucional**: a ressignificação da função dos institutos fundamentais do direito civil contemporâneo e suas consequências. Florianópolis: Conceito Editorial, 2014, p. 51-74.

MENEZES, Joyceane Bezerra de. O direito protetivo no Brasil após a Convenção sobre a Proteção da Pessoa com Deficiência: impactos do novo CPC e do Estatuto da Pessoa com Deficiência. **Civilistica.com**, a. 04, n. 01, p. 01-27, 2015.

MENEZES, Joyceane Bezerra de; MENEZES, Herika Janaynna Bezerra de; MENEZES, Abraão Bezerra de. A abordagem da deficiência em face da expansão dos direitos humanos. **Revista Direitos e Garantias Fundamentais**, Vitória, v. 17, n. 02, p. 551-572, jul./dez. 2016.

MENEZES, Joyceane Bezerra de; TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado. Desvendando o conteúdo da capacidade civil a partir do Estatuto da Pessoa com Deficiência. **Revista Pensar**, Fortaleza, v. 21, n. 02, p. 568-599, maio/ago. 2016.

MERLI, Isadora Marques; RIANELLI, Luiza Lima. **Furlan e Familiares vs. Argentina (2012)**: o dano ao projeto de vida. Núcleo Interamericano de Direitos Humanos da Faculdade Nacional de Direito da UFRJ. Disponível em: https://nidh.com.br/furlan. Acesso em: 17 mar. 2023.

MIGUEL-PEREIRA, Lúcia. **Machado de Assis**: estudo crítico e biográfico. 5ª série, v. 73. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

MIRANDA, Tiago. **Câmara aprova Dia Nacional do Movimento de Vida Independente**. Câmera dos Deputados. Disponível em: https://t.ly/SJrUD. Acesso em: 06 mar. 2023.

MONTEIRO, Felipe Sávio Cardoso Teles. Reflexões sobre a filosofia existencialista. **Cadernos Zygmunt Bauman**, São Luís, v. 11, n. 26, p. 15-26, 2021.

MORA, Jose Ferrater. **Diccionario de Filosofía**. Tomo I. Buenos Aires: Sudamericana, [194_].

MORAES, Maria Celina Bodin de. **Danos à pessoa humana**: uma releitura civil-constitucional dos danos morais. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

MOUNIER, Emmanuel. **El personalismo**. 9. ed. Buenos Aires: EUDEBA, 1972.

MOUNIER, Emmanuel. **Introducción a los existencialismos**. 2. ed. Madrid: Ediciones Guadarrama, 1967.

MOUREIRA, Diogo Luna. **Pessoas e autonomia privada:** dimensões reflexivas da racionalidade e dimensões operacionais da pessoa a partir da teoria do direito privado. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

MOUTINHO, Luiz Damon Santos. **Sartre**: existencialismo e liberdade. São Paulo: Moderna, 1995.

NACIONES UNIDAS. Comité sobre los Derechos de las Personas con Discapacidad. Observación general nº 1 (2014). Disponível em: https://t.ly/YmV2V. Acesso em: 01 jan. 2024.

NACIONES UNIDAS. Comité sobre los Derechos de las Personas con Discapacidad. Observación general núm. 5 (2017) sobre el derecho a vivir de forma independiente y a ser incluido en la comunidad. Disponível em: https://bit.ly/3GO09C6. Acesso em: 01 jan. 2023.

NERY, Rosa Maria de Andrade. **Introdução ao pensamento jurídico e à teoria geral do direito privado**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

OLIVER, Mike. The social model in action: if I had a hammer. *In*: BARNES, Colin; MERCER, Geof (Orgs.). **Implementing the social model of disability**: theory and research. Leeds: The Disability Press, 2004, p. 18-31.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. Artigo 19. Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. Disponível em: https://bit.ly/3A3oXC9. Acesso em: 06 mar. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. Artigo 3º. Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. Disponível em: https://bit.ly/3A3oXC9. Acesso em: 06 mar. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. Artigo 3º. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Disponível em: https://bit.ly/3okf2p0. Acesso em: 18 out. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. Comité sobre los Derechos de las Personas con Discapacidad: observaciones finales sobre el informe inicial del Brasil, igual reconocimiento como persona ante la ley (art. 12). Disponível em: https://bit.ly/3LacGlW. Acesso em: 28 jan. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. Comité sobre los Derechos de las Personas con Discapacidad. *Artículo 12: Igual reconocimiento como*

persona ante la ley. Disponível em: https://bit.ly/2VvrXAt. Acesso em: 29 jan. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Disponível em: https://bit.ly/3okf2p0. Acesso em: 18 out. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. Corte Interamericana de Direitos Humanos. Caso Furlan e Familiares vs. Argentina. Disponível em: https://encurtador.com.br/doGJW. Acesso em: 17 mar. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. De la exclusión a la igualdad. Hacia el pleno ejercicio de los derechos de las personas con discapacidad. Manual para parlamentarios, n. 14, 2007.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS – OEA. Corte Interamericana de Derechos Humanos. Caso de los “Niños de la Calle” (Villagrán Morales y otros) Vs. Guatemala. Disponível em: https://t.ly/eOduL. Acesso em: 12 jan. 2024.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS – OEA. Corte Interamericana de Derechos Humanos. Caso Loayza Tamayo Vs. Perú. Disponível em: https://t.ly/bPkGL. Acesso em: 12 jan. 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE – OMS. Declaração de Montreal sobre a Deficiência Intelectual. Disponível em: https://abre.ai/hVf2. Acesso em: 12 jan. 2024.

OST, François. **Contar a lei**: as fontes do imaginário jurídico. Tradução de Paulo Neves. Rio Grande do Sul: Editora Unisinos, 2007.

PAIM, Isaías. **Curso de psicopatologia**. 11. ed. São Paulo: EPU, 1993.

PALACIOS, Agustina. **Capacidad jurídica en la Convención de los Derechos de las Personas con Discapacidad**. Intervención de Agustina Palacios. Disponível em: https://t.ly/tOFLM. Acesso em: 01 jan. 2024.

PALACIOS, Agustina. **El modelo social de discapacidad**: orígenes, caracterización y plasmación en la Convención Internacional sobre los Derechos de las Personas con Discapacidad. Madrid: Ediciones Cinca, 2008.

PALACIOS, Agustina. The social model in the international convention on the rights of persons with disabilities. **The Age of Human Rights Journal**, v. 04, p. 91-110, jun. 2015.

PALACIOS, Agustina; BARIFFI, Francisco. **La discapacidad como una cuestión de derechos humanos**: una aproximación a la Convención Internacional sobre los Derechos de las Personas con Discapacidad. Madrid: Ediciones Cinca, 2007.

PALACIOS, Agustina, ROMAÑACH, Javier. **El modelo de la diversidad:** la bioética y los derechos humanos como herramientas para alcanzar la plena dignidad en la diversidad funcional. España: Ediciones Diversitas, s/a.

PALOMBA, Guido Arturo. **Decadência da psiquiatria ocidental**. Belo Horizonte: Del Rey, 2021.

PANARRA, Pedro Miguel. Introdução. *In*: KANT, Immanuel. Ensaio sobre as doenças da cabeça de 1764. Tradução de Pedro Miguel Panarra. **Revista Filosófica de Coimbra**, Coimbra, n. 37, p. 201-224, 2010.

PELLEGRINO, Edmund D. La relación entre la autonomía y la integridad en la ética médica. **Boletín de la Oficina Sanitaria Panamericana, Washington**, n. 527, v. 108, maio/jun. 1990, p. 379-390.

PENHA, João da. **O que é existencialismo**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

PERDIGÃO, Paulo. **Existência & liberdade**: uma introdução à filosofia de Sartre. Porto Alegre: L&PM, 1995.

PEREIRA, Antônio Celso Alves. Antônio Augusto Cançado Trindade e a humanização do direito brasileiro. **Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos**, Fortaleza, v. 12, n. 12, p. 59-69, 2012.

PEREZ, Daniel Omar. A loucura como questão semântica: uma interpretação kantiana. **TRANS/FORM/AÇÃO: Revista de Filosofia da Unesp**, São Paulo, v. 32, n. 01, p. 95-117, 2009.

PERLINGIERI, Pietro. **Perfis do direito civil**: introdução ao direito civil constitucional. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

PERMANÊNCIA. Santo Tomás de Aquino. Disponível em: https://bit.ly/3og66Ba. Acesso em: 24 abr. 2022.

PERNOUD, Régine. **As origens da burguesia**. Tradução de F.S. 2. ed. Coleção Saber. Publicações Europa-América, 1969.

PERROT, Michelle. Figuras e papéis: a figura do pai. *In*: PERROT, Michelle (Org.). **História da vida privada 4**: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. Tradução de Denise Bottman, partes 1 e 2; Bernardo Joffily, partes 3 e 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 121-186.

PESSOTTI, Isaias. **Deficiência mental**: da superstição à ciência. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.

PESSOTTI, Isaias. **O século dos manicômios**. São Paulo: Editora 34, 1996.

PESSOTTI, Isaias. Sobre a teoria da loucura no século XX. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 14, n. 02, p. 113-123, dez. 2006.

PINEL, Philippe. **Traité médico-philosophique sur l'aliénation mentale ou La Manie**. Disponível em: https://bit.ly/41BYzLv. Acesso em: 11 set. 2022.

PINHEIRO, Rosalice Fidalgo. **Princípio da boa-fé nos contratos**: o percurso teórico e sua recepção no direito brasileiro. Curitiba: Juruá, 2015.

PINHEIRO, Rosalice Fidalgo; BRAZZALE, Flávia Balduino. A crise da Covid-19 e a pessoa com deficiência no Brasil: uma relativização do modelo social de direitos humanos e o necessário diálogo de proteção. *In*: GELAIN, Itamar Luís (Org.) **Pensamento em movimento**: direito e filosofia – v. V. São Paulo: Dialética, 2023, p. 245-263.

PINHEIRO, Rosalice Fidalgo; ROLLWAGEN, Aletya Dahana. Capacidade e processo: os reflexos processuais do Estatuto da Pessoa com Deficiência e a ação de estabelecimento de curatela. **Revista da AJURIS - QUALIS A2**, Porto Alegre, v. 47, n. 148, p. 281-310, 2020.

PIOVESAN, Flávia Cristina. **Direito ao desenvolvimento**. Disponível em: https://t.ly/OLK1k. Acesso em: 23 fev. 2023.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o Direitos Constitucional Internacional.** 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

PIOVESAN, Flávia. **O direito internacional dos direitos humanos e a redefinição da cidadania no Brasil.** Disponível em: https://encurtador.com.br/lxGV9. Acesso em: 08 jan. 2024.

PIOVEZAN, Flávia. Direito ao desenvolvimento: desafios contemporâneos. **Revista da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo**, São Bernando do Campo, v. 16, p. 64-81, 2015.

PLATÃO. **A República**. Tradução de Maria Helena da Rocha Pereira. 7. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, s/a.

PORTALIS, Jean-Étienne-Marie. **Discours préliminaire du premier projet de Code civil (1801)**. Disponível em: https://bit.ly/3UH41dA. Acesso em: 17 dez. 2022.

PORTUGAL, Carlos Giovani Pinto. **Responsabilidade civil por dano ao projeto de vida**. Curitiba: Juruá, 2016.

PORTUGAL, Carlos Giovani Pinto; PINHEIRO, Rosalice Fidalgo. **O princípio da solidariedade e a ressignificação da responsabilidade civil**. Disponível em: https://t.ly/K3D2a. Acesso em: 20 ago. 2023.

POUZADOUX, Claude. **Contos e lendas da mitologia grega**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

PROENÇA, José Gonçalves. **Bicentenário do Code Civil des Français**. Disponível em: https://bit.ly/429SjLE. Acesso em: 10 dezembro 2022.

RADBRUCH, Gustav. **Introdução à filosofia do direito**. Tradução de Jacy de Souza Mendonça. Disponível em: https://www.valorjustica.com.br/introducao.pdf. Acesso em: 17 dez. 2023.

RANGEL, Jesús Antonio de la Torre. **Del pensamiento jurídico contemporáneo**: aportaciones críticas. México: Miguel Angel Porrua, 1992.

REALE, Miguel. Fundamentos da concepção tridimensional do direito. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 56, n. 02, p. 66-87, 1961.

REALE, Miguel. **Horizontes do direito e da história**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

REALE, Miguel. **Lições preliminares do direito**. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

REALE, Miguel. Linha evolutiva da Teoria Tridimensional do Direito. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 88, p. 301-312, 1993.

REALE, Miguel. **Miguel Reale**. Disponível em: https://t.ly/EUOAd. Acesso em: 01 jun. 2023.

REALE, Miguel. **Teoria tridimensional do direito**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1994.

REIMÃO, Cassiano. Experiência da contingência e ética, em J.-P. Sartre. *In*: **Um filósofo na literatura**: Actas Colóquio Comemorativo do Centenário de Nascimento de Jean-Paul Sartre. Portugal: FLUP, 2005, p. 11-25.

REYNOLDS, Jack. **Existencialismo**. Tradução de Caesar Souza. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

RIBEIRO, Gustavo Pereira Leite. As pessoas com deficiência mental e o consentimento informado nas intervenções médicas. *In*: MENEZES, Joyceane Bezerra de. (Org.). **Direito das pessoas com deficiência psíquica e intelectual nas relações privadas**: Convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência e Lei Brasileira de Inclusão. Rio de Janeiro: Processo, 2016, p. 733-762.

RODOTÀ, Stefano; BODIN DE MORAES, Maria Celina. A antropologia do *homo dignus*. **Civilistica.com**, v. 06, n. 02, p. 01-17, dez. 2017.

RODRIGUES, Rafael Garcia. A pessoa e o ser humano no novo Código Civil. *In*: TEPEDINO, Gustavo (Org.). **A parte geral do novo Código Civil**: estudos na perspectiva civil-constitucional. Rio de Janeiro: Renovar, 2003, p. 01-34.

ROHRMANN, Carlos Alberto; REGO, Cristiane. O paternalismo estatal e o fenômeno da juridicização da vida privada. **Revista da Faculdade de Direito Milton Campos**, Belo Horizonte, v. 27, p. 119-140, 2014.

ROPPO, Enzo. **O contrato**. Tradução de Ana Coimbra e M. Januário C. Gomes. Coimbra: Almedina, 1988.

ROSENVALD, Nelson. **A necessária revisão da teoria das incapacidades**. Disponível em: https://bit.ly/3nrSH9j. Acesso em: 01 jan. 2023.

ROSENVALD, Nelson. Aplicação no Brasil da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência. **Revista Atualidad Juridica Iberoamericana**, Valência, n. 04, p. 123-143, jul. 2016.

ROSENVALD, Nelson. **Curatela**. Material disponibilizado pelo autor. No prelo.

ROSENVALD, Nelson. O modelo social de direitos humanos e a Convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência: o fundamento primordial da Lei nº 13.146.2015. *In*: MENEZES, Joyceane Bezerra de (Org.). **Direito das pessoas com deficiência psíquica e intelectual nas relações privadas**: Convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência e Lei Brasileira de Inclusão. Rio de Janeiro: Processo, 2016, p. 91-110.

ROSSI, Paolo. **A ciência e a filosofia dos modernos**: aspectos da revolução científica. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

ROUANET, Sergio Paulo. **Mal-estar na modernidade**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SÁ, Maria de Fátima Freire de. Menoridade e deficiência: limites da atuação dos cuidadores e os direitos da personalidade da criança e do adolescente. *In*: MENEZES, Joyceane Bezerra de (Org.). **Direito da pessoa com deficiência psíquica e intelectual nas relações privadas** – A Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e Lei Brasileira de Inclusão. Rio de Janeiro: Processo, 2016, p. 593-601.

SÁ, Maria de Fátima Freire de; MOUREIRA, Diogo Luna. **A capacidade dos incapazes**: saúde mental e uma releitura da teoria das incapacidades no direito privado. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

SÁ, Maria de Fátima Freire de; MOUREIRA, Diogo Luna. **Autonomia para morrer**: eutanásia, suicídio assistido, diretivas antecipadas de vontade e cuidados paliativos. 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2015.

SÁ, Maria de Fátima Freire de; MOUREIRA, Diogo Luna. Autonomia privada e vulnerabilidade: o direito civil e a diversidade democrática. *In*: LIMA, Taisa Maria

Macena de; SÁ, Maria de Fátima Freire de; MOUREIRA, Diogo Luna (Orgs.). **Autonomia e vulnerabilidade**. Belo Horizonte: Arraes, 2017, p. 01-09.

SÁ, Maria de Fátima Freire de; MOUREIRA, Diogo Luna. O direito subjetivo à morte digna: uma leitura do direito brasileiro a partir do caso José Ovídio González. **Civilistica.com**, v. 05, n. 02, p. 01-16, dez. 2016.

SANCHO, Jesús Conill. La invención de la autonomía. **Revista de la Fundación de Ciencias de la Salud**, Madrid, v. 01, n. 39, p. 02-12, jun. 2013.

SANTOS, Wederson Rufino dos. Pessoas com deficiência: nossa maior minoria. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, [*S.l.*], v. 18, n. 03, p. 501-519, 2008.

SARLET, Ingo Wolfang. **A eficácia dos direitos fundamentais:** uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. 13. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2021.

SARLET, Ingo Wolfang. Conceito de direitos e garantias fundamentais. *In*: NUNES JR, Vidal Serrano [*et al.*] (Orgs.). **Enciclopédia Jurídica da PUCSP:** direito administrativo e constitucional – tomo II. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017.

SARTRE, Jean-Paul. **Crítica da razão dialética**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.

SARTRE, Jean-Paul. **O existencialismo é um humanismo**. Tradução de Rita Correia Guedes. Disponível em: https://curtlink.com/qUp9. Acesso em: 10 jun. 2023.

SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o Nada**: ensaio de ontologia fenomenológica. Tradução de Paulo Perdigão. Petrópolis: Vozes, 2011.

SARTRE, Jean-Paul. **Questão de método**. Tradução de Bento Prado Júnior. 4. ed. São Paulo: Difusão Editorial, 1979.

SARTRE, Jean-Paul. **Sartre no Brasil**: a conferência de Araraquara. Traduzido por Luiz Roberto Salina Fortes. 3. ed. São Paulo: Unesp, 2019.

SARTRE, Jean-Paul. Uma idéia fundamental da fenomenologia de Husserl: a intencionalidade. Tradução de Ricardo Leon Lopes. **Veredas Favip**, Caruaru, v. 02, n. 01, p. 102-107, jan./jun. 2005.

SARTRE. Jean-Paul. **O que é a literatura?** 3. ed. São Paulo: Ática, 2004.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Terminologia sobre deficiência na era da inclusão**. Disponível em: https://encurtador.com.br/bcj39. Acesso em: 12 jan. 2024.

SAVIGNY, Friedrich Carl von. **De la vocación de nuestra época para la legislación y la ciencia del Derecho.** Tradução de José Díaz García. Madrid: Universidad Carlos III de Madrid, 2015.

SAVIGNY, Friedrich Karl von. **Sistema del derecho romano actual**. Disponível em: https://bit.ly/3UYMtKp. Acesso em: 23 jan. 2023.

SCHETTINI, Beatriz. A incapacidade civil e a necessidade de seu redimensionamento através de novas formas de comunicação e novas possibilidades hermenêuticas: uma abordagem à luz do filme “O escafandro e a borboleta”. *In*: LIMA, Taisa Maria Macena de; SÁ, Maria de Fátima Freire de; MOUREIRA, Diogo Luna (Orgs.). **Autonomia e vulnerabilidade**. Belo Horizonte: Arraes, 2017, p. 158-163.

SCHIER, Paulo Ricardo. Novos desafios da filtragem constitucional no momento do neoconstitucionalismo. **A&C – Revista de Direito Administrativo e Constitucional**, Belo Horizonte, a. 05, n. 20, p. 145-165, abr./jun. 2005.

SCHIER, Paulo Ricardo; BRAZZALE, Flávia Balduino; MORBINI, Francieli Korquievicz. Para além da acessibilidade: o direito de acesso amplo como direito fundamental à pessoa com deficiência. *In*: LORENZETTO, Andrei Meneses; MORBINI, Francieli Korquievicz (Orgs.). **Direitos fundamentais em debate**. Florianópolis: Emais, 2022, p. 21-42.

SCHRAMM, Fermin Roland. A autonomia difícil. **Bioética**, Brasília, v. 06, n. 01, p. 27-37, 1998.

SCOTTO, Paulo. Lo civil en el Código napoleónico y la libertad de los modernos. **Cuadernos Electrónicos de Filosofía del Derecho**, n. 43, p. 285-304, dez. 2020.

SEGRE, Marco; SILVA, Franklin Leopoldo e; SCHRAMM, Fermin R. O contexto histórico, semântico e filosófico do princípio de autonomia. **Bioética**, Brasília, v. 06, n. 01, p. 15-23, 1998.

SESSAREGO, Carlos Fernández. ¿Cómo proteger jurídicamente al ser humano si se ignora su estructura existencial? **IUS ET VERITAS**, Lima, v. 24, n. 50, p. 86-103, maio 2015.

SESSAREGO, Carlos Fernández. Apuntes para una distinción entre el daño al "proyecto de vida" y el daño "psiquico”. **THEMIS – Revista de Derecho**, n. 32, p. 161-164, nov. 1995.

SESSAREGO, Carlos Fernández. Apuntes sobre el daño a la persona. **IUS ET VERITAS**, Lima, v. 13, n. 25, p. 14-38, jan. 2002.

SESSAREGO, Carlos Fernández. **Bosquejo para una determinación ontológica del Derecho**. Disponível em: https://curtlink.com/mXHB. Acesso em: 11 jun. 2023.

SESSAREGO, Carlos Fernández. Breves apuntes sobre el concepto jurídico de persona (desde la edad clásica hasta nuestros días. **IUS ET VERITAS**, Lima, v. 07, n. 12, p. 97-102, out. 1996.

SESSAREGO, Carlos Fernández. **Breves apuntes sobre el proyecto de vida y su protección jurídica**. Disponível em: https://snip.ly/d7b9dj. Acesso em: 15 fev. 2023.

SESSAREGO, Carlos Fernández. Breves reflexiones sobre el objeto de estudio y la finalidad de derecho. **Ius Inkarri**, Santiago de Surco Lima, n. 04, v. 04, p. 137-145, 2021.

SESSAREGO, Carlos Fernández. **Derecho a la vida, a la identidade, a la integridade, a la libertad y al bienestar**. Disponível em: https://t.ly/t4BGw. Acesso em: 01 jan. 2024.

SESSAREGO, Carlos Fernández. **Derecho y persona**. Disponível em: https://bit.ly/3Wbcwyf. Acesso em: 23 jan. 2023.

SESSAREGO, Carlos Fernández. Deslinde conceptual entre “daño a la persona”, “daño al proyecto de vida” y “daño moral”. **Foro Jurídico**, n. 02, p. 15-51, 2003.

SESSAREGO, Carlos Fernández. É possível proteger, juridicamente, o projeto de vida. **Rev. Electronica Direito Sociedade**, v. 05, p. 41-57, 2017.

SESSAREGO, Carlos Fernández. **El “daño a la libertad fenoménica” o “daño al proyecto de vida” en el escenario jurídico contemporáneo.** Disponível em: https://t.ly/5T4-H. Acesso em: 04 mar. 2023.

SESSAREGO, Carlos Fernández. **El “proyecto de vida” y los derechos fundamentales en el anteproyecto constitucional**. Disponível em: https://t.ly/f7yTt. Acesso em: 27 mar. 2023.

SESSAREGO, Carlos Fernández. El derecho y la libertad como proyecto. **IUS ET VERITAS**, Lima, v. 24, n. 52, p. 114-133, fev. 2016.

SESSAREGO, Carlos Fernández. Naturaleza tridimensional de la “persona jurídica”. **Derecho PUCP**, Lima, n. 52, p. 251-269, dez. 1999.

SESSAREGO, Carlos Fernández. Reflexiones sobre el objeto de estudio y la finalidad del derecho. **THEMIS – Revista de Derecho**, n. 60, p. 285-293, nov. 2011.

SILVA, Franklin Leopoldo e. A conduta indiferente. **Ide**, São Paulo, v. 31, n. 47, p. 24-29, dez. 2008.

SILVA, Franklin Leopoldo e. A expressão do drama: da liberdade em Sartre. **Magma**, São Paulo, v. 22, n. 12, p. 19-30, 2015.

SILVA, Franklin Leopoldo e. **Ética e literatura em Sartre**: ensaios introdutórios. São Paulo: UNESP, 2004.

SILVA, Franklin Leopoldo e. Para a compreensão da história em Sartre. **Tempo da Ciência**, Toledo, v. 11, n. 22, p. 25-37, 2000.

SILVA, Franklin Leopoldo e. Sartre e a psicanálise: subjetividade e história. **Ciência & Cultura**, São Paulo, v. 67, n. 01, p. 39-42, jan./mar. 2015.

SILVA, Virgílio Afonso da. **Direitos fundamentais**: conteúdo essencial, restrições e eficácia. São Paulo: Malheiros, 2009.

SOARES, Orlando. **Filosofia geral e filosofia do direito**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

STIKER, Henri-Jacques. **A history of disability**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2019. *E-book*.

STOLZ, Pablo. Deficiência não é causa de incapacidade relativa: a brecha autofágica. **Revista UNIFACS**, n. 195, p. 01-07, 2016.

TADDEI, Paulo Mendes. E. Husserl entre idealismo e realismo: intencionalidade e doutrina da constituição. **Intuitio**, Porto Alegre, v. 02, n. 03, p. 215-225, 2009.

TANNERY, Paul. Platão: vida, obra, doutrina. *In*: **Platão**. Diálogos. Mênon. Banquete. Fedro. Clássicos de Bolso. Tradução de Jorge Paleikat. Ediouro, s/a.

TARTUCE, Flávio. O Estatuto da Pessoa com Deficiência e a capacidade testamentária ativa. **RJLB**, a. 02, n. 06, p. 521-561, 2016.

TARTUCE, Flávio. O estatuto da pessoa com deficiência e a capacidade testamentária ativa. *In*: MENEZES, Joyceane Bezerra de. (Org.). **Direito das pessoas com deficiência psíquica e intelectual nas relações privadas**: Convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência e Lei Brasileira de Inclusão. Rio de Janeiro: Processo, 2016, p. 463-492.

TAYLOR, Charles. **As fontes do self**: a construção da identidade moderna. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Loyola, 2013.

TEITELBAUM, Benjamin R. **Guerra pela eternidade**. São Paulo: Unicamp, 2020.

TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado; PENALVA, Luciana Dadalto. Autoridade parental, incapacidade e melhor interesse da criança: uma reflexão sobre o caso Ashely. **Revista de Informação Legislativa**, v. 45, n. 180, p. 293-304, 2008.

TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado; SOUZA, Iara Antunes de. Algumas reflexões sobre a limitação da curatela às questões patrimoniais no estatuto da pessoa com deficiência. *In*: LIMA, Taisa Maria Macena de; SÁ, Maria de Fátima Freire

de; MOUREIRA, Diogo Luna (Orgs.). **Autonomia e vulnerabilidade**. Belo Horizonte: Arraes, 2017, p. 154-167.

TEPEDINO, Gustavo. **O Código Civil, os chamados microssistemas e Constituição**: premissas para uma reforma legislativa. Disponível em: https://t.ly/rH7rs. Acesso em: 10 mar. 2023.

THE UNION OF THE PHYSICALLY IMPAIRED AGAINST SEGREGATION – UPIAS. Fundamental principles of disability. London: UPIAS, 1976, p. 20. Disponível em: https://encurtador.com.br/mqtuR. Acesso em: 18 mar. 2023.

TOMASEVICIUS FILHO, Eduardo. Direitos da personalidade no Estatuto da Pessoa com Deficiência. *In*: CORREIA, Atalá; CAPUCHO, Fábio Jun (Orgs.). **Direitos da personalidade**: a contribuição de Silmara J. A. Chinellato. Barueri: Manole, 2019, p. 142-152.

TRINDADE, André Karam; BERNSTS, Luísa Giuliani. O estudo do "direito e literatura" no Brasil: surgimento, evolução e expansão. **ANAMORPHOSIS – Revista Internacional de Direito e Literatura**, Porto Alegre, v. 03, n. 01, p. 225-257, 2017.

VALLE, Austín Basave Fernández del. **Filosofía del hombre**. [*S.l.*]: Biblioteca Virtual Universal, 2003. *E-book*.

VASCONCELOS, Ana Paula; MEIRELLES, Jussara. A disciplina processual da curatela: uma análise a partir da autonomia e da dignidade da pessoa com deficiência. **Revista de Direito Brasileira**, Florianópolis, v. 30, n. 11, p. 443-460, set. 2022.

VASCONCELOS, Rita; VASCONCELOS, Ana Paula; VASCONCELOS, Maria Teresa. O exercício dos direitos e das liberdades fundamentais pela pessoa com deficiência. *In*: GUNTHER, Luiz Eduardo; FISCHER, Octavio Campos (Coords.). **Constitucionalismo e direitos fundamentais.** Curitiba: Instituto Memória, 2019, p. 299-312.

VENTURA, Mirian; SCHRAMM, Fermin Roland. Limites e possibilidades do exercício da autonomia nas práticas terapêuticas de modificação corporal e alteração da identidade sexual. **Physis – Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 01, p. 65-93, 2009.

VIEIRA JUNIOR, Cezar Augusto; ARDANS-BONIFACINO, Hector Omar; ROSO, Adriane. A construção do sujeito na perspectiva de Jean-Paul Sartre. **Rev. Subj.**, Fortaleza, v. 16, n. 1, p. 119-130, abr. 2016.

VILLALON, Pedro Cruz. Formación y evolución de los derechos fundamentales. **Revista Española de Derecho Constitucional**, Madrid, a. 09, n. 25, p. 35-62, jan./abr. 1989.

VILLEY, Michel. **A formação do pensamento jurídico moderno**. Tradução de Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

WIEACKER, Franz. **História do Direito Privado Moderno**. 2. ed. Tradução de A. M. Hespanha. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1967.

WOODWARD, Ashley. **Nietzscheanismo**. Tradução de Diego Kosbiau Trevisan. Petrópolis: Vozes, 2016.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. International Classification of Impairments, disabilities, and handicaps. Disponível em: https://bit.ly/3KIF3pA. Acesso em: 30 dez. 2016.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. The ICD-10 classification of mental and behavioural disorders: clinical descriptions and diagnostic guidelines. Disponível em: https://bit.ly/3mP9Kl0. Acesso em: 04 fev. 2023.